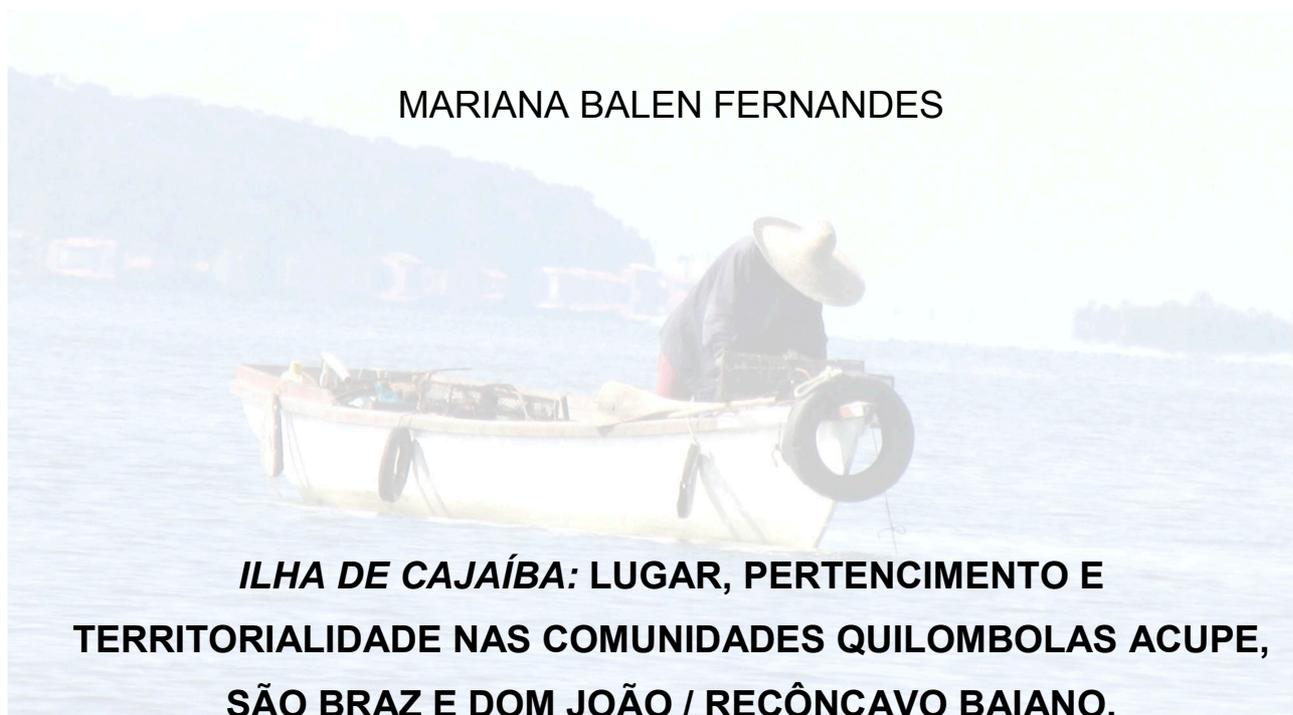






UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGA

MARIANA BALEN FERNANDES



***ILHA DE CAJAÍBA: LUGAR, PERTENCIMENTO E
TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ACUPE,
SÃO BRAZ E DOM JOÃO / RECÔNCAVO BAIANO.***

Salvador - BA
2016

MARIANA BALEN FERNANDES

***ILHA DE CAJAÍBA: LUGAR, PERTENCIMENTO E
TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ACUPE,
SÃO BRAZ E DOM JOÃO / RECÔNCAVO BAIANO.***

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Comin de Carvalho

Salvador - BA
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Fernandes, Mariana Balen
Ilha de Cajaíba: lugar, pertencimento e
territorialidade nas Comunidades Quilombolas Acupe,
São Braz e Dom João / Recôncavo Baiano. / Mariana
Balen Fernandes. -- Salvador, 2016.
301 f. : il

Orientadora: Aba Paula Comin de Carvalho.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Antropologia) -- Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

1. Quilombos. 2. Território Pesqueiro. 3. Ilha de
Cajaíba. 4. Recôncavo Baiano. 5. Pertencimento. I.
Carvalho, Aba Paula Comin de. II. Título.

MARIANA BALEN FERNANDES

ILHA DE CAJAÍBA: LUGAR, PERTENCIMENTO E
TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS ACUPE,
SÃO BRAZ E DOM JOÃO / RECÔNCAVO BAIANO.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Antropologia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^aDr^a Vera Regina Rodrigues (UNILAB)

Prof. Dr. José Maurício Arrutti (UNICAMP)

Prof^aDr^a Cintia Beatriz Müller (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Moura Mello (UFBA)

Prf^a Dr^a Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB - Orientadora)



*Aos meus pais, Mario Ignácio Lazzarotto Fernandes e Anyrá Balen Fernandes.
Em memória...*

AGRADECIMENTOS

“Eu sou de quem me é”, diria minha bisavó Rosa Fernandes...

Esta Tese representa um “espaço comum compartilhado”, “lugar de sentido” que conjuga pensamentos, vivências partilhadas e sentimentos de luta vividos por cada uma das pessoas e instituições, todas igualmente importantes, a quem dirijo carinhosamente meus agradecimentos e gratidão por me acompanharem neste percurso:

À Capes, pelo incentivo e concessão de bolsa para realizar esta pesquisa de doutorado;

Às lideranças e famílias das comunidades Quilombolas Acupe, São Braz e Dom João, pela acolhida e pelos exemplos de vida e de luta;

À minha orientadora, Professora Ana Paula Comin de Carvalho, a quem dedico toda minha admiração, doutora também em paciência e generosidade, pela amizade, carinho e apoio incondicional;

Aos Professores, membros das bancas de qualificação e defesa de tese: Professora Cintia Muller, pelo afeto e amizade desde sempre e pela inspiração em construir este “lugar comum compartilhado”; Professora Vera Regina Rodrigues e Professor Marcelo Moura pelo carinho com que sempre me “escutaram” e por fazerem parte de muitos momentos onde pudemos trocar idéias e partilhar vivências; Professor José Maurício Arrutti, pelas preciosas orientações durante a banca de qualificação e por sua obra Mocambo que sempre nos inspira. A todos, meu respeito e admiração;

Ao Professor Michael Heimer, que me ensinou que “os mapas falam!”;

Aos professores, colegas e funcionários dos PPGA/UFBA, em especial à Livia Cavalcanti, Secretária; ao Professor Ordep Serra, por me orientar durante a elaboração do projeto para minha qualificação; à Professora Núbia, pelas valiosas sugestões durante a Pesquisa Orientada; aos queridos amigos e colegas Breno Trindade, João Campos, Taísa Ágatha, Cristiane Sobrinho, José Neto, Juliana Rosa, Eliane Pinheiro (Liu), Antonio Marcos de Oliveira Passos, Marlon Marcos;

À Coordenação de Quilombos do INCRA-DF e ao Serviço de Regularização de Territórios de Comunidades Quilombolas do INCRA-SR 05; à Procuradoria Geral da República – PGR/BA, setor técnico e aos funcionários do Setor de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal do Estado da Bahia; à Superintendência do Patrimônio da União; à Ana Carla Souto Rocha, coordenadora junto ao INEMA, agradeço pelo apoio, confiança e parceria;

À Secretaria de Turismo, pelo apoio e atenção dispensados durante as visitas em São Francisco do Conde;

À Fundação Cultural Palmares, onde tudo começou, em especial, a Luciana Valéria Gonçalves, coordenadora do DPA/FCP, amiga e “cumpaëra”, e Dra. Dora Lúcia Bertulio, ex-Procuradora Chefe, que há muito vêm partilhando comigo lutas e experiências de vida, fundamentais à minha trajetória pessoal e profissional;

À Professora Catherine Proust, pela generosidade em compartilhar seu conhecimento;

Aos companheiros dos movimentos sociais CPP, em especial Gilmar Santos Rodrigues e Maria da Conceição Pereira, e AATR, Maurício Correia Silva, agradeço imensamente pela acolhida; à Roseni Santa de Jesus, da comunidade de São Francisco do Paraguaçu, pela oportunidade de compartilhar ideias e experiências de campo em São Braz;

Aos amigos de uma vida a quem devo minha admiração e carinho: Ruth Henrique Silva (UFPB), minha irmã do coração; companheiros de “laudos” na Bahia, Breno Trindade, mano querido, Poliana Reis, Professor Ugo Maia (UFS), Professora Neivalda Oliveira (UNEB) e Marcio Montenegro (IFBaiano); Cristian Jobi Salaini, por tudo o que representa em minha trajetória; Professores Julio Rocha, da Faculdade de Direito da UFBA, grande amigo e parceiro; amigos da minha querida “Confraria”: Suely Ribeiro, David Barbuda, Emanuel Lins Freire Vasconcelos, Jéssica Hind Ribeiro Costa, Carliane de Oliveira Carvalho, Tiago Silva de Freitas, Neto José Ferreira Coelho Neto e Alina Mourato Eleoterio, agradeço pela amizade, pela leveza de suas presenças e por partilharmos dos mesmos ideais;

Ao meu querido Renato dos Santos Carvalho, que vivenciei comigo bons momentos junto às comunidades que nos acolheram e que no dia-a-dia destina parte de seu tempo em compartilhar de minhas alegrias e angústias;

Aos meus familiares, indispensáveis: minha avó, Amélia Lazzarotto Fernandes (em memória); Marília Lazzarotto Fernandes (Tia Neca), Ana Amélia

Lazzarotto Fernandes (Tia Teia, em memória), Tio Jairo (em memória); meus irmãos: Mario Ignácio, Tiago, Daniel e Lucas, por tudo o que representam em minha vida, pelo amor e compreensão dedicados ao longo dessa e de tantas outras jornadas.

RESUMO

Este trabalho é fruto da pesquisa de doutorado desenvolvida entre 2012 e 2016 junto às Comunidades Quilombolas São Braz, Acupe e Dom João, localizadas na região do Recôncavo Baiano. O cerne da questão está nos usos e nos sentidos atribuídos por essas três comunidades à Ilha de Cajaíba, eixo central da pesquisa que nos permite compreender as relações entre os pescadores e marisqueiras das comunidades e os conflitos territoriais por elas vivenciados a partir da noção de lugar, no sentido antropológico (AUGÉ, 2012). Um espaço compartilhado em evidência tanto enquanto produção etnográfica, por meio do encontro entre a realidade vivenciada pelos quilombolas e a curiosidade da pesquisadora, quanto um ponto de partida utilizado por ambos na descoberta e compreensão do atual processo de emergência étnica e reconhecimento dos territórios quilombolas. Trata-se também de apontar os modos de apropriação da Ilha de Cajaíba por diferentes atores ao longo de seu processo de privatização e o tratamento dado pelas instâncias governamentais no que tange ao acesso de uso do território pesqueiro pertencente às comunidades quilombolas de Acupe, São Braz e Dom João.

Palavras-chave: Quilombos, Lugar, Territorialidade, Ilha de Cajaíba.

ABSTRACT

This work is the result of the doctoral research developed between 2012 and 2016, together with Quilombola Communities São Braz, Acupe and Dom João, located in the Recôncavo Baiano region. The heart of the question lies in the uses and senses attributed by these three communities to the island of Cajaíba, central axis of the research that allows us to understand the relations between fishermen and shellfish gatherers of the communities and the territorial conflicts they experienced from the notion of place in the anthropological sense (AUGÉ, 2012). A shared space in evidence both as an ethnographic production, through the encounter between the reality lived by the quilombolas and the curiosity of the researcher, and as a starting point used by both in the discovery and understanding of the current process of ethnic emergence and recognition of the quilombola territories. It is also a matter of pointing out the ways in which the Island of Cajaíba has been appropriated by different actors throughout its privatization process and the treatment given by governmental bodies regarding access to the use of the fishing territory belonging to the quilombola communities of Acupe, São Braz and Dom João.

Keywords: Quilombos, Place, Territoriality, Island of Cajaíba.

RÉSUMÉ

Ce travail est fruit de la recherche de doctorat réalisée entre 2012 et 2016 auprès des communautés de descendants de nègres-marron São Braz, Acupe e Dom João, localisées dans la région du Recôncavo de Bahia. Le coeur de la question se trouve dans les usages et les sens attribués par ces trois communautés à l'île de Cajaíba, axe central de la recherche qui nous permet de comprendre les relations entre les pêcheurs et collectrices de crustacés et mollusques et les conflits territoriaux vécus par ceux-ci à partir de la notion de lieu, dans le sens anthropologique (AUGÉ, 2012). Un espace partagé mis en évidence autant comme production ethnographique, à travers la rencontre entre la réalité vécue par les nègres-marron et la curiosité de la chercheuse, qu'un point de départ utilisé par les deux dans la découverte et la compréhension de l'actuel processus d'urgence ethnique et de reconnaissance des territoires nègres-marron. Il s'agit aussi de montrer les modes d'appropriation de l'île de Cajaíba par différents acteurs au long de son processus de privatisation et le traitement donné par les instances gouvernementales en ce qui concerne l'accès de l'usage du territoire de pêche qui appartient aux communautés de nègres-marron d'Acupe, São Braz et Dom João.

Mots-clé: Nègres-marron, Lieu, Territorialité, Ile de Cajaíba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	38
Percurso teórico: lugar, territorialidade e etnicidade	23
Construções metodológicas	40
CAPÍTULO 1 – DO ENGENHO AO TERRITÓRIO PESQUEIRO: PROCESSOS HISTÓRICOS E A PRIVATIZAÇÃO DA ILHA DE CAJAÍBA.....	47
1.1 – Engenhos de açúcar: economia, escravidão na Bahia	47
1.1.1 – Os <i>barões</i> e a resistência negra na região do Recôncavo.....	51
1.1.2 - Negociações, rebeliões e insurreições na formação dos territórios negros.....	56
1.1.3— As manumissões e a brecha camponesa: estratégias de liberdade.....	59
1.2- Da decadência dos senhores de engenho à patrimonialização da Ilha: ciclos econômicos e a (re)ocupação negra no Recôncavo.....	62
1.3 - Processos de reconhecimento, regularização fundiária e licenciamento ambiental do território da Ilha de Cajaíba.	72
1.4 - Prelúdio da pesquisa: percursos institucionais e etnográficos.....	81
1.4.1 - Primeira incursão institucional: o processo de licenciamento ambiental da Ilha de Cajaíba.....	82
CAPÍTULO 2 - TERRITORIALIDADES, CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS E MEDIAÇÕES POLÍTICAS.	86
2.1 – Conflitos e territorialidade nos Quilombos Acupe, São Braz e Dom João.....	87
2.1.1 - Comunidade quilombola São Braz.....	87
2.1.2 – Comunidade quilombola Acupe.....	90
2.1.3 – Comunidade quilombola Porto de Dom João.....	93
2.2 - “Para cada ação há uma reação”: quilombolas pescadores e marsiqueiras na construção de suas coletividades.	96
2.3 - O processo de elaboração do relatório técnico de identificação do território da comunidade quilombola de São Braz.....	117
CAPÍTULO 3 – PROCESSOS INSTITUCIONAIS: LUGARES E SUJEITOS.	122

3.1 - Denominações e conceitos: “quem é você no jogo do bicho?!”	123
3.2 – Territorialidade, etnicidade e direitos coletivos: possibilidades de diálogo?	132
3.3 - Velho Chico X Cajaíba: esta não é uma obra fictícia e qualquer semelhança com nomes, pessoas, fatos ou situações não terá sido mera coincidência.	151
CAPÍTULO 4 – PERCURSOS PELA ILHA: “PONTOS”, LUGARES E SINGIFICADOS.....	170
4.1 - Territorialidades e a construção do <i>lugar</i>	171
4.1.1 - Comunidade Quilombola São Braz.....	174
4.1. 2 – Comunidade Quilombola Acupe	201
4.1.3 - Dom João, a Cajaíba e a Ilha das Fontes	219
CAPÍTULO 5 - SERES DA ILHA, COSMOVISÕES E PERTENCIMENTO.....	230
5.1- Narrativas sobre o Barão de Cajaíba: memórias e “assombrações”	230
5.2 – As relações de reciprocidade entre <i>lugares</i> e <i>seres</i>	241
5.3 – Breve ensaio fotográfico: homenagem às marisqueiras e pescadores da <i>Ilha</i>	253
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	263
REFERÊNCIAS	270
ANEXOS	279

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Vista da comunidade São Braz e acesso ao porto (canal à esq., Fundo de São Braz.....	88
Imagem 2 - São Braz: área de bambuzal.....	89
Imagem 3 - Fábrica Penha Papeis: BR 420.....	89
Imagem 4 - Coroa Branca cercada por muro.....	90
Imagem 5 - Coroa Branca.....	91
Imagem 6 - Acupe: lagoa em São Gonçalo.....	92
Imagem 7 - Interior de Acupe, próximo ao porto.....	92
Imagem 8- Acesso à Comunidade – Rodovia BA 522.....	93
Imagem 9- Interior da Comunidade Dom João.....	94
Imagem 10 - “Foto 3: Os moradores guardam as memórias das derrubadas de casa na comunidade”.....	94
Imagem 11 e Imagem 12 - <i>Seminário Quilombola/UFRB - Sr. Carlos Assis, Comunidade</i>	107
Imagem 13 - Encontro Articulação Quilombola – representantes de Acupe (esq.), São Braz, Cambuta e CPP (ao centro).....	108
Imagem 14 - Caminhada em Acupe: representantes da comunidade de Acupe....	108
Imagem 15 - Caminhada em Acupe: representantes da comunidade de Acupe....	109
Imagem 16 - Caminhada de Acupe: Liderança da comunidade de Porto de Dom João.....	109
Imagem 17 - Registro profissional da Sra. Auristela Maria da Silva (Dona Lama), marisqueira aposentada da Comunidade São Braz.....	114
Imagem 18- Registro profissional do Sr. Carlos de Assis, pescador da Comunidade Acupe.....	114
Imagem 19 - Registro profissional da Sra. Maria Aze Lina Pereira, marisqueira da Comunidade de Acupe.....	115
Imagem 20 - Registros da Associação de Marsiqueiras e Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Sra. Maria de Lourdes Silva, marisqueira da Comunidade Acupe.....	115

Imagem 21– Trajeto à Ilha de Cajaíba - Anísia (esq.) e Dona Muri (dir).	176
Imagem 22 – Trajeto à Ilha de Cajaíba – Seu Zeca.	176
Imagem 23– Trajeto Ilha de Cajaíba: vista da Ilha Pequena.	177
Imagem 24 – Ilha de Cajaíba: vista do casarão do Barão de Cajaíba.	180
Imagem 25 - Interior do casarão do Barão de Cajaíba: sala central; Carla (centro) e Anísia (dir.).	180
Imagem 26- Seu Zeca entre os pés de cajá. e Imagem 27- Produção de suco de cajá.	181
Imagem 28 - Dona Muri catando ostra no mangue, na localidade Saraíba.	184
Imagem 29 – Dona Mundinha e a “carona” de barco.	185
Imagem 30 – Dona Mundinha (à frente), Dona Muri (à esq.), Anísia e esposo (ao fundo), localidade Duro de Limão.	187
Imagem 31 – Seu Mário (ao centro, com remo) retornando da pescaria, em frente ao Duro de Limão.	187
Imagem 32- Lavador: Famílias de pescadores e marisqueiras, próximo à Camboa.	193
Imagem 33 - Casarão do Barão de Cajaíba: Seu Mário (à dir.) e Dé (à esq.).	196
Imagem 34 – Seu Niano (à dir.) saindo do Porto de Acupe.	202
Imagem 35 – <i>Coroa Branca</i>	204
Imagem 36– Conceição (à esq.), Seu Niano (centro) e Leandro (à dir.) na Ilha Pequena.	205
Imagem 37 - Coroa Branca (muro construído ao redor).	207
Imagem 38 - Ilhote Nordeste ou Guarapirá : desmatamento do manguezal (trajeto percorrido na áreas danificadas)	208
Imagem 39 – Ilha de Cajaíba: acampamento em Araçá.	213
Imagem 40 - Ilha de Cajaíba: acampamento em Doutor Joaquim.	214
Imagem 41– Ilha de Cajaíba: acomodações no interior dos alojamentos em Doutor Joaquim.	214
Imagem 42 – Ilha de Cajaíba: pescadores de São Braz, Saubara – localidade de Doutor Joaquim.	215
Imagem 43 – Ilha de Cajaíba: embarcação da equipe da Rede Globo.	222
Imagem 44 - Ilha das Fontes: acampamento de pescadores.	223
Imagem 45- Ilha das Fontes: a pesca de Seu Sabino.	223
Imagem 46- Ilha de Cajaíba: Seu Niano catando cajá.	226

Imagem 47 – Ilha de Cajaíba: Carangadan (marisco).....	226
Imagem 48 – Coroa do Agulhão: Pesca de camarão com muzuzá (gaiola).	227
Imagem 49 - Ilha de Cajaíba: acampamento no Araçá.	227
Imagem 50- Ilha de Cajaíba: Sr. Valdeci dos Santos Oliveira (Seu Val).	234
Imagem 51 – <i>Ilha de Cajaíba: cafua</i>	238
Imagem 52 – Pescadores casa de rede – Comunidade Acupe.....	245
Imagem 53 – Seu Niano na casa de rede – Comunidade Acupe.....	246
Imagem 54 – Poema no muro – Porto de Acupe.	247
Imagem 55 – Porto de Acupe.....	251
Imagem 56 - Porto de São Bento (Porto de São Bento): imagem de Janaína e do Marujo.	251
Imagem 57 - Dona Alice –Marisqueira e líder religiosa – Comunidade Quilombola São Braz.....	254
Imagem 58 - Dona Aidê – Antiga marisqueira e pescadora (em memória) – Comunidade Quilombola São Braz.	255
Imagem 59 – Dona Conceição – Líder - Comunidade Quilombola Acupe.....	256
Imagem 60 – Dona Joca – Marisqueira e líder - Comunidade Quilombola Dom João	257
Imagem 61 – Seu Messias – Pescador - Comunidade Quilombola Dom João.	258
Imagem 62 – Seu Messias , pescador e mestre de capoeira - Comunidade Quilombola São Braz.	259
Imagem 63 – Seu Niano (à frente) e Leandro . Pescadores – Comunidade Quilombola Acupe.....	260
Imagem 64 – Seu Paixão , pescador – Comunidade Quilombola São Braz.....	261
Imagem 65 – Seu Zé do Guaiamum – Comunidade Quilombola Dom João.	262

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Recôncavo Baiano: distribuição do cultivo exclusivo de cana-de-açúcar por município, nos estabelecimentos declarados, 1950” (Brito, 2008).....	52
Figura 2 - Detalhe - Mapa da “Bahia de Todos os Santos”: “I. de Cazvaba” (Ilha de Cajaíba, ao centro).....	63
Figura 3 - Fluxograma do Sistema Pericial Nacional – MPF.	126
Figura 4 - Certidão Positiva de Dominialidade – SPU, 2013.	137
Figura 5 – Transferência de título de ocupação de imóveis, 1954.	140
Figura 6 - Descrição das áreas Ilha de Cajaíba	140
Figura 7 – Mapa de localização do Arquipélago de Cajaíba (EIA/RIMA – Property Logic) – FCP/2009.	147
Figura 8 - “Prato do serviço de louça inglesa, com a representação do Engenho Cajaíba.....	155
Figura 9- Mapa do Projeto Green Park Ilha de Cajaíba.	161
Figura 10 - Museu aberto de São Francisco do Conde.....	162
Figura 11 - Portfólio AFA.....	162
<i>Figura 12 e Figura 13 – Lançamento e gravações da novela Velho Chico (acima e centro) e imagens de divulgação do projeto turístico ecológico (abaixo).</i>	<i>165</i>
Figura 14 - Áreas de manguezais e apícus. GEOGRAFAR/ UFRBA (2015).....	173
Figura 15 - Fotografia do Sobrado e da Fábrica do Engenho Cajaíba. Fonte: IPAC, 2004.	198

LISTA DE MAPAS

Mapa 1– Áreas de conflito e localização da Ilha de Cajaíba e comunidades quilombolas.	38
Mapa 2 - Roteiro e pontos: Terceira Incursão - São Braz - Ilha de Cajaíba	200
Mapa 3 - Roteiro e pontos: Comunidade Acupe - Ilha de Cajaíba.	210
Mapa 4 - Roteiro e pontos: Contornos da Ilha de Cajaíba - - Ilha de Cajaíba	218
<i>Mapa 5 -Roteiro e pontos: Contornos da Ilha de Cajaíba e Ilha da Fontes – Comunidade Dom João.....</i>	<i>229</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comunidades quilombolas certificadas no Recôncavo Baiano.	74
Quadro 2 - Síntese dos conflitos territoriais em São Braz, Acupe e Porto de Dom João.	95
<i>Quadro 3 – Síntese dos conflitos envolvendo a Ilha de Cajaíba.</i>	<i>268</i>

INTRODUÇÃO

“O vento rolou, rolou no ar. Ah, o vento rolou assoprou meu barco pro mar. Meu deus do céu com é que eu vou navegar? O meu barco famoso. Não tem saveiro, não tem jangada no mar. Meu barco famoso como é que eu vou buscar?”¹

A questão envolvendo conflitos em territórios quilombolas é foco dos debates amplamente difundidos pela Antropologia. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) se insere no debate acerca do conceito de quilombo desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir do Art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que confere direitos territoriais “aos remanescentes de quilombos” que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro”. (O’DOWYER, 2002:13). A emergência étnica de tais grupos ocorre ao mesmo tempo da ampliação de políticas governamentais desenvolvimentistas voltadas ao agronegócio e às obras de infraestrutura que avançam sobre os territórios quilombolas.

Essa pesquisa se insere no âmbito dos estudos etnográficos sobre comunidades remanescentes de quilombo no Brasil como o que foi desenvolvido por Alfredo Wagner Berno de Almeida junto à comunidade quilombola de Alcântara, Estado do Maranhão e a luta pelo reconhecimento de seu território étnico em disputa com a Base de lançamentos de foguetes, resultado da perícia antropológica inserida no âmbito jurídico. Eliane Cantarino O’Dwyer, que evidencia a emergência da identidade étnica das comunidades quilombolas localizadas às margens dos rios Trombetas e Erepecuru-Cuminá, município de Oriximiná, Estado do Pará, que se vêem diante do conflito envolvendo a implantação de projeto de extração mineral em seus territórios. Ilka Boaventura Leite, ao realizar perícia antropológica na comunidade quilombola de Casca, Estado do Rio Grande do Sul, a pedido da

¹ Canção entoada Raimunda Donata de Souza (Dona Mundinha, 60 anos): marisqueira/pescadora aposentada

Procuradoria da República do RS. José Maurício Arrutti, quando analisa o processo de *etnogênese* da comunidade Mocambo, Estado de Sergipe, estudo este fruto de perícia antropológica destinada ao processo de reconhecimento étnico.

Penso que contribuir com o debate em torno de conflitos envolvendo comunidades quilombolas, Estado e empresas em que pese às demandas apresentadas ao campo antropológico acerca das políticas destinadas aos povos e comunidades tradicionais na reivindicação de seus direitos². Cabe, então, refletir sobre o modo como as comunidades quilombolas atribuem sentido a um lugar comum e compartilhado em meio às disputas territoriais e à sobreposição de interesses entre instâncias governamentais, empresas, dentre outros atores sociais envolvidos.

Os processos de disputas territoriais são também analisados pois impulsionam a emergência da identidade social das comunidades pesquisadas. Mais que evidenciar os elementos que constituem as particularidades de cada comunidade é interessante observar como eles operam nas situações de enfrentamento e de tensão entre grupos e interesses distintos. Valorizar as categorias compartilhadas pelas comunidades em seus discursos; saber em que momentos são utilizadas; compreender como, em conjunto ou internamente, definem quais elementos, espaços, locais ou símbolos irão dialogar ou se contrapor às lógicas distintas aos seus modos de vida são questões centrais nesta pesquisa.

Acerca de estudos e pesquisas direcionados ao tema, percebemos que há uma crescente necessidade de atualização das informações produzidas sobre a realidade vivenciada pelas comunidades quilombolas no Brasil mais especificamente a relação entre seus modos de vida e as transformações ocorridas ao longo de suas trajetórias, sua representatividade política, formas de lidar com as condições que lhes impõe a sociedade da qual fazem parte, sobretudo diante dos conflitos acirrados entre quilombolas e agentes externos. A Antropologia tem contribuído de forma bastante intensa a partir da análise etnográfica e de construções teóricas acerca do conceito de quilombo, de etnicidade, de territorialidade, dentre outros referenciais que aproximam o que produzimos sobre o grupo pesquisado da própria visão que este faz de si mesmo. Buscamos incessantemente, ao menos tentamos,

² A classificação assumiu um alto grau de capilaridade frente à sociedade em geral desde a publicação do Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT.

modos de dialogar e transitar em diferentes espaços no intuito de compreender como as comunidades quilombolas se apropriam e se de fato faz sentido aquilo que produzimos e pensamos a seu respeito.

O diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento acadêmico? Creio ser uma preocupação, não mais importante que a curiosidade inicial e as inquietações que surgem diante da imprevisibilidade concernentes ao trabalho de campo e ao encontro com uma realidade diferente, mas não tão distante, que chamamos de “outro”. O encontro com o “não diferente” pressupõe falarmos a mesma língua, mas creio ser este o nosso principal desafio considerando a vasta produção de estudos sobre quilombos, visto que, cada vez mais, teremos que nos tornar mais “objetos” que “sujeitos” buscando novamente e em outro contexto tornar o “familiar” em “estranho”.

Algumas questões motivaram a realização desta pesquisa no que tange às compreensões acerca da Ilha pelas comunidades quilombolas e suas representações políticas. Indago, por exemplo, se as comunidades utilizam as mesmas categorias para designar fatos, espaços/locais, elementos que evidenciam seu pertencimento. Como ocorre a interlocução entre os elementos utilizados para simbolizar as formas de apropriação do território da Ilha em diálogo com suas territorialidades específicas? Há unidade? Como os símbolos que identificam cada uma das comunidades se articulam diante das categorias externas? E como ocorre o processo de ressemantização de categorias e símbolos a partir das redes sociais estabelecidas pelas comunidades? Para além destas questões, proponho sinalizar o contexto de conflitos com os demais atores sociais e o modo como as comunidades constroem suas redes de solidariedade. As festividades, o trabalho da pesca e mariscagem, as narrativas sobre cada localidade, transparecem o modo como as comunidades lidam com as tensões. São símbolos de resistência. Busco compreender as relações entre os elementos simbólicos acionados quando das situações de conflito e disputas de poder, o que exige um olhar aprofundado às categorias criadas pelas comunidades em questão. Penso em como essas se articulam com as novas categorias advindas de grupos distintos aos seus modos de vida. O conflito, neste sentido, ocorre antes mesmo da exposição das demandas por parte das comunidades em torno do título de propriedade de seus territórios, da manutenção de seus modos de vida e patrimônio cultural.

Os processos de expropriação e exclusão sofridos pelas comunidades quilombolas do entorno da Ilha de Cajaíba, ou melhor dizendo, da região do Recôncavo Baiano é de longa data. As trajetórias vivenciadas pelas famílias negras da região ao longo das gerações demonstra que as relações entre escravos e os senhores sempre foram determinadas pela subordinação dos grupos negros ao sistema que repudia sua condição humana, “coisificando” sua existência e negando seus direitos de cidadania.

O uso quase exclusivo da pesca e mariscagem como fonte de sustento, a relação que São Braz possui com a Ilha de Cajaíba ocorre também pela aproximação e interlocução que mantém com as demais comunidades quilombolas e atores sociais de apoio às suas demandas: Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB , CPP, Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP, etc. Isto impulsionou a abertura do processo de regularização fundiária do território de São Braz junto ao INCRA, que se fez urgente diante dos riscos apresentados pelo empreendimento do Eco Resort Ilha de Cajaíba pela empresa Property Logic em parceria com o governo estadual.. Os moradores de São Braz, assim como os das demais comunidades quilombolas pesquisadas, dependem do território em que vivem para plantar suas roças; do mar e dos manguezais para desenvolverem as atividades pesca e mariscagem, respectivamente. Dependem também das ilhas adjacentes onde se reproduzem os peixes, camarões e mariscos e nas quais os pescadores se abrigam durante as chuvas, e onde mulheres e crianças realizam coleta de frutas para comercialização. Estes diferentes usos, que modificam a cada contexto, estão carregados de significados que pretendo desvendar no decorrer deste estudo.

Percurso teórico: lugar, territorialidade e etnicidade

Tendo como tema os usos e sentidos atribuídos ao ***lugar*** onde diferentes agentes e grupos sociais apresentam-se em um contexto de disputas, conflitos e emergências identitárias em termos étnicos, interessa-me explorar a construção do lugar antropológico que, nos termos de Augé (2012) é identitário, relacional e histórico. Trata-se da construção de sentido atribuído ao vivido em determinado espaço carregado de significado:

...[uma] construção simbólica do espaço que, por si só, não poderia dar conta das vicissitudes e das contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela atribui um lugar, por mais humilde e modesto que seja (p.2) [...] é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa (p.51). Define-se como um lugar dotado de significados, de vivências; um lugar identitário, relacional e histórico.

Parte-se da premissa de um lugar em constante reconstrução e, por este motivo, percebido de modo diverso. Um lugar, mas “não um mesmo lugar” na percepção de quem o experiencia. Um arquipélago entendido como espaço uno – “Ilha de Cajaíba”; ou “*a Ilha*” associada à sua multiterritorialidade (HAESBAERTH, 2008), seus usos e categorias ligadas às territorialidades (ALMEIDA, 2008) construídas pelas comunidades quilombolas pesquisadas.

Podemos pensar a noção de lugar antropológico na interação entre o olhar do observador e de quem o habita, considerando também as especificidades de cada forma de apropriação e uso. Redes de interação são formadas a partir de diferentes visões sobre o lugar; sentimentos, usos, concepções e podem ganhar novos sentidos a cada contexto.

Ulrich Oslender (2002) se vale das concepções de John Agnew para caracterizar três dimensões básicas atribuídas ao conceito de lugar, segundo: 1) localidade (local) - definida como estruturas formais e informais nas quais se constituem as interações sociais cotidianas; 2) localização (*location*) - espaço geográfico que engloba a localidade afetada por processos econômicos e políticos em escalas global e local; 3) sentido de lugar - experiência subjetiva de apropriações e usos do ambiente físico-material da localização geográfica. Do sentido de lugar deriva o viver em um lugar particular onde indivíduos e comunidades desenvolvem profundos sentimentos de apego por meio de suas experiências, memórias e intenções..(OSLENDER, 2002:5-6)

Ao sentido de lugar acima exposto, que se coaduna com o conceito de Augé, podemos identificar a diferença entre lugar e espaço social (TUAN, 2013; SOUZA, 2013). Muito embora ambos se relacionem, “espaço social é aquele produzido socialmente, fruto da transformação e apropriação da natureza, ao passo que um lugar é um espaço dotado de significado, é um espaço vivido” (SOUZA, 2013). Ambos possuem construtos sociais, porém, podemos identificá-los a partir da natureza de suas concepções: por um lado, a dimensão política, histórica de determinando espaço; por outro, a percepção e a forma com que é experienciado.

Da mesma forma podemos pensar o lugar através de *níveis*. Onde a transitoriedade, a falta de intimidade ou os lugares de parada próprios do capitalismo contemporâneo, também demanda certa carga afetiva a certos espaços onde interagimos, como sugere o autor. Seria então, o lugar transformado em maior ou menor escala produzindo “níveis de lugaridade” que se alternam em função da posição *insider* ou *outsider*. (SOUZA, 2013)

Ao lugar antropológico de Augé, pairam nesse estudo os significados atribuídos à Ilha de Cajaíba pelas comunidades quilombolas São Braz, Acupe e Dom João. Lugar antropológico sob o ponto de vista de suas (re)interpretações específicas acerca dos processos de identificação, de emergência étnica, e de (re) territorialização pelos quais passam. Tratamos aqui sobre *se reconhecer* nesse lugar (lugar antropológico), ou seja, pertencer a um lugar, a uma trajetória social. Vivenciar um determinado espaço, (re) construir um lugar nos leva à relação da “Ilha de Cajaiba” com a identidade social das comunidades pesquisadas.

A identidade étnica então emerge das situações de conflito territorial vivenciadas por São Braz, Acupe e Dom João. Situações que evidenciam contrastes entre seus modos de vida e formas distintas de apropriação dos seus territórios étnicos, da Ilha de Cajaíba e do território pesqueiro por parte de grupos sociais externos. Relações de poder que agem de maneira significativa na forma como as comunidades serão identificadas pelos demais a partir da lógica social predominante. Por outro lado, os sinais diacríticos operam como instrumentos da distintividade que marca as relações sociais e de poder estabelecidas entre grupos étnicos distintos em um mesmo contexto, Tal como descrito por O’Dwyer (2000):

O problema da contrastividade cultural passa a não depender mais de um observador externo que contabilize as diferenças ditas objetivas, mas unicamente dos “sinais diacríticos”, isto é, diferenças que os próprios atores sociais consideram significativas. Por conseguinte, as diferenças podem mudar, ainda que permaneça a dicotomia entre “eles” e “nós”, marcada pelos seus critérios de pertença. (O’DWYER, 2002:15)

Em se tratando de comunidades quilombolas, a diferença percebida e associada a um modo de vida foi o que determinou suas trajetórias marcadas pela exclusão e opressão dos grupos negros no Brasil que buscam seus direitos justamente em função de suas especificidades. A demanda maior pelo

reconhecimento e acesso aos seus territórios é apontada segundo a ideia de pertencimento e vínculo a um grupo e a um território que determinam a noção sobre identidade social e sustentam o sentido de direito coletivo referente aos grupos étnicos.

Baseando-se na crítica às condições de homogeneidade e “unidade cultural”, há muito defendidas pela antropologia tradicional, Fredrik Barth (2011) entende o isolamento como um impedimento para a compreensão das lógicas de troca que predominam entre os grupos a partir da elaboração de suas fronteiras e etnicidade. Propõe a compreensão da dinâmica estabelecida nas relações processuais em que são definidas as fronteiras internas e externas aos grupos envolvidos a partir de situações específicas onde tais limites são (re/des) construídos conforme o contexto onde estão inseridos. O autor define grupos étnicos segundo critérios de auto-identificação e pertencimento/reconhecimento e diferenciação/contraste, elementos estes ligados aos aspectos culturais e organizacionais de cada grupo, ou seja, é na relação ente estes fatores de modo integrado e no contexto em que estes aspectos emergem que a etnicidade se configura. (BARTH, 2011:189-190)

Tendo em vista o universo deste estudo, considero importante retomar o conceito de quilombo, entendido como algo não estanque. Para tanto, Maria Nazareth Soares Fonseca (2000) assinala as novas configurações, não “arqueológicas”, do conceito de quilombo. Verificou-se então a necessidade de rever o conceito e mudar os critérios de reconhecimento. Segundo a autora, os “quilombistas”, grupo de cientistas sociais dos anos 50/60, tiveram papel importante nesta ressignificação. Clóvis Moura, por exemplo, discorrendo sobre o Quilombo dos Palmares trazia à discussão a forma fundamental e a valor da resistência negra no Brasil, em detrimento da ideia de “coisificação” do escravo. Uma tendência que cresce e se opõe também à noção das relações étnico-raciais supostamente “harmônicas” no Brasil, como enfatizado por estudiosos como Florestan Fernandes e Otavio Ianni.

No final dos anos 80, muitas das comunidades das chamadas “terras de preto”, pertencentes aos descendentes dos escravos, se organizaram e buscam meios de serem reconhecidas:

... entre 1986 e 1995 aconteceram algumas mobilizações de relevância regional e nacional: no Maranhão foram realizados Encontros de Comunidades Negras Rurais (o primeiro em 1986, o segundo em 1988, o terceiro em 1989 e outros na década seguinte) e em 1992 foi criada a Reserva Extrativista Quilombo de Frenchal (Mirinzal - MA); no Pará também foram organizados os Encontros Raízes Negras (o primeiro em 1988 e o segundo em 1989 e outros na década posterior) e em 1989 foi fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Oriximiná - PA.” (FONSECA, 2000: 317-318).

A antropologia e a sociologia dos anos 80/90 trazem uma análise dos bairros rurais em contraposição aos estudos de comunidades empreendidos em décadas anteriores. Trata-se da ênfase às transformações e às formas encontradas pelas populações rurais frente à expansão dos grandes centros urbanos; ou seja, uma análise dos conflitos e das relações entre categorias sócio-espaciais distintas em um mesmo contexto. (QUEIROZ, 1976). São as categorias envolvendo as “terras de uso comum” e as preocupações quanto ao acesso à terra (ALMEIDA, 2006), o foco dos estudos e pesquisas do campo antropológico. Os “quilombos” entendidos a partir de coletividades formalmente organizadas; não necessariamente originários de quilombos antigos (arqueologia) pois há também os oriundos de fazendas falidas ou doações de terras, quando não de novas formas de apropriação da terra, inclusive por via de aquisições. Quilombo é ressignificado no interior de uma demanda jurídica e legislativa que se reporta ao Artigo 68 da Constituição brasileira.

Almeida (2002) problematiza o conceito de quilombo utilizado em 1740, pelo Conselho Ultramarino, em que pese a definição baseada nos elementos “arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação de ascendência biológica negro-africana”, bem como suposto isolamento, homogeneidade dos negros associados a um pressuposto “frigorificado” pelo pensamento jurídico da época que distorce a trajetória histórica dos quilombos. Opondo-se a estas ideias, o autor entende que os quilombos foram formados por grupos que desenvolveram práticas de resistência ao escravismo, produzido e reproduzindo modos de vida característicos conducentes à consolidação de um território próprio. Assim, constituíam formas próprias de interação com grupos similares e outros, bem como formas de manejo dos recursos naturais disponíveis e modos próprios de organização. Assim, vinham a constituir-se as chamadas “terras de preto”, “terras de santo”, “mocambos”, “senzalas”, “terreiros”, “quilombos”. (p.31)

Da mesma forma, para Arrutti (2006), o quilombo vem a ser um grupo que se constitui a partir das relações estabelecidas entre esse e demais agentes externos, ambos situados em tempos e locais distintos. (p.26) Considero tais concepções sobre quilombo adequadas para meu trabalho visto que lhes reconhecem fluidez e variação a diferentes contextos ao sabor de situações de resistência e conflito, como pretendem Oliveira (1998b), (Arrutti (2006), Almeida (2002) e O'Dwyer (2002), por exemplo.

Sobre o conceito de território, no campo antropológico, João Pacheco de Oliveira (1998b) aponta para o **processo de territorialização** atrelado à realidade dos grupos étnicos no Brasil quando, por exemplo, da auto-afirmação dos indígenas diante de contextos colonialistas:

processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo - nas colônias francesas seria a "etnia", na América espanhola as "reducciones" e "resguardos", no Brasil as "comunidades indígenas"- vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (OLIVEIRA, 1998b)

Para o autor, a territorialização está ligada ao âmbito político-administrativo próprio da relação com o Estado-nação . De modo diverso, ao analisar o processo de territorialização, Arrutti (2002) propõe um olhar voltado às formas de apropriação e ressignificação do território pelo grupo por meio do reconhecimento que esse faz de si (auto-identificação) e de como se organiza politicamente a partir da criação de uma identidade étnica diferenciadora. (p.41)

Cabe ressaltar que processos conflituos envolvendo perda territorial (ou risco de) e limitações quanto ao uso e acesso dos recursos naturais levam ao que Arrutti denomina de **etnogênese** quando trata da comunidade quilombola Mocambo, localizada no município de Porto da Folha, Estado de Sergipe. Sugere não o retorno a uma suposta origem mas a criação de algo novo que tendo por base elementos comuns ao grupo, a chamada fase de "nomação", se manifesta por meio de "uma categoria jurídica ou administrativa [...] a institui como um sujeito de direitos e deveres coletivos e como um objeto de ação do Estado" (2006:45). A "identificação" opera a partir da tomada de consciência acerca do desrespeito sofrido coletivamente e o sentimento de pertença de onde se origina a identidade social do grupo. (p.45).

Ao processo de identificação decorre o “reconhecimento” entendido como o despertar de um sujeito coletivo - político e de direito – que expressa suas reivindicações perante os demais – Estado e sociedade. A “territorialização” representa a quarta fase do processo de etnogênese que, conforme Arrutti, se configura a partir da “objetificação político-administrativa” de um território a ser fixado e delimitado tendo em vista os demais elementos: pertencimento, vínculos e relações estabelecidas em um espaço específico que corresponde à trajetória social, cultural e política do grupo.

Pensemos aqui em território e em territorialidade, desde discussões no campo da geociências, enquanto modos de se entender a relação entre direito e reconhecimento a um lugar dotado de valor e identidade. É certo que se a dimensão cultural está associada ao conceito de lugar, conforme aponta Tuan, (2013) a política está diretamente ligada ao de território. Segundo Souza (2010), este “é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder. (SOUZA, 2010:78). Complementa trazendo a ideia de diferentes escalas espaciais e temporais, ou seja, distintas territorialidades que atribuem certa autonomia aos grupos que as determinam. Territorialidade é uma estratégia, “um certo tipo de interação entre homem e o espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço”.(Ibid, 99)

Ao território, Deleuze e Guattari (1997) apontam para os movimentos de “abandono” – **desterritorialização** – e de construção - **reterritorialização**; a ressignificação do território a partir destas duas dimensões. Podemos pensá-lo em sentido amplo, ou seja, em relação a outros territórios constituídos por seres interligados por meio de cosmovisões e agenciamentos:

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986:323)

Rogério Haesbaert (2008) segue a mesma lógica acima pontada quanto ao conceito de reterritorialização atrelado à noção de **(multi) territorialidade**, entendida como fruto de processos dinâmicos das tensões entre grupos distintos que disputam

determinados territórios; das novas configurações do espaço e sentidos de lugar e como cada grupo se apropria e ressignifica o território a partir das rupturas e transformações. Esses processos são marcados por relações de poder e de dominação; da apropriação e da expropriação de certos espaços em função do poder político e do poder simbólico. Duas dimensões atribuídas aos grupos sociais envolvidos, mais especificamente aqueles cujo vínculo com a terra demanda sua constante atualização por meio de processos de apropriação. O território para Haesbaert é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico; realiza funções e reproduz significados. (p.21)

Considerando as diferentes concepções levantadas sobre os conceitos de território e territorialização, Almeida propõe uma abordagem dos processos de territorialização a partir do significado do termo “povos” contido na Convenção 169 da OIT, que pressupõe o reconhecimento da pluralidade cultural e social existente no Brasil. As chamadas “terras tradicionalmente ocupadas” são entendidas enquanto formas de evidenciar diferentes dinâmicas de vida no interior de um espaço coletivo, bem como a relação que certos grupos mantêm entre si a partir de práticas associadas ao uso tradicional dos recursos naturais. Os processos conflituos vivenciados pelas comunidades quilombolas são fundamentais para a definição de seus territórios pois possibilitam compreender seus graus de coesão e solidariedade (Almeida, 2006). O termo “tradicional” opera de modo dinâmico enquanto categoria política diante de contextos onde há reivindicação territorial. O que o autor define como **territorialidades específicas** auxilia na interpretação dos diferentes processos de territorialização vivenciados pelos povos e comunidades circunscritas no interior do território nacional longe de serem homogêneas.

... agrupamentos constituídos no momento atual ou que historicamente se contrapuseram ao modelo agrário exportador, apoiado no monopólio da terra, no trabalho escravo e em outras formas de imobilização da força de trabalho. (...) Estas novas formas de ocupação e uso comum dos recursos naturais emergiram pelo conflito, delimitando territorialidades específicas, e não tiveram até 1988 qualquer reconhecimento legal. (...)As territorialidades específicas podem ser entendidas aqui como resultantes dos processos de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingenciais, dependendo da correlação de força em cada

³ “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos naturais. (...) O “tradicional” como operativo foi aparentemente deslocado no discurso oficial, afastando-se do passado e tornando-se cada vez mais próximo de demandas do presente.” (Almeida, 2006:22-23)

situação social de antagonismo. Distinguem-se neste sentido tanto da noção de “terra”, estrito senso, quanto daquela de “território”, conforme já foi sublinhado, e sua emergência atém-se a expressões que manifestam elementos identitários ou correspondentes à sua forma específica de territorialização (ALMEIDA, 2008:51)

As terras de preto, a que se refere o autor, recebem também outras denominações: mocambos, comunidades negras, quilombos. As comunidades quilombolas fazem parte do universo dos Povos e Comunidades Quilombolas no Brasil, reconhecidas por meio do Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais/PNPCT⁴, categorias estas entendidas enquanto grupos culturalmente diferenciados constituídos segundo lógicas próprias de acesso e utilização dos recursos naturais, de como se percebem e como são incorporados ao contexto social do qual fazem parte, cujas trajetórias são marcadas pelos processos de opressão e exclusão social em função de sua condição étnica, no caso em questão, quilombola.

Os trajetos até a Ilha de Cajaíba realizados pelos integrantes das comunidades quilombolas São Braz, Acupe e Dom João pressupõem fluxos e contra fluxos de pessoas, culturas, pensares, mercadorias. Ainda que diga respeito às relações transnacionais envolvendo culturas distintas, a ideia de fluxos e de fronteiras apresentada por Ulf Hannerz⁵ (1997) é rica no sentido de propor a emergência de novas identidades, combinações culturais em esfera global, “dentro dos seus esquemas de significação (...), a zona fronteiriça é explorada (...)por deslocamentos situacionais e combinações inovadoras, organizando seus recursos de novas maneiras, fazendo experiências”(Ibid, 24).

É interessante pensarmos em como as comunidades quilombolas se comunicam e se articulam com demais categorias e/ou coletividades ligadas ao universo dos Povos e Comunidades Tradicionais. Da mesma forma, refletirmos sobre o modo com que se valem da Ilha como um todo enquanto ponto de encontro

⁴“1 - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (Decreto Nº 6.040/2007). A Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais é formada por quinze órgãos do Governo Federal e quinze representações da sociedade civil. Preside a PNPCT o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a função de Secretaria Executiva o Ministério do Meio Ambiente.

⁵ HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In Mana 3(1), 1997.

e lugar onde ocorrem as relações de troca entre comunidades quilombolas da região do recôncavo baiano. Situações onde o pertencimento étnico se atualiza e se reproduz simultaneamente e, segundo Hannerz), “(...) para manter a cultura em movimento as pessoas, enquanto atores e redes de atores, têm de inventar cultura, refletir sobre ela, fazer experiência com elas, recordá-la (ou armazená-la de alguma maneira), discuti-la e transmiti-la.” (Ibid, 12).

Na busca de legitimar seus modos de vida e construir suas categorias de pertencimento, recorrem às recordações, reflexões sobre trajetórias e espaços compartilhados que surgem como elementos para analisar as concepções de lugar dadas à Ilha e atualmente utilizadas pelas comunidades quilombolas. Suas narrativas, discursos e práticas, ritualizadas ou não, irão nos servir de referência para discorrer sobre o conceito de **memória coletiva**, dentro de um sistema simbólico também compartilhado. Para Maurice Halbwachs (2006) os valores atribuídos aos lugares são acionados diante do processo de construção identitária em que certos fatos passados vêm à tona em determinados contextos e fundamentam as práticas existentes no presente. Implica não somente no aprendizado por meio da escrita ou da oralidade, mas também a partir de uma história vivida. História esta que, para além da ordem dos acontecimentos, diz respeito à seleção, segundo valores estabelecidos socialmente, de fatos ocorridos e de grande importância para o grupo. A memória coletiva, aqui, retém o que está vivo no interior do grupo e que só tem sentido neste contexto. O *tempo dos antigos*, o *passado*, não se opõe ao presente mas, ao contrário, é compartilhado pelos membros do grupo e atualizado pelas experiências vividas. Estas são apreendidas cotidianamente e representadas em locais e práticas específicas, expressões de grande valor simbólico destinado à história e trajetória social do grupo. (HALBWACHS, 2006:29)

À memória coletiva sobre a Ilha está também atrelado o entendimento das comunidades sobre **patrimônio cultural** no sentido de compreender situações de conflito envolvendo a *Ilha* como um todo. Um conceito que nos remete às críticas sobre a noção de “patrimônio nacional” e sua ligação direta com o conceito de Estado-nação. À luz da antropologia interpretativa, podemos pensar o patrimônio cultural como produtor de valores, no entendimento de José Reginaldo Gonçalves (1996). Patrimônio enquanto produção cultural, ou seja, uma tradição inventada determinada por constantes negociações. Homi Bhabha (1998) encontra no campo

das articulações entre grupos sociais distintos o entendimento de processo de diferenciação e de produção simbólica e cultural: “passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais (...) Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novas signos de identidade.” (Ibid, 20)

À noção de patrimônio estão ligadas as categorias êmicas que designam lugares, objetos, práticas rituais, modos de produção dentre outras que evidenciadas pelas comunidades quilombolas em contextos muito específicos de suas trajetórias, de seu cotidiano. Simbolizam aspectos relevantes de suas trajetórias e remetem à ideia de patrimônio como algo que deve “ser preservado” e “não esquecido”. Um bem, ou seja, um direito.

Ligado à identidade social das comunidades quilombolas, o patrimônio cultural trata, por um lado, da questão dos direitos e do reconhecimento das comunidades negras remanescentes de quilombo, sob forma de lei, que requer identificá-las a partir de elementos objetivos, ou seja, “estar sobre a terra” e “fixar-se nela”. Traz um desafio à medida que sua interpretação pode indicar uma rigidez na interpretação sobre as formas culturais e seus entendimentos pelo grupos que as (re)produzem por meio de discursos de narrativas, elementos que nos interessam, afinal. Por outro lado, o território deve ser entendido como um esquema de elementos que estão sempre “em relação”. Narrativas de origem, memória coletiva, espaços de referência, práticas tradicionais e formas contemporâneas de ocupação fazem parte dos esquemas do grupo, de sua territorialidade. Nesse sentido, o território se apresenta como o próprio suporte da memória. Arrutti atenta para os “modos de lembrar” e pensa o território como fonte destas memórias geradas a partir de “interesses sociais e políticos da recordação”. Ao tratar dos bens culturais, esta pesquisa tem como objetivo identificar o que o autor chama de “modos de produção e de transmissão da memória social” nos quais o território é, ao mesmo tempo, origem e reflexo do processo de construção social. (ARRUTTI, 2006)

Vejo como um bom exemplo os usos e acessos à Ilha a partir da demanda pelo *direito ao seu* território. Acupe, São Braz e Dom João tomam pra si a Ilha, ao passo que compreendem seu uso compartilhado. Ou seja: a Ilha está em cada um dos territórios das comunidades analisadas, portanto pertence a todas elas. Vale considerar as noções sobre territorialização / desterritorialização e apropriação de espaços em disputa por diferentes atores sociais. Tais conceitos ganham sentido

quando associados aos processos de conflitos e disputas territoriais, como o caso das expropriações das terras sofridas pelos quilombolas e as diferentes percepções que as comunidades fazem acerca dos usos e dos vínculos que mantêm com seus territórios. Os significados atribuídos a um lugar podem ser apresentados por meio de categorias e dos valores que lhes são atribuídos enquanto distinções sociais.

No contexto desta pesquisa, se as comunidades compartilham sentimentos e elementos simbólicos comuns, para além das fronteiras territoriais, o que as diferencia e as aproxima? Como podemos entender a Ilha de Cajaíba nesse contexto? Como os processos políticos de emergência étnica e de territorialização podem ser analisados a partir de um lugar comum ?

Minha hipótese de trabalho é de que os diversos segmentos envolvidos nesse processo (comunidades remanescentes de quilombo, agentes estatais, empresários, dentre outros) utilizam e percebem um mesmo lugar de maneira diferenciada um dos outros o que contribui para o acirramento das contendas e para o fortalecimento de identidades étnicas específicas. Nesse sentido, o objetivo geral dessa investigação foi o de compreender os usos e sentidos atribuídos por esses segmentos a partir de suas práticas e discursos, explorando a importância desse espaço para a construção de identidades étnicas.

Meu universo de pesquisa é composto pelo processo de apropriação e disputa da Ilha de Cajaíba, localizada no município de São Francisco do Conde, pelas comunidades quilombolas do Recôncavo de um lado - em especial as de São Braz e Acupe (distrito), ambas no município de Santo Amaro, e Dom João, município de São Francisco do Conde que constituem os exemplos etnográficos abordados nessa tese ⁶ - e , pelos órgãos estatais tais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA , Fundação Cultural Palmares - FCP, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, Ministério Público Federal - MPF, Superintendência do Patrimônio da União - SPU, Secretaria Municipal de Turismo de São Francisco do Conde, e empresas (Property Logic, Emissora Rede Globo de Televisão) e agentes mediadores da sociedade civil como O Conselho Pastoral da Pesca - CPP e a Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR,

⁶ Atualmente, todas elas vivenciam situações similares de conflito envolvendo processos de expropriação territorial e especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, a busca pelo reconhecimento e titulação de seus territórios. Dentre os conflitos existentes observados, optei por aprofundar o que se refere a disputa pelo território da Ilha de Cajaíba, local de sustento e considerado de grande valor simbólico pelas comunidades quilombolas pesquisadas dentre outras que se valem do arquipélago enquanto lugar de referência histórica e social.

entre os anos de 2008 a 2016. Embora não sejam apenas essas comunidades que simultaneamente usam e consideram o arquipélago importante, entendemos que esses grupos são exemplares da dinâmica mais ampla que gostaríamos de analisar.

Localizadas no entorno da Ilha de Cajaíba, as comunidades quilombolas pesquisadas possuem uma relação bastante estreita com o território pesqueiro e constituem-se basicamente por famílias de pescadores e marisqueiras que vivem do trabalho no *mangue* e na *maré*. Distam da sede do município de Santo Amaro, Acupe, 18 km, com população aproximada de 7 mil habitantes, cuja origem é associada aos antigos engenhos Alto do Cruzeiro e São Gonçalo; e São Braz, 12 km, possuindo cerca de 750 habitantes, tendo sua origem associada às narrativa sobre o Engenho São Braz e pela presença de um suposto “fundador”, João Clímaco de Araújo. Dom João, localizada a 4 km da sede municipal de São Francisco do Conde, possui cerca de 60 famílias que à sua história atribuem referências das Fazendas D. João, Fazenda Engenho D'Água, Fazenda do Dico e Fazenda Engenho de Baixo

Local que já abrigou uma fazenda que utilizava trabalho escravo⁷, a Ilha de Cajaíba tradicionalmente vem sendo utilizada pelas comunidades remanescentes de quilombo do Recôncavo para atividades de extrativismo, pesca, mariscagem, agricultura e lazer; assim como é uma referência importante na configuração da memória e identidade coletiva desses grupos. Tais usos e sentidos passaram a ser ameaçados por um projeto de instalação de um Eco-Resort de luxo no local onde se situa a Ilha de Cajaíba, no ano de 2008.

Tanto a *Ilha* quanto os territórios de São Braz, Acupe e Dom João estão localizados no Recôncavo Baiano, região Leste do Estado da Bahia, que engloba 20 municípios⁸ com grande incidência de projetos turísticos e imobiliários, conforme

⁷ Na Ilha Cajaíba está localizado um conjunto arquitetônico datado de 1712, constituído pelo casarão do “Barão de Cajaíba” e seus anexos: a senzala e quintal, onde se localizam os marcos apontados pela Comunidade São Braz como sendo “da época de escravidão”, um personagem histórico a quem se atribui episódios de crueldade e maus tratos, uma época marcada pela presença de engenhos de açúcar enquanto principal atividade econômica no Recôncavo baiano do século XVIII.

⁸ Municípios: Cabaceiras do Paraguaçu - Cachoeira - Castro Alves - Conceição do Almeida - Cruz das Almas - Dom Macedo Costa - Governador Mangabeira - Maragogipe - Muniz Ferreira - Muritiba - Nazaré - Salinas da Margarida - Santo Amaro - Santo Antônio de Jesus - São Felipe - São Félix - Sapeaçu - Saubara - Varzedo - São Francisco do Conde. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, o Recôncavo Baiano integra um dos Territórios de Identidade:

apresentado mais adiante. De imediato, podemos caracterizá-lo por sua relevância histórica e econômica marcada pelo trabalho escravo no meio rural do século XVI e sendo o berço da agricultura de *plantation*⁹ no Novo Mundo (BARICKMAN, 2003). Seu passado indica, porém, a presença de outras atividades desenvolvidas para além da cana-de-açúcar, do fumo e da mandioca, produtos estes que representam diferentes fases do sistema de produção escravista e da monocultura dos antigos engenhos. Um olhar mais atento atribui à história do Recôncavo a importante presença de comerciantes e produtos manufaturados, somados a uma agricultura escravista, ou seja, a existência de um mercado local. (*ibid*, p.30)

Ainda hoje a presença negra é preponderante considerando que na Bahia mais de 75% das pessoas se auto-declaram negras¹⁰, significando 14,4% da população brasileira, e destes, cerca de 50% se auto-declaram pretos em 88 municípios situados na região da Baía de Todos os Santos (BTS)¹¹. (IBGE, 2010). Dada sua complexidade e especificidade social e geográfica, podemos tratá-lo tanto no passado quanto no presente como um território diversificado em termos culturais e ecológicos pois agrega um conjunto de localidades onde a presença negra se faz presente enquanto agricultores, comerciantes, pescadores, marisqueiras, comunidades quilombolas dentre outras categorias sociais que desenvolvem inúmeras atividades nos espaços das sedes municipais, distritos e regiões do entorno das antigas fazendas e usinas; nas ilhas e nos “ilhotes” que compõem um dos arquipélagos do Recôncavo.

“O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.”. (SEI, 2013).

Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17> Acesso em: 12/08/2016. Cabe aqui demonstrar dados de georreferenciamento da região do Recôncavo Baiano a partir de dados oficiais disponíveis, muito embora possam ser apontadas críticas à metodologia e aos critérios de inclusão das comunidades quilombolas junto aos Territórios de Identidade.

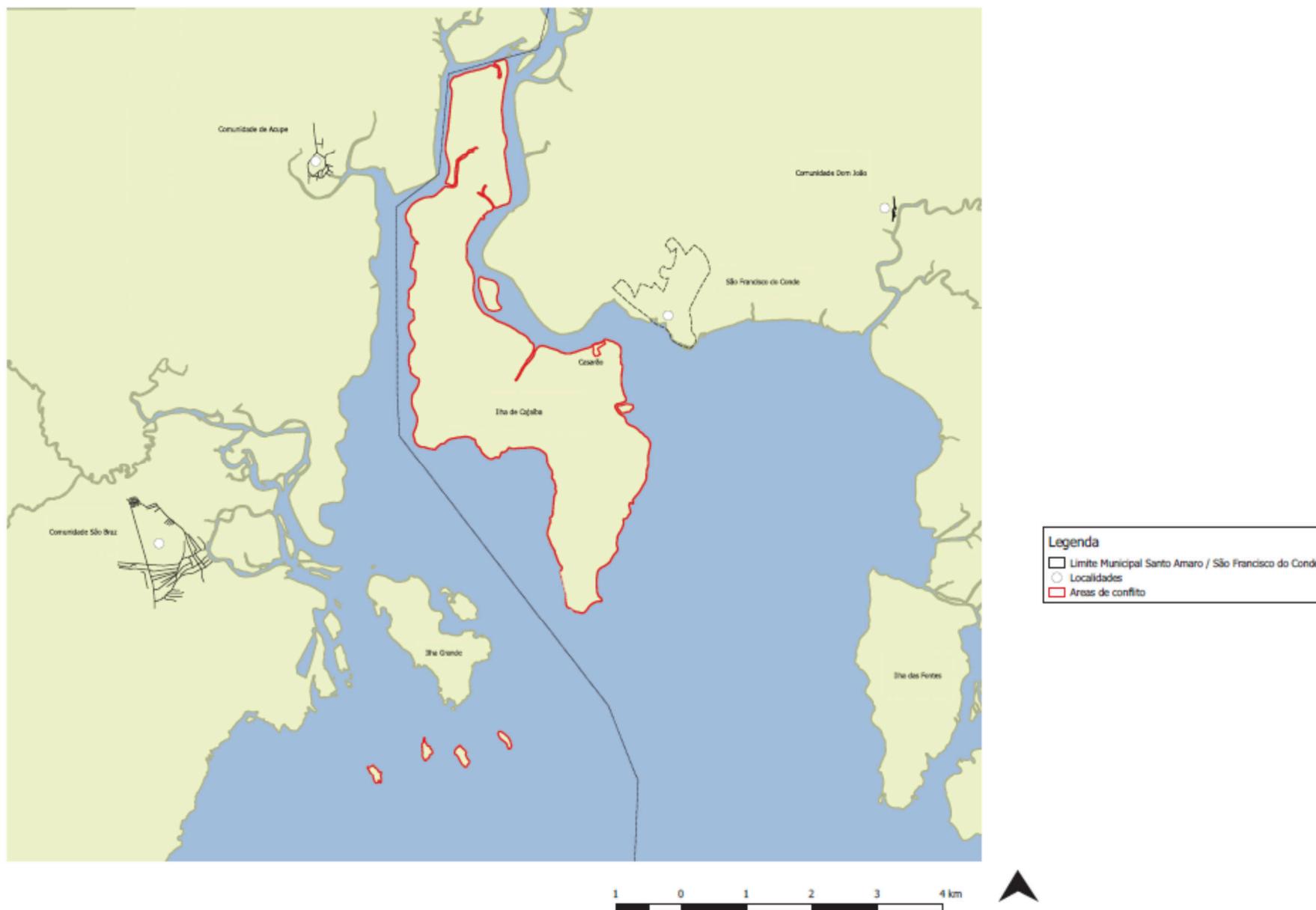
⁹ “...economia limitada ao cultivo extensivo e em grande escala de alguns gêneros tropicais e ao comércio destes e como uma sociedade composta de duas classes: os senhores que possuíam as plantations, e os escravos que nelas trabalhavam” (BARICKMAN, 2003:27).

¹⁰ Segundo o IBGE, a categoria negro engloba a soma de “pretos e “pardos”.

¹¹ Reentrância costeira que abriga mais de trinta e cinco ilhas e ilhotas e onde estão localizados quinze municípios ao seu redor, dentre eles Salvador. Insere-se na região do Recôncavo Baiano.

Mapa 1– Áreas de conflito e localização da Ilha de Cajaíba e comunidades quilombolas.

Fonte: FERNANDES, M.HEIMER, M. 2016.



Construções metodológicas

Deu-se início à pesquisa em 2012 com a abertura de campo junto à comunidade São Braz, englobando, posteriormente, Acupe e Dom João. Foram cerca de dezoito meses utilizados de forma descontínua ao longo dos quatro anos do curso de doutorado a partir de incursões que variavam de 5 a 20 dias; ora em uma só comunidade, ora com deslocamentos entre duas comunidades. Tais incursões incluíram também cerca de dez percursos realizados entre as ilhas, ilhotas e coroas que conformam o arquipélago Cajaíba. A pesquisa foi orientada a partir da dinâmica apresentada por cada uma das comunidades em realizar suas atividades - reuniões, encontros, eventos, pesca, mariscagem, etc. – e da disponibilidade de seus membros em acompanhar o trabalho de campo. A proximidade com Salvador possibilitou um número maior de ida e vindas entre as cidades de São Francisco do Conde e Santo Amaro, distando da capital cerca de 70 e 80 Km, respectivamente.

Penso na apropriação da Ilha sob os seguintes ângulos: a) dos diferentes significados e usos atribuído à Ilha de Cajaíba pelas comunidades quilombolas por meio de práticas e manejos dos recursos naturais como a pesca e mariscagem e as relações de troca ali existentes; b) do contexto de reivindicação do território da Ilha; c) das limitações de acesso e os percursos utilizados pelas mesmas para acessarem a Ilha; d) das estratégias de superação do conflito, derivado das intervenções que impedem o acesso territorial, geradas pelas comunidades envolvendo diferentes atores sociais.

O uso da etnografia multi-situada cabe aqui no sentido de melhor definir procedimentos e de analisar os distintos níveis e lugares dos interlocutores envolvidos. É importante buscar formas variadas de inserção de campo a partir de procedimentos que ampliem a visão do universo pesquisado. A etnografia envolveu, dentre outra técnica, entrevista semi-estruturada – cerca de 60 (sessenta) – além de diálogos informais e conversas durante os percursos realizados até a Ilha de Cajaíba. Situações essas em que a pesquisadora deixou-se envolver no mundo de seus interlocutores e onde a observação participante deu lugar à “participação observante” uma vez que, em muitas ocasiões, a troca de papéis ou mesmo a suspensão destes possibilitou encontros, trocas de experiências e diálogos mais profícuos.

Da mesma forma, e em se tratando de registros e do ato de descrever, compartilho da ideia apontada por Marilyn Strathern (2014) acerca da relevância da descrição, em detrimento da explicação e da representação como forma de compreender um outro pensamento e uma outra vida possível. Ao descrever o outro demonstramos o modo como ele pensa e vive o que, desse ponto de vista, seria mais importante do que explicar porque ele faz o que faz ou diz o que diz ou como ele deve ser representado - como bom selvagem, como vítima ou como resistente (STRATHERN, 2014). Ainda que seja uma representação do pesquisador sobre a representação do outro, vale ressaltar que o que a autora sugere é cada vez mais o uso de representações e de categorias êmicas “por elas mesmas”, digamos assim.

No decorrer da pesquisa etnográfica, busquei identificar os diversos caminhos e locais onde a observação é possível e se faz necessária, permitindo chegar a um nível de produção e análise de dados alicerçados em bases mais amplas de conhecimento. Para George Marcus (1995), a interlocução entre disciplinas, neste caso, possibilita contextualizar, no âmbito mais geral, as especificidades de grupos locais.

Mariza Peirano (2002) propõe a análise de “eventos críticos”, na qual determinadas situações evidenciadas pelos membros de um grupo são priorizadas durante o trabalho de campo para melhor situar o que é relevante. Assim como na análise de rituais, os eventos críticos permitem ampliar e por em destaque aquilo que é usual em uma sociedade. (p.8)

Nesse sentido, a pesquisa de campo engloba: a) membros (lideranças políticas, religiosas; pescadores, marisqueiras) das comunidades quilombolas São Braz, Acupe e Dom João; b) representantes de organizações governamentais e não governamentais e demais atores sociais com os quais os quilombolas dialogam envolvidos nos processos de reconhecimento, regularização fundiária e licenciamento ambiental da Ilha de Cajaíba, quais sejam, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SR-05), Fundação Cultural Palmares (FCP-DF), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA-BA), Superintendência do Patrimônio da União (SPU-BA), Ministério Público Federal (MPF – BA), Ministério Público Estadual (MPE – BA), Secretaria Municipal de Cultura de São Francisco do Conde (SECUT), Conselho Pastoral da Pesca (CPP), Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), empresa Property Logic.

A pesquisa conta também com análise documental junto às instituições acima citadas. Buscou-se enfatizar os diferentes discursos e categorias utilizadas pelo Estado a partir do aparato burocrático disponível (HERZFELD, 2005) em contraposição às aquelas pertencentes às comunidades quilombolas. Da mesma forma, evidencia as diferentes percepções acerca do *lugar da Ilha* e de cada ator envolvido em seu conflito. Documentos entendidos aqui como representações e produtores de relações:

Ao enunciar, com autoridade, que um ser, coisa, ou pessoa, existe em verdade (veredicto) em sua definição social legítima, isto é, é o que está autorizado a ser, o ser social que ele tem o direito de reivindicar, de professar, de exercer (por oposição ao exercício ilegal), o Estado exerce um verdadeiro poder criador, quase divino (uma série de lutas, aparentemente dirigidas contra ele, reconhece, de fato, esse poder ao lhe pedir que autorize uma categoria de agentes determinados – as mulheres, os homossexuais – a ser oficialmente, isto é, pública e universalmente, o que ela é, até então, apenas para si mesma (BOURDIEU, 2007, p. 113).

Os registros audiovisuais foram produzidos a partir das experiências em campo, principalmente quando dos percursos realizados até a Ilha de Cajaíba com as comunidades quilombolas, como veremos mais adiante. A busca pela apreensão da imagem fotográfica e em formato de vídeo propiciam reviver e explorar as mais diversas linguagens e textos (escritos, gestuais, orais): “a poética nas formas interativas ordinárias e cotidianas (...) a composição dos movimentos que encerram as ações de homens e animais em seus detalhes estruturais, etc.” (ROCHA; ECKERT, 2001: 2)

Os primeiros contatos com as lideranças quilombolas foram feitos a partir de São Braz, onde realizei o trabalho de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, conforme descrito no Capítulo 1. A pesquisa de campo para coleta de dados etnográficos iniciou com os primeiros contatos sendo feitos com seus líderes e, após, seguindo suas indicações e abrindo redes que auxiliaram na construção do vínculo necessário para a busca de informações políticas de cada comunidade no intuito de identificar os laços de proximidade entre os moradores. Localizar a vizinhança, parentesco ou pessoas próximas auxilia tanto no processo de inserção do pesquisador no campo quanto possibilita a localização das redes sociais estabelecidas pela e na comunidade. Elizabeth Bott (1976) pensa no acesso aos “mais próximos” e as redes sociais segundo a lógica de pertencimento a uma família e ao local onde se vive.

É interessante identificar os atores sociais a partir do lugar de onde falam e de onde agem. Paul Atkinson (1990) assinala que as narrativas quando colhidas dos interlocutores em campo na maioria das vezes advém por uma linguagem desordenada, sendo de suma importância a organização textual com o fim de favorecer a recepção das informações num tom realista e inteligível aos futuros leitores.

Podemos pensar a idéia de fluxos associadas às de lugar, primeiramente, e às de processos de identificação étnica e de territorialização por meio das vivências e dos trânsitos entre lugares realizados pelas comunidades quilombolas São Braz, Acupe e Dom João para o acesso à Ilha e os conflitos existentes nesse contexto. Para tanto, foram realizados percursos até a Ilha com cada uma das comunidades. Os locais indicados como importantes pelos pescadores e marisqueiras foram georreferenciados de modo a possibilitar a identificação tanto dos percursos quanto dos pontos de encontro e localização dos locais de conflitos.

Meu contato com essa situação se deu em 2009 quando fui visitar as comunidades enquanto funcionária da Fundação Cultural Palmares para tratar dos processos de licenciamento ambiental que avançavam sobre territórios quilombolas. e posteriormente como antropóloga que iria elaborar o relatório antropológico da comunidade de São Braz no ano de 2012. Desde então, passei a me interar do histórico desse conflito e acompanhar seus desdobramentos, tendo contato freqüente com as pessoas envolvidas em tais contextos.

A pesquisa para elaboração desta tese não se ateve aos períodos de minha inserção profissional no conflito em relação a Ilha de Cajaiba, mas abarcou épocas anteriores e posteriores e baseou-se numa variedade de dados obtidos através de diferentes fontes (processos administrativos, entrevistas realizadas por mim, conversas informais, observações, fotografias e produção de mapas)¹².

Esta aparente indisciplina metodológica é, na verdade, baseada em uma concepção mais ampla e aberta de investigação etnográfica que busca responder as questões norteadoras do trabalho como “fazer referência a formas precedentes de delimitação de objetos e de delineamentos metodológicos” e “remeter-se a autores e momentos que ocupam lugar crucial naquela delimitação e naqueles delineamentos” (GIUMBELLI, 2002)

¹² Contou também com a elaboração de mapas temáticos (conflitos, espaços de uso comum e rotas) elaborados por Michael Heimer, professor ligado ao Departamento de Geografia / UFBA.

Além da área insular principal, o *topos* que os quilombolas chamam de *Ilha de Cajaíba* compreende, também, um grupo de ilhotas próximas: Ilhote do Passarinho, Nordeste, Coroa Branca, Ilha Pequena, Ilha Grande e outras – e também o mar que as interliga, que vincula comunidades e ilha. Ou seja, um arquipélago que integra a percepção do espaço territorial e a relação que cada comunidade estabelece com o *continente* e com a *maré*¹³.

Nesta pesquisa tomo o seguinte ponto de partida: as comunidades se sentem ao mesmo tempo “donas” e parte da Ilha, demonstrando, a partir deste discurso mais radical, uma ligação de pertencimento ao território. Este espaço pode ser apreendido e compartilhado de modos semelhantes ou diferentes, a depender da especificidade de cada grupo visto que cada quilombo constitui uma forma específica de apropriação de determinados locais. Busco entender assim como a Ilha, enquanto emblema da identidade, corpo simbólico (representação social), dialoga com os elementos existentes no interior de cada comunidade.

Para tanto é importante considerar a relação que as comunidades quilombolas pesquisadas mantêm com outros espaços próximos, considerando que “a Ilha” não se reduz a uma fração de terra isolada, conforme apontado pelos próprios quilombolas durante o trabalho de campo. O acesso das comunidades ao espaço da Ilha depende de diferentes circunstâncias a que elas estão expostas, das relações que mantêm entre si e com grupos externos. Os trajetos até a Ilha percorridos com cada comunidade permitem identificar rupturas, transformações, formas de coesão e trocas simbólicas por meio de narrativas e experiências relativas à pesca e à mariscagem, bem como dos encontros entre quilombolas de uma mesma comunidade ou de comunidades distintas. Conforme mencionado: “*a maré une*”.

Diante do exposto, passo a apresentar os capítulos que compõem esta Tese.

O primeiro diz respeito à construção social da Ilha de Cajaíba onde busco detalhar sua historicidade do processo de privatização da Ilha de Cajaíba sofridos ao longo do tempo pelas comunidades quilombolas pesquisadas. Demonstrar como a Ilha foi sendo ressignificada em cada contexto histórico e social onde, por um lado,

¹³ *Terra* e *maré* são categorias usadas na distinção dos espaços utilizados pelos pescadores e marisqueiras de São Braz. Na percepção dos quilombolas o espaço marítimo também integra seu território. O mar (*maré*), faz a ligação entre as áreas residenciais do continente (*terra/continente*), o manguezal (*lama*) e a *Ilha*. Essas categorias serão foco de análise da pesquisa em andamento.

para a história oficial significou um espaço no empreendimento de colonização portuguesa no Recôncavo, de outro, também se tornou espaço negro, com a vinda dos escravos, revoltas e outras formas de resistência.

No segundo capítulo discorro acerca da constituição das categorias políticas quilombola e pescadores e marisqueiras resgatando elementos dos conflitos ambientais e territoriais vivenciados pelas comunidades. Da mesma forma, apresento os agentes mediadores – AATR e CPP - que compõem as redes de apoio com as quais as comunidades contaram na construção de suas identidades sociais diante da luta por reconhecimento social e legitimidade sobre seus territórios. Também são contextualizados os processos de licenciamento ambiental e de regularização fundiária que impulsionaram a luta pelo reconhecimento da Ilha e dos territórios quilombolas.

O terceiro capítulo destina-se à pesquisa documental e etnográfica junto aos órgãos governamentais envolvidos na questão da Ilha de Cajaíba - INCRA, FCP, INEMA, IBAMA, MPF, SPU, IPAC, SECUT - São Francisco do Conde. Busco analisar os discursos contidos nos relatos e entrevistas realizadas com seus representantes e nos documentos obtidos - relatórios técnicos, pareceres, processos jurídicos, imagens, publicações, etc. Busco evidenciar os conflitos envolvendo os processos de territorialização e reconhecimento demonstrando e contrapondo as variadas formas de (re/des)apropriação da Ilha. Este capítulo também inclui dois fatos recentemente ocorridos na Ilha de Cajaíba relativos aos processos de privatização da Ilha: a) a presença da Rede Globo de Televisão quando das filmagens da novela “Velho Chico”, b) o projeto de implantação de parque ecológico por parte da Prefeitura de São Francisco do Conde.

O quarto e último capítulo destina-se aos percursos feitos de barco até a Ilha de Cajaíba realizados em cada uma das comunidades pesquisadas, onde é possível identificar locais relevantes para as atividades de pesca, mariscagem atribuídos aos lugares no *mar*, na *maré*, na lama, no *mangue*. Para melhor entendimento acerca das categorias expostas quanto ao uso de locais e seus significados, foram elaboradas tabelas indicando cada local e sua descrição que poderão ser utilizadas quando da leitura de cada percurso apresentado¹⁴.

¹⁴ (Vide ANEXO 2).

Tais aspectos são analisados com foco no olhar das comunidades e naquilo que se aproxima do que entendem ser o lugar da Ilha, de seus territórios étnicos e território pesqueiro. Meu intuito é que esta Tese sirva também como um trajeto a ser percorrido por todos que queiram partilhar deste lugar comum...

CAPÍTULO 1 – DO ENGENHO AO TERRITÓRIO PESQUEIRO: PROCESSOS HISTÓRICOS E A PRIVATIZAÇÃO DA ILHA DE CAJAÍBA.

*Sempre foi e existiu Cajaíba em primeiro lugar. Prioridade, sempre teve dentro da Vila... Tinha fazendas, a Ilha de Cajaíba, mas depois eram vilas. Mas a Ilha sempre foi o ponto de encontro das vilas...*¹⁵

Neste capítulo será apresentado o contexto histórico envolvendo o processo de privatização da Ilha de Cajaíba ao longo da história na região do Recôncavo baiano. Creio ser útil tal contextualização à medida que nos situa perante os diferentes processos de transformação política e econômica dessa região que refletiram nos diferentes modos de apropriação da Ilha de Cajaíba o que, *a posteriori*, possibilitará nossa compreensão dos sentidos atribuídos a este lugar pelas comunidades quilombolas pesquisadas. Após, abordaremos os processos de licenciamento ambiental e regularização fundiária de territórios quilombolas que envolvem a Ilha de Cajaíba .

1.1 – Engenhos de açúcar: economia, escravidão na Bahia

O século XV é marcado pelo impulso inovador do consumo e produção de açúcar no mundo. Pesquisas recentes demonstram que o auge do consumo de açúcar como artigo de primeira necessidade no decorrer dos séculos XVIII e XIX para os trabalhadores e classe média nos países em processo de urbanização e industrialização, como afirma Marshall Sahlins (2007):

¹⁵ Sra. Joselita Gonçalves Santos Borges (59, Dona Joca), da comunidade quilombola Dom João.

O desenvolvimento da moderna “civilização ocidental dependeu de uma imensa cultura de drogas leves pelo menos com condição de tolerabilidade, marcada pelo consumo cotidiano generalizado de substâncias com chá, café, chocolate, tabaco e açúcar – uma lista sem grande valor nutricional que a redima. (SAHLINS, 2007:482)

Sidney Mintz (2001): “A comida foi então um capítulo vital na história do capitalismo, muito antes dos dias de hoje: como alimentar pessoas, e como fazer dinheiro alimentando-as” (pág.33). O açúcar, popularizado, ultrapassou as fronteiras continentais e fez com que o mundo dependesse de seu consumo.

Sua produção, porém, vem de um longo processo de transformação econômica e social quando de sua entrada no “Novo Mundo”. A indústria açucareira do Atlântico foi a primeira commodity agrícola de produção de larga escala e de cotação de preço definidas pelo mercado global. Também significou o principal estímulo para a construção do escravismo moderno. (PÁDUA, 2013:20).

O tráfico de escravos africanos para a Bahia começou em seguida ao estabelecimento dos primeiros engenhos de açúcar, por volta de meados do século XVI, sendo o Recôncavo Baiano o lugar onde se concentrou a grande massa de escravos. Os engenhos de açúcar do Recôncavo lucraram ainda mais no período entre os séculos XVIII e XIX, época em que a importação de escravos aumentou consideravelmente. Calcula-se que chegavam cerca de oito mil por ano. Uma estimativa de 1814 indica que haveria no Recôncavo em torno de 40.800 escravos espalhados por 408 engenhos, uma média de cem por engenho.

Luís Henrique Tavares (2008) aponta para a presença dos africanos na Bahia por meio dos primeiros documentos que falam da vinda de negros da Guiné tratados como mercadoria, sendo considerados um bem do Governador Mem de Sá, que trouxe 336 escravos africanos. Influenciado tanto por questões econômicas e políticas quanto por questões internas e externas, o tráfico apresenta vários aspectos de relevância para o conhecimento dos grupos negros e do seu comportamento social no contexto brasileiro. No estudo das importações negras para a Bahia, encontramos referências à Guiné, à Costa da Mina ou à Angola. Estes foram traficados em períodos e pontos geográficos distintos de acordo com as oscilações e demandas do sistema econômico açucareiro: “I Ciclo da Guiné. Século XVI; II Ciclo de Angola. Século XVII, III Ciclo da Costa da Mina. Século XVIII; IV Última fase, a ilegalidade. Século XIX.” (TAVARES, 2008:58)

Da mesma forma, podemos compreender a ocupação negra no Brasil a partir das atividades econômicas atreladas às questões étnicas de tais grupos por meio das classificações dadas aos mesmos a partir de suas posições quando da fabricação do açúcar: “- Escravo para o período da moagem de cana. - Escravo para o trabalho na casa da caldeira. - Escravo para o trabalho na casa de purgar. – Escravo para o embarque do açúcar.” (Ibid., p. 59)

Como sugere o historiador João José Reis (2003), a redefinição constante do cenário étnico africano na Bahia é motivada por uma série de fatores, dentre eles o tráfico constante de diversas partes do continente africano. As oscilações econômicas ocorridas entre os séc. XVI e séc. XIX auxiliam na compreensão das fases distintas da economia açucareira atrelada ao aumento de escravos pelo tráfico. O traficante de escravos ganha papel fundamental neste processo. Pequeno no século XVI, cresceu no século XVII, chegando a haver um certo instante do século XVIII em que os problemas políticos da Europa e de Portugal permitiram-lhe alguma autonomia nos seus negócios na África. Ajudou muito a circunstância do fumo baiano, cultivado no Recôncavo, ser aceito naquele comércio de troca, era refugado na Europa trocado por escravos na África.

Reis atenta que na primeira metade do século XIX a Bahia viveu um crescimento populacional de grupos negros mestiços, principalmente africanos:

Estes foram importados em números que chegaram a 8 mil por ano em certos períodos, visando atender a demanda da economia açucareira que, desde o final do século XVIII, fora atingida por fortes ventos de prosperidade. Os novos escravos agora vinham da atual Nigéria, e do antigo reino de Daomé, atual República do Benin, terras dos nagôs, jejes, haussás, tapas, etc. (REIS, 2009:35)

Antes mesmo de se iniciar o tráfico negreiro para a Bahia, os europeus já possuíam ampla experiência, devido ao comércio realizado na Europa e nas ilhas atlânticas. Não foi apenas por causa da mão-de-obra que o colono europeu solicitou o trabalho escravo dos milhares de africanos trazidos para as terras do Brasil. Foi também em virtude do comércio de escravos, que existia e que buscava estimular a abertura de novos e amplos mercados compradores. Com bem demonstra Stuart Schwartz (2013), os escravos vindos da África eram caros, mas acreditava-se que poderiam render mais que qualquer outro grupo: “Sem açúcar, não há Brasil; sem escravidão, não há açúcar; sem Angola, não há escravos”, conforme dito popular

que mostrava a centralidade do açúcar, da escravidão e da África para a existência da colônia. (SCHWARTZ, 2013:25)

A partir das documentações existentes, pode-se observar que o número de escravos cresceu na medida da capacidade aquisitiva dos colonos donos de engenhos de açúcar e plantações de cana. Com o passar do tempo, o africano deixa de ser usado apenas nos engenhos e passa então a ser utilizado em todas as outras atividades que careciam de trabalho braçal.

Para Schwartz a sociedade açucareira pode ser representada por meio da analogia entre a estratificação social dos grupos ali existentes e as classificações do açúcar: os brancos eram os donos da terra e das moendas / açúcar branco, o mais valorizado; os brancos pobres, mulatos e libertos, eram os “ofícios mecânicos”/ açúcar marrom, mascavo; os índios e negros, a força de trabalho / açúcar de panela, escuro, de menos valor. Neste contexto, as atividades também variavam e em certos segmentos não estavam diretamente ligados à produção açucareira mas que de certo modo relacionavam-se a esta, a exemplo dos roceiros, boiadeiros, calafates (aqueles que vedavam as frestas das embarcações), e sertanistas. Além destes, ao lado dos senhores de engenho, estavam os lavradores e os mercadores que formavam o setor açucareiro e mantinham seu controle. Vale ressaltar os aspectos sociais dos engenhos e não somente seu viés econômico dada a diversidade de formas de trabalho e de status dos grupos que surgem com a instauração da produção e da sociedade açucareira ao longo dos séculos (Ibid, p.23). Pádua (2103) destaca a formação de verdadeiras cidades no entorno dos engenhos formadas por escravos, administradores, trabalhadores livres e artesãos que se reuniam nas lavouras, que reduzia a necessidade de pequenas vilas rurais e comunidades. Ademais:

as elites urbanas e rural estavam muitas vezes interligadas, e que a posse de um engenho era um objetivo social, não apenas uma atividade econômica. Os senhores de engenho insistiam em usar esse título porque significava autoridade senhorial. Eles raramente se autodenominavam “fazendeiros”. Como a famosa passagem de padre Antonil (pseudônimo do jesuíta italiano Giovanni Andreoni, que viveu no Brasil entre os séculos XVII e XVIII): “é título [o de senhor] a que muitos aspiram, porque traz consigo a ser servido, obedecido e respeitado de muitos”.(Pádua, 2013:25)

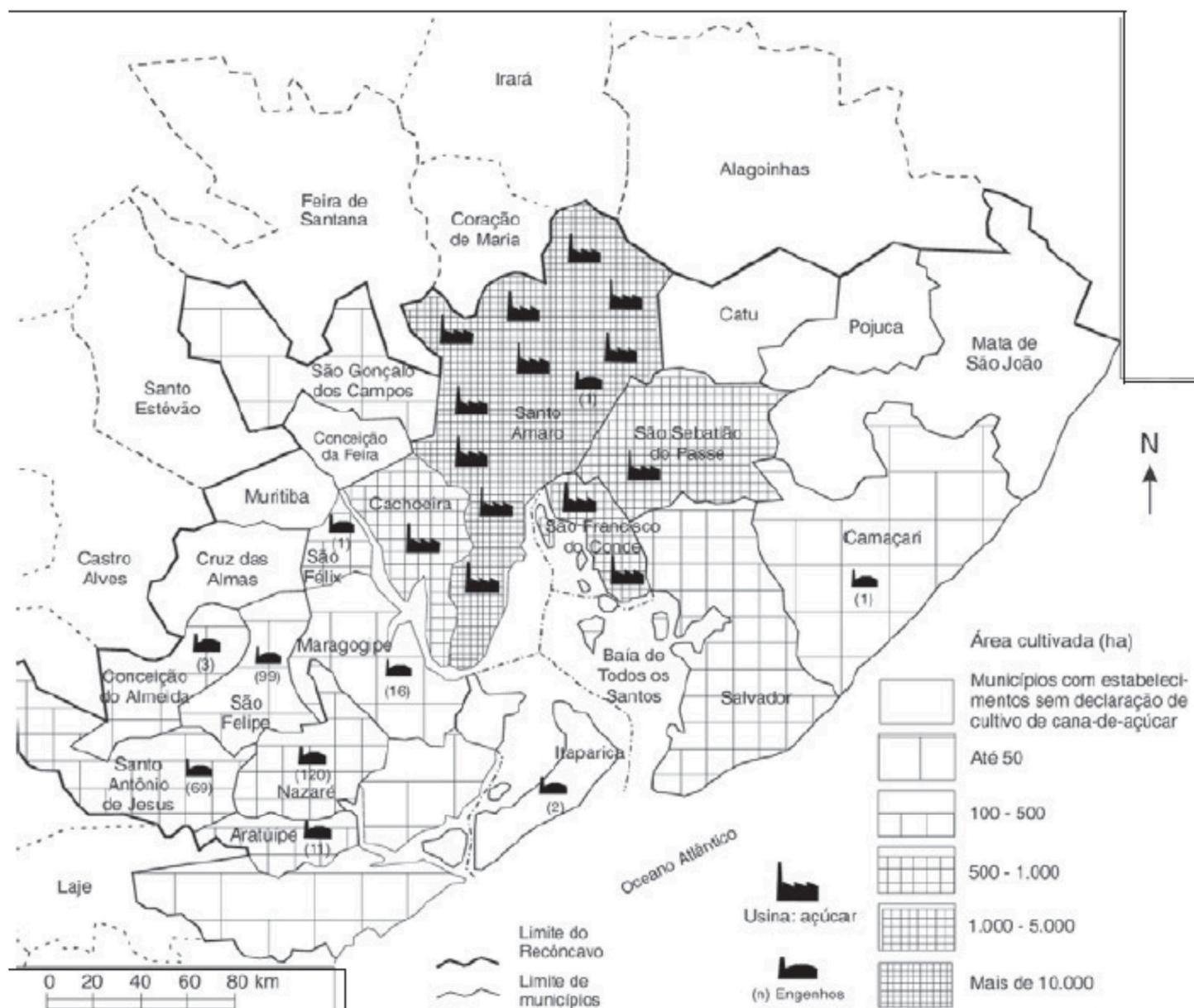
Os lavradores compunham um grupo que de certa forma dava sustento aos senhores de engenho onde, por meio do pelo cultivo de cana, abasteciam os primeiros. Sem capital suficiente para implantar seus próprios engenhos, os lavradores cultivavam a cana-de-açúcar em suas propriedades ou em terras alugadas. No que tange especificamente ao Nordeste brasileiro, a própria ideia de que sua formação fundiária ocorreu exclusivamente conformada por latifúndios açucareiros ou - no caso do Sertão e Agreste - pecuaristas vem sendo relativizada pelos estudos especializados. Ao lado das grandes engenhos e canaviais, originários do período colonial, um número significativo de pequenos e médios estabelecimentos promotores de atividade agrícola, pecuária ou mista estavam presentes, constituindo a base de uma agricultura familiar.

Nota-se que o escravo esteve presente em todos os setores produtivos da sociedade brasileira, desempenhando as mais diversas atividades urbanas e rurais, inclusive aquelas que exigiam elevado grau de especialização profissional. Não raro foram os indivíduos de poucas posses que, conseguindo acumular algum capital, compravam um ou dois cativos, adquirindo assim o reconhecimento social como senhores de escravos e aumentando suas possibilidades de ganhos econômicos (Schwartz, 2001). A verificação de que pequenos lavradores pobres tinham escravos demonstra que existiam diferentes realidades escravocratas que não se restringiam aos grandes plantéis do universo agro-exportador.

1.1.1 – Os *barões* e a resistência negra na região do Recôncavo

Chama-se Recôncavo Baiano a região que abraça a Baía de Todos os Santos. Diversas regiões da Bahia e da Europa, no período colonial e imperial dependiam dos alimentos e combustíveis produzidos nessa região. Com o objetivo de substituir a divisão feita em freguesias, no final do século XVII, foi estabelecido um sistema de organização para proporcionar a criação de vilas. As vilas funcionavam como um esqueleto administrativo, recursos para portos e serviços agrícolas, daí surgem as cidades que hoje formam o Recôncavo Baiano, conforme mapa abaixo apresentado, que apresenta os locais onde havia produção açucareira, em 1950:

Figura 1 - "Recôncavo Baiano: distribuição do cultivo exclusivo de cana-de-açúcar por município, nos estabelecimentos declarados, 1950" (Brito, 2008)¹⁶



As terras arenosas dispersas às margens do Rio Paraguaçu propiciavam o cultivo do fumo e da cana, tornando o Recôncavo, o centro de atividade econômica da Bahia. Nas áreas açucareiras, a população escrava muitas vezes chegou a ultrapassar 60%. Este percentual era mantido pela chegada constante de africanos, das mais variadas etnias, que devido às condições a que eram submetidos,

¹⁶ BRITO, Cristóvão. **A PETROBRÁS e a gestão do território no Recôncavo Baiano** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, 236 p. ISBN 978-85-232-0542-3. Available from Scielo Books <<http://books.scielo.org>. Acesso: 30/09/2013.

elaboraram formas próprias de sobrevivência. Desde as negociações entre senhores e escravos, as relações entre negros libertos e escravos africanos, enfim, as alternativas de acesso à terra, entendidas enquanto controle dos senhores sobre os escravos, mas também um modo deste adquirir certa autonomia perante o sistema de escravidão dos engenhos de açúcar que se prolongou para além de sua decadência.

A região do Recôncavo Baiano, nas terras úmidas da Baía de Todos os Santos, era formada pelas freguesias suburbanas de Salvador, e os distritos rurais das cidades de São Francisco, Santo Amaro e Cachoeira. Barickman (2003) demonstra que aproximadamente 90% dos engenhos concentravam-se nas freguesias rurais daqueles municípios:

Muito cedo, os colonizadores portugueses estabelecidos na Bahia haviam descoberto que os solos pesados do norte do recôncavo, os massapés, eram ideais para o cultivo da cana-de-açúcar. Havia aprendido também que a cana crescia tão bem – e, na realidade, melhor, em anos chuvosos – nos salões, terras mais leves. A distribuição de massapés e salões teve, de fato, grande influência na geografia da indústria açucareira no recôncavo. Onde quer que encontrassem terras como esses solos argilosos em distritos próximos às margens da baía, os colonizadores e seus descendentes plantaram cana e construíram engenhos (...) Juntas, as freguesias suburbanas de Salvador, as duas vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro e a freguesia do Iguape constituíram os principais centros de produção açucareira do Recôncavo. (Barickman, 2003:39-40)

Os lavradores também compuseram este cenário, conforme dito anteriormente. Sobre isto, Barickman chama atenção para o fato de que embora os lavradores de cana tivessem escravos, a quantidade variava de maneira significativa “de um ou dois até trinta ou mais cativos” (Ibid., p. 42). Neste contexto, outras atividades destinadas às lavouras de fumo e mandioca são desenvolvidas na região do Recôncavo e contam com as lavouras para o sustento dos senhores e escravos, principalmente ao sul, nos solos mais leves. De modo geral, o que fica claro é que há uma relação entre a variedade de atividades desenvolvidas nas lavouras, tanto para exportação quanto para subsistência (fumo, açúcar e mandioca), e a localização ou especificação geográfica no Recôncavo. Fato que reflete no contingente de escravos que ocuparam a Baía desde o séc. XVI.

As relações entre segmentos distintos da sociedade estão diretamente ligadas às formas de apropriação da terra, o que não exclui frações de terras aos escravos. As propriedades no século XIX variavam assim como o número de proprietários em cada unidade: engenhos, fazendas e sítios destinados, respectivamente, aos senhores de engenho, lavradores e outros moradores ou agregados, que viviam de “favor”. Os pequenos agricultores, também lavradores, raramente tinham direitos sobre as terras que trabalhavam com suas famílias. (Ibid, p.97) Em geral, as terras dos lavradores eram arrendadas para o cultivo de cana em pareceria com os senhores de engenho. Um aspecto importante sobre esta diversificação é a possibilidade de mobilidade aos que participavam da indústria açucareira no sentido de poder de compra de um engenho aos lavradores de cana com maiores recursos:

Apesar das referências da época à “opressão servil”, os lavradores de cana não eram servos. Não estavam de modo algum presos às propriedades dos senhores de engenho, nem perpetuamente vinculados à indústria açucareira. Sempre tinham alternativas. Podiam cultivar fumo, mandioca, ou, mais tarde, café para obter uma renda monetária. Tinham liberdade também para deixar o norte do recôncavo e procurar terra em outra parte da região, no interior, ou ao longo do litoral sul. (Ibid, p.204)

Senhores de engenho e lavradores, no entanto, não monopolizaram a mão-de-obra escrava nas *plantations* de cana, mas possuíam principalmente escravos para as lavouras destinadas ao fumo e mandioca, ao final do séc. XVIII e início do séc. XIX. Além disto, consta que os senhores de engenho concediam relativa liberdade a alguns empregados: feitores, caixeiros, caldeireiros e tacheiros, artesãos, pedreiros, etc. Segundo Barickman a categoria “doméstico” se igualava a de agregado no sentido de determinar e identificar sua inserção a uma unidade doméstica ou “fogo”.

Tal configuração permitiu aos escravos de distintos ofícios, entender as partes do processo que sustentava a sociedade colonial desde as formas mais elementares no interior da casa grade, ao comércio local, ao cotidiano da vida urbana e rural. Tanto lavradores quanto senhores de engenho, só tinham como alternativa a mão-de-obra escrava, apesar de haver população livre de homens e mulheres pobres que exerciam trabalho muitas vezes assalariado. De todo modo,

“senhores de engenhos, lavradores de cana e de fumo e roceiros, todos compravam escravos, mas em quantidades bem diferentes”, em função das atividades exercidas em cada unidade de produção como, por exemplo, os engenhos, no topo da hierarquia, que combinavam o cultivo da cana com o fabrico do açúcar. (Ibid, p. 240)

Da mesma forma, algumas atividades permitem compreender de que forma os grupos negros, formados por escravos ou libertos, conseguem encontrar formas de lidarem com o sistema escravista por meio de trabalhos distintos em sua função e status social. Walter Fraga Filho (2006) especifica que o na região do Recôncavo “houve mais que as atividades empenhadas nos engenhos: havia ali grande variedade de cultivos e nem todos os escravos estavam ligados à economia açucareira.” (p.23). Soma-se a isto categorias utilizadas para designar o tipo de atividade exercida pelos grupos também classificados segundo o lugar no sistema colonial. A exemplo dos registros documentais pesquisados pelo autor em que consta dados sobre a trajetória de escravos que realizavam mais de uma atividade. Além disto, pode-se perceber nas trajetórias individuais analisadas, marcas de lutas pela emancipação da escravidão:

Juvenal, crioulo, morador do Engenho São Bento, que se apresentou ao cartório de Santo Amaro com “liberto” e declarou que na noite do dia anterior, 26 de maio de 1889, falecera naquela propriedade o “preto africano” de nome Salomão, 80 anos, solteiro, “que fora escravo do mesmo engenho e vivia em outra época do serviço de lavoura...”

(...) Em 10 de fevereiro de 1889, compareceu ao cartório de Rio Fundo, distrito de Santo Amaro, a ex-escrava Etelvina rego, 20 anos, “crioula”, para registrar o nascimento do filho Antônio, nascido havia poucos dias. O pai, Antônio do Rego, era filho de Serafina do rego, moradores do Engenho Paranaguá. Lendo a lista de escravos fugidos daquele engenho, em junho de 1882, foi possível reencontrarmos a avó do menino registrado. (...) Entre eles, achava-se Serafina, “crioula preta”, então com cerca de 30 anos, com três filhos. Portanto vovó Serafina foi uma das fugitivas, e, provavelmente, entre os três filhos que carregou na fuga, estava o pai do pequeno Antônio. (Ibid, p. 24)

As diversas atividades realizadas, as heterogeneidade das relações entre senhores e escravos, ex-senhores e ex-escravos são fundamentais para a compreensão do que ocorreu na região do Recôncavo durante o período escravocrata e na época do pós-abolição. Independentemente da fase histórica,

houve o estabelecimentos de organizações ou formas dos grupos negros se relacionarem e buscarem alternativas frente à escravidão e modos de inserção na sociedade colonial. Nos engenhos, trabalhavam nos canaviais e, em sua maioria, eram estrangeiros, vindos da migração forçada do tráfico atlântico; nas lavouras e roças, eram aqueles advindos do “crescimento natural da população escrava”. (*Idem*) Eram realidades diferentes mas complementares, inclusive quando das possibilidades de poder escapar do sistema escravista, um processo marcado pelas revoltas e pelos conflitos internos aos grupos negros.

1.1.2 - Negociações, rebeliões e insurreições na formação dos territórios negros.

Para explicitar melhor as situações ocorridas no final do século XIX e início do século XX relativa à presença negra no Recôncavo Baiano é interessante observarmos as formas de organização social e políticas, bem como os fluxos ocorridos entre os grupos negros. Da mesma forma, falar em revoltas, rebeliões e insurreições fazem sentido quando relacionadas às lógicas de reprodução de práticas para o sustento e continuidade das práticas culturais das famílias negras ao longo das gerações por meio de brechas encontradas pelas mesmas quando do sistema escravista e ao final da economia açucareira.

As oscilações ocorridas durante o sistema escravocrata (crise açucareira intercaladas pelo aumento da produção e conseqüente alta das exportações) com base principalmente, na economia açucareira - que não inclui somente a monocultura da cana, mas atividades complementares – geraram transformações tanto no que diz respeito às grandes propriedades dos engenhos e fazendas, como na relação entre senhores/escravos; ex-senhores/libertos, conforme descrito anteriormente.

As insurreições representavam estratégias de ocupação e formas distintas de se relacionarem com outros grupos étnicos e sociais. Na grande maioria das vezes, situavam-se em locais estratégicos e caracterizados pela dinâmica de suas práticas que variavam desde ritos religiosos, relações de parentesco, organização política, etc. Mas, principalmente, a busca por espaços onde pudessem reproduzir

suas práticas por meio de aquisição de terras, de contratos com grupos étnicos distintos e o cumprimento destes por parte dos senhores.

Reis (1992) atenta para a revolução escrava no Haiti, ocorrida no séc.XVIII, que deu fim à escravidão e ao sistema açucareiro no país, uma das sociedades mais prósperas neste sentido. Reflexo disto, o Brasil prosperou diante da ausência de uma concorrência tão forte. Mais homens que mulheres, esta diferença trouxe dificuldades para a manutenção das famílias de escravos no Brasil, significando novas “importações” em períodos mais profícuos, com o início do séc. XIX, quando ocorrem as rebeliões, organizadas pelos escravos africanos. As diferenças étnicas permeavam as estratégias contra o sistema escravista. “Crioulos”, nascidos no Brasil, em geral afastavam-se das revoltas. Porém, um paradigma envolve estas questões: o crioulo nasceu escravo, os africanos, livres. Isto resultou na forma como se sentiram motivados a agir. (Ibid,p.102). Tanto crioulos como africanos, ambos travaram formas de resistência que influenciaram uns aos outros no decorrer dos séculos XIX e XX.

Em 1807, o governador Bahia, conde da Ponte, fez dura batalha contra os escravos e tratou de oprimir quilombos e terreiros de candomblé em Salvador. Posteriormente, a ordem chegou ao Recôncavo e uma onda de perseguição aos terreiros de candomblé, com a prisão do escravo angola Antônio, em São Francisco do Conde, bastante popular entre os escravos. O ataque à Vila de Nazaré, por parte de escravos *hausás*, fugidos de Salvador e engenhos do recôncavo. Somavam trezentos escravos, que se aquilombaram às margens do Rio da Prata. Ataque mal sucedido, que fez com que fossem mortos em batalha subsequente pelas tropas de Salvador e milícias. O controle por parte do Estado aumentou, formalizando ordens de castigo àqueles que, vivendo longe dos engenhos, não retornasse às suas casas em 24 horas, seriam açoitados e castigados. Toques de recolher, proibição de batuques e danças, morte àqueles que resistissem à prisão, foram algumas das estratégias de controle do conde da Ponte. Com sua morte, o conde dos Arcos toma o governo da Bahia e, ao contrário de seu antecessor, considera a forma de tratamento dos senhores contra os escravos “mesquinha e severa”, o que acreditava refletir na reação dos grupos negros escravizados. Buscava um meio de conter a revolta dos escravos, estes entendidos como necessários à mão-de-obra. Mesmo assim, as revoltas continuariam e, em 1814, rebeldes de Santo Amaro e São Francisco do Conde, após uma festa religiosa, os escravos queimaram diversos

engenhos, atacaram várias casas em Santo Amaro e mataram brancos e escravos que lhes negaram apoio:

Durante o governo de Arcos, pelo menos três revoltas importantes ocorreram na Bahia. No dia 28 de fevereiro de 1814, uma força estimada em 250 escravos atacou guarnições pesqueiras em Itapoan, onde foram bem recebidos pelos escravos pescadores que ali trabalhavam. Eles incendiaram barracões e redes de pesca, e mataram muita gente (as fontes oscilam entre cinquenta e cem pessoas). Mataram inclusive um feitor e escravos que se recusaram a apoiá-los. Os rebeldes gritavam por liberdade, davam vivas aos negros e a seu "rei", e pediam morte para brancos e mulatos. Assim dispostos, marcharam em direção ao Recôncavo, pondo fogo em muitas casas e canaviais. Mas nunca alcançaram o coração da zona canavieira. Nas margens do rio Joanes, perto de Santo Amaro de Ipitanga, foram derrotados por tropas de cavalaria rapidamente enviadas pelo governo. (Ibid, p.105)

Pensando na importância da mão-de-obra escrava, o governo de conde dos Arcos buscou alternativas para manter os livres, libertos e escravos como garantia à manutenção do sistema açucareiro. Neste sentido, novas medidas tomaram conta das decisões tomadas em termos de castigos e punições:

Uma delas estabelecia que aos negros - escravos, libertos ou livres - não fosse permitido sentarem-se na presença de brancos, uma regra que visava impor àqueles uma atitude sempre subalterna nas relações cotidianas. Outra decisão forçava o senhor a punir com 150 chibatadas qualquer escravo encontrado na rua sem autorização escrita. Para maior efeito didático, os senhores acrescentariam um cruel ritual de humilhação: esse castigo seria executado diante da família do escravo, caso este tivesse uma. Além dessas medidas, os senhores de engenho sugeriram ao governo que promovesse a imediata imigração de famílias europeias, com elas inicialmente a fim de diminuir o desequilíbrio numérico em favor dos negros no Recôncavo. (Idem)

Outra forma de resistência, porém, fora utilizada de modo mais eficaz, como no caso do escravo Bernardo, líder religioso e político entre os africanos. Buscou por meio das tradições e festas manter sua autonomia entre os escravos e senhores.

A festa, em geral, ameaçava a ordem escravocrata de outra forma, afastando os escravos do trabalho (o grupo de Bernardo batucava "em dias de serviço") e do modelo branco de comportamento, reforçando entre eles laços de solidariedade e traços de identidade,

reafirmando periodicamente o que de melhor há na condição humana, que a escravidão lhes negava. (Ibid, p.123)

Neste contexto, cabe refletir sobre as inúmeras formas utilizadas pelos grupos negros de escravos e libertos para adquirirem direitos e certa autonomia perante a sociedade escravista. Pensar as fugas e revoltas e na formação dos quilombos tem sentido quando articulados com outras modalidades de organização, o que na verdade reflete em um sistema integrado, não homogêneo, mas interligado e constantemente regido por relações de poder e de conflito entre grupos negros e entre negros e brancos.

1.1.3 — As manumissões e a brecha camponesa: estratégias de liberdade.

A busca por autonomia e melhoria de vida deu-se por meio das manumissões, a concessão de cartas de alforria, significavam mais uma compra que um ato humanitário. Reis atenta para o fato de que mais da metade dos libertos, entre 1684 e 1850, obtiveram alforria pela compra. Os escravos ao adquirirem alforria por meio da compra acabavam por contrair dívidas para com seus senhores significando uma “liberdade condicional”. (Reis, 2009:17) Por outro lado, conforme apresentado anteriormente, outras formas de inserção no mercado foram estabelecidas entre os cativos. Por meio de capital oriundo de situações em que os escravos encontravam brechas para sair da condição imposta pelo sistema escravocrata: empréstimos, serviços extra, esmolas, ou mesmo roubos e fraudes. Além destas, outra alternativa foi recorrer às irmandades do Rosário e clubes abolicionistas, cuja postura em relação aos maus tratos e “desonestidades” advindos dos senhores contra os escravos, era repudiada. (Ibid, p.18)

Buscar alternativas significou aos negros escravizados usar da criatividade e das oportunidades apresentadas no cotidiano. As negociações entre escravos e senhores operavam no dia-a-dia das lavouras de cana, no interior da casa-grande, nas senzalas.

As insurreições, neste sentido, são o reflexo das relações travadas entre escravos e senhores no contexto diário e não vistas a partir de eventos isolados e esporádicos. O autor chama atenção para certas negociações travadas entre

escravos e senhores no que tange ao controle desses para com os primeiros por meio de concessão de terras para o plantio de gêneros alimentícios (feijão, mandioca, milho) além da cana, para o sustento tanto dos escravos quanto dos próprios senhores de engenho que muitas vezes comparavam tais produtos. Os contratos eram feitos de modo tal que, ao receberem a fração de terras para o cultivo de roças, os escravos ficavam devendo favores aos senhores. As negociações feitas também englobavam cartas de alforria, também pagas pelos escravos, onde a dívida poderia durar uma vida. Por outro lado, mesmo com vistas ao controle sobre a mão-de-obra escrava, estas eram formas de se ter acesso à terra e certa autonomia perante o sistema escravocrata das lavouras de cana.

Entendido enquanto um direito à terra, os escravos encontram na **brecha camponesa**¹⁷ e nas cartas de alforria cedidas em troca de favores, formas de resistência e de busca por liberdade:

Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão.

(...)

O fato de que esse “pequeno direito de propriedade” se destine, primordialmente, a prender o escravo à fazenda, não anula sua importância – tanto econômica quanto psicológica – para um produtor embrutecido por severas relações de produção. Com efeito, os escravos lutam tanto para manter quanto para ampliar este direito. O melhor exemplo disponível, nesse caso, vem dos escravos que se rebelaram no século XVIII, no engenho Santana de Ilhéus. Eles exigiam claramente, entre as condições para voltarem ao trabalho, a ampliação da “brecha camponesa”. (Ibid, p.31).

Tais negociações não ficaram isentas do uso da violência ou mesmo do não cumprimento dos contratos, por meio da expropriação das roças cedidas. Neste sentido, boa parte das insurreições são fruto destes processos que envolvem bem mais que a simples fuga, mas relações diversas construídas no dia-a-dia dos grandes engenhos, das cidades e dos espaços ocupados pelos grupos negros. Tratar das insurreições e dos quilombos, significa atrelar toda uma dinâmica social

¹⁷ Conceito utilizado pela primeira vez pelo historiador Taudeusz Lepkowski, e posteriormente por Sidney Mintz em seus estudos sobre o escravismo no Caribe, onde analisa a possibilidade de formação de um protocampesinato negro.

estabelecida por meio destas relações de poder e de estratégias de reconhecimento que escravos e libertos constituíram buscando sua cidadania perante a sociedade escravista.

Fraga Filho (2006) ao tratar do dinamismo presente nas formas de resistência negra na região do Recôncavo Baiano no período pós-abolicionista, enfatiza a possibilidade de roças de subsistência independentes, como ocorreu no Engenho Maracangalha, relacionada ao aumento de escravos libertos e o acesso a uma parcela de terra não atrelada às concessões paternalistas e o papel do feitor:

O certo é que, naqueles dias áureos, o feitor Latino reinou sobreano em favor de seus parceiros de senzala, concedendo “licença” aos que queriam arrancar-se com lavouras de subsistência.(...) Aos olhos dos senhores, a possibilidade de ex-escravo “viverem sobre si” era algo extremamente perigoso, pois comprometia o futuro da lavoura de cana. No fundo, esses diversos incidentes tinham com cerne a definição das condições materiais de subsistência. Enquanto, para os ex-senhores, era preciso das continuidade à grande lavoura açucareira, para os libertos era vital fortalecer e ampliar a pequena plantação que lhes abria possibilidades de sobreviver com mais independência (Fraga Filho, 2006:188)

As práticas de controle sobre terras de pretos ainda vigoram após 1888 a partir de novos arranjos e o estabelecimento de novas configurações de acesso ao mercado dos grupos negros. Houve um fluxo de escravos entre um engenho e outro de modo a desmistificar uma ideia de isolamento e de estagnação dos escravos e libertos perante o sistema escravista. O autor aponta as mudanças de domicílios e a movimentação de libertos de um engenho para outro após a abolição. Mesmo não sendo nosso objeto de estudo, isto é interessante para compreendermos parte da história que fundamenta a ocupação negra nas comunidades Acupe, São Braz e Porto de Dom João a partir dos locais considerados como principais referências históricas e territoriais relativas às suas trajetórias sociais até áreas identificadas como pertencentes aos seus territórios.

1.2- Da decadência dos senhores de engenho à patrimonialização da Ilha: ciclos econômicos e a (re)ocupação negra no Recôncavo.

Na memória coletiva das comunidades quilombolas São Braz, Dom João e Acupe a relação mais presente com a Ilha de Cajaíba é marcada pela presença de um dos mais representativos e *antigos donos*, o Barão de Cajaíba, personagem que marca a época dos engenhos de açúcar do Recôncavo cujos elementos presentes em suas narrativas como Casarão, a *cafua*, dentre outros serão tratados no capítulo seguinte. Por ora, nos resta ainda situar histórica e socialmente os processos de privatização da Ilha.

O Engenho Cajaíba - construído no século XVIII - ainda hoje conserva a mesma denominação. O lugar que antes abrigou escravos também encontra respaldo junto às narrativas de origem da comunidade São Braz, Acupe e Dom João. Toma-se por base lugares comuns e a existência de personagens que ligam as comunidades aos registros históricos, contidos na memória de cada uma delas, e aos locais de referências que abrigam símbolos de suas historicidades e identidades sociais. Da mesma forma, ao lembrarem-se do Barão de Cajaíba, remontam como se deu, segundo suas percepções, a ocupação negra em diferentes épocas do ponto de vista destes grupos. As indicações e denominações sobre os locais e lugares (sobrado, casarão, igreja, etc.) apresentadas pelas comunidades formaram o repertório que permitiu chegar às informações produzidas sobre os grupos negros da região do Recôncavo, incluindo as primeiras representações feitas sobre as regiões e engenhos que constituíram a Bahia de Todos os Santos, como a ilustração abaixo que faz referência à “Ilha e Engenho de Cazvayba”, em “São Francisco de Sergipe del Conde”.

Figura 2 - Detalhe - Mapa da “Bahia de Todos os Sanctos”: “I. de Cazvaba” (Ilha de Cajaíba, ao centro)¹⁸.



A Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, o *Barão de Cajaíba*, são associadas práticas de maus tratos aos escravos considerados como “mais rebeldes”, característica esta transmitida de uma geração para outra, segundo relatos. Fraga Filho (2006), os maus tratos podem ser analisados por meio das denúncias feitas por parte dos escravos dos engenhos que recorriam às autoridades policiais para afirmar o desejo de não mais servirem aos seus senhores:

Em fevereiro de 1881, fugiram do Engenho Cajaíba e apresentaram-se à Secretaria de Polícia e foram recolhidas na Correção as escravas Clementina, crioula, com uma filha de 10 a 12 anos, chamada Flaviana. Perante as autoridades, Clementina alegou que fugira por ter perdido a confiança que “sempre depositou” na senhora Clara Viana de Argolo e, por isso, não pretendia mais servi-la” . (FRAGA FILHO, 2006:52)

¹⁸ MARCGRAF, Georg, 1610-1644; BARTAEUS, Casper, 1584-1648; BLAEU, Joan, 1596-1673, Amsterdam. Bahia de Todos os Sanctos. [Material cartográfico] Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!269455~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1.>>, 24/07/2013. Acervo público.

É um período marcado pelas revoltas e pelo declínio do ciclo açucareiro, fase esta que apontam para práticas de divisão de terras entre os donos de engenhos e parentes próximos. Tais processos denominam-se **enfiteuse**, na medida em que representam a fragmentação das propriedades, não necessariamente significando diminuição no tamanho das mesmas (Barickman 2003:182-182 *apud* Mattoso, 1978), por meio da divisão igual entre parentes.

Eram terras de grande proporção, as chamadas sesmarias, as generosas concessões de terras, de uma a três léguas quadradas (de 44 a 131 quilômetros quadrados), que a Coroa portuguesa deu aos colonos abastados e bem relacionados. (...) O fim da concessão da sesmaria em 1822 não teria alterado em nada o predomínio do latifúndio e o monopólio da posse da terra nas mãos de grandes proprietários. Mas o Recôncavo apresenta a seguinte configuração: a regra era a partilha igual: todos os filhos legítimos e reconhecidos herdavam em partes iguais o patrimônio deixado pelos pais. Senhores de engenhos, é claro, ainda podiam aumentar as propriedades que herdavam comprando mais terras, mas depois de suas mortes estas eram, mais uma vez, divididas entre os herdeiros. (...). **As propriedades deste tipo podiam pertencer tanto a uma pessoa só com a um grupos de indivíduos (a posse em comum)... poderiam ser transferidas e alienadas, mas por meio de um pagamento de um foro perpétuo ou obrigações deste tipo. Contratos verbais que os proprietários rurais do Recôncavo faziam com seus arrendatários**¹⁹. Em meados do séc. XIX, o “jogo de partilhas” já havia acabado com os latifúndios do início do período colonial, substituindo-o por uma colcha de retalhos de propriedades pequenas e fragmentadas. (...) a terra assume várias configurações ... a) imóveis rurais considerados “bens livres” que podiam ser transferidos ou alienados e, portanto, também divididos. (...) a quantidade de terras de um mesmo proprietário, ou dono de engenho varia. Cada senhor de engenho poderia possuir mais de um engenho, outros, mais de três, com no caso do **Barão de Cajaíba, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão**²⁰. (Idem).

O primeiro proprietário da Ilha de Cajaíba foi Mem de Sá, o terceiro governador-geral do Brasil. Após presença da família do Barão na Ilha de Cajaíba, remete o ano de 1770 quando o Sargento-mor José Pires Carvalho e Albuquerque e seus descendentes, como seu filho Cel. José Maria de Argolo Pina e Mello. Contudo, foi José Joaquim de Argolo e Queirós, membro ilustre desta a família de abastados senhores de engenho da Bahia, o construtor das edificações presentes

¹⁹ Grifo nosso.

²⁰ Idem.

até hoje na ilha, como o sobrado e o engenho que datam do séc. XVIII²¹. Seu filho, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (1800-1870), militar que participou do combate aos portugueses pela Independência da Bahia e aos revoltosos durante a Sabinada, foi presidente e vice-presidente da Província da Bahia em várias ocasiões e tornou-se Barão de Cajaíba em 1841 (CARVALHO, 2015:16)

Após o período colonial, uma nova fase foi marcada pela decadência dos engenhos açucareiros posteriormente substituídos pelo cultivo de mandioca e, após, de fumo. O escoamento destes produtos ocorreu por meio dos portos cujo comércio marítimo operou até o fim do século XIX. Muitas das famílias negras, após a decadência da economia açucareira e fumageira, acabaram por fixar-se à beira dos manguezais nas antigas fazendas e engenhos onde buscavam seu sustento por meio da pesca e da mariscagem. (*Idem*) Soma-se a isto o fato de que, após a abolição, os libertos reivindicaram antigos direitos e ganhos conquistados no curso das lutas pela liberdade, o que nos remete a outras formas de sustento, para além da economia de exportação própria das *plantations*, a exemplo do comércio de produtos de primeira necessidade, ainda no sistema escravista, para abastecimento interno (BARICKMAN, 2003: 29) e a importância das roças na região do Recôncavo, tanto para (ex)senhores quanto para escravos e libertos:

“É mui conveniente que o Senhor dê, ou habilite o escravo a ter alguma propriedade; e excite a sua indústria. É um poderoso meio de distraí-lo de idéias inseparáveis de sua triste condição, e inspirar-lhe o desejo de trabalho, e até convidá-lo a viver em família.” Significativamente, Calmon falou em ceder “propriedade” aos escravos. Reconhecia que eles tinham “direitos”, se não por lei, então por costume, sobre os lotes que cultivavam. (*Ibid*, p. 109)

... para muitos ex-escravos dos engenhos, o projeto de liberdade poderia incluir a manutenção do direito costumeiro de acesso às roças de subsistência. A defesa de tal direito era parte das lutas dos libertos para ampliar possibilidade de sobrevivência alternativas à grande lavoura. (FRAGA FILHO, 2006: 165-166)

Carvalho comenta que a decadência econômica na região deve-se em função de três principais fatores: a) o agravamento da crise nas lavouras de açúcar e fumo resultante da concorrência entre Estados do Brasil e outros países; b)

²¹Trata-se de um patrimônio arquitetônico reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

aumento populacional da cidade de Salvador e a inserção de novos padrões de vida demandando uma produção bastante diversificada de produtos em outras regiões; c) a implantação de redes de estradas e construção de rodovias próximas a Salvador, significando o abandono aos acessos e trajetos realizados na região do Recôncavo. (CARVALHO, 2015: 4)²².

Outro elemento que marca uma das rupturas à economia regional é a exploração mais intensa de petróleo e derivados na primeira metade do século XX, quando chega ao Brasil. Antes, porém, já havia substituído o uso do carvão vegetal para a iluminação pública, no início do século XIX, e, posteriormente, para uso em combustíveis, durante o fim do mesmo século e início do século XX, quando ganha maior abrangência. Duas etapas identificam o interesse e o uso do petróleo no Brasil: a primeira, de 1858 a 1938, fase que caracteriza a livre iniciativa doméstica, por meio do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB) e do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM); a segunda, de 1939 quando da descoberta da primeira acumulação do petróleo, na Bahia, e da criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), finalizando em 1953, quando da criação da PETROBRÁS um ano depois. Até então as empresas privadas eram livres para explorar o petróleo. Criada 1954, a PETROBRÁS nasce com o propósito de exercer o monopólio e controle da União sobre a exploração, produção, refino, transporte e comércio do petróleo nacional e seus derivados. Uma época em que o Brasil buscava também montar suas bases industriais por meio da criação de estatais nas áreas de siderurgia, metalurgia e petróleo. O Recôncavo Baiano e a Amazônia foram os principais alvos principais e desta empresa que trouxe técnicos estrangeiros e, após, por volta de 1968, houve predominância de profissionais brasileiros. (LUCCHESI, 1998)

O petróleo veio a substituir, inclusive, o óleo de baleia de custos muito altos. O primeiro poço encontrado no país data de 1939, em Salvador, e uma das primeiras empresas está localizada no município de São Francisco do Conde quando da implantação da Refinaria Landulpho Alves-Mataripe – RLAM, em 1950, década caracterizada pelo “desenvolvimento” do país por meio da implantação da industrial e pela nova onda de transformações sociais e mudanças de estilo de vida;

²² Artigo apresentado na IV Congresso Latinoamericano da Antropologia (ALA) – Las antropologías latinoamericanas frente a um mundo em transición. Ciudad de México, 7 a 10 de outubro de 2015.

um desenvolvimento baseado na energia proveniente do gás natural, do petróleo e derivados.

Como aponta Livia Gomes de Vasconcellos (2012), na região do Recôncavo encontram-se o Pólo Industrial de Camaçari/BA, implantado em 1978; o Porto de Aratu, em funcionamento desde 1977 e tendo sua ampliação em 2010 para atender o Centro Industrial de Aratu, criado em 1966, e como parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP. Concomitante a este projeto, deu-se início à implantação do Estaleiro Paraguaçu, município de Maragogipe, BA. (p.104-105)

Além dos empreendimentos instalados em terra, a região também é cortada por um gasoduto proveniente da plataforma da produção de gás natural no Campo de Manati, situado em frente ao município de Cairu, na região do Baixo Sul da Bahia, percorrendo trechos tanto em mar quanto em terra, até a Estação do São Francisco, no município de São Francisco do Conde. (Vasconcellos, 2012:105)

O que dizer das atividades relativas à pesca artesanal e mariscagem na região do Recôncavo? Ao longo de décadas, o extrativismo marítimo tornou-se mais que um meio de sustento, como veremos no Capítulo 3 . Porém, a entrada de empresas interessadas em explorar os recursos naturais, como acima descrito, indica um outro movimento que surge somente na década de 80 onde o Estado se torna responsável para “proteção ao meio ambiente” a partir da promulgação da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, estabelecida pela Lei 6.938, de 1981.

A criação de Reservas Extrativistas - RESEX surge a partir desse contexto de conflito marcado pela apropriação do território marítimo e a tensão entre empresas e famílias de pescadores e marisqueiras impactadas por tais empresas e que lutam por seus direitos²³. É aqui também que surge um dos instrumentos de gestão ambiental, o licenciamento ambiental²⁴, com vistas à intermediação entre a

²³ “A Reserva Extrativista – RESEX é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, estabelecida pela Lei 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC). As RESEX são utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente). Disponível em: <mma.gov.br>. Acesso em: 01/11/2016.

²⁴ “Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental. Art. 11. Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e

intervenção humana que possa causar danos ambientais e a preservação do meio ambiente entendido enquanto um bem a ser utilizado coletivamente. Concomitantemente à produção de petróleo e gás, as áreas de RESEX situadas no Recôncavo também sofrem com projetos ligados à exploração do “pré-sal”²⁵, descoberto em 2006, a exemplo da instalação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, acima referido.²⁶ Muitos destes empreendimentos foram impulsionados pelo Programa Acelera Bahia de Desenvolvimento da Indústria, criado em 2008 pelo ex-governador Jaques Wagner, voltado ao desenvolvimento do setor petroquímico, prorrogando benefícios às empresas do Pólo de Informática de Ilhéus, incentivando a produção de biodiesel, viabilizando a implantação de infra-estrutura de construção naval e, também, estimulando a produção de álcool no Estado.

Nesse contexto, podemos perceber que a entrada das empresas privadas na região do Recôncavo Baiano impulsionou a organização social e política das famílias negras tradicionais ali residentes. As comunidades quilombolas passam então a articular-se com outros atores sociais preocupados em trazer à tona os riscos de

fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.” (BRASIL, **LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981**). As normas e procedimentos referentes aos Estudos de Impactos Ambientais – EIAs e Relatórios de Impactos Ambientais – RIMAs, estão definidos na Resolução N°001/86 do CONAMA.

²⁵ “O pré-sal é uma seqüência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos no espaço geográfico criado pela separação do antigo continente Gondwana. Mais especificamente, pela separação dos atuais continentes Americano e Africano, que começou há cerca de 150 milhões de anos. Entre os dois continentes formaram-se, inicialmente, grandes depressões, que deram origem a grandes lagos. Ali foram depositadas, ao longo de milhões de anos, as rochas geradoras de petróleo do pré-sal. Como todos os rios dos continentes que se separavam corriam para as regiões mais baixas, grandes volumes de matéria orgânica foram ali se depositando. À medida que os continentes se distanciavam, os materiais orgânicos então acumulados nesse novo espaço foram sendo cobertos pelas águas do Oceano Atlântico, que então se formava. Dava-se início, ali, à formação de uma camada de sal que atualmente chega até 2 mil metros de espessura. Essa camada de sal depositou-se sobre a matéria orgânica acumulada, retendo-a por milhões de anos, até que processos termoquímicos a transformasse em hidrocarbonetos (petróleo e gás natural). No atual contexto exploratório brasileiro, a possibilidade de ocorrência do conjunto de rochas com potencial para gerar e acumular petróleo na camada pré-sal encontra-se na chamada província pré-sal, um polígono de aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, no litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo.” Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>. Acesso em: 01/10/2016.

²⁶ Carvalho atenta para as implicações oriundas de mudanças feitas na poligonal da RESEX e posterior ampliação na área do empreendimento com vistas à produção do pré-sal e os conflitos gerados com as comunidades quilombolas que ali vivem da pesca e mariscagem, como a Comunidade Quilombola São Francisco do Paraguaçu. Conflitos estes ainda existentes haja vista o cancelamento da implantação do Estaleiro devido à crise financeira das empresas contratadas e o envolvimento em casos de desvios de recursos e corrupção. Dentre elas, a Odebrecht, uma das principais empresas envolvidas na investigação da Polícia Federal, instaurada em 2014, denominada operação Lava Jato, voltada à apuração de crimes de lavagem de dinheiro, corrupção de agente públicos, uso indevido de recursos da PETROBRÁS, dentre outros atos ilegais cometidos por pessoas físicas e jurídicas. (CARVALHO, 2015: 14)

perda dos territórios onde tais famílias vivem e para destinam suas atividades de pesca, de mariscagem e do extrativismo de modo geral.

O turismo também havia chegado ao Recôncavo, com projetos destinados à especulação imobiliária por parte de empresas estrangeiras interessadas em construir hotéis de luxo, os denominados “eco resorts”. A valorização da região do Recôncavo acaba por atrair este tipo de investimento baseado na ideia de “ecologia”, “natureza” e “sustentabilidade”, cujo alvo são as ilhas e ilhotas da Baía de Todos os Santos. A privatização destas áreas insulares teve sua origem na década de 50 quando da ampliação de estradas aumentando assim o fluxo de pessoas e visitantes entre as cidades e as localidades. Aliado a isto, a política de “desenvolvimento econômico”, característica desta década, deu início a era econômica globalizante do grande consumo de produtos e serviços. Em 1996, criou-se o Instituto Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), com a proposta de fomentar a atividade turística ao viabilizar condições para a geração de emprego, renda e “desenvolvimento” em todo o país. No ano de 2003 é instituído o Ministério do Turismo em 2003, com base na descentralização do turismo das capitais tendo maior foco na atuação dos municípios e sua visão “inclusiva” voltada à “sustentabilidade” e “erradicação da pobreza”, conforme diretrizes do Plano Nacional de Turismo (MTur, 2016)²⁷. As Secretarias Estaduais também alavancaram esta proposta a partir de políticas regionais voltadas à expansão turística de naturezas diversas: turismo náutico, ecológico, étnico, religiosos, dentre outros, conforme cada contexto.

Na Bahia, em 1970, foi elaborado um primeiro plano estratégico de turismo, por meio do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER) que, em 1979, criou o programa Caminhos da Bahia com vistas à “construção e gerenciamento de hotéis e pousadas em potenciais destinos baianos...” (SETUR, 2011). Após, as políticas de turismo na Bahia giraram em torno da expansão econômica em diferentes regiões do Estado por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo Nordeste/ Bahia (PRODETUR NE/BA), ligado ao governo federal, tendo sua primeira fase – PRODETUR NE/BA I – realizada no período de 1991 e 2005 em 1995.²⁸ Nesta ocasião as ações voltaram-se à “melhoria de rodovias” e “recuperação do

²⁷ Informações disponíveis no site: www.turismo.gov.br. Acesso em: 12/06/2016.

²⁸ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é responsável por metade dos recursos destinados ao PRODETUR que conta também com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e repasse via Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

patrimônio histórico”, “saneamento básico”, “transporte”, “reforma e ampliação de aeroportos”, “desenvolvimento institucional”, “preservação e proteção ambiental”.
(*Idem*)

A segunda fase – PRODETUR NE/BA II, com previsão de término em 2020, destina-se à melhoria das condições institucionais e de infra-estrutura com vistas ao turismo internacional mais amplo com a participação de empresas estrangeiras ligadas ao setor imobiliário. Soma-se a isto, a criação da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia e, ligada a esta desde 2015, a Bahiatrursa.²⁹ Das treze zonas turísticas apresentadas pelo Plano Estratégico de Turismo do Estado da Bahia³⁰, a Baía de Todos os Santos assume maior importância no que tange à destinação de recursos e investimentos públicos e privados uma vez que atrai visitas internacionais e domésticas. Além disto, é considerada o principal projeto do desenvolvimento de turismo náutico em execução pela SETUR e MTur. Um turismo especificamente destinado

A Ilha de Cajaíba insere-se nesse cenário econômico de valorização de áreas litorâneas e insulares e apropriadas pelo mercado internacional. Torna-se alvo das políticas de patrimonialização que integram as ações da SETUR e Secretaria da Cultura, via Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC), dentre elas, os tombamentos de sítios arqueológicos e bens de patrimônio material, bem como a elaboração de inventários para fins de registro de manifestações culturais relativas ao patrimônio imaterial³¹. Trata-se do que podemos chamar de

²⁹Instituída em 2006, a SETUR substitui a antiga Secretaria de Cultura e Turismo, criada em 1995. Foi instituída em 1968, a Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatrursa) ligada à antiga Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos. Em 1971 passou a integrar a Secretaria da Indústria e Comércio, denominada Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 1983. Em 1995, teve sua estrutura ligada à Secretaria da Cultura e Turismo. Com a criação da Secretaria de Turismo do Estado, a Bahiatrursa ficou a ela subordinada”. (SETUR, 2016) Disponível em: www.setru.ba.gov.br. Acesso em: 12/06/2016.

³⁰ Cerca de 156 municípios integram as treze zonas turísticas. São elas: Baía de Todos os Santos (BTS), Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Caminhos do Sertão, Chapada Diamantina, Caminhos do Oeste, Caminhos do Jiquiriçá, Lagos e Cânions do São Francisco, Vale do São Francisco e Caminhos do Sudoeste. (*Ibid*, p.24).

³¹Trata-se da realização dos Inventários Nacionais de Referências Culturais, política instituída pelo Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MinC. “Segundo a Unesco, o patrimônio cultural abrange os monumentos (obras arquitetônicas), os conjuntos (grupos de construções) e os locais de interesse (obras humanas ou conjugadas entre o Homem e a Natureza). No que diz respeito ao Iphan, foram criados Livros de Registro (dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares), onde estão sendo inscritos “os conhecimentos, modos de fazer, rituais, festas, manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços, tendo como referência ‘a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira’.”(Meira, 2004 apud SALAINI; GRAEFF, 2011).

“colecionamento e conservação” de bens culturais entendidos enquanto objeto dos projetos e processos de patrimonização que, uma vez transformados em patrimônio, “ [...] são recodificados com o propósito de servir como sinais diacríticos das categorias e grupos sociais que venham a representar”. (GONÇALVES, 2002:23). Da mesma forma que possibilitam compreender certas relações de poder entendidas no âmbito das “batalhas no campo da memória “ (FERREIRA, 2008) na definição de bens culturais .

Em total consonância com as expectativas do turismo internacional, diante de manifestações culturais ligadas ao candomblé e ao catolicismo popular, como por exemplo, a Festa da Boa Morte, realizada no município de Cachoeira, cria-se um processo de patrimonialização do que crê-se ser “originário” e, ao mesmo tempo, atrativo:

os gestores do turismo apostavam num discurso de uma Bahia negra, onde se pratica o samba-de-roda cotidianamente, se cultiva a malícia da capoeira, se encarna o exótico, o misticismo e o sincretismo religioso, de um passado que não passa (CASTRO, 2005). (apud CARVALHO; FERNANDES, 2015).

O processo de patrimonialização da Ilha ocorre a partir do tombamento do Sobrado e Fábrica do Engenho Cajaíba no ano de 2004, por meio de dispositivo jurídico estadual, o Decreto Nº 9.214/2004, e cujo registro encontra-se no Livro do Tombamento dos Bens Imóveis do IPAC. De fato, entendido enquanto patrimônio cultural, passa a ser valorizado pelas comunidades quilombolas que fazem uso de seu espaço tanto quanto de outros locais onde há recursos naturais disponíveis no interior e no entorno da Ilha de Cajaíba. Por outro lado, localizada no município de São Francisco do Conde, passa a integrar o circuito de prédios históricos a serem visitados nos passeios destinados ao turismo ecológico e náutico da região do Recôncavo Baiano ofertados pela Secretaria Municipal de Turismo.

Esta visão que se soma àquela voltada a uma natureza intocada, segundo Diegues (2000), a ganha maior visibilidade quando da vinda de estrangeiros que buscam nas “belezas naturais” um ambiente de conforto e lazer em locais exóticos. Da mesma forma, as políticas destinadas ao turismo na região do Recôncavo transmite uma imagem muito aquém do que de fato é vivenciado pelas comunidades locais e do que entendem ser significativo de representação de suas identidades. Ao

se produzir documentos sobre práticas sociais e identificar os “lugares de memória” (Nora, 1993), novos arranjos são elaborados de modo a criar outro sentido.

1.3 - Processos de reconhecimento, regularização fundiária e licenciamento ambiental do território da Ilha de Cajaíba.

Atualmente, as comunidades São Braz, Acupe e Dom João buscam o reconhecimento e titulação de seus territórios ameaçados pelos processos de expropriação sofridos ao longo de suas trajetórias. A recente implantação de empreendimentos imobiliários, a expansão das lavouras de cana de açúcar no passado, dentre outros fatores ligados a projetos de desenvolvimento econômico regional e nacional ilustram as principais situações de conflito.

Há cerca de sete anos, as comunidades quilombolas corriam o risco de perderem a área total da Ilha por conta da implantação de um projeto turístico e hoteleiro denominado “Eco Resort Ilha de Cajaíba”, proposto pelo grupo empresarial Property Logic Brasil Empreendimentos e Participações Ltda., com representação em Salvador/BA, em parceria com o Governo do Estado da Bahia, com quem celebrou convênio. A referida empresa visa uma clientela composta por membros de classe alta e emergentes transnacionais, um nicho no mercado voltado ao turismo náutico de alto padrão. De acordo com o lema “Segurança e conforto em paraísos exóticos”, o Projeto Eco Resort Ilha de Cajaíba contaria com campos de golfe, escolas náuticas, cinco hotéis de luxo, marina, Yachtclub, shopping centers, restaurantes, bares e cafés, além de um heliporto.

Carvalho (2016) apresenta dados acerca da infra-estrutura do Projeto Eco Resort Ilha de Cajaíba e do processo de aquisição da área da Ilha pelo grupo Property Logic. A caracterização do empreendimento evidencia as transações comerciais envolvendo diferentes grupos internacionais localizados no Brasil e em Marrocos. Disposto a investir no referido projeto, o Property Logic buscava utilizar a área da Ilha, exercendo controle também sobre parte do fluxo marítimo, além das promessas quanto à contratação da mão-de-obra local:

A ilha foi adquirida em 2006 por uma empresa de desenvolvimento Imobiliário, com projetos de resorts de luxo no Marrocos e no Brasil, denominada Property Logic, com sede em Málaga, na Espanha, para

a implantação de um complexo turístico intitulado Ilha de Cajaíba Beach e Golf Resort. O projeto previa a construção de SPA hotéis, residências particulares de luxo, campo de golfe com 18 buracos, centro eqüestre, clube de pólo, piscina olímpica, academia de tênis, estádio de futebol, marina, clube náutico, lojas e vilas de entretenimento. Seu desenvolvimento ocorreria em quatro etapas e tinha a expectativa de gerar 6 mil empregos diretos. Em 2009, o Rezidor Hotel Group associado à grife italiana Missoni anunciou a construção de um hotel de luxo na Ilha com 118 habitações, além de 32 villas com abertura prevista para o ano de 2015. Em setembro de 2012, o grupo Property Logic anunciou o cancelamento do projeto Cajaíba Beach e Golf Resort em virtude da crise financeira internacional. Um dos proprietários do empreendimento revelou que mantinha a intenção de construir um resort com 50 apartamentos e 50 bangalôs em sociedade com empresários russos. (Carvalho, 2016)

Em oposição às demandas quilombolas, tais políticas governamentais favoreceram, pois, um plano de expansão do turismo global, plano que se coaduna com a intenção do grupo empresarial Property Logic. A Ilha de Cajaíba representa um objeto de desejo de empreendedores. Por outro lado, representa um símbolo de resistência étnica para a Comunidade de São Braz, como veremos posteriormente.

O projeto Eco Resort Ilha de Cajaíba não chegou a ser implementado por conta da atual crise internacional, que afetou uma parte das empresas envolvidas. Colaborou também para este resultado a reação das comunidades quilombolas afetadas e suas redes de apoio, conforme apresentado posteriormente no item relativo a São Braz.

A necessidade de buscar estratégias para garantir o território da Ilha de Cajaíba, face ao referido empreendimento, foi o que alavancou a mobilização e organização política dessas comunidades que, em conjunto, definiram qual delas seria a primeira a iniciar o processo de certificação e titulação territorial. De acordo com sua deliberação conjunta, iniciou-se a regularização fundiária do território da Comunidade Quilombola São Braz.

Creio ser necessário apresentar, de modo sucinto, os procedimentos administrativos necessários à emissão da Certidão de Auto-definição pela presidência da FCP, órgão ligado ao Ministério da Cultura – MinC, por intermédio da análise dos processos de certificação realizada pelo Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro(DPA)/FCP/MinC, e à titulação dos territórios quilombolas, sob responsabilidade do INCRA, autarquia antes ligada à Casa Civil da presidência da República, mas, à época, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento

Agrário/MDA, no intuito de tornar mais clara a compreensão do processo político vivenciado pelas comunidades pesquisadas.

Antes de iniciar o processo de regularização fundiária junto ao INCRA, é necessário obter a Certidão de Auto-Definição, por meio de declaração de auto-definição e solicitação de reconhecimento encaminhada pela representação quilombola demandante à FCP. Atualmente, das mais de 3.100 comunidades quilombolas existentes no Brasil, 2.849 possuem Certidão de Auto-definição, cerca de 210 encontram-se na situação de “Em análise técnica: com processo de certificação em andamento, aguardando complementação de documentação” e 29 “Com processo de certificação em andamento, aguardando visita técnica” .

A tabela abaixo apresenta dados relativos aos municípios que integram a região do Recôncavo Baiano que possui 44 comunidades quilombolas. Destas, 42 foram “certificadas” pela FCP, incluindo as comunidades Acupe, São Braz e Dom João: municípios de Cachoeira (16), Cruz das Almas (2), Maragogipe (12), Muritiba (1), Santo Amaro (3), São Félix (6) e São Francisco do Conde (2). Outras duas classificações abrangem as comunidades “aguardando complementação de documentação” – município de Maragogipe (1) e “aguardando visita técnica” – município de Salinas da Margarida (1).

Quadro 1 – Comunidades quilombolas certificadas no Recôncavo Baiano.³²

Município	Código do IBGE	Denominação da Comunidade	Nº processo na FCP	Data da abertura do processo
Cachoeira	2904902	BREJO DO ENGENHO DA GUAÍBA	01420.002945/2006-81	16/11/2006
Cachoeira	2904902	CAIMBONGO	01420.000364/2004-43	21/06/2004
Cachoeira	2904902	CALOL	01420.000362/2004-54	21/06/2004
Cachoeira	2904902	IMBIARA	01420.000362/2004-54	21/06/2004
Cachoeira	2904902	TOMBO	01420.000362/2004-54	21/06/2004
Cachoeira	2904902	CAONGE	01420.000363/2004-07	21/06/2004
Cachoeira	2904902	DENDÊ	01420.000363/2004-07	21/06/2004
Cachoeira	2904902	ENGENHO DA PONTE	01420.000363/2004-07	21/06/2004
Cachoeira	2904902	ENGENHO DA PRAIA	01420.000363/2004-07	21/06/2004
Cachoeira	2904902	KALEMBA	01420.000363/2004-07	21/06/2004

³² Informações atualizadas pela FCP em 20/05/2016. Disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso: 20/07/2016.

Cachoeira	2904902	ENGENHO DCRUZ	01420.002946/2006-26	16/11/2006
Cachoeira	2904902	ENGENHO DVITORIA	01420.000361/2004-18	21/06/2004
Cachoeira	2904902	ENGENHO NOVDO VALE DO IGUE	01420.001109/2005-07	25/05/2005
Cachoeira	2904902	SANTIAGO DIGUAPÉ	01420.000205/2006-19	06/02/2006
Cachoeira	2904902	TABULEIRO DA VITÓRIA	01420.009700/2013-12	13/08/2013
Cachoeira	2904902	SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU	01420.001070/2005-10	23/05/2005
Cruz das Almas	2909802	BAIXA DA LINHA	01420.003090/2010-92	15/09/2010
Cruz das Almas	2909802	VILA GUAXININ	01420.001419/2012-42	08/02/2012
Maragogipe	2920601	BURI	01420.000644/2009-66	10/08/2006
Maragogipe	2920601	ENSEADA DO PARAGUAÇU	01420.003077/2005-76	12/12/2005
Maragogipe	2920601	GIRAL GRANDE	01420.001408/2005-33	27/06/2005
Maragogipe	2920601	GUERÉM	01420.001408/2005-33	27/06/2005
Maragogipe	2920601	TABATINGA	01420.001408/2005-33	27/06/2005
Maragogipe	2920601	GUARUÇU	01420.002633/2006-78	16/10/2006
Maragogipe	2920601	PORTO DA PEDRA	01420.001456/2005-21	30/06/2005
Maragogipe	2920601	QUIZANGA	01420.002560/2006-14	05/10/2006
Maragogipe	2920601	SALAMINAS	01420.000509/2004-14	13/08/2004
Maragogipe	2920601	SÍTIO DENDE	01420.000073/2006-17	13/01/2006
Maragogipe	2920601	ZUMBI	01420.000941/2006-69	03/05/2006
Maragogipe	2920601	BAIXÃO DO GUAÍ	01420.001069/2010-52	18/05/2010
Muritiba	2922300	BAIXA GRANDE	01420.001897/2016-86	10/03/2016
Santo Amaro	2928604	Alto do Cruzeiro – Acupe	01420.000009/2010-12	04/01/2010
Santo Amaro	2928604	Cambuta	01420.003903/2010-44	29/09/201
Santo Amaro	2928604	São Braz	01420.000061/2009-35	12/01/2009
São Felix	2929008	QUILOMBO, PAU GRANDE E SANTO ANTÔNIO DA JAQUEIRA	01420.001893/2016-06	10/03/2016
São Felix	2929008	SUBAHUMA E ENGENHOSA	01420.001898/2016-21	10/03/2016
São Felix	2929008	ENGENHO SÃO JOÃO	01420.016126/2013-41	10/12/2013

São Felix	2929008	SANTO ANTÔNIO	01420.016125/2013-04	10/12/2013
São Felix	2929008	VIDAL	01420.016125/2013-04	10/12/2013
São Francisco do Conde	2929206	Monte Recôncavo	01420.003419/2006-39	26/12/2006
São Francisco do Conde	2929206	Porto de Dom João	01420.015072/2011-34	09/11/2011

Em geral, as comunidades quilombolas enfrentam muitos conflitos envolvendo disputas territoriais com fazendeiros, empresários, etc., principalmente quando iniciam os processos de certificação e de titulação. A emissão da Certidão torna público o reconhecimento dessas comunidades pelo Estado e, em princípio, permite que elas se tornem objeto de políticas específicas de apoio, inclusive jurídico.

A respeito dos processos de regularização fundiária, seis são as etapas que os constituem:



Na fase 1, após a emissão da Certidão de Auto-definição pela FCP, ocorre a abertura do processo de regularização fundiária junto ao INCRA, conforme determina o Decreto 48887/2003. Após, é realizado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), composto pelos seguintes elementos: a) estudo do território: relatório antropológico que identifica o território quilombola com base no levantamento de dados etnográficos; b) cadeia dominial dos títulos de propriedades localizadas no interior do território quilombola identificado pelo relatório antropológico; c) levantamento fundiário e georreferenciamento das propriedades não quilombolas inseridas no território identificado; d) cadastramento das famílias quilombolas; e) memorial descritivo onde é apresentada planta georreferenciada e uma descrição sucinta do perímetro do território quilombola elaborada pelo técnicos do INCRA; f) relatório agro ambiental do território proposto; g) pareceres conclusivos das áreas técnicas e jurídicas. Na fase 3 ocorre a publicação do RTID,

momento em que se inicia também o processo das contestações (recursos do contraditório). Após o julgamento, na fase 4, é publicada no D.O.U, pelo presidente do INCRA, a Portaria de Reconhecimento dos limites do território identificado no RTID. A penúltima fase é de desintrusão, por meio de Decreto de Desapropriação por Interesse Social, publicado pelo(a) Presidente da República, quando são feitas as notificações e a retirada dos ocupantes não quilombolas, seguidas de vistorias e avaliações de preço de mercado nos casos de indenizações referentes à terra nua (títulos válidos) e às benfeitorias. Por fim, é feita a titulação pelo(a) Presidente da República, mediante outorga de título coletivo destinado à associação quilombola; título este indivisível, inalienável e imprescritível.

A regularização fundiária vem a ser a demanda mais urgente dentre as apresentadas pelas comunidades quilombolas. Estima-se que hoje existem cerca de 1.533 processos de regularização fundiária abertos no INCRA. Desse total de processos abertos, 201 possuem RTIDs elaborados; 77 Decretos publicados; 107 Portaria publicadas e 30 títulos emitidos em todo Brasil.

Estes dados ilustram até certo ponto aspectos acerca da realidade que afeta grande parte do universo das comunidades quilombolas no Brasil em termos de garantia da propriedade sobre seus territórios. Ou seja, é muito limitado o número de territórios titulados pelo INCRA em comparação com o número de comunidades quilombolas certificadas pela FCP. Somam-se a isto os processos de expropriação sofridos anteriormente pelos quilombos ao longo de sua história. O reconhecimento de sua existência e a regularização fundiária de seus territórios opõe-se à lógica desenvolvimentista voltada para a implantação de grandes empreendimentos de naturezas diversas, tais como: extração de minérios, implantação de estradas de ferro, hidrelétricas, empreendimentos imobiliários, rodovias, gasodutos, unidades portuárias etc.

Neste contexto, os processos de licenciamento ambiental, sob responsabilidade dos órgãos ambientais estaduais e federais (Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), vinculado, á época, ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), atuam na fiscalização e emissão de licenças quando dos processos de implantação dos empreendimentos segundo as etapas que os constituem.³³

³³ “1º O IBAMA formalizará o processo de Licenciamento, encaminhando em meio eletrônico ao empreendedor o número deste. § 2º O prazo da fase de instauração de processo será de no máximo

Licenciamentos ambientais também formam o pano de fundo desta pesquisa. Muito embora existam mecanismos jurídicos criados para garantir os direitos das comunidades atingidas por grandes empreendimentos – Artigo 68/CF 88, Convenção 169/OIT, Decreto 4.887/2003 - ainda assim é pouco expressivo o número daquelas que são devidamente atendidas.³⁴ Cerca de 815 das certificadas são impactadas por grandes obras oriundas de projetos governamentais e não governamentais.³⁵ Destas, 10 são atingidas por gasodutos; 15 por ferrovias; 70 por PCHs/UHEs/AHEs³⁶; 40 por Linhas de Transmissão. Importa ressaltar que dessas 815 apenas 05 (cinco) contam com o relatório antropológico publicado, contendo a identificação de seus territórios. Esses números atestam a ausência de participação dos quilombolas nos processos de licenciamentos ambientais. Isto se deve, em grande medida, à desarticulação entre os órgãos de governo responsáveis pelo atendimento a seus pleitos, bem como à oposição de grupos externos contrários ao reconhecimento de seus territórios. Dois fatores interferem nesta relação entre órgão de governo, empresas e comunidades quilombolas. O primeiro diz respeito: a) à desarticulação entre os órgãos de governo, fruto do desinteresse pelo cumprimento das etapas obrigatórias dos processos de licenciamentos ambientais e das demandas apresentadas pelas comunidades quilombolas envolvidas; b) à falta de empenho dos órgãos responsáveis soma-se a oposição de empresas e fazendeiros

dez dias úteis, contados a partir do recebimento da FAP. § 3º A partir da instauração do processo, é iniciada, por meio do SisLic, a contagem do tempo de elaboração do Termo de Referência- TR. DO LICENCIAMENTO PRÉVIO Art. 8º instaurado o processo, o empreendedor deverá providenciar o envio pelo Serviços online - Serviços - Licenciamento Ambiental de proposta de Termo de Referência - TR para elaboração do Estudo Ambiental, com base no Termo de Referência Padrão da tipologia específica do empreendimento, disponibilizado no site do IBAMA/Licenciamento. (...) DO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO Art. 27 A concessão da Licença de Instalação - LI é subsidiada pelo projeto Básico Ambiental - PBA, Plano de Compensação Ambiental e quando couber o PRAD e Inventário Florestal para emissão de autorização de supressão de vegetação. DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

Art. 32 Para subsidiar a concessão da Licença de Operação - LO, o empreendedor deverá elaborar os seguintes documentos técnicos:I. Relatório Final de Implantação dos Programas Ambientais; II. Relatório Final das Atividades de Supressão de Vegetação, quando couber; e III. No caso de licenciamento de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas o Plano de Uso do Entorno do reservatório - PACUERA.” IN 184/IBAMA, de 17/07/2008. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>>, acessado em 25/11/12.

³⁴Conforme a IN Nº 184/IBAMA, de 17/07/2008, que define as fases e procedimentos para obtenção das licenças ambientais. A Portaria Interministerial Nº 419, de 26 de outubro de 2010, que regulamenta as atuações dos órgãos intervenientes, como a FCP/MinC, define:“XI – Terra Quilombola: áreas ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos que tenha sido reconhecida pelo relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, devidamente publicado”.

³⁵Dados obtidos junto ao Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro – DPA/Fundação Cultural Palmares/MinC, 2013.

³⁶PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas; UHEs – Usinas Hidrelétricas; AHEs – Aproveitamentos Hidrelétricos.

etc. com interesses nas mesmas terras. As negociações ocorrem sem que as comunidades tenham acesso às informações necessárias e aos meios de apresentar seus pontos de vista acerca dos projetos políticos e econômicos que as afetam. O segundo ponto tem a ver com a relação entre as comunidades envolvidas. Elas buscam: a) o apoio dos órgãos de governo responsáveis pela efetivação de políticas específicas pertinentes à garantia de seus direitos e em particular à proteção de seus territórios; b) a interlocução com grupos da sociedade civil – Universidades, movimento negro, Pastoral dos Pescadores - que auxiliam no processo de mobilização política e propiciam acesso a informações, facilitando o diálogo com órgãos de governo como a Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, Ministério Público Estadual/MPE e Ministério Público Federal/MPF, Defensoria Pública da União/AGU, FCP/MinC e INCRA/MDA. Estes órgãos facultam a realização de reuniões e consultas públicas requeridas pelas comunidades e legalmente exigidas no decorrer dos processos de licenciamento ambiental.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 1989, da qual o governo brasileiro é signatário, reconhece o direito dos povos indígenas e tribais e tem o propósito de garantir sua autonomia e controle sobre suas próprias instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico, propriedade da terra e de recursos naturais. As consultas prévias a serem promovidas obrigatoriamente pelas empresas interessadas, bem como por órgãos do governo federal, estadual e municipal, deveriam ocorrer no início dos processos de licenciamentos ambientais pois são obrigatórias e estão contempladas na referida Convenção. Essas consultas representam a garantia que as comunidades quilombolas tem de se manifestarem a propósito de intervenções sobre seus territórios e modos de vida.

De acordo com o Artigo 6ª da Convenção 169/OIT, os governos deverão:

- a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
- b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de

outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas. (Convenção 169/OIT)

Em geral, as consultas (quando ocorrem) são feitas de modo indevido. Via de regra são realizadas em fase bastante adiantada dos processos de licenciamento ambiental, quando as obras de implantação do empreendimento já causaram danos. Costumam ser formuladas em linguagem pouco acessível aos grupos atingidos. No caso da Ilha de Cajaíba, as “reuniões de apresentação do empreendimento” e a “consulta prévia” promovidas pelas empresas e pelo IMA, ocorreram sem que fosse prestado às famílias quilombolas o devido esclarecimento a respeito dos impactos sobre seus territórios.

A consulta prévia realizada nas comunidades que fazem uso e reivindicam o território da Ilha de Cajaíba representou nada mais que um desempenho pro forma, sem que as mesmas pudessem de fato compreender o que estava acontecendo. Este é um ponto fundamental em relação às consultas prévias. Em geral, quando as realizam, as empresas partem do pressuposto de que as comunidades atingidas já concordaram com a implementação do empreendimento. Isto é um erro recorrente em quase todos os processos de licenciamentos ambiental.

Nas comunidades quilombolas as informações chegaram tardiamente em função da morosidade do aparato burocrático e do desinteresse do órgão de licenciamento ambiental em criar espaços de diálogo para o entendimento das comunidades sobre o empreendimento em questão. Soma-se a isto a manipulação das informações por parte das empresas interessadas que nos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) ocultaram informações sobre a existência e situação das comunidades quilombolas envolvidas, além de usarem nas reuniões uma linguagem incompreensível a seu público impedindo a participação efetiva dos quilombolas. A interlocução fora pensada pelo grupo Property Logic de modo a encobrir o fato de que, além de causar danos às famílias quilombolas, de ocasionar a perda de seus territórios, o emprego da mão de obra local fora pensado apenas para a fase de implantação do projeto (obras de

construção). O material de divulgação apresenta os reais ou supostos benefícios do projeto de forma pouco clara ocultando muitas informações. Entendo isto como uma técnica política de controle e dominação sobre as comunidades quilombolas do entorno da Ilha de Cajaíba. Os órgãos de governo e as empresas responsáveis pelo projeto do Eco Resort acabam por ludibriá-las utilizando um discurso elusivo que tem por finalidade esvaziar o real sentido dados às reivindicações apresentadas. Valem-se de forma indevida do aparato burocrático disponível o que facilita a falsa ideia de que as demandas estão sendo atendidas. Testemunho disto são os relatos obtidos junto aos membros da Comunidade São Braz, por exemplo, e muitas das queixas referentes à forma como as informações foram transmitidas: não falavam a nossa língua, segundo uma das lideranças quilombolas.

Todas as comunidades pesquisadas consideram a Ilha como de fundamental importância para suas trajetórias, dada a sua história e o valor simbólico que a torna parte de seus territórios. Representa ela um dos locais de referência histórica e social e objeto de disputas entre quilombolas e não quilombolas. Outros grupos também se valem da Ilha como espaço de sustento: comunidades quilombolas de município próximos ou mais distantes, pesadores não quilombolas residentes nos municípios de São Francisco do Conde, de Saubara, Madre de Deus, entre outros grupos que compartilham do espaço da Ilha, mas não necessariamente a reivindicam como território.

1.4 - Prelúdio da pesquisa: percursos institucionais e etnográficos

Após a contextualização dos processos de certificação, regularização fundiária e licenciamento ambiental, apresento dois momentos relevantes, detalhados no item a seguir, na definição desta pesquisa: um deles anterior e outro ocorrido simultaneamente à minha inserção enquanto discente no curso de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (PPGA/UFBA), em 2012. Quais sejam: a) a análise dos EIAs/RIMAs junto ao DPA, atividade esta realizada entre 2009 a 2011. Lembrando que a FCP é um dos órgãos intervenientes junto aos processos de licenciamento ambiental ligados ao IBAMA. Ali despertou o meu interesse pelos conflitos e estratégias utilizadas pelas comunidades quilombolas da região do Recôncavo em manter a Ilha de Cajaíba enquanto território de uso comum. Os limites de minha

atuação não permitiram, neste primeiro momento, ir além dos pareceres técnicos que se prestavam a avaliar EIAs/RIMAs envolvendo comunidades quilombolas encaminhados à FCP; b) elaboração do Relatório Antropológico de Contextualização Histórica e Geográfica do Território da Comunidade Quilombola São Braz, no qual fui responsável, para fins de regularização fundiária junto ao INCRA-SR 05 ligado.

Num primeiro momento, foram feitas incursões até a Ilha de Cajaíba, alvo de especulação imobiliária, que possibilitaram conhecer os territórios das comunidades São Braz, objeto de pesquisa posterior voltada à regularização fundiária, Acupe e Dom João, inseridas num terceiro momento quando da definição do universo da pesquisa de doutorado.

Os processos de licenciamento ambiental, as visitas técnicas e a elaboração do relatório de identificação do território da comunidade quilombola São Braz foram experiências que marcam o desenvolvimento desta pesquisa. Informações relativas aos documentos produzidos e analisados, bem como os procedimentos institucionais destinados à Ilha no decorrer dos processos de licenciamento ambiental e de regularização fundiária por meio do relatório antropológico serão posteriormente demonstrados e relacionados com o contexto das comunidades quilombolas e seus processos de territorialização e emergência étnica envolvendo diferentes atores sociais e políticos. Faço aqui um breve relato acerca das experiências por mim vivenciadas a partir de dois processos relevantes para o contexto desta pesquisa, conforme dito anteriormente.

1.4.1 - Primeira incursão institucional: o processo de licenciamento ambiental da Ilha de Cajaíba

Em 10 de agosto de 2009, iniciei minhas atividades enquanto uma das antropólogas responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental junto ao DPA/FCP/MinC, realizando atividades destinadas à análise dos EIAs/RIMAs envolvendo comunidades quilombolas do Brasil atingidas por grandes obras. Logo de chegada, percebi que poucos profissionais atuavam nesta área diante da enorme demanda de casos a serem analisados pela FCP. Duas antropólogas, apenas, e uma coordenadora não dariam conta dos mais de 780 procedimentos a serem

efetuados em relação à produção de pareceres, vistorias e reuniões com as empresas responsáveis pelas obras e com as comunidades quilombolas atingidas. Ademais, a metodologia de realizar vistorias foi intensificada como forma de sanar parte das lacunas existentes nos EIAs/RIMAs. A verificação *in loco* tornou-se a principal ferramenta para o diálogo junto às comunidades quilombolas frente aos inúmeros casos de manipulação e ausência de informações apresentadas pelas empresas sobre a realidade pela qual passam essas comunidades.

O primeiro estudo de impacto que chegou em minhas mãos foi a implantação do Cajaíba Beach e Golf Resort pelo grupo empresarial Property Logic. O processo de licenciamento ambiental teve início em 2007 e demandou a manifestação da FCP/MinC, um dos órgãos intervenientes conforme a IN Nº184/IBAMA a Portaria Interministerial Nº 419, de 26 de outubro de 2010³⁷. O estudo encaminhado pelo grupo empresarial Property Logic apresentava uma série de pendências no que diz respeito à ausência de informações sobre a ocupação e história do negro na região do Recôncavo Baiano e, principalmente, sobre a existência de comunidades quilombolas nas áreas de abrangência do empreendimento³⁸. Foi necessário realizar vistorias, ou seja, visitas e consultas, seguidas de relatórios, junto às comunidades quilombolas situadas nos municípios inicialmente envolvidos no empreendimento: Santo Amaro e São Francisco do Conde³⁹. Deste modo, pude conhecer as quatro comunidades localizadas em seu entorno, até então envolvidas. São elas: Monte Recôncavo, município de São Francisco do Conde/BA; Acupe (Distrito), Cambuta e São Braz, município de Santo Amaro/BA.

As visitas foram articuladas em conjunto com a representação da FCP no Estado Da Bahia e as associações das quatro coletividades quilombolas, que praticamente não conheciam o conteúdo dos EIAs/RIMAs do Cajaíba Beach e Golf Resort Ilha de Cajaíba. As visitas tinham como intuito informar as comunidades sobre o contexto atual do processo de licenciamento ambiental e consultá-las acerca

³⁷ A FCP regulamentou os procedimentos administrativos de sua atuação enquanto órgão interveniente junto aos processos de licenciamento ambiental por meio da Instrução Normativa Nº 01, de 25 de março de 2015 que estabelece: “se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção causada em terra quilombola pela atividade ou empreendimento objeto do licenciamento”.

³⁸ ADA – Área Diretamente Afetada AID – Área de Influência Direta AII – Área de Influência Indireta.

³⁹ No decorrer da pesquisa de campo novos projetos turísticos envolvendo a Ilha de Cajaíba foram criados a partir da articulação entre o Governo Estadual e diversos municípios. Tal aspecto será melhor desenvolvido no Capítulo 4.

do modo como estavam ou não sendo consideradas suas demandas e condição de comunidades diretamente atingidas pelos impactos do empreendimento empresarial. Minha função era também de registrar os relatos para então proceder à análise técnica em conjunto com o apoio do setor jurídico da FCP, quando necessário.

Tal procedimento foi realizado em dois dias nas quatro comunidades citadas a partir das reuniões de esclarecimentos e troca de informações. Nesse processo, uma situação chamou minha atenção: a reunião ocorrida em 25 de setembro de 2010 na Comunidade de Acupe. Cerca de 60 pessoas, dentre elas lideranças religiosas, mestres de capoeira e grupos culturais de dança, além de pescadores e marisqueiras que aguardavam a mim e a representante da FCP na Bahia. Muito provavelmente a expectativa acerca do assunto da reunião era diversa ao que de fato iríamos tratar dada a quantidade de membros de grupos culturais de samba e capoeira presentes e preparados para suas apresentações. Logo que chegamos, os membros da comunidade se acomodaram em cadeiras que formavam um círculo na sala destinada à reunião em um dos prédios situados no centro da comunidade. Iniciei minha fala, após a saudação de um dos líderes, apresentando a situação do processo de licenciamento ambiental em andamento. Tal fato, quase que de modo imediato, calou as falas dos presentes que a princípio aguardavam a apresentação de propostas ou auxílio às ações culturais na região ou projetos destinados às comunidades quilombolas. Uma vez desvendado o tema da reunião, os membros da comunidade se pronunciaram demonstrando espanto em função da celeridade das obras de implantação do Eco Resort Ilha de Cajaíba e do receio de perda da área e do acesso à Ilha. Ficou evidente também que a comunidade estava a par do processo em questão, mas em momento algum foram consideradas as demandas e as manifestações apresentadas pelas comunidades quilombolas nas audiências públicas, únicas situações onde estiveram presentes⁴⁰. A reunião transcorreu de modo delicado haja vista as expectativas geradas pela comunidade em torno das reivindicações apresentadas pelos quilombolas e os processos judiciais envolvendo o direito ao acesso à Ilha de Cajaíba para as coletividades quilombolas. Por fim, a reunião serviu mais como orientação de como poderiam ser construídas estratégias de mobilização e articulação para que fossem consideradas as reivindicações apontadas.

⁴⁰Vide Capítulo 4.

Minha chegada na FCP se deu posteriormente ao início do processo de licenciamento ambiental que se encontrava adiantado. A realização das audiências públicas entre os órgãos de governo, a área jurídica, as comunidades quilombolas e entidades da sociedade civil já haviam ocorrido na própria Ilha inúmeras vezes. Somente em 2011 o processo de licenciamento ambiental envolvendo o grupo empresarial Property Logic foi suspenso em função da crise econômica que recaiu sobre a Europa e fez com que as empresas que compuseram o grupo desistissem de investir no projeto Eco Resort Ilha de Cajaíba. Outras tratativas se deram posteriormente à saída do Property Logic e serão analisadas posteriormente.

Após 2011, ano em que encerrei minhas atividades junto à FCP, o processo de licenciamento ambiental ganhou outros contornos pois houve mudanças significativas no quadro de funcionários, além dos avanços das articulações e constituição de redes entre as comunidades quilombolas e demais atores envolvidos. Pode-se dizer que acompanhei o processo até a produção do parecer técnico por mim elaborado e assinado pelo Presidente da FCP em vigor, referente ao primeiro EIA/RIMA apresentado pelas empresas envolvidas, e o período de elaboração de estudo complementar solicitado pela FCP e apresentado posteriormente pela Property Logic, em 2010. O segundo diagnóstico que trata do “Componente quilombola” e demais complementações pude ter acesso e será explorado posteriormente⁴¹.

Até aqui nos detivemos à contextualização histórica e política envolvendo o processos de privatização da Ilha de Cajaíba, o que não se reduz a este Capítulo. Outras situações de conflito envolvendo disputas territoriais sobre a Ilha, as mobilizações daí decorrentes e luta pelo reconhecimento do território pesqueiro das comunidades quilombolas Acupe, São Braz e Dom João, serão apresentados no capítulo seguinte.

⁴¹ Idem.

CAPÍTULO 2 - TERRITORIALIDADES, CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS E MEDIAÇÕES POLÍTICAS.

A Cajaíba só é a “ilha” por causa das pessoas⁴²

Neste capítulo, mostrarei de forma sintética os principais conflitos vivenciados pelas comunidades quilombolas São Braz, Acupe e Dom João que impulsionaram a mobilização dessas coletividades em prol do reconhecimento de sua identidade e territorialidade enquanto quilombolas.

Eliane Cantarino O’Dwyer (2000) atenta para a ideia de que as identidades quilombolas emergem em contextos de conflitos considerando que são fruto “não de um sistema cultural exclusivo, mas de imagens construídas em um contexto de referências interculturais em que os envolvidos encontram-se em complexas relações de poder e resistência” (p.256)

Do mesmo modo, identidade e territorialidade emergem da esfera pública e articulam um modo de vida (pesca e mariscagem) com a questão étnico-racial (grupos majoritariamente negros e mestiços, descendentes dos antigos engenhos de açúcar da região) muito em virtude do perfil dos mediadores políticos envolvidos nesse processo, como os membros do Conselho Pastoral da Terra – CPP, como também das trajetórias históricas e sociais de suas coletividades. Como aponta Eric Wolf (*apud* Feldman-Bianco, 2003) sobre o “intermédio” que age a partir do jogo de tensões onde os mediadores atuam a nível local e global abrangendo níveis variados de “mediação” o que poder vir a tornar possível a mobilidade social dos grupos sociais, tanto em prol de benefícios pessoais quanto para atender a sua comunidade.

O reconhecimento jurídico da consciência das pessoas sobre seus direitos também é interessante para pensarmos questões sobre identidade social e auto-afirmação via coletividade, ou “experiência de resistência comum” (HONNET, 2003:209). Nesta direção, buscaremos explorar as categorias nativas locais sobre

⁴² Sra. Valdelice Ribeiro dos Santos (“Dona Alice”, 90 anos, aproximadamente). Comunidade Quilombola São Braz.

“ser quilombola” compreendendo as dinâmicas locais atribuídas ao ser “pescador e marisqueira”.

2.1 – Conflitos e territorialidade nos Quilombos Acupe, São Braz e Dom João

De forma sintética apresento neste item a descrição dos principais conflitos territoriais existentes nas comunidades de Acupe, São Braz e Porto de Dom João. Trata-se de inserir informações que dêem sentido ao contexto de mobilização e organização política constituído por meio das redes sociais e políticas em conjunto com os agentes de mediação: CPP e AATR, MPP, mais especificamente.

2.1.1 - Comunidade quilombola São Braz

O processo de regularização fundiária da Comunidade Quilombola São Braz atualmente encontra-se na fase de delimitação e de notificação das propriedades ocupadas por não quilombolas. O relatório antropológico finalizado em 2014 até então não fora publicado no D.O.U. Conforme apontado anteriormente, por decisão das comunidades quilombolas do Recôncavo, a Ilha de Cajaíba está inserida no perímetro do território de São Braz. Neste caso, a não publicação do relatório de identificação territorial implica no risco maior de ocupação e expropriação por parte de outros atores na área da Ilha que hoje está sob o controle da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde. Ademais, o território de São Braz engloba áreas de antigos engenhos, hoje fazendas. Como o engenho São Braz, onde foi construída a antiga Capela São Braz, que data meados do século XVIII, e o sobrado de João Clímaco de Araújo (Seu Nenê), o “fundador de São Braz”; Pitinga, onde situa-se o Projeto de Assentamento Rural Eldorado de Pitinga e a Fábrica Penha Papeis; o engenho Santo Antônio dos Calmons que engloba as ruínas da antiga capela Santo Antônio, construída na primeira metade do século XVII; as áreas antes pertencentes aos Engenhos Palma, Capanema, Santa Catarina, Engenho Novo e Fazenda Bângala; o Engenho Cajaíba.

Imagem 1 – Vista da comunidade São Braz e acesso ao porto (canal à esq., Fundo de São Braz.



Dos conflitos evidenciados, destaca-se a presença da Fábrica de Papel Penha, cujo cultivo de bambu ocupa boa parte do território de São Braz, além de levar prejuízos à comunidade com resíduos que contaminam as áreas de mangue, do mar e a água utilizada para consumo pela comunidade. A apropriação da área da Ilha de Cajaíba, antes pelo grupo empresarial Property Logic, se dá atualmente pela prefeitura Municipal de São Francisco do Conde que se vale do antigo casarão do Barão de Cajaíba, localidade há muito utilizada como apoio pelos pescadores e marisqueiras da região, dentre outras edificações próximas à Ilha que serviu de cenário para as gravações da “novela das nove”, “Velho Chico”, produzida pela Rede Globo de Televisão. Novamente um fator de impedimento de acesso das comunidades à Ilha. Soma-se a isto, a presença de lixões da Prefeitura Municipal de Santo Amaro também localizados muito próximos à área de mariscagem e pesca da Comunidade São Braz.

Imagem 2 - São Braz: área de bambuzal.



Imagem 3 - Fábrica Penha Papeis: BR 420.



2.1.2 – Comunidade quilombola Acupe

A Comunidade Quilombola Acupe, vizinha de São Braz, é classificada administrativamente como distrito do município de Santo Amaro e sua historicidade aponta para a presença dos Engenhos Alto do Cruzeiro e São Gonçalo, localidade próxima ao atual povoado e antiga Fazenda Bângala, divisa com São Braz, cenários da presença escrava na região. A solicitação do processo de regularização fundiária junto ao INCRA/SR-05 foi realizada e ainda aguarda por sua efetivação. A elaboração do relatório de identificação de seu território ainda demanda procedimentos formais quanto à contratação de equipe técnica e destinação de recursos em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo Baiano que também aguarda pelas decisões do órgão responsável. No entanto, apesar da morosidade características destes processos, a Comunidade Acupe vê-se articulada com as demais comunidades não somente em função dos conflitos envolvendo a Ilha de Cajaíba, mas as áreas da Coroa Branca, Ilhote do Passarinho e Nordeste que, assim com tantas outras localidades do Recôncavo, são alvos da especulação imobiliária.

Imagem 4 - Coroa Branca cercada por muro. Fonte: HEIMER, M., 2016.



Tal é o caso da Coroa Branca que atualmente encontra-se fechada por um muro de concreto como forma de impedir a entrada de pescadores e marisqueiras e de demarcar a área onde a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, em parceria com empresas nacionais e estrangeiras, projeta construir um hotel interligado às demais ilhas e ilhotas da região. Assim com no caso da Ilha de Cajaíba, também utilizada por Acupe, houve mobilizações entre as comunidades quilombolas na defesa das coroas e ilhotas próximas à Cajaíba, incluindo a destruição do primeiro muro construído ao redor da Coroa Branca. Tais processos impulsionaram a redes de articulação entre as comunidades pesquisadas dentre tantas outras da região do Recôncavo. O processo é acompanhado pela Superintendência do Patrimônio da União – SPU, ligada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pela regulamentação e regularização fundiária de áreas marítimas. No caso dos ilhotes e coroas demandados pela Comunidade de Acupe, o registro destinado às desapropriações por interesse social aguarda por encaminhamento da SPU uma vez que as disputas por tais espaços envolvendo empresários e a Prefeitura de São Francisco do Conde ainda corre no âmbito judicial.

Imagem 5 - Coroa Branca.



Imagem 6 - Acupe: lagoa em São Gonçalo.



Imagem 7 - Interior de Acupe, próximo ao porto.



2.1.3 – Comunidade quilombola Porto de Dom João

Em Dom João, localizada a 4 km da sede municipal de São Francisco do Conde, há o antigo Engenho D'Água, ainda preservado; as ruínas da Usina Dom João; Fazenda Dico e Engenho de Baixo bem próximas às residências das famílias da comunidade quilombola. O relatório territorial estava sendo realizado por uma das técnicas da Coordenação Quilombola do INCRA/ SR-05, porém, diante do questionamento apresentado sob forma de ação judicial pela Prefeitura de São Francisco do Conde acerca da legitimidade da auto-atribuição de Dom João enquanto quilombola, o mesmo encontra-se paralisado até então. Dom João fora certificada pela FCP no ano de 2013 e passou a ser alvo de violências como a destruição de residências por parte da Prefeitura. Fato relacionado à implantação de um projeto turístico pela ABA – Associação Baiana de Automobilismo que contou com a construção, já efetivada, de um kartódromo no interior do território quilombola, a despeito do processo de regularização fundiária junto ao INCRA SR 05. A comunidade localiza-se muito próxima à área do manguezal onde a criação de siri e guaiamum é desenvolvida por mais de um morador. Além do que, a comunidade Dom João possui relação tanto com a Ilha de Cajaíba quanto com a Ilha das Fontes também utilizada para pesca, mariscagem, extração de frutas e local de repouso nos períodos de pesca mais intensa.

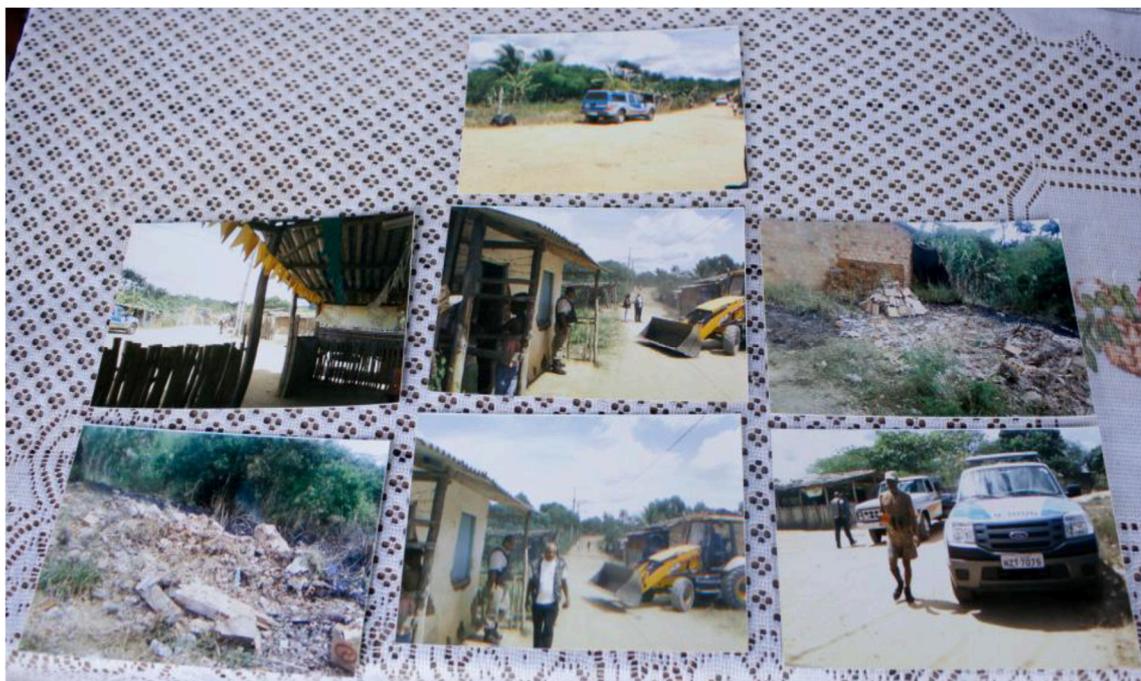
Imagem 8- Acesso à Comunidade – Rodovia BA 522.



Imagem 9- Interior da Comunidade Dom João.



Imagem 10 - “Foto 3: Os moradores guardam as memórias das derrubadas de casa na comunidade”.

Fonte: GEOGRAFAR/UFRBA, 2015.⁴³

⁴³ Relatório Preliminar – Comunidade Negra Rural Quilombola Porto de Dom João. Geografia dos Assentamento da Área Rural – GEOGRAFAR/UFRBA, 2015. O relatório foi resultado de uma parceria entre a comunidade, a Comissão Pastoral da Pesca (CPP), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e o Grupo de Pesquisa Geografar – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (POSGEO/UFBA/CNPq). A assembléia foi devidamente registrada em ata, que formaliza a aceitação da mesma, quanto aos procedimentos, explicitados pelo INCRA, a serem adotados para a elaboração do RTID.

Quadro 2 - Síntese dos conflitos territoriais em São Braz, Acupe e Porto de Dom João.

Comunidade	Certificação FCP	Processo INCRA	Principais conflitos territoriais
São Braz	12/01/2009	Publicação RTID	<ul style="list-style-type: none"> - Fábrica de Papel Penha: expropriação, avanço do cultivo de bambu no território quilombola, poluição e contaminação do mangue e maré; - Ilha de Cajaíba: limitações de acesso em função da especulação imobiliária e projetos de urbanização e turismo (Prefeitura de São Francisco do Conde); - Presença de lixões (Prefeitura de Santo Amaro); - Grileiros e posseiros.
Dom João	09/11/2011	Elaboração RTID	<ul style="list-style-type: none"> - Ação judicial (contra a auto-definição) movida pela Prefeitura de São Francisco do Conde; paralisação do processo de regularização fundiária; - Ilha de Cajaíba: limitações de acesso em função da especulação imobiliária e projetos de urbanização e turismo (Prefeitura de São Francisco do Conde); - Kartódromo e projeto turístico: perda territorial e conflitos envolvendo Prefeitura.
Acupe	04/01/2010	Auto-definição / Elaboração RTID	<ul style="list-style-type: none"> - Ilha de Cajaíba, Coroa Branca, Ilhote do Passarinho e Nordeste, Ilha Pequena: limitações de acesso em função de especulação imobiliária; - Regularização fundiária: sem previsão de início do relatório antropológico.

2.2 - “Para cada ação há uma reação”: quilombolas pescadores e marsiqueiras na construção de suas coletividades.

A condição do pescador e de marisqueira e sua relação com a identidade quilombola torna-se indispensável aos processos de mobilização e reconhecimento pelo quais passam as comunidades de Acupe, São Braz e Porto de Dom João. Atribuem aos termos o sentido de vínculo com o território pesqueiro, também construído politicamente, e a práticas apreendidas desde de a mais terra infância. Representam um modo de vida específico de quem conhece e sabe lidar com os recursos naturais advindos do mangue, do mar, da lama. Diferentemente das categorias “pescador profissional” e “pescador artesanal” atribuídas pelo Estado para designar certos tipos de atividades de geração de renda com base na pesca, com veremos no decorrer deste capítulo.

No que tange à organização política das comunidades quilombolas diante do risco de perda de seus territórios específicos e espaços compartilhados, o estudo realizado por Roseni Santana de Jesus (2013)⁴⁴ junto à comunidade São Braz demonstra que a mobilização das comunidades quilombolas chega ao Recôncavo Baiano no ano de 2004, sob o emblema da luta pelos direitos dos pescadores e pescadoras artesanais, por meio da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP)⁴⁵ e, posteriormente, o Movimento das Pescadoras e Pescadores (MPP)⁴⁶. Juntos, ambos movimentos inserem discussões sobre legislação concernente aos direitos dos

⁴⁴ **Etnogênese e identidade étnica enquanto modo de vida na comunidade quilombola de São Braz em Santo Amaro/BA.** Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2013.

⁴⁵ O Conselho Pastoral dos Pescadores é uma pastoral social ligada a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O CPP é composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com o Serviço junto aos pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária. O trabalho pastoral com pescadores foi iniciado em 1968, nas praias de Olinda (PE), pelo Frei Alfredo Schnuettgen, OFM. Mais tarde o trabalho se espalhou para Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 1976 com apoio de Dom Helder Câmara, a Pastoral dos Pescadores foi reconhecida a nível nacional pela CNBB, tendo como coordenador e animador o próprio Frei Alfredo. Assim, a Pastoral dos Pescadores se expandiu para outros estados do Nordeste e outras regiões do país. Em 1988 o CPP tornou-se uma instituição com personalidade jurídica. Possui regionais: representantes dos regionais do CPP: Pará/Amapá; Nordeste Ceará/ Bahia /Sergipe;Pernambuco/ Paraíba/ Rio Grande do Norte/ Alagoas; Santa Catarina/ Rio Grande do Sul/ Paraná /Mato Grosso do Sul. Disponível em: www.cppnac.org.br.

⁴⁶ O MPP vem desenvolvendo um intenso trabalho de base com o propósito de animar pescadoras e pescadores de todo Brasil para o enfrentamento aos grandes projetos. Busca reunir forças e agregar parceiros para construir instrumentos legais que garantam a permanência das comunidades em seus territórios pesqueiros. Da mesma forma, tem um olhar voltado à produção sustentável de alimentos à preservação das águas, florestas, manguezais. Disponível em: <www.geografar.ufba.br>.

pescadores artesanais além de proporcionar cursos de capacitação para agentes multiplicadores (p.35). A categoria “remanescente de quilombo” se revela no Recôncavo a partir de 2004 quando dos processos de reconhecimento e certificação de comunidades situadas nos municípios de Maragogipe e Cachoeira. A CPP acaba por impulsionar o processo de mobilização junto à comunidade São Braz e a reivindicação da Ilha de Cajaíba enquanto parte de seu território no confronto com o grupo empresarial PropertyLogic.

Além desta situação específica, São Braz, como toda a população do município de Santo Amaro, sofre com os danos causados pela contaminação de chumbo e cádmio provocada pela empresa Plumbum Mineração e Matelúrgica LTDA, na década de 80, alterando todo ecossistema ao norte da Baía de Todos os Santos. Soma-se a isto a presença da empresa Penha Papeis, referida no capítulo anterior, no território da comunidade São Braz, o que também impulsionou a fundação da *Associação de moradores e pequenos pescadores e marisqueiras de São Braz*, responsável por tratar formalmente dos direitos específicos destas categorias perante o Estado. (p.37)⁴⁷

Interessante notar que a comunidade São Braz torna-se referência quando do processo de organização política promovido em conjunto com as demais comunidades da região do Recôncavo Baiano e a CPP justamente por estar mais próxima de um modelo de organização projetado pelo Estado.

Processos similares ao de São Braz foram alavancados pelas comunidades quilombolas Acupe e Porto de Dom João quando da presença de empreendimentos em áreas consideradas relevantes à vida de suas famílias além de integrarem parte de seus territórios. Tal o caso da Coroa Branca, do Ilhote do Passarinho e Ilhote Nordeste, reivindicados pela comunidade de Acupe, e a área destinada à implantação do kartódromo, pertencente ao território de Porto de Dom João. É nesse contexto de reivindicações territoriais que a CPP passa atuar também nestas comunidades, o que acaba gerando uma rede de solidariedade a partir de suas representatividades constituídas por meio das Associações de Remanescentes de Quilombo Porto de Dom João e Associação dos Remanescentes do Quilombo de Acupe.

⁴⁷ Uma das suas atribuições é a confecção de carteiras de “pescadores profissionais” e a cobrança de taxas mensais de seus associados.

Dos agentes mediadores, busquei dialogar com um dos articuladores principais junto às comunidades quilombolas do Recôncavo, dentre outros grupos sociais em que a CPP atua. Fui ao encontro de Gilmar dos Santos Rodrigues, 39 anos, arte-educador e pós-graduado em Democracia Participativa e Movimentos Sociais. Sua inserção junto à CPP ocorreu por meio da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, onde iniciou o trabalho de engajamento e organização social de jovens. Atua junto à CPP desde 2002 e atualmente ocupa o cargo de Secretário Executivo Regional, um trabalho destinado à mobilização e articulação de comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia. Nos encontramos no início da tarde na própria Sede da CPP em Salvador, no bairro Bonfim. Gilmar, em 2006, inicia sua atuação na área da Articulação Subaé, uma reunião das várias comunidades influenciadas pelo rio com mesma denominação, a partir da elaboração de um diagnóstico acerca da organização, problemas ambientais e níveis de conflitos vivenciados pelas comunidades pesqueiras, bem como o nível de relação existente entre as comunidades e limitações de acesso às políticas e direitos. Isso se deve ao fato de que, segundo Gilmar, apesar da existência de outras formas de organização, estas não possibilitavam uma comunicação eficaz entre as comunidades. Da mesma forma, se tinha muito forte a influência da colônia de pesca com um órgão de classe e ao mesmo tempo tinha outras associações de pescadores. Se refere às comunidades como sendo compostas por:

Trabalhadores e trabalhadoras do extrativismo da pesca e de frutas que têm uma dependência do ecossistema, além de se defrontarem com os grandes conflitos ambientais (chumbo em Santo Amaro), a ausência do poder público e a dificuldade em se organizarem e se articularem. Mas todas elas tinham um problema fundamental que era a ausência de uma participação efetiva tanto no processo de organização comunitária. As pessoas estabeleceram uma relação pessoal não saudável do ponto de vista da afirmação de direitos. Uma dependência com relação aos encaminhamentos para fins de acessar direitos de trabalho e previdenciários. Na verdade, boa parte das pessoas desconheciam estes direitos, os benefícios trabalhistas básicos. Nem a forma de acessar esses benefícios de forma direta. Sempre ter que passar pelo 'crivo' da colônia. Não tinha autonomia. Começamos a trabalhar um pouco o processo e informar as pessoas a partir do que define a lei trabalhista e o pessoal começou a se empoderar. Aí começaram a formar outros tipos de associações com perfil mais participativo e isso favoreceu. Muitas pessoas descobriram os caminhos.⁴⁸

⁴⁸ Entrevista realizada em Salvador, 12/06/2016.

A questão étnico- racial é entendida como algo que existe *desde sempre* a partir das *manifestações culturais de matriz africana*, expressões estas que na percepção de Gilmar são desvalorizadas e mas por este motivo tornaram-se formas de resistência. A noção de direito destacada por Gilmar é percebida pelas comunidades a partir do desvelamento obtido junto à CPP enquanto agente de mediação.

A CPP tem uma estratégia de formação que é que as pessoas que participam desse processo sejam multiplicadoras das informações. Aí a gente fez uma série de oficinas, encontros. Outras comunidades de outras regiões e com processos mais avançados e a gente passa a animar que essas comunidades também interajam. Começa o intercâmbio e começa a ser parte do Movimento dos Pescadores. E a partir daí começa a articulação do Movimento dos Pescadores, chamada Articulação Subaé. Compreende a junção das comunidades da região.⁴⁹ Isso ajudou muito porque a partir disso se deu o processo de resistência mais organizado pra proteger a Ilha de Cajaíba e outros recursos naturais dali.

Uma das estratégias utilizadas pela CPP para o processo de mobilização é a forma descentralizada das estruturas de associações comunitárias e a exclusão dos níveis hierárquicos (presidente, vice-presidente, etc). Ao contrário das colônias de pesca, a Associação dos Remanescentes de Quilombo São Braz, por exemplo, possui coordenações cujas funções se complementam, sem que com isso haja uma competitividade desnecessária que possa gerar ainda mais conflitos entre os membros da comunidade. Isso se deve ao fato que de, na interpretação de Gilmar, é importante se *respeitar a coletividade*.

Almeida nos lembra acerca da emergência de representatividades desta natureza, ou seja, de grupos étnicos entendidos enquanto categorias locais e específicas e, ao mesmo tempo, frutos de uma coletividade:

A nova estratégia dos discursos dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política que em décadas passadas estava associada principalmente ao termo “camponês”. Politiza-se aqueles termos e denominações de uso local. Seu uso cotidiano e difuso coaduna com a politização das realidades localizadas, isto é, os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as

⁴⁹Localizada na Bacia do Rio Subaé, região norte do Recôncavo Baiano, que abrange os municípios de Feira de Santana, Conceição do Jacuípe e Santo Amaro.

denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana. (Almeida, 2006:62)

Organizadas por meio das suas associações comunitárias, buscam, com certas limitações, o diálogo com instâncias governamentais e não governamentais com vistas à melhoria da infraestrutura. Para tanto contam com o apoio de movimentos sociais, com a CPP, cuja atuação é permanente, principalmente no que tange ao processo de regularização fundiária, dentre outras demandas relativas às políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, especificamente, e projetos ligados à Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Fato é que o espaço destinado a este diálogo em grande parte não opera de maneira direta junto às comunidades quilombolas. Nem sempre as instâncias sociais de apoio com as quais se relacionam e cumprem um papel importante nesta interlocução possuem recursos suficientes para a mobilização e a devida comunicação, mesmo porque cabe ao Estado este papel quando dos conflitos gerados pela própria política governamental ou, mesmo que não diretamente ligada a esta, pelos projetos e empreendimentos que contam com o apoio dos governos municipal, estadual e federal. Uma relação desigual no que tange ao tratamento dado pelos agentes estatais às empresas públicas e privadas e aos quilombolas. Dois pesos e duas medidas...

O processo de organização e articulação entre as comunidades foi destacado por Gilmar como uma saída a esta situação injusta por meio de um movimento *libertário* de conscientização sobre seus direitos a partir de sua autonomia política em contraposição à lógica praticada pelas Colônias de Pesca e das relações estabelecidas com o governo estadual, principalmente:

Em Saubara, por exemplo, você tem um problema que demanda muito trabalho p mobilizar a população local ... o presidente da federação dos pescadores, o Zé Carlos, é dali. Como a colônia tem um perfil autoritário e de criar dependência nas pessoas qualquer organização que for trabalhar ali com perspectiva mais libertária vai passar por uma resistência muito forte da própria colônia. E tem a mentalidade das pessoas por causa da dependência. E superar isso requer um trabalho bem articulado.

Um discurso que aponta os entraves no processo de mobilização política da Comunidade São Braz quando do início da regularização fundiária. Muitas foram as tentativas de realizar reuniões para a apresentação da equipe ou mesmo para

dialogar sobre o território. Ao passo que reuniões referentes ao defeso e cadastramento de pescadores e marisqueira ganham maior repercussão entre os quilombolas haja vista o efeito imediato sobre questões previdenciárias. De fato, a mobilização quilombola necessitou, para além da atuação da CPP, mas o diálogo desta com o Movimento de Pescadores Artesanais (MPP) e com a UFRB quando da realização de projeto de pesquisa destinado ao estudo sobre relações de gênero entre pescadores e marisqueira, onde, além do levantamento acerca da população local, formas de organização social e política, foi utilizada também a metodologia de cartografia social na produção de mapas relativos ao território quilombola em conjunto com os membros da comunidade⁵⁰.

Tanto a articulação Subaé, por meio das redes constituídas por membros comunidades quilombolas, quanto a atuação dos movimentos sociais e UFRB podem ser entendidos a partir da autonomia de poder de escolha por parceiros. (LITTLE, 2002: 21-22). A “escolha” opõe-se à imposição de modos de organização propostos pelo Estado, a exemplo da obrigatoriedade de constituição de modelos de associações, cooperativas que na maior parte das vezes não condizem com o modo de vida ou interesses das comunidades tradicionais, como apontado anteriormente. Cintia Beatriz Müller (*et al.* 2016) aborda problemas ao se desconsiderar as organização preexistentes no interior dos grupos quilombolas como a ausência de diálogo sobre a necessidade de composição destas estruturas como requisito para a aquisição da titulação e gestão dos territórios quilombolas (p.168). Ao citar Ricoeur (2008) , traz também a discussão em torno da diferenciação entre sujeito *do* direito, entendido como alguém capaz e com potencial de “falar e de se fazer ouvir, de reconhecer e efetivar seus direitos”, e sujeito *de* direito, aquele a “quem a lei atribui a faculdade ou a obrigação de agir, exercendo poderes ou cumprindo deveres (p.169) , Longe de deslegitimar o papel exercidos pelas Associações Quilombolas e seus lideranças, o que trago aqui é pensarmos modos alternativos de constituição das mesmas, ideia que compartilho com a autora, e que veremos logo adiante quando da atuação da CPP e AATR junto às comunidades quilombolas

⁵⁰ Equipe de pesquisadores (professores e alunos) do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB) que realizavam a pesquisa denominada *Relações de gênero entre pescadores e marisqueiras quilombolas no Recôncavo da Bahia* junto à comunidade São Braz, entre os meses de dezembro de 2010 até agosto de 2013. Participaram do referido projeto de pesquisa as professoras de Antropologia: Suzana Moura Maia (coordenadora), Ana Paula Comin de Carvalho e Jurema Machado de Andrade Souza; e os alunos: Samyr Ferreira dos Santos, Roseni Santana de Jesus, Deivid José Rodrigues, Ana Claudia Santos de Jesus, Janaina Riber Correa e Maria das Candeias dos Santos.

pesquisadas. Mesmo porque constituir instâncias formais de coletividades constitui um direito legal⁵¹: “A associação é tida como pessoa para o Direito, mais especificamente uma pessoa jurídica, e tem como característica principal a união de sujeitos mobilizados para a realização de um objetivo comum”. (*Idem*)

No caso do formato centralizado das Colônias de Pesca, várias demandas existentes entre as comunidades muitas vezes eram ali absorvidas como única alternativa no que diz respeito às orientações necessárias para encaminhamento junto ao Estado. Eram quase que pequenas instâncias de representação formal que realizavam de modo limitado a interlocução com setores estatais de outras naturezas que não a trabalhista/previdenciária a que as Colônias se destinam (saúde, educação, etc). Com isto, evidencia-se também gargalos referentes à elaboração de políticas sociais e do acesso às políticas sociais específicas às realidades das comunidades quilombolas pesquisadas.

Com a inserção de novos interlocutores junto às as demandas direcionadas aos povos tradicionais no Brasil, podemos vislumbrar a criação de estratégias de mobilização e diálogo entre grupos que compartilham das mesmas angústias, o que acaba favorecendo a formação de redes e a conseqüente legitimidade de suas representações coletivas. O Estado perde sua exclusividade de atuação sobre os povos e comunidades tradicionais, mas estes ganham em termos de representatividade:

Quando se admite a não exclusividade da parceria com o Estado, com foi o acaso dos povos indígenas brasileiros sob o mecanismo legal da tutela, surgem novas possibilidades de alianças entre os povos tradicionais e outros setores da sociedade civil, tal com ONGs ambientalistas, entidades religiosas, sindicatos. Com esses setores atuam em âmbitos locais, regionais, nacionais e internacionais, as formas de atuação política dos povos tradicionais se ampliam correspondentemente. (*Idem*)

Nesta direção, as associações quilombolas e as colônias de pesca são hoje vistas de maneira mais crítica por parte das comunidades quando da inserção em espaços de interlocução política. A possibilidade de surgimento de estratégias específicas de apropriação e utilização dos instrumentos formais exigidos pelo Estado podem ser vislumbradas quando as comunidades Acupe, São Braz e Dom João, por exemplo, em conjunto com demais representações, compartilham num

⁵¹ Vide Art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988.

mesmo espaço questões acerca da ausência de informações sobre como elaborar estatutos e de como ocorre o processo de institucionalização de suas instâncias representativas; como e de que maneira irão dialogar e quais as demandas devem ser consideradas prioritárias. Entendo ser este o momento de conscientização e de compartilhamento de valores que passam a direcionar as relações entre comunidades e os possíveis parceiros.

A mobilização entre comunidades quilombolas em torno do processo de licenciamento ambiental envolvendo a Ilha de Cajaíba vem de encontro ao ocorrido com as comunidades de Ilha de Maré e Ilha dos Frades, pertencentes ao município de Salvador, além de comunidades pertencentes ao município de Maragogipe. Conflitos que dizem aos danos sobre o território pesqueiro causados pelo escoamento e o vazamento ocorrido em 2008 de componentes químicos oriundos da Landulpho Alves, além da poluição oriunda do parque industrial Porto de Aratu. À medida que mais conflitos surgiam mais comunidades eram envolvidas nas redes de mobilização, incluindo as Comunidades de Acupe, São Braz e Porto de Dom João cujas demandas referiam-se ao risco de perda territorial em função de interesses públicos e privados voltados ao turismo no recôncavo (atividades náuticas de transporte e lazer, área destinada à implementação de kartódromo, especulação imobiliária), conforme conflitos apontados no início deste capítulo.

No ano de 2011, tais fatos resultaram na elaboração da “Carta Aberta em Defesa da Ilha de Cajaíba”⁵², produzida pela Articulação Quilombola que denuncia uma série de delitos cometidos tanto pela PropertyLogic quanto pelos órgãos de governo interessados no empreendimento imobiliário. Ali, é evidenciado, dentre as várias demandas e conflitos, o contexto de privatização da Ilha, o modo com que as comunidades são excluídas do processo de licenciamento ambiental, a importância das áreas de mangue e marítimas para as atividades extrativistas realizadas pelos pescadores e marisqueiras, além da importância do acesso à Ilha enquanto um direito pertencente a todas as comunidades que a consideram com parte de seus territórios: São Braz, Acupe, Cambuta, Monte Recôncavo e demais comunidades pesqueiras da região do Recôncavo que dela fazem uso. Neste sentido, evidenciam a solicitação formal do processo de regularização fundiária protocolada junto ao INCRA-BA e a necessidade de intervenção do MPF e MPE quanto à suspensão do

⁵² Vide Anexo 1.

empreendimento turístico na Ilha e demais áreas insulares próximas. Nesta oportunidade assinam as representações das comunidades quilombolas pesqueiras da região do Recôncavo envolvidas, além de entidades da sociedade civil com as quais mantém redes de apoio, quais sejam:

- Associação dos Remanescentes de Quilombo São Braz;
- Associação dos Remanescentes de Quilombo de Acupe;
- Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Frutos do Mar – Santo Amaro;
- Comunidade Remanescente de Quilombo da Cambuta;
- Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha de Maré;
- MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais;
- Associação Quilombo do Orobu⁵³;
- CPP – Conselho Pastoral da Pesca;
- AATR – Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia;
- NENN – Núcleo dos Estudantes Negros e Negras da UFRB.

É interessante compreendermos a mediação por parte da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR⁵⁴ por meio de assessoria jurídica e manifestação de apoio prestada às comunidades quilombolas pesqueiras. Como, por exemplo, o caso da comunidade de São Francisco do Paraguaçu e o processo de reintegração de posse à Fazendeira de uma das áreas do território quilombola. Fato que se soma à omissão por parte do IBAMA em ceder autorização de uso da área da RESEX localizada no interior de seu território.

Pude dialogar com Maurício Correia Silva, advogado, pós-graduado em pesquisa direcionada aos conflitos agrários nas comunidades tradicionais da região

⁵³ Entidade localizada no Bairro Cajazeiras, em Salvador, que busca promover a igualdade e equiparação sociorracial através da educação.

⁵⁴ Entidade localizada na cidade de Salvador e inicialmente voltando-se para as denúncias - junto à OAB, às autoridades e à opinião pública através da imprensa - das ameaças de morte e outros atos intimidatórios, feitos por proprietários de terra. Hoje conta com mais de 120 filiados em todo o Estado da Bahia. Quatro eixos que estruturam suas ações: reforma agrária e direitos territoriais; à educação jurídica popular; às políticas públicas e participação popular; ao desenvolvimento, trabalho e justiça ambiental. Vem apoiando os movimentos dos trabalhadores, através de seis programas básicos: a) Formação e assessoria em políticas públicas e cidadania; b) Formação e assessoria de "juristas leigos"; c) Formação e produção de conhecimento; d) Acompanhamento de processos; e) Assessoria e apoio aos movimentos sociais; f) Proteção às vítimas e testemunhas da violência – PROVITA-BA. Atualmente também se articula com outras instituições de defesa dos Direitos Humanos a exemplo do Movimento Nacional de Direitos humanos e da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Também desenvolve programas nas seguintes áreas: Juristas Leigos, Políticas Públicas, Territórios Negros, Direitos Humanos, Estágios, Combate ao Trabalho Escravo, Meio Ambiente. Disponível em: www.aatr.org.br. Acesso em: 03/09/2016.

centro-norte do Estado, e ingressa na AATR no final de 2011. Faz uma descrição acerca dos processos de mobilização e articulação política das comunidades, destacando a existência do senso coletivo anterior à constituição de instâncias formais de representatividade. Da mesma forma, indaga sobre os distintos níveis de inserção das comunidades nos processos políticos que se inicia a partir do risco de uma possível ruptura com certo modo de vida. É quando surge a noção de direito que faz com que as comunidades se mobilizem:

A articulação das defesas elas surgem antes que haja uma organização, às vezes nem associação tem. Deixa eu destrinchar... Uma boa parte das comunidades começa a amadurecer seu processo de organização política a partir do momento em que acontece uma ameaça muito forte ao seu território, seus bens culturais, ambientais, seu modo de vida. Muitas vezes a reação é uma reação espontânea a uma ameaça eminente, uma ameaça próxima. A coletividade já é presente no momo como se usa o território, é presente nas relações sociais, de família, mas não necessariamente numa organização política. É muito comum que uma comunidade quilombola, por exemplo, está lá há várias gerações e ou algum tipo de arranjo com um fazendeiro mais forte local; ou vive de fato mais isolada, mais autônoma e mais independente. São comunidades que sofrem influências e isso varia de grau a depender do contexto e a época. Tem comunidade que não sente ameaça e isso não colocava pra ela necessidade. Apesar da organização política ter reflexos na política pública, na forma como o poder público enxerga as comunidade que estão em vulnerabilidade ou sofre com o racismo, racismo institucional, racismo estrutural de acesso à políticas públicas.

À noção de direito, Maurício relaciona a de propriedade marcada pelas relações de poder e de controle sobre as informações que chegam de forma desigual para cada grupo envolvido nos conflitos com os quais tem se envolvidos. A lógica de propriedade pautada no direito absoluto e individual se impõe aos processos de regularização fundiária e de licenciamento ambiental envolvendo as comunidades do Recôncavo e a implementação de grande obras. Da mesma forma, até mesmo nas relações locais entre quilombolas e fazendeiros este tipo de relação de dominação pode ser observada:

O fazendeiro joga com a ignorância, do letramento...as vezes o faz ou grileiro cumprem a mesma função mas ele chega ali c um pedaço do papel às vezes nem precisa e faz uso chega com violência. Isso é reprodução da violência. Uma, que vem da imposição do direito de propriedade no sentido absoluto que não reconhece a posse. É muito comum comunidades que ocupavam a terra de um fazendeiro de forma permissiva, mas assim, permissiva não por caridade ou

benevolência mas porque precisam de mão de obra barata. E aí muitas vezes sequer constroem a casa de alvenaria, não é permitido, mas de taipa pode. Aí a casa cai e ele diz: constrói ali... É uma questão jurídica.

A despeito da lógica de propriedade imposta, a noção de direito emerge das comunidades a partir das relações de poder e no diálogo com os agentes mediadores. O âmbito coletivo está presente nas interações sociais entre os membros de uma comunidade e destes com demais atores sociais os quais se relaciona. Toma forma política passando a agir conforme o grau de abrangência da consciência, por meio do acesso à informação, sobre sua condição e identidade social, sobre a noção de direito e sobre determinada lógica que se opõe aos seus interesses. A abrangência da articulação política também varia na medida em que as comunidades dialogam com suas representatividades de classe e instâncias de apoio governamentais e não governamentais.

Uma das atividades onde foi possível observar a presença das comunidades quilombolas organizadas foi o Seminário Quilombola realizado na UFRB em 14 de novembro de 2015 e contou com a presença dos órgãos de governo – INCRA, SEPRMI, FCP, SPU, CDA – e entidades não governamentais – Reitoria da UFRB, CPP, MPP, Conselho e Articulação Quilombola, AATR, dentre outros parceiros. Nesta ocasião as comunidades, de modo limitado, expressaram suas demandas voltadas principalmente aos processos de regularização fundiária e impactos causados pelas grandes obras. As comunidades de São Braz, Acupe e Porto de Dom João também se manifestaram a respeito da Ilha de Cajaíba. Em resposta, houve pronunciamento da Presidente do INCRA, que mencionou a possibilidade de liberação de recursos para a política de regularização fundiária de territórios quilombolas e a urgência em efetivá-los diante da eminente mudança no contexto político nacional⁵⁵. Após o Seminário, o Conselho Quilombola realizou reunião interna reuniu seus representantes para discutir questões acerca da melhor forma de mobilizar as comunidades ainda sem associações formais. Também evidenciaram preocupação sobre o modo com que os atores externos se valem de informações sobre as comunidades e de que maneira é possível criar estratégias de controle sobre o conhecimento produzido por pesquisadores, estudantes, técnicos, etc.

⁵⁵Trata-se do período que antecedeu o processo de impeachment da ex- Presidente da república Dilma Russeff.

Um evento que também merece atenção são os encontros da Articulação Quilombola. Diferentemente das reuniões do Conselho que abrangem um maior número de representantes, os encontros da Articulação operam de maneira sistemática e tem caráter ordinário e operacional. Ou seja, organizados com auxílio da CPP, cumprem a função de mobilizar e organizar eventos, agendas e atividades em cada comunidade. Torna-se um espaço político mais próximo e acessível pois ocorrem nas residências ou em locais de fácil acesso e contam com um número menor de participantes, o que gera um ambiente intimista e de diálogo aberto.

Das mobilizações externas, a caminhada de Acupe ocorrida no mês de março de 2015 simbolizou a luta das comunidades pelas Ilhas, Ilhotas e Coroa Branca ameaçadas pela especulação imobiliária. Ali reuniram-se, em sua maioria, representantes das comunidades de São Braz, Acupe e Porto de Dom João, além de entidades que conformam as redes de apoio: CPP, MPP, UFRB, AATR, que passavam às ruas protestando e chamando atenção da comunidade acerca dos direitos de pescadores e marisqueiras sobre o território pesqueiro assim como dos riscos da perda de autonomia sobre áreas consideradas indispensáveis à vida coletiva.

Imagem 11 e Imagem 12 - *Seminário Quilombola/UFRB - Sr. Carlos Assis, Comunidade Acupe (à esq).*



Imagem 13 - Encontro Articulação Quilombola – representantes de Acupe (esq.), São Braz, Cambuta e CPP (ao centro).



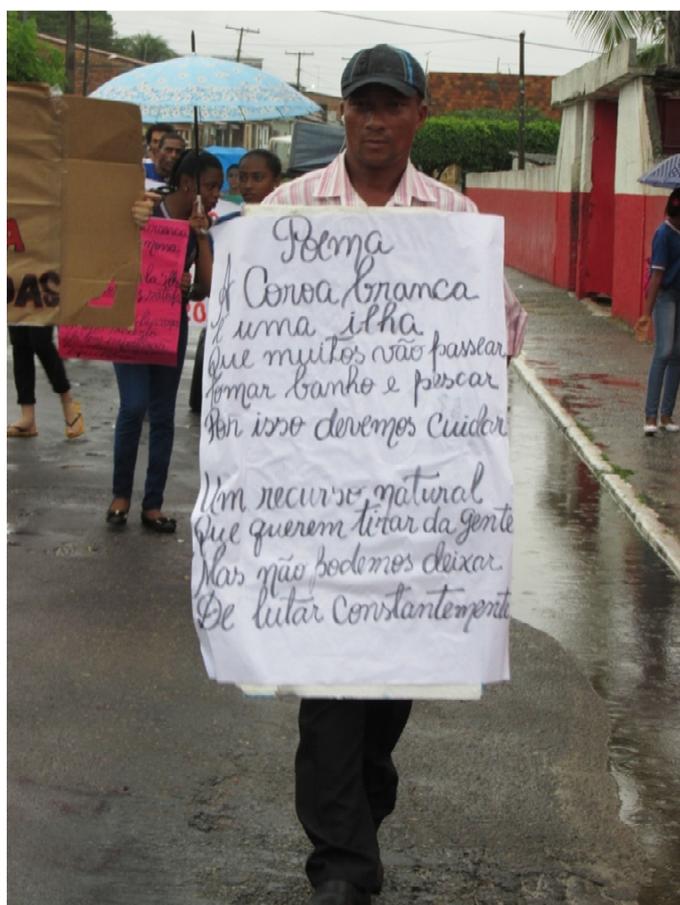
Imagem 14 - Caminhada em Acupe: representantes da comunidade de Acupe.



Imagem 15 - Caminhada em Acupe: representantes da comunidade de Acupe.



Imagem 16 - Caminhada de Acupe: Liderança da comunidade de Porto de Dom João.



Anteriormente falamos brevemente acerca dos processos de regularização fundiária e de licenciamento ambiental e a respectiva fase de seu desenvolvimento em cada uma das comunidades. Há, porém, um fator importante que diz respeito ao modo com que as próprias comunidades entendem esse contexto e como isto aparece no diálogo com os demais atores sociais envolvidos. Buscam se organizar em função das demandas e dos conflitos postos pelas dificuldades de acesso aos seus direitos coletivos: uso dos recursos naturais, titulação de seus territórios, políticas sociais diferenciadas que correspondam às suas especificidades, ou seja, a autonomia suficiente para tomarem as decisões necessárias sobre seus destinos. Mas para além da presença (ou ausência) do Estado, há de se considerar os valores e as práticas culturais presentes em cada uma de suas trajetórias enquanto fatores que influenciam nas estratégias de interlocução e de luta diante de grupos contrários ou não aos seus modos de vida. Neste sentido, a identidade étnica prepondera aqui como um marcador da diferença entre os quilombolas e demais grupos com quem se relacionam, algo aparentemente óbvio aos pesquisadores deste campo de atuação, mas que em cada situação observada pode remeter a novas apropriações quanto ao uso desta categoria política seja pelas comunidades, seja pelos órgãos de governo ou agentes da sociedade civil envolvidos.

Em se tratando de identidade étnica um ponto merece maior atenção: o racismo institucional e o ambiental, tanto em relação aos processos de regularização fundiária quanto aos de licenciamento ambiental (e me perdoem se estou sendo repetitiva) mas é justamente diante destes que tais formas de racismo se asseveram. É aqui que podemos entender também os sentidos atribuídos à Ilha de Cajaíba e o lugar de onde falam as comunidades negras quilombolas nas relações mantidas com o Estado e com os agentes que as mediam. Como cada um se vê e vê o *outro* tendo como referência um lugar (antropológico) compreendido com o contexto para se pensar as relações de poder e disputas territoriais entre quilombolas e demais atores a partir do aparato institucional ora analisado. Neste caso, o elemento político-racial, não exclusivo das relações entre grupos sociais e Estado, está presente nas trajetórias das comunidades quilombolas pesquisadas e emerge tanto quanto suas identidades étnicas. Bem verdade que ambos estão interligados em função da luta contra os processos de opressão e discriminação sofridos pelos grupos negros no Brasil. Tanto *negro* quanto *quilombola* são categorias políticas imbricadas, dentre outras tantas, que indicam formas de

resistência ao racismo instituído no país contra os grupos negros e indígenas, lógica esta que define muito de nossas relações sociais.

Ao contrário das teorias raciais voltadas ao clientelismo e, posteriormente, ao culturalismo, que fixa e limita um determinado conjunto de elementos associados à cultura negra criando estereótipos acerca dos grupos negros no Brasil, o conceito de sociedade multicultural e pluriétnica é fecundo para se pensar a diferença nos processos de etnogênese como nos casos das comunidades quilombolas pesquisadas. Além disto, a questão da negritude concernente a tais grupos perpassa pelo conceito de etnicidade ao invés de uma noção homogeneizante de cultura e de racialização. A negritude opera a partir de um sentido político com demonstra Kabenguele Munanga (2000) ao inferir sobre a tomada de consciência política de culturas de resistência e o modo com que a ideia de negritude, entendida enquanto identidade cultural, pode ser expressa de maneiras variadas com vistas à transformação da realidade do negro no Brasil em oposição à ideologia dominante da mestiçagem que opera a lógica do racismo. Para o autor, a identidade cultural é um processo e jamais produto acabado e se constitui:

com base na tomada de consciência das diferenças provindo das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, etc. se delineiam assim no Brasil diversos processos de identidade cultural, revelando um certo pluralismo tanto entre negros, quanto entre brancos [...], todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais. (MUNANGA, 2000: 32-33)

Como vimos no Capítulo 1, o processo de reconhecimento, por parte do Estado, acerca da existência das comunidades quilombolas Acupe, São Braz e Porto de Dom João ocorreu formalmente por meio da Certidão de Auto-Definição emitida pela FCP/MinC. Tal movimento resultou da constituição de redes de apoio existentes entre as comunidades quilombolas do Recôncavo Baiano, cujo histórico é marcado pela opressão e exclusão social expressas na perda de parte de seus territórios e limitações de acesso à maré e aos manguezais, e agentes políticos da sociedade civil não ligados ao movimento negro. Ponto que trataremos a seguir.

Devo concordar, conforme sugere o título deste sub-item, que toda ação provoca uma reação. Não creio que haja uma só sociedade ou cultura cuja trajetória seja marcada pela imposição de interesses alheios ao seu modo de vida que possa ficar imune e que não tenha buscado, de alguma forma, transformar-se no intuito de

resistir à violenta intervenção. No caso das comunidades quilombolas pesquisadas, podemos nos valer das várias situações onde houve necessidade de recriação de novos arranjos políticos e a reconstituição de redes sociais e a criação e utilização de novas categorias por parte das comunidades em torno de um território comum compartilhado, com no caso da Ilha de Cajaíba. Creio ser interessante pensarmos para além dos territórios específicos de cada comunidade e na possibilidade de espaços que permitam sua comunicação enquanto reflexo das relações entre as comunidades e destas com agentes mediadores e aqueles com quem travam disputas territoriais. Uma nova situação onde a etnogênese entendida enquanto um despertar de consciência para a inserção em espaços de disputa na chamada fase de nomeação, “que põe um termo, ou ao menos um limite, à luta travada no mundo social em torno das identidades e, por meio delas, das qualidades dos grupos – que está na origem desses próprios grupos” (ARRUTI, 2006:52). Trata-se do processo de mudança de status, saindo de uma condição de invisibilidade social, no caso das comunidades quilombolas pesquisadas, em direção ao reconhecimento social a partir de suas de suas identidades políticas.

O mar, o mangue e a terra são ambientes que, em conjunto, definem as paisagens observadas neste estudo. Locais onde ocorrem as práticas relativas ao manejo dos recursos naturais realizadas pelos (as) pescadores (as) e marisqueiras (os) das comunidades quilombolas ora apresentadas. Espaços que compõem o território marítimo aqui pesquisado destinado às atividades de pesca e mariscagem, experiências que marcam a relação entre as comunidades e seus territórios específicos, assim como a afirmação de suas identidades sociais.

Nossos principais personagens são quilombolas que se definem como pescadores e marisqueiras. Formalmente, são todos sócios da Colônia Z-27, localizada em Acupe. Mesmo os “aposentados” não deixam de desenvolver as tarefas ligadas à maré e ao mangue. Também integram suas respectivas associações quilombolas, quais sejam: Associação dos Remanescentes de Quilombos São Braz, Associação dos Remanescentes de Quilombo de Acupe, Associação dos Remanescentes de Quilombo Porto de Dom João. Acerca das

primeiras categorias, a Lei n. 11.699, de 13 de junho de 2008⁵⁶ define a “profissão” de “pescadores” que estejam ligados às suas respectivas representações formais:

Art. 1^a: As Colônias de Pescadores, a Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização previsto no art. 8º da Constituição Federal. (CF/88).

Pressupõe também uma diferença entre “pescador profissional”, que se vale da pesca como principal atividade de sustento, e “pescador artesanal o que utiliza, para o exercício da pesca, linha de mão ou vara, linha e anzol”. Vemos aqui a redução e a generalização das categorias sociais pesquisadas uma vez que não se observa a variedade de funções e atividades realizadas no ambiente marítimo. Tal o exemplo das marisqueiras que sequer são referidas na Lei acima descrita, mas que a ela estão submetidas, e da relação entre pescadores e as colônias de pesca, conforme veremos mais adiante em capítulo destinado à análise institucional.

Dados do IBAMA (2012) indicam um contingente de 1.041.967 pescadores, distribuídos nas 27 unidades da Federação. Destes, 47,02% (489.940) são da Região Nordeste e 12,08% do total no Brasil correspondem ao Estado da Bahia, aproximadamente 125.837 profissionais.

No caso das comunidades pesquisadas, São Braz e Acupe estão ligadas à Colônia de Pesca Z-27 e Porto de Dom João à Colônia XX de Saubara. Nota-se que os primeiros registros de trabalho (carteiras de pesca) indicavam apenas a categoria “pescadores profissionais”, após, além desta, há referência ao termo “pescadores artesanais”, abrangendo as funções de pesca e mariscagem, por meio do registro emitido pela extinta Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, ligada à Presidência da República, e, posteriormente, pelo extinto Ministério da Pesca e Aqüicultura – MPA. “Marisqueiras” aparece enquanto representatividade social e política desta categoria, por meio da Associação das Marisqueiras de Saubara, e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saubara, no qual muitas das famílias de Acupe, São Braz e Porto de Dom João são filiadas. Os pagamentos das contribuições tanto das

⁵⁶ Dispõe sobre as colônias, federações e confederação nacional dos Pescadores, regualmentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga o dispositivo do Decreto-Lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967.

Colônias de Pesca quanto das Associações e Sindicatos variam de R\$15,00 (quinze reais) à R\$30,00 (trinta reais) a depender da época e demandas.

Imagem 17 - Registro profissional da Sra. Auristela Maria da Silva (Dona Lama), marisqueira aposentada da Comunidade São Braz.



Imagem 18- Registro profissional do Sr. Carlos de Assis, pescador da Comunidade Acupe.

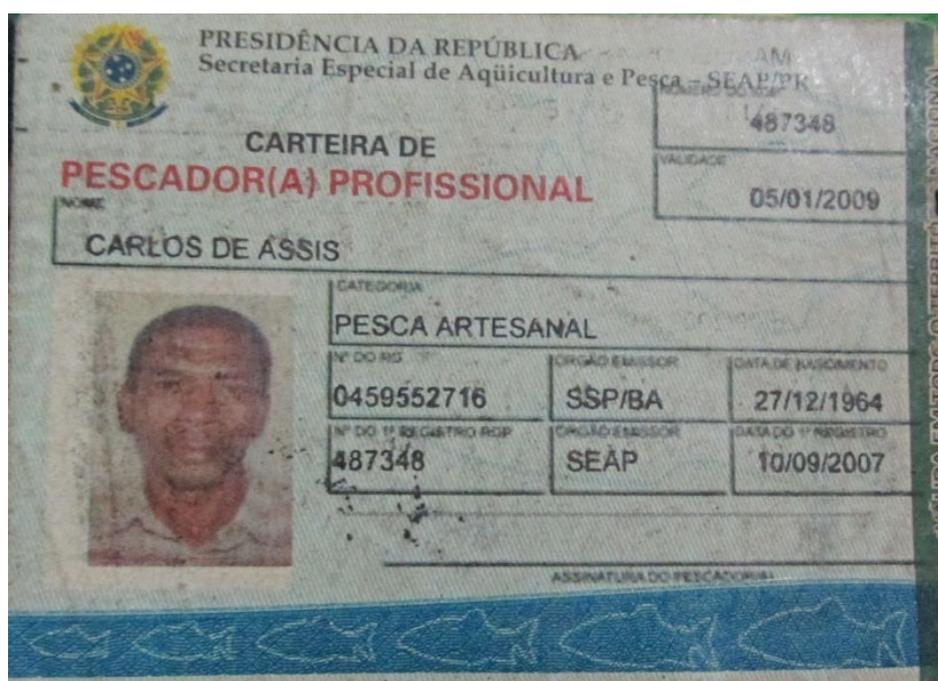


Imagem 19 - Registro profissional da Sra. Maria Aze Lina Pereira, marisqueira da Comunidade de Acupe.

PROIBIDO PLASTIFICAR

REGISTRO

EUGENIO PEREIRA

ANA LUCIA PEREIRA DOS REIS

CÓDIGO DA ENTIDADE DE CLASSE DO MTE

COLÔNIA Z-27

UF

BA

CPF

040.191.065-25

LOCAL E DATA

22/12/2010

ALTEMAR GREGOLEN
MINISTRO DA PESCA E AQUICULTURA

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – MPA

CARTEIRA DE PESCADOR(A) PROFISSIONAL REGISTRO INICIAL

NUMERO DO RGP

1045134

VALIDADE

22/12/2011

NOME

MARIA AZELINA PEREIRA DOS REIS

CATEGORIA

PESCA ARTESANAL

Nº DO RG	ORGÃO EMISSOR	DATA DO NASCIMENTO
115428128	SSP/BA	20/2/1985
UF DO 1º REGISTRO RGP	ORGÃO EMISSOR	DATA DO 1º REGISTRO
1045134	-----	24/09/2010

ASSINATURA DO PESCADOR(A)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Imagem 20 - Registros da Associação de Marisqueiras e Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Sra. Maria de Lourdes Silva, marisqueira da Comunidade Acupe.

ASSOCIAÇÃO DAS MARISQUEIRAS DE SAUBARA-BA

FUNDADO EM: 1707/02 CNPJ: 05.413.451/0001-74

IDENTIDADE DO ASSOCIADO

CART. Nº: 055/02

NOME: MARIA DE LOURDES SILVA

ASSINATURA DO SÓCIO

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SAUBARA-BA

MARISQUEIRA

FUNDADO EM: 23/01/99 FILIADO À FETAG-BA

IDENTIDADE SINDICAL

CART. Nº: 375/02

NOME: MARIA DE LOURDES SILVA

ASSINATURA DO SÓCIO

Os critérios de auto-definição dos pescadores artesanais podem ser analisados segundo as preposições dadas por Ana Paulina Aguiar Soares (2013) quando trata dos conflitos envolvendo pescadores da localidade de Janaucá, afluente do rio Solimões, situado entre os municípios de Careiro Castanho e Manaquiri, Estado do Amazonas. Para autora, além da questão do auto-consumo e

do uso de “vara, linha e anzol”, trata-se de considerar as distintas atividades produtivas de modo integrado ao manejo de “equipamentos como tarrafas, malhadeiras e outros, que permitem a captura de cardumes, que são colocados à venda em comunidades e feiras e médias cidades” (p.154). Somadas a isto, as atividades de agricultura e outras formas de extrativismo também se configuram como características do pescador artesanal amazônico. De modo semelhante, as comunidades quilombolas do Recôncavo se valem de uma variedade de instrumentos de trabalhos seja no mangue, seja na maré, como veremos a seguir. Sua agricultura, porém, se vê comprometida diante dos intensos processos de expropriação sofridos pelas comunidades quilombolas da região do recôncavo baiano intensificando as atividades de pesca e mariscagem ao longo do tempo.

Soares lembra que o “sustento” por si só não basta para compreendermos a importância da auto-definição dos pescadores artesanais na Amazônia, mas que a pesca representa a vida social e cultural de suas comunidades: “Práticas culturais comuns em algumas comunidades, entre elas a reserva de lagos para a procriação e outras para manutenção das famílias, assim como as iniciativas de vigilância das entradas de lagos seguindo normas definidas pelos próprios moradores foram institucionalizadas”. (Soares, 2013:155). Na mesma lógica, observamos entre as comunidades quilombolas o uso de determinados procedimentos tanto na adequação e atualização de técnicas e de procedimentos para pesca e mariscagem quanto da organização social constituída a partir da reivindicação dos territórios e da identidade quilombola.

Ambos aspectos – as práticas tradicionais de pesca e de mariscagem que fundamentam a profissão e a questão territorial quilombola - estão interligados a partir dos conflitos que afetam os grupos pesquisados. Tal questão nos leva a um olhar mais refinado acerca dos usos e significados atribuídos aos diferentes espaços entendendo o território como *locus* de disputas políticas e relações de poder. Paul Little (2002) atenta para o conceito de territorialidade enquanto “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*⁵⁷” (p.03). Nesta linha, Rogério Haesbaert (2008:29) introduz a noção de

⁵⁷ “A palavra inglesa “homeland” tende a ser traduzida como “pátria” em português. Mas o significado mais comum de pátria faz referência a um Estado-nação, o que desvia o termo “homeland” de seus

múltiplas territorialidades, ou multiterritorialidades, como diferentes percepções e representações do espaço por um mesmo grupo a partir das relações de poder que esse mantém com outros atores e as situações de conflito a que está exposto. Algo muito próximo ao que Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) propõe ao tratar das territorialidades específicas entendidas como reflexos dos processos de territorialização e da construção de uma identidade coletiva dos grupos que se mobilizam em função de seus direitos. Deste modo, podemos pensar nos territórios étnicos, marítimos, pesqueiros, marisqueiros enquanto categorias não sobrepostas à identidade quilombola, mas como não poderia deixar de ser, só fazem sentido em conjunto e, ao mesmo tempo, dialogam com a noção de lugar antropológico. Cito Simone Maldonado (1994) para quem a territorialidade, que atravessa gerações, se define a partir de processos de socialização e atribuição de significado simbólico ao espaço, “inclusive ao espaço social em que ocorrem as suas relações, construindo *lugares*”. (p.35)

2.3 - O processo de elaboração do relatório técnico de identificação do território da comunidade quilombola de São Braz.

Em janeiro de 2012 o INCRA-BA dá início ao processo de elaboração do relatório de identificação do território da Comunidade São Braz, em Santo Amaro. Participei como antropóloga responsável, mas não destinarei aqui análise sobre minha atuação, apenas demonstrarei como se deu o processo de reivindicação da Ilha de Cajaíba entendido enquanto parte dos territórios das comunidades quilombolas pesqueiras pesquisadas.

As contratações do relatório antropológico seguiram o rito das licitações realizadas pelo INCRA para a contratação de equipe técnicas especializadas⁵⁸. Por

outros significados possíveis referentes às territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-nação”. (LITTLE, 2002:3)

⁵⁸Cada uma das 30 Superintendências Regionais do INCRA no Brasil possuem um setor destinado às demandas quilombolas ligadas à Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, e, nas Superintendências Regionais, pelos Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas. O quadro técnico que compõe tais setores é ainda muito reduzido diante da necessidade de elaboração e acompanhamento de todos os processos de regularização fundiária de territórios quilombolas. Cada setor de quilombos contém em média, de 7 a 15 funcionários com formação nas áreas de biologia, geografia, engenharia agrônoma, antropologia, direito além de funcionários administrativos. Destes, de 1 a 5 ocupam o cargo de analistas em reforma e desenvolvimento agrário da área de antropologia. Sendo assim, o INCRA, por meio de licitações na modalidade pregão eletrônico tipo menos preço global, lança editais

meio da publicação do Edital 15/2011, o Lote 15 envolveu quatro territórios quilombolas: Santiago do Iguape e o território envolvendo Caonge, Calembá, Dendê, Engenho da Praia, Engenho da Ponte, situadas no município de Cachoeira/BA; São Braz, município de Santo Amaro; Fazenda Porteiras, município de Entre Rios. O relatório da Comunidade Quilombola São Braz teve início em dezembro de 2011 e término em meados de 2104.

Como referido, a disputa pelo espaço da Ilha de Cajaíba como um todo e o projeto imobiliário para construção do Eco resort Ilha de Cajaíba marcou o início do processo de articulação entre as comunidades quilombolas envolvidas pelo reconhecimento e regularização fundiária da Comunidade Quilombola São Braz junto, respectivamente, à FCP e ao INCRA. O licenciamento ambiental, após muito esforço por parte das comunidades quilombolas, foi paralisado em função da mobilização entre as associações quilombolas e instâncias governamentais e não governamentais de apoio às comunidades tradicionais cuja pressão sobre os demais órgãos de governo refletiu na abertura do processo de regularização fundiária junto ao INCRA do território da Comunidade Quilombola São Braz, em 2012. Tal encaminhamento levou em conta a decisão dada pelas comunidades que seguiram o critério daquela que apresentava organização política melhor estruturada e cuja a abertura de processo junto ao INCRA já havia se efetivado com vistas à titulação do território da Ilha de Cajaíba entendida enquanto espaço comum compartilhado.

Nesse contexto, o início do trabalho de elaboração do relatório antropológico de São Braz partiu da reunião de apresentação e autorização realizada na própria comunidade, uma exigência do INCRA. A atividade contou com um número significativo de pessoas em um dos prédios emprestados aos representantes da Associação dos Remanescentes de Quilombo São Braz. Além dos cerca de 50 membros da comunidade, estavam presentes representantes do INCRA, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)⁵⁹.

de ampla concorrência para a contratação de serviços especializados para a área de antropologia a partir de empresas terceirizadas para suprir a demanda de elaboração dos relatórios técnicos de identificação de território quilombolas.

⁵⁹ Equipe de pesquisadores (professores e alunos) do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB) que realizavam a pesquisa denominada *Relações de gênero entre pescadores e marisqueiras quilombolas no Recôncavo da Bahia* junto à comunidade São Braz, entre os meses de dezembro de 2010 até agosto de 2013. Participaram do referido projeto de pesquisa as professoras de Antropologia: Suzana Moura Maia (coordenadora), Ana Paula Comin de Carvalho e Jurema Machado de Andrade Souza; e os alunos: Samyr Ferreira dos Santos, Roseni Santana de Jesus, Deivid José Rodrigues, Ana Claudia Santos de Jesus, Janaina Riber Correa e Maria das Candeias dos Santos.

Considerando os processos de expropriação dos territórios quilombolas e as limitações de acesso aos recursos naturais, as expectativas geradas em torno do processo de titulação por parte dos quilombolas era visível, haja vista que há muito aguardavam o início do trabalho de elaboração do relatório antropológico. Além disso, houve um intenso trabalho de articulação por parte das lideranças quilombolas e o desgaste em termos de inúmeras tentativas de mobilização diante da morosidade dos processos de regularização fundiária por parte do INCRA referente ao território da Ilha de Cajaíba. Muitas foram dúvidas sobre o andamento do processo a apresentadas na reunião pela comunidade São Braz, principalmente acerca dos procedimentos a serem adotados pelo INCRA no tratamento destinado aos “não quilombolas”, bem como à relevância de acesso à Ilha e das áreas hoje ocupadas pela Fábrica Penha Papeis, incluindo os bambuzais que avançam sobre o território quilombola de São Braz.

Os primeiros contatos com as lideranças ocorreram a partir da reunião de apresentação organizada pelo INCRA e minha primeira visita de campo ocorreu em março de 2012. A família Bastos foi a que inicialmente me recebeu e foi onde pude assistir ao primeiro vídeo sobre a história da Ilha de Cajaíba, na casa da Sra. Giorgina de Oliveira Bastos (74), “Dona Bibi”, aposentada (antiga marisqueira). A residência de dois andares, localizada na rua que leva a um dos portos da comunidade, Porto da Lama, abriga boa parte dos membros da família e logo ao chegar pude perceber o trabalho diário das marisqueiras da família que, em frente à casa, como em todas as comunidades pesquisadas, após o trabalho de coleta de mariscos, destinam seu tempo para a atividade de “catar siri”. Muitas das entrevistas feitas no decorrer da pesquisa ocorreram nesta situação o que permitiu observar a técnica bastante trabalhosa de separar a carne do siri da casca para a venda ou para o consumo. Ali, pude trocar informações tanto com as marisqueiras e pescadores da família, como também com uma das coordenadoras da Associação dos Remanescentes de Quilombo São Braz⁶⁰, Carla da Silva Bastos (29), auxiliar de enfermagem, responsável pela Capela São Braz, uma das filhas de Dona Bibi.

Em meio às atividades diárias, Carla buscou orientar-me acerca da mobilização das comunidades, das articulações políticas com órgão de governo e do

⁶⁰Por orientação da CPP, formou-se uma associação organizada a partir de coordenações: uma coordenação executiva formada por um coordenador administrativo, um coordenador financeiro e um coordenador secretário. A estrutura descentralizada exclui as funções de presidente e vice-presidente.

apoio da CPP diante dos riscos de avanço do bambuzal e das limitações de acesso à Ilha de Cajaíba. Quando das visitas em outras residências, pude contar tanto com Carla quanto com sua sobrinha, Beatriz (“Bia”), de 12 anos, filha de Denise Bastos. Bia,acompanhava com interesse as conversas e não fazia questão alguma de voltar para casa. Vez ou outra colocava minha mochila nas costas como que querendo fazer o papel de pesquisadora-mirim. Foi essa a função que criamos.

Além da família Bastos, a família de Anísia de Santana (44), pescadora, também foi fundamental para o entendimento sobre o trabalho de pesca e mariscagem desenvolvido pela comunidade e da importância da Ilha de Cajaíba. Anísia é muito respeitada pelos pescadores que a consideram “*uma pescadora que pesca igual a homem*”, dada sua experiência com o manejo das embarcações (barco a remo), técnica de pesca de camarão e peixes e da mariscagem. Mais importante nesta definição acerca de Anísia é sua relação com o mar e o tempo que destina às atividades marítimas onde “*não tem tempo ruim*”, segundo as falas dos pescadores locais. Anísia reside no Curuzu de Cima, uma das ruas de São Braz localizada mais ao alto, em contraposição com o Curuzu de Baixo. Nesta localidade também encontramos o terreiro da Sra. Doralice Santana de Almeida (74), “Dona Dora”, líder religiosa ligada ao candomblé e marisqueira aposentada. Um pouco adiante está o cemitério onde situa-se a antiga Igreja de São Braz⁶¹. Um dos aspectos levantados por Anísia foi a necessidade de acesso à Ilha e a relação da maré com o mangue.

Aos poucos pude desenvolver uma relação de proximidade também com os pescadores mais antigos como Sr. José de Jesus (72), “Seu Zeca”, aposentado, cujas lembranças remontam o tempo do antigo Sobrado de João Clímaco, importante referência histórica relacionada à origem da comunidade. Seu Zeca é bastante conhecido por sua relação com a família do Sr. Clímaco. Disse ter sido criado pela esposa deste personagem que marca um dos períodos onde havia certa autonomia para “viver e plantar roças em São Braz”.

De modo geral, as comunidades pesquisadas deixam muito evidente a diferença entre as categorias *mangue/lama*, *maré/mar*, território entendidos enquanto elementos indispensáveis para os usos e apropriações do espaço pela comunidade onde a Ilha abarca todas estas dimensões. Soma-se a isto, os processos políticos vivenciados, a percepção e a relação que as comunidades mantêm com

⁶¹ Documentada em 1976 pelo IPAC. Inventário de proteção do acervo cultural: monumentos e sítios do Recôncavo, I parte. 2. ed. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1982, v. 2

seus territórios coletivos que se transformam e novos significados são atribuídos a lugares, usos e práticas que passam a simbolizar suas trajetórias sociais. É o que veremos no capítulo seguinte acerca dos percursos realizados até a Ilha de Cajaíba com as comunidades quilombolas Acupe, São Braz e Porto de Dom João.

CAPÍTULO 3 – PROCESSOS INSTITUCIONAIS: LUGARES E SUJEITOS.

Os quilombolas tem que ter um conjunto tanto de nós pescadores e marisqueiras.⁶²

No capítulo anterior vimos como operam as coletividades e redes políticas das comunidades quilombolas Acupe, São Braz e Dom João em função dos conflitos vivenciados em torno da Ilha de Cajaíba. Neste capítulo faremos uma interface com as concepções adotadas por órgãos governamentais envolvidos nos processos de licenciamento ambiental, de regularização fundiária e de privatização da Ilha de Cajaíba, quais sejam: INEMA, FCP, INCRA, MPF, SPU, IPAC Secretaria Municipal de Turismo de São Francisco do Conde. Uma tentativa de articular o ponto de vista das comunidades pesquisadas, e compreender até que ponto são ouvidas, por meio da análise das relações institucionais. Entender os sentidos atribuídos à Ilha de Cajaíba contidos nos discursos apresentados pelos interlocutores desta pesquisa atuantes junto aos órgãos governamentais citados. Da mesma forma, identificar tais significados a partir da pesquisa documental realizada no que podemos denominar de “aldeias-arquivos”⁶³ (CARRARA, 1998), acervos disponibilizados pela SPU, MPF e FCP, cujos processos abrangem boa parte dos documentos produzidos acerca das demandas e conflitos envolvendo a Ilha de Cajaíba e as categorias utilizadas para designar procedimentos administrativos e jurídicos, bem como sua relação com as concepções das comunidades quilombolas.

⁶² Seu Niano, da comunidade quilombola Acupe.

⁶³ “O ato de escrever qualquer que seja a sua finalidade implica sempre uma certa solenidade e se desenrola em meio a difíceis negociações. Negociações onde estão presentes medos, inseguranças, compromissos, pretensões, talentos, objetivos ocultos ou explícitos, suposições, estratégias, cálculos de toda natureza e outras tantas microdeterminações nem sempre fáceis de ponderar” (p. 55).

3.1 - Denominações e conceitos: “quem é você no jogo do bicho?”⁶⁴

O subtítulo pressupõe a ironia em tom de brincadeira sobre determinada situação de conflito. Me atrevo a utilizar o conceito de “relações jocosas” adotado por Radcliffe-Brown⁶⁵ no que tange especificamente à análise das relações entre parentes ou afins – relações jocosas ou “parentesco por brincadeira” (joking relationship). Aqui, sugere um olhar sobre as “relações jocosas” existentes entre as comunidades quilombolas pesquisadas e os atores sociais envolvidos nos processos judiciais e administrativos analisados, cuja burocracia visa intermediar interesses conflitantes diante das disputas pela Ilha de Cajaíba. Relações jocosas justamente por englobarem uma linguagem que pressupõe certo controle e acesso às informações diante de um conflito instaurado. Afinal, quem detém tal controle sobre tais relações de poder? E de que modo podemos pensá-las a partir das diferentes percepções sobre a Ilha de Cajaíba enquanto um direito de tais comunidades? Em outros termos: quem é quem; “quem é você no jogo do bicho?”

De maneira também jocosa, atribuo à metáfora acima descrita o conjunto de visões contraditórias acerca do que *deve ser* e o *que é* de fato considerado como prioritário e relevante no contexto de sobreposição de interesses sobre a Ilha considerando os direitos das comunidades quilombolas e seu território marítimo. Ambigüidades e rupturas na lógica institucional vigente em um jogo que expõe práticas consideradas como legítimas/ilegítimas, prioritárias/preteridas a partir de um aparato burocrático utilizado para legitimar ou limitar a “lei do mais forte” diante dos direitos dos “mais vulneráveis”. Tais distinções também estão relacionadas ao lugar ocupado por atores sociais cujas funções exercidas e expectativas sobre o tipo de

⁶⁴Expressão popular utilizada quando se trava uma relação de estranhamento ou dúvida em relação a alguém ou diante de uma atitude inesperada, positiva ou negativa. O jogo do bicho diz respeito a uma prática destinada ao jogo de apostas, considerada “ilegal” no Brasil. Consiste na escolha de um número e o respectivo nome de animal mediante valor definido pelo “jogador” a ser pago ao “dono do jogo do bicho”, que lhe confere o prêmio, em dinheiro, caso seu número (bicho) seja sorteado. Roberto DaMatta e Elena Soárez analisam o fenômeno do jogo do bicho enquanto elemento de ruptura sobre a ordem econômica capitalista, que se apropria e padroniza formas de se relacionar, significando também uma alternativa de autonomia a esta lógica de imposição de valores e padrões europeus e americanos. (DAMATTA; SOÁREZ, 1999)

⁶⁵ O termo “relação jocosa” significa uma relação entre duas pessoas na qual uma delas tem permissão, pelos costumes, e em alguns casos a obrigação, de zombar ou fazer graça de outra que, por seu turno, não pode se ofender. É importante distinguir duas variedades principais. Em uma delas, a relação é simétrica; cada uma das pessoas provoca ou faz gozação da outra. Na outra variedade, a relação é assimétrica; A faz graça à custa de B e B aceita a provocação com bom humor, mas sem retaliação; ou A provoca B tanto quanto queira e B, em troca, provoca A apenas um pouquinho (RADCLIFFE-BROWN, 2013).

trabalho a ser realizado indicam direções de atuação bastante específicas mas que, em certas circunstâncias, se encontram.

Diante disso, em face ao entendimento que as comunidades tem sobre o *território pesqueiro*, *território quilombola* e *território da Ilha de Cajaíba*, podemos conceber a *Ilha* segundo a denominação utilizada por cada interlocutor aqui apresentado que busca referi-la em conformidade às relações institucionais das quais faz parte. Exemplo são os termos citados pelos mesmos também referidos nos documentos analisados como formas de se identificar as informações e os procedimentos a serem adotados referentes à Ilha de Cajaíba, tais como o *processo da Cajaíba* (MPF); o *RTID de São Braz* (INCRA); os *imóveis da Ilha de Cajaíba* (SPU); o *Sobrado e a Fábrica do Engenho Cajaíba* (IPAC); o *licenciamento ambiental da Property Logic* (INEMA); o *licenciamento ambiental na comunidade São Braz* (FCP); o *Arquipélago de Cajaíba* e o *Cajaíba Eco Resort* (Property Logic/Gaia Consultoria); o *licenciamento ambiental* ou o *EIA/RIMA da Property Logic* (INEMA); o *projeto turístico da Cajaíba* (SETUR). As comunidades quilombolas por sua vez entendem a Ilha como território pesqueiro e território quilombola, Podemos verificar que para cada denominação há um tipo de ação atribuída conferindo aos interlocutores uma interpretação sobre seu lugar. Além disto, outras categorias se somam constituindo um conjunto de procedimentos e ações específicas para cada *processo* (jurídico ou administrativo) e *projeto*.

Adianto que os documentos pesquisados dizem respeito a processos jurídicos e procedimentos administrativos decorrentes das solicitações e denúncias feitas pela articulação das comunidades quilombolas do Recôncavo junto aos órgãos acima referidos, em função dos conflitos envolvendo o risco de perda de seus território étnicos e pesqueiro, especificamente:

- MPF / PR-BA – Inquérito Civil Público – ICP : “Apurar danos ao meio ambiente decorrentes de construções irregulares em área de preservação permanente nas Ilhas Coroa Branca, Passarinho e Cajaíba”;
- MPF / PR-BA - Inquérito Civil Público Civil Público – ICP: “Apurar danos ambientais decorrentes da construção do empreendimento “Ilha de Cajaíba Beach & Golf Resort⁶⁶;

⁶⁶ Que passou a ter outras denominações ao longo do processo, como Eco Resort Ilha de Cajaíba.

- SPU – Acervo documental dos procedimentos administrativos referentes aos registros de compra, venda e transferência de imóveis da União envolvendo os Ilhotes do Passarinho, Nordeste ou Guarapirá; Coroa Branca e Ilha de Cajaíba;
- FCP – EIA/RIMA elaborado pela Property Logic quando do processo de licenciamento ambiental da Ilha de Cajaíba Beach & Golf Resort;
- INCRA-BA – Processo de regularização do território da Comunidade Quilombola São Braz;

Minha intenção não é esgotar a análise destes documentos mas apresentar aspectos acerca do modo com que certas concepções acerca do lugar da Ilha ora coadunam-se, ora se confrontam com as dos pescadores e marisqueiras Acupe, São Braz e Dom João. Trata-se na verdade.

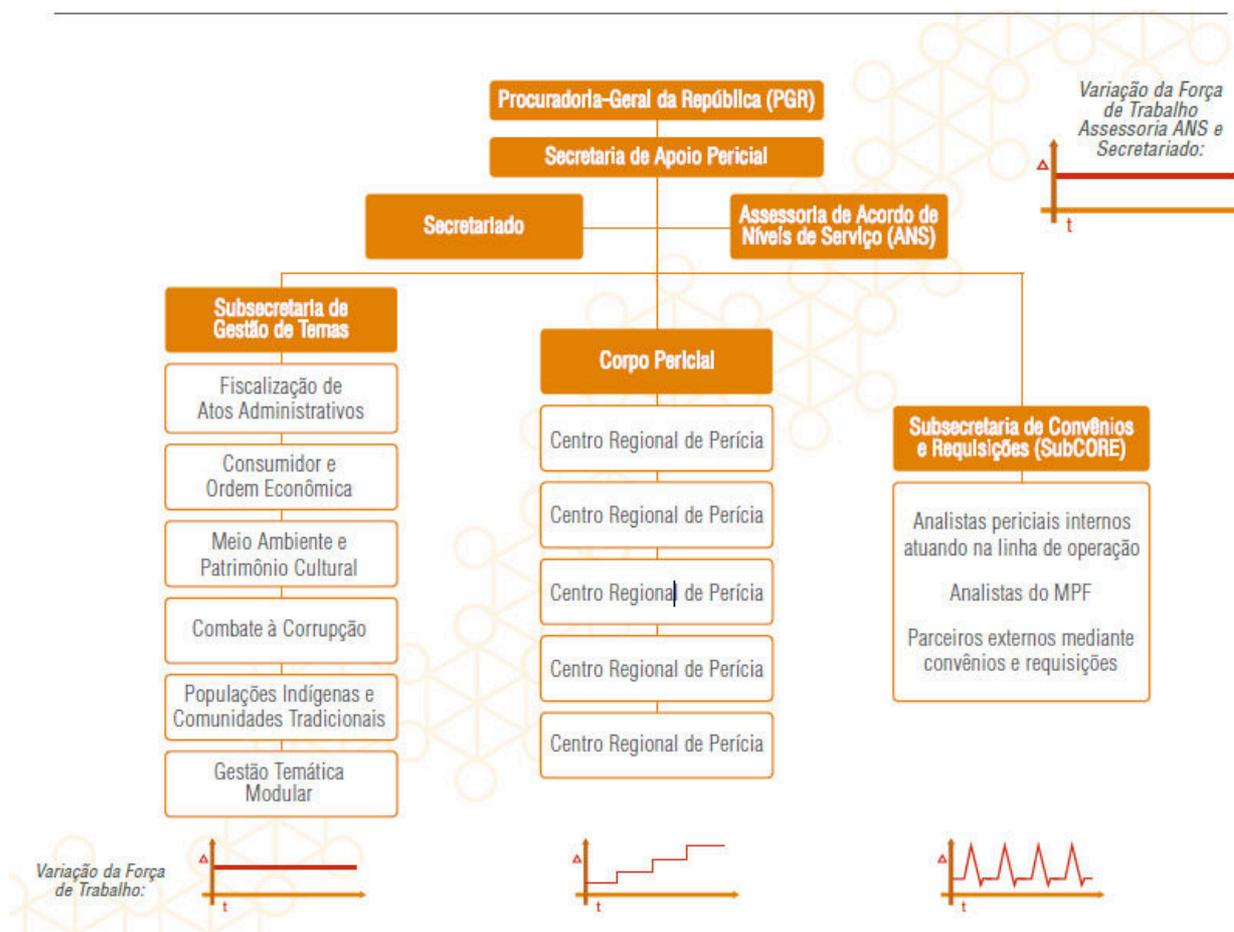
Os primeiros contatos com o MPF⁶⁷ foram intermediados pela antropóloga e analista pericial, Sheila Brasileiro, que atuou têm como coordenadora de equipes responsáveis pela regularização fundiária de Projetos de Assentamento Rural na Bahia junto ao INCRA-BA, durante quase dois anos. Sobre sua atual função, comenta que *há poucos funcionários* junto ao MPF de Salvador e que seu trabalho é *bastante independente*, assim como dos demais peritos de áreas de biologia e economia. As demandas eram encaminhadas à perita diretamente pelos Procuradores da República, mas, após mudanças ocorridas nacionalmente em toda a estrutura do MPF, atualmente são cadastradas por estes junto à Secretaria de Apoio Pericial⁶⁸ que controla o fluxo das demandas que chegam ao MPF por meio de

⁶⁷ órgão que a partir da CF/88, ganha maior legitimidade na defesa dos chamados direitos difusos, sociais e coletivos nas esferas nacional - Ministério Público da União – MPU e suas sub-divisões - e estadual- Ministério Público Estadual (Art. 128). A inserção de antropólogos junto ao MP surge na década de 80, quando das desapropriações no território do grupo Suy, no Parque indígena do Xingu, Estado do Mato Gross, dando início a uma série de ações judiciais e pagamento de indenizações por parte da União. (REGO, 2007: 91-93) Tal episódio culminou na parceria entre o MP e a ABA e a contratação de profissional da área de antropologia, que posteriormente passou a atuar junto à Secretaria de Coordenação de Direitos Difusos (SECODID). Após, o MPF passa a inserir antropólogos em sua estrutura, assim composta: “Procurador Geral da República, o Colégio de Procuradores da República, o Conselho Superior do Ministério Público Federal, a Corregedoria do Ministério Público Federal, os Subprocuradores-Gerais da República, os Procuradores Regionais da República, os Procuradores da República e as suas “Câmaras de Coordenação e Revisão” (CCR’s). Criadas pela lei de 1993, estas câmaras são organizadas na Procuradoria Geral da República (PGR), uma unidade de administração e lotação situada em Brasília (...), dentre as quais se destacam “a 4 CCR, relativa ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, e a 6 CCR, que trata da defesa dos direitos de índios e minorias; bem como a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), rgo que coordena as ações do MPF relativas a estes direitos” (*Idem*).

⁶⁸ Secretaria de Apoio Pericial é fruto do Projeto de Modernização dos Gabinetes de Membros (Mogab) e tem por objetivo implementar um Sistema Nacional de Perícia que visa a aumentar o nível de qualidade dos serviços técnicos não jurídicos aos procuradores de todo país alinhado às diretrizes das Câmaras de Coordenação e Revisão, bem como permitir a melhor qualificação do corpo pericial.

registro junto ao Sistema Nacional de Perícia que atende todo país, como aponta a Figura 5 abaixo.

Figura 3 - Fluxograma do Sistema Pericial Nacional – MPF.



Fonte: www.mpf.mp.br, 2016.

Antes, porém, *chegavam direto às PRs*, o que no entendimento de Sheila garantia certa autonomia à área técnica e aos procuradores. As demandas dos povos e comunidades tradicionais podem sofrer maior lentidão, *mais que o normal, um elemento a mais* de intermediação entre comunidades e o MPF, como informa Sheila. Por outro lado, permite concentrar uma série de informações acerca do está

A Secretaria está diretamente ligada à Procuradoria Geral da República (PGR) e faz a intermediação por meio de Sub-Secretarias: Sub-Secretarias de Gestão de Temas, Corpo Pericial e Sub-Secretaria de Convênios e Requisições (SubCORE). Disponível em: < http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/gestao-estrategica-e-modernizacao-do-mpf/modernizacao-dos-gabinetes/2014-estruturacao-do-projeto/mpf_plano-de-trabalho-v3.pdf >.

sendo ou não tratado como prioridade, uma espécie de “raio-x”, onde o antropólogo poderá ter acesso à lista de registros.

A partir deste sistema, o registro das demandas segue a seqüência de prioridades com base nos critérios de urgência devidamente justificados, como prazos e casos de conflitos territoriais, critério este indicado pelos procuradores quando do registro junto à Secretaria de Apoio Pericial.

Sobre o papel de *mediadora* mencionado durante a entrevista, entende que segue a lógica com o que se espera do MPF, cuja função é também intermediar conflitos, na visão da antropóloga, mas que isto dependerá de cada procurador responsável na gestão da PR. Legitima-se então o poder de decisão e de atuação desde sempre atribuído aos procuradores, dentro e fora do MPF, tanto em relação a determinadas obrigatoriedades quanto a ausência delas. A atuação e a produção de peças por parte dos antropólogos dependerão mais das necessidades dos procuradores em responder certas demandas, a partir das manifestações expostas pelas comunidades quilombolas, por exemplo.

Sob outro ponto de vista, e considerando a função de cada gestor no interior do MPF, a Procuradora da República, Bartira Araújo Goes, diz não se incomodar em seguir os novos procedimentos e entende que tal estrutura visa *otimizar* as demandas tendo em vista o volume de processos a serem atendidos e sem uma orientação específica dentro da lógica jurídica, a exemplo das “atribuições residuais”, em que não há um procurador específico para determinado caso. Além disto, entende que a estrutura interna é fruto de uma construção diária que depende de cada PR. Isso inclui articulações com outras instâncias governamentais:

A gente tá trabalhando em termos de atribuição do Ministério Público. Tem coisas que estão em construção e você não sabe se é minha [MPF] ou se é do Estado. Justamente por causa dessa atribuição residual. Nós trabalhamos no dia-a-dia a nossa atribuição, é uma construção... Nós passamos por várias mudanças aqui no estado da Bahia esse ano. Isso muda de Estado para Estado e é uma construção do conjunto de procuradores. Somos poucos e temos que lidar com muito mais coisa, a gente fica com tudo. A gente tenta otimizar nosso trabalho. Então, não tem procurador...

Podemos observar que as mudanças ocorridas na gestão do MPF acabam gerando um novo mecanismo de controle mais centralizado e direcionado . Tratar da definição de prioridades junto ao Estado é algo a ser observado com maior atenção

uma vez que interferem diretamente na relação entre os órgãos de governo envolvidos nos conflitos territoriais de comunidades quilombolas, como no caso de Acupe, São Braz e Dom João. Cada órgão de governo define critérios que julga ser imprescindíveis na construção de sua “lista de prioridades” ou “metas” a serem cumpridas em determinado período, outro elemento cujo entendimento é diverso perante a relação entre os agentes estatais. O que pode vir a ser considerado como “prioridade” para o INCRA-SR 05, por exemplo, pode não ser para o MPF-BA. Mais em função da natureza em trono de suas responsabilidades e menos em função do que julgam ser “mais” ou “menos” importante. Fato é que tais diferenciações sofrem mudanças a todo instante por motivos diversos (políticos, econômicos, jurídicos) o que leva à necessidade de novas configurações com ao que acabamos de observar acima acerca da atuação do MPF..

Flávio Luis de Assis dos Santos (38), professor, geógrafo, e analista em reforma e desenvolvimento agrário, atua como Coordenador junto ao Serviço de Regularização de Territórios de Comunidades Quilombolas do INCRA-SR 05. Chama atenção para o fato de que certas decisões, a depender do setor e do órgão, não são unilaterais, a exemplo dos critérios adotados para decidir o conjunto de RTIDs a serem elaborados.

Foi o primeiro pregão em 2011. Áreas a serem contemplada, na Bahia eram 20 relatórios. Nós discutimos os critérios que eram: áreas com maior incidência de conflito, demandas judiciais do Ministério Público, basicamente. Um diálogo muito forte com o Movimento dos Pescadores que sempre promoveu ações, reuniões, muito forte na SR da Bahia, um dos lotes ficou com o lote do Recôncavo, e a prioridade São Braz.

Nos discursos apresentados entre os profissionais do INCRA- SR 05 há um elemento comum acerca do papel de mediação que entendem exercer haja vista os gargalos de diálogo entre as comunidades quilombolas e o Estado.

Sem negar a importância de suas particularidades em termos de objetivos e formas específicas de atuação, que julgo ser fundamentais no diálogo com a realidade social que se apresenta de modo também diverso, o que entendo ser um desafio é a necessidade de flexibilização de suas relações institucionais. Esta dificuldade de interlocução nos dá a impressão de estarmos diante de um Estado

composto por vários outros de menor dimensão que agem de forma isolada e que, ao mesmo tempo, criam expectativas em torno de suas ações que incidem sobre o mesmo público-alvo, no caso, o território pesqueiro das comunidades Acupe, São Braz e Porto de Dom João.

Quanto à questão da mediação, Paulo Sérgio da Silva (2007) evoca o conflito entre a linguagem técnica e as categorias utilizadas pelas comunidades como um desafio aos mediadores sociais. Algo que, conforme acima demonstrado, se confunde com a própria função dos agentes do Estado:

A tradução se dá através de negociações em que os técnicos se apresentam como manifestação de um Estado supervisor. Embora os agentes do Estado busquem se situar no plano de uma linguagem comum multifuncional não-especializada, seus instrumentos de trabalho estão inseridos na lógica do poder administrativo e não na busca do entendimento. (p. 29)

O tempo também pode tornar mais complexa a análise acerca da definição de prioridades, pois *priorizar* é solucionar com certa *urgência*, conforme indagado anteriormente. O que aumenta ainda mais a distância entre nossos interlocutores da esfera estatal considerando que cada “prazo” carrega consigo uma noção de temporalidade específica, algo bastante complexo quando somado à percepção das comunidades acerca dos processos de regularização dos territórios quilombolas e do território pesqueiro que lhes pertence.

A antropóloga do MPF me orientou sobre quais os procedimentos necessários para o envio das solicitações de entrevistas com os procuradores envolvidos em diferentes fases do processo de licenciamento ambiental da Ilha de Cajaíba e para o acesso ao material contido nos autos sob responsabilidade do MPF desde 2007. As quatro entrevistas foram marcadas com antecedência junto às assessorias dos procuradores e ocorreram na própria Procuradoria da República na Bahia – PR-BA. Por todos fui recebida de modo amigável e sem entraves no que diz respeito à disponibilidade e abertura de diálogo com tais interlocutores.

As entrevistas realizadas no MPF destinaram-se às questões internas ao órgão, tanto por parte dos procuradores quanto por parte da antropóloga. Tais diálogos foram interessantes no sentido de contextualizar questões inerentes ao cotidiano do MPF, que de outro modo não seriam possíveis.

Sr. Edson Abdon Peixoto Filho, procurador federal, ao ser indagado sobre a Ilha de Cajaíba agiu de modo similar à Dra. Bartira, limitando-se a buscar informações no processo propositalmente disposto em sua mesa de trabalho. Após tratar de sua trajetória profissional dentro do MPF, inicia uma fala bastante contundente sobre a atuação de outras instâncias governamentais perante as demandas expostas pela comunidade quilombola São Braz e as formas de legitimar os territórios quilombolas a partir do acesso às políticas públicas e aos direitos fundamentais, em sua maioria voltados à infra-estrutura, saúde, educação, conflitos territoriais, etc.

Tem a questão de saneamento básico, não tem água, não tem luz... porque se você coloca água e luz você faz com que aquelas comunidades não saiam dali de jeito nenhum!

O relato acima evidencia o uso do aparato estatal para fins outros que, para além de interesses pessoais, nos levam a refletir sobre as estratégias de legitimação dos territórios quilombolas pelas vias institucionais, como veremos ao longo deste capítulo. Sobre *não legitimar* as comunidades, essa é uma constante no trabalho exercido pelo procurador que diz estar acostumado com esse *tipo de discurso* pouco convincente por parte de diversos grupos locais. No início da conversa informou que sobre a Ilha de Cajaíba atuou até certo ponto e que atuava mais *na questão de infra-estrutura, saúde*, etc. Manteve o mesmo discurso da procuradora Barthira acerca das inúmeras atividades a desempenhar junto ao MPF:

A gente não tem só isso. Tem muita coisa. Às vezes a gente é demandado demais por uma comunidade que tem um contato mais direto com a 6ª Câmara e fica meio que pressionado a agir de forma meio rápida..

Os discursos variam entre os setores do MPF, garantindo certa homogeneidade na postura adotada por ambos procuradores quanto aos discursos sobre “quais são suas atribuições” e *quantidade de demandas*, . Podemos considerar que o momento da entrevista junto ao órgão governamental segue a lógica burocrática formal das relações estabelecidas no interior do MPF, ou seja, são também representações de uma dada realidade. As relações de trabalho entre os colegas de profissão ou mesmo entre funcionários de setores distintos se dão a partir de procedimentos e ritos formais que refletem na relação com os demais.

Deste modo, a imagem coesa do MPF é (re) produzida e esperada pelo senso comum a partir de um sentimento de confiança, “neutralidade” e ordem associado aos órgãos de justiça, mas também alimentado por seus agentes na formação de um *habitus*⁶⁹ próprio.

Conforme exposto, as percepções dos membros do MPF acerca dos usos e situações envolvendo especificamente a Ilha de Cajaíba, aparentemente não se expressam de modo explícito dado o tom de um discurso formal/oficial presente nessas ocasiões e que não permite, de imediato, perceber-se o sentido subjetivo das observações feitas pelos interlocutores. Por outro lado, se entendermos que a lógica de acesso às informações e de comunicação entre os membros do MPF opera segundo procedimentos administrativos e burocráticos fruto de uma estrutura hierárquica secular, os discursos acerca do licenciamento ambiental da Ilha, mesmo que aparentemente limitados, indicam, outra alternativa: os documentos contidos nos autos do processo referente à Ilha. Esta é a forma mais eficaz de se estabelecer uma relação direta entre os membros do MPF e o *processo da Ilha*, por meio das informações oficiais expressas não verbalmente mas por meio de uma linguagem escrita.

A bem da verdade, e sem diminuir a importância das entrevistas cedidas pelos membros do MPF, os discursos nos dão acesso a outra natureza de informação cujo conteúdo situa-se fora dos autos do processo judicial. Indicam também o tipo de relação estabelecida entre o lugar ocupado pelos procuradores no interior do MPF e o meu papel de pesquisadora; uma relação formal mas que possibilitou chegar às diferentes percepções acerca da Ilha de Cajaíba por meio do acesso à toda documentação disponível.

A percepção é sobre o *processo da Ilha*, não necessariamente da Ilha em si, que pode ser observada a partir da reação dos membros do MPF diante do tema proposto durante as conversas, ou seja, na palavra dita, ao passo que a institucionalização desta percepção é expressa na palavra escrita. Ambas evocam linguagens distintas, mais ou menos evidentes, mas que se complementam e traduzem formas de se pensar a Ilha sob o ponto de vista institucional onde o “silêncio” também opera.

⁶⁹ “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]”. (BOURDIEU, 1994)

A variabilidade, a fluidez, dessas relações apontam ora para a dialética em torno de visões diferentes sobre um interesse comum, os direitos das comunidades quilombolas sobre seu território marítimo, mantendo-se uma mesma concepção acerca do tratamento a ser destinado à Ilha de Cajaíba, como observado na interlocução dos técnicos do INCRA e antropóloga do MPF; ora se opõem em termos de concepções e princípios e do modo com que são interpretados os procedimentos e atos administrativos destinados a cada órgão.

3.2 – Territorialidade, etnicidade e direitos coletivos: possibilidades de diálogo?

Entendo que problemas referentes à atuação do Estado sobre os territórios quilombolas tem muito a ver com a sobreposição dos conceitos utilizados para a definição do público-alvo das políticas governamentais. Além disto, há uma forte tendência para má aplicação de termos como, por exemplo, territorialidade e o próprio conceito de quilombo sem muita relação com o propósito das intervenções do Estado. Ou seja, tais definições são apresentadas de modo bastante variado e tendencioso quanto à sua aplicabilidade pelos estudos realizados por empresas contratadas ou por projetos e programas do governo que se valem de certos dispositivos administrativos e jurídicos como *pro forma* ao cumprimento das exigências para a liberação de licenças ambientais.

As ações do Estado demandam um nivelamento acerca da legislação, dispositivos específicos e referencial teórico por diversos atores – técnicos contratados, empresas, órgãos governamentais – envolvidos tanto nos processos de licenciamento ambiental quanto nos de regularização fundiária de territórios quilombolas. Teoricamente, não apenas a exposição deste tipo de conhecimento é importante como forma de responsabilizar cada órgão executor das ações que se sobrepõem aos territórios quilombolas, mas também é fundamental relacionar tal conteúdo ao modo de como estas ações ocorrerão na prática. Discorrer sobre o conceito de quilombo, por exemplo, sem considerar sua relevância e aplicabilidade durante todo o processo de licenciamento ambiental junto às comunidades envolvidas, não basta.

Sendo assim, faço uma breve discussão acerca dos conceitos de territorialidade e direitos coletivos que podem vir a auxiliar na compreensão dos

conflitos envolvendo os processos ora em discussão que envolvem as comunidades quilombolas pesquisadas.

Sobre o caráter específico relativo aos territórios coletivos e sua relação com as formas de opressão impostas, Carlos Frederico Marés Souza Filho (2003) entende a importância da ideia de *territorialidade* em oposição à lógica de atribuição ao termo terra, visto enquanto propriedade individual, e do uso do termo território enquanto conceito jurídico associado ao espaço que compreende os limites do Estado-nação. Muito embora este Estado-nação exista enquanto proposta política de definição de um território nacional, para além destas concepções, Souza Filho eleva a importância das vivências ocorridas no interior de espaços coletivos. Em verdade, mesmo com as transformações no campo jurídico, o autor chama a atenção para a dificuldade de aceitação do termo *território*, segundo trajetórias distintas, em que pese, ainda hoje, sua aplicação segundo a lógica jurídica, no sentido estrito do termo, que gera invisibilidade aos territórios coletivos:

O nome “território” nunca foi usado; ao contrário, foi intencionalmente negado. É claro que há uma não muito sutil diferença entre chamar de “terra” e “território”: “terra” é o nome jurídico que se dá à propriedade individual, seja pública ou privada; “território” é o nome jurídico que se dá a um espaço jurisdicional. Assim, o território é um espaço coletivo que pertence a um povo. A mesma ideologia que nega a existência de povo (...) nega o uso do termo território (Souza Filho, 2003)

Nesta mesma linha de pensamento que reflete sobre as tensões inerentes aos processos de reconhecimento da diversidade territorial, Paul Little (2002) pauta sua análise sobre os *territórios sociais* a partir dos quais os grupos estabelecem seus modos de vida e suas relações com grupos externos. Para tanto, se vale da ideia de cosmografia no intuito de melhor subsidiar o diálogo com outras categorias de entendimento acerca dos territórios tradicionais:

entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia (Little 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (Little, 2002: 4)

O direito ao reconhecimento da condição de existência das comunidades quilombolas e do direito à propriedade sobre suas terras ocorreu por meio da CF/88, segundo o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que determina: “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”⁷⁰.

Os artigos 215 e 216 também se apresentam como instrumentos na garantia de acesso às comunidades quilombolas sobre a liberdade de suas expressões culturais e bens de patrimônio material e imaterial:

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.(Art.215)

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (Art. 216)

Acerca dos bens materiais e imateriais de que tratam os artigos supracitados, faz-se necessário um olhar mais atento sob a perspectiva da representação que tais elementos tem no interior dos grupos aos quais pertencem. Significa relativizar o uso dos termos conforme o sentido que tem para os grupos aos quais se destinam, no caso aqui apresentado, as comunidades quilombolas. Há certa flexibilidade no que tange à argumentação contida na Constituição ao reconhecer tais especificidades relativas aos bens imateriais e que deve ser levada em conta para que, de fato, essa possa ser aplicada, ao contrário do que fora antes concebido como patrimônio cultural (sítios históricos e bens imóveis).

Relacionados às situações de conflito pelas quais passam as comunidades Acupe, São Braz e Dom João, tais instrumentos jurídicos e administrativos visam conciliar interesses distintos dando prioridade às demandas das comunidades pelas quais se destinam. Muito embora o diálogo seja tenso ou praticamente ausente, as comunidades buscam formas de manter suas especificidades com base na noção de direito que tem sobre suas práticas tradicionais, seus bens culturais ligados ao seu patrimônio e seu território.

Francine Ferman Bezerra Cavalcanti (33), geógrafa e mestre em Urbanismo, atua como Chefe de Divisão de Habitação e Regularização Fundiária- DIREF junto à

⁷⁰ Grifo nosso.

Coordenação de Destinação/SPU, local onde ocorreu nosso diálogo em julho de 2015, anteriormente à entrevista marcada no mesmo dia com a Superintendente, à época, Sra. Cláudia de Salles. Francine diz ser importante atuar em conjunto com demais técnicos quando da evidência de conflitos envolvendo *áreas da União*, termo bastante utilizado dada a natureza das ações da SPU⁷¹.

Se eu tiver que identificar ocupantes quilombolas, ocupantes não quilombolas... Você vê que dá uma série e conflitos de interesse. Então, desde um ocupante que está irregular mas que não sabia que era um território tradicional até um empreendimento de carcinicultura que toca a obra sem licenciamento nenhum. (...) Uma vistoria minha tem mais dois servidores, no levantamento da área georreferenciamento do território da comunidade e um servidor da fiscalização.

As diferentes atribuições do setor de regularização fundiária englobam demandas de outras Coordenações e Gabinete por meio de memorando ou despachos e dentre suas atribuições específicas e rotineiras procede ao planejamento, coordenação e controle dos processos de cessão, aforamento, autorizações de uso, de obras, além de outras formas de destinação de imóveis da União, voltadas à regularização fundiária e habitação de interesse social.⁷² A SPU age por demanda, como ocorre no MPF, INCRA, FCP, por exemplo, e realiza a fiscalização e o monitoramento de procedimentos administrativos referentes à emissão dos Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) e Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) que correspondem, respectivamente à garantia de utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais e à autorização, mediante pagamento de RIP, de ocupação a particulares. (Portaria SPU N°89/2010)

⁷¹ “Art. 20. São bens da União: I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos; II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, II ; V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; VI - o mar territorial; VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos; VIII - os potenciais de energia hidráulica; IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo; X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos; XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.” (CF/88)

⁷²ANEXO XII - REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. (Portaria GM-MP nº 220, de 25 de junho de 2014) Disponível em: www.planejamento.gov.br.

Após a CF/88, um dos princípios norteadores das ações da SPU é função social de uma propriedade pública que podem se apresentar por meio do reconhecimento do direito da população indígena, quilombola e demais populações tradicionais à terra que ocupam, regularizando a propriedade da terra. Considerando tal concepção, Francine ao apontar lacunas no processo de licenciamento ambiental envolvendo a Ilha de Cajaíba, assim como a ausência de compreensão por parte dos vários setores acerca de conceitos e dos direitos das comunidades tradicionais residentes em *áreas da União*. O tempo também foi referido como fator importante para se pensar as ações da SPU em territórios tradicionalmente ocupados.

O tempo de entrar essa política de reconhecimento, o tempo que leva pra entrar em vigor... Na Cajaíba a gente tem essa inscrição que foi concedida pra Property e na época não se observou se havia interesse social sobreposto, por exemplo, ao território. Então dependendo da ocupação, da situação da Ilha, de interesse social pra poder cancelar essas inscrições. Que é uma situação diferente da situação da Coroa Branca que é um caso evidente de crime ambiental, de inscrição do patrimônio. O Art.9, da Lei 9.636⁷³, ele veda a inscrição inclusive incorrendo na sobreposição de área do meio ambiente com área de interesse, do programa de regularização fundiária do quilombo... a gente busca apontar no laudo, mas ele ignorou isso tudo, multa e tudo e continuou construindo. Tem ação judicial que decidiu multá-lo diariamente mas ele continua construindo. A Ilha de Cajaíba não está nesse nível de invasão, vamos dizer assim.

Ao referir a emissão de autorização de ocupação à Property Logic (Figura 6), evidencia a forma como a SPU concebe ser ou não prioridade. As críticas acima expostas refletem a ausência de uma ação maior por parte da SPU em relação à Ilha de Cajaíba, bem como indicam um dos critérios de prioridade quanto aos procedimentos adotados pelo setor de regularização fundiária.

⁷³ Art. 9º É vedada a inscrição de ocupações que: I - ocorreram após 10 de junho de 2014; II - estejam concorrendo ou tenham concorrido para comprometer a integridade das áreas de uso comum do povo, de segurança nacional, de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais e de implantação de programas ou ações de regularização fundiária de interesse social ou habitacionais das reservas indígenas, das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, das vias federais de comunicação e das áreas reservadas para construção de hidrelétricas ou congêneres, ressalvados os casos especiais autorizados na forma da lei. (Lei XXXX)

Figura 4 - Certidão Positiva de Dominialidade – SPU, 2013⁷⁴.

	<table border="1"> <tr><td>MP / SPU</td></tr> <tr><td>04941.005205/2013-35</td></tr> <tr><td>15/08/2013</td></tr> </table>	MP / SPU	04941.005205/2013-35	15/08/2013	
MP / SPU					
04941.005205/2013-35					
15/08/2013					
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA Rua da Polônia, s/n, Ed. Professor Orlando Gomes, Comércio, Salvador/BA					
CERTIDÃO POSITIVA DE DOMINIALIDADE		Nº 790/2013			
PROCESSO: 5078.056.751-00 INTERESSADO: Property Logic Brasil Empreendimentos e Participações LTDA ENDEREÇO: Ilha Cajaíba, s/n – São Francisco do Conde/BA					
<p>Certifico, para os devidos fins, que o imóvel correspondente ao endereço em epígrafe, com área total de 3.680.000,00 m², sendo 405.388,50m² em área da União, é conceituado como TERRENO DE MARINHA e pertence ao acervo imobiliário da União, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946.</p>					
Salvador, 14 de agosto de 2013.					

Atribui aos “crimes ambientais” o real sentido da suspensão de inscrições, ou seja, ao comparar ambas situações possibilita perceber quais elementos operam conjuntamente e justificam tal intervenção: a sobreposição das áreas ambiental e de interesse social. Pensar a Cajaíba de modo distinto do caso da Coroa Branca evidencia também outra questão fundamental, a ideia de que os danos às comunidades quilombolas possuem níveis variados que por sua vez indicam o caráter de urgência que determina o ritmo das ações da SPU.

De modo inverso, a Ilha de Cajaíba fora pensada como prioridade pelo INCRA-SR 05 considerando o nível de conflito como principal critério adotado. Soma-se a isto o grau de mobilização da comunidade e se organizar e dar início ao processo de regularização fundiária. A comunidade de Acupe considera a Coroa

⁷⁴ Processo SEI_5078.056751_00 (1) – SPU, 2013. (Pg.1083; Fl.887).

Branca como parte de seu território porém não foi contemplada dentre as comunidades quilombolas da região do Recôncavo Baiano quando das licitações realizadas pelo INCRA para elaboração dos RTIDs.

Itamar Rangel Vieira Junior (37), geógrafo, atua no cargo de analista de desenvolvimento e reforma agrária, e destaca a necessidade de haver maior entrosamento entre diálogo entre pessoas do mesmo setor. Algo próximo ao que havia sido apontado anteriormente acerca da noção de mediação:

...as decisões a gente se reúne, como se fosse um colegiado. Tem divergência, mas há uma decisão que todos seguem. O mais controverso é a ação do INCRA nas comunidades. Até onde nos podemos ir p regularizar a situação fundiária sem ferir princípios de governança e autonomia das comunidades? Cada uma tem uma visão sobre isso. Com técnico a gente sabe... tem que informar o que o INCRA tem feito. Pouco do nosso trabalho tem decisão, mas fazemos mediação com os interesses da comunidade. Embora haja divergência sobre onde o INCRA pode ir nessa regularização. (Itamar Vieira Junior)

Na percepção dos especialistas, suas funções também podem exigir ações para além da burocracia e o desafio é justamente transitar entre o que é esperado pela instância governamental e a função técnica, limitada pela burocracia mas que também significa “não ir além do que é possível”, como verificado nos discursos dos técnicos.

Como vimos no Capítulo 2, as comunidades haviam se constituído em redes políticas a partir da com a CPP, MPP e AATR, além das ações promovidas pelo MPF e MPE. A escolha por priorizar a Ilha incorreu sobre o fato de que, pelo entendimento das comunidades quilombolas envolvidas, a Ilha é bem maior do que aquelas descritas no EIA/RIMA da Property Logic, também verificada nos documentos que compõem os processos disponibilizados pela SPU aqui analisados.

A esta realidade envolvendo práticas estatais contrapostas em termos metodológicos e conceituais às categorias das comunidades, o estudo comparativo realizado por Vera Regina Rodrigues (2012) mostra a relação entre as políticas sociais direcionadas às comunidades negras no Brasil e na Colômbia. Os *Raizales*, grupo étnico formado a partir de nativos ancestrais do arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina, definem-se, segundo a legislação vigente (Constituição Federal de 1991 e Ley 70 de 1993), por: “su carácter insular,

costumbres, prácticas religiosas y su lengua hacen de esta etnia , um grupo claramente diferenciado del resto de la sociedad nacional” (p.68). A autora observa que o processo de mobilização destes grupos resultou no movimento “Raizal” em resposta ao modelo de políticas sociais defasadas desde o século XIX na Colômbia:

Um exemplo, é o Plano de Ordenamento Territorial (POT) em que seus dirigentes alegam que foi concebido sem a participação popular, tornando-se o que chamam de um sistema de “justicia colonial del gobierno colombiano”. Por este Plano estaria correndo, à revelia dos raizales, a desapropriação de terras ancestrais em favor dos interesses da indústria e do turismo e concentração de terras em mão de particulares. (p.69)

O processo de privatização da Ilha vem de longa data e em diferentes contextos, a exemplo do tratamento dado à solicitação de transferência de título de autorização de ocupação, da década de 50, e do Parecer Técnico, emitido em 2003, que além de “isolar” as ilhas, as torna objeto de fracionamento o que vai contra as concepções acerca da *Ilha de Cajaíba* e do *território pesqueiro* apresentadas pelas comunidades quilombolas.

Os documentos atestam alguns dos procedimentos envolvendo autorizações para ocupação de particulares nas áreas da União em diferentes períodos, mas que não demonstram alterações no que diz respeito ao modo de conceber a *Ilha*. Esta um primeiro momento, está separada dos “terrenos” das *Ilhas Pioca, Casqueiro, Pinheira* e *Sergimirim, Ilha Pequena*. Quando descrita no Parecer Técnico passa a agregar *Pioca, Casqueiro* e *Sergimirim*, como áreas distintas mas que integram a Ilha de Cajaíba, “porção maior”, sendo avaliadas, porém, com base em valores distintos, conforme ilustram as Figuras 7 e 8, abaixo.

Figura 5 – Transferência de título de ocupação de imóveis, 1954.⁷⁵

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SNR. CHEFE:

Os terrenos a que se referem o presente, que são de marinha, estão situados nas ilhas "CAJAIBA; PIOCA; (PIOCA DE FÓRA, PIOCA DE DENTRO OU DO MEIO E PINHEIRO); CASQUEIRO; SITIO MOSQUITO E ILHA PEQUENA; todos no município de S. Francisco do Conde Estado da Bahia, e vão abaixo devidamente caracterizadas.

✕ ILHA CAJAIBA: Terreno de marinha, o qual mede de contorno frontal 12.419,00m, e contorno posterior, que limitam estes terrenos 12,150,00m, sendo a profundidade da faixa de 33,00m, abrangendo assim dita faixa a área de 405.388,50m², ou seja 93,06 tarefas, que equivale a 40h53ae88,5ca. CONFRONTA-SE: A referida ilha em seu contorno com o rio Sergimirim e do lado posterior com terras altas.

AVALIAÇÃO: São estes terrenos avaliados a razão de Cr.\$500,00/tarefa o que resulta assim para o mesmo o valor de Cr.\$46.530,00 que, de acordo com o artigo 127 do decreto lei 9 760, de 5-9-46, resulta A - TO. Cr.\$465,30.

23
26

Figura 6 - Descrição das áreas Ilha de Cajaíba⁷⁶

 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL NA BAHIA
SERVIÇO DE CADASTRAMENTO E DEMARCAÇÃO

21 684

DISCRIMINAÇÃO DAS ÁREAS	GRPU/BA(AREAS EM m2)			ÁREA DOS REGISTROS(m2)
	NAC. INTERIOR	MARINHA	TOTAL	
PORÇÃO MAIOR - CAJAÍBA	3274611,50	405388,50	3680000,00	-
ILHOTA PIOCA	1372918,50	307081,50	1680000,00	-
ILHOTA CASQUEIRO	272255,50	79744,50	352000,00	-
ILHOTA SERGIMIRIM	1211,00	7639,00	8850,00	-
TOTAL	4920996,50	799853,50	5720850,00	6.323.620,00

Tratá-las como áreas isoladas é também um erro como acima exposto, uma vez que para cada contexto atribui-se um valor de medição e uma noção de território bastante diversa. "Terreno" é o termo usado para designar as áreas da União.

⁷⁵Parecer Técnico relativo à solicitação de transferência de título de ocupação de imóveis em nome de Almerinda Martins Catharino da Silva - DESCRIÇÃO DAS ILHAS INVENTARIADAS (P.39; FI.23) – Processo Nº SEI_5078.056751_00 (1) - SPU-BA

⁷⁶ Parecer Técnico nº03/2003 – "Esclarecimentos técnicos a respeito dos terrenos que constituem o imóvel denominado Ilha de Cajaíba." (Pg. 856; FI.684). Processo SEI_5078.056751_00 (1) – SPU.

Podemos presumir pela análise dos documentos citados que a linguagem institucional opera contra ou à favor, a depender de quem lê ou quem escreve e para quem.

Conforme visto anteriormente, tanto a *Ilha*, o arquipélago, quanto a área denominada “Cajaíba”, são de uso comum compartilhado por várias comunidades que, em consenso, definiram qual delas deveria garantir, junto ao INCRA, sua regularização fundiária haja vista sua importância e o risco de perda que se agravava. Uma estratégia em prol de todos os que ali pescam e mariscam e que seguem a lógica de uso coletiva do lugar a partir dos vínculos e relações estabelecidas entre os membros das comunidades quilombolas.

Carvalho (2016b) atenta para o uso de categorias englobantes por parte do Estado ao tentar acolher tal “solução” e o tratamento dado à *Ilha*, lugar comum compartilhado, mas que vê-se atrelado institucionalmente, e de modo individualista, a uma das representações quilombolas.

A resposta do Estado aponta para a regularização fundiária dessa área, em benefício de uma associação quilombola. Essa solução pode, em vez de equacionar um problema, criar um conflito futuro, pois introduz uma hierarquia jurídica entre os grupos na relação com o espaço das terras do arquipélago até então inexistente. É possível que nos defrontemos com algo similar ao ocorrido diante a emergência da categoria jurídica dos remanescentes de quilombos, alvo de reflexão de Almeida (2011). Pois mais uma vez o Estado age de modo a essencializar as realidades sociais produzindo efeitos indesejáveis que poderiam ser evitados se ele se propusesse a rever seus instrumentos teóricos e metodológicos de intervenção (CARVALHO, 2016b: 145)

Vital Jonas Pinheiro Júnior, geógrafo, atua junto ao INCRA-BA há vinte anos e atualmente compõe a equipe do Serviço de Regularização de Territórios de Comunidades Quilombolas. Acompanha o processo de regularização fundiária junto à comunidade quilombola São Braz que está em fase de delimitação territorial quando se realiza o levantamento fundiário com base no relatório antropológico elaborado. Vital evidencia aspectos sobre a atual situação da Ilha de Cajaíba em termos cartoriais considerando cinco o número de áreas que perfazem seu território. Além disto, verifica contradições no que tange a compra e venda da Ilha por parte da última empresa registrada em cartório sob denominação de Adenge Empreendimentos e Participações Ltda.

é considerada ilha oceânica pela União. A surpresa toda é essa. Quando começamos o trabalho lá em momento nenhum sentimos pressão política no processo de regularização que tomasse outro rumo. Mas a expectativa era essa: “vamos enfrentar os barões aí”, mas isso não aconteceu. Agora a grande novidade aí, é que durante o levantamento fundiário é que a Prefeitura tinha comprado, adquirido parte da ilha. Mas o atual proprietário, segundo o Cartório de Imóveis São Francisco do Conde, é uma empresa denominada de ADENGE Empreendimentos e Participações Ltda. Toda a ilha. Inclusive existem sessões RIPs, é um documento da SPU na Bahia. Existe RIP pra três ilhas ali. Que na verdade a ilha são cinco imóveis com nomes diferentes: Cajaíba, Casqueira... que compõem a ilha. Existe, significa dizer que existe uma concessão do governo federal para uso dessa empresa.

Por se tratar de um setor que também realiza ações de regularização fundiária, indago sobre a possibilidade de articulação com o INCRA, órgão responsável pela regularização de território quilombolas. No que a Superintendente da SPU, Cláudia de Salles responde que:

a gente tem o dever de consultar se é área da União e se de interesse de serviço público (...) processo pro INCRA. Faz uma vistoria, verifica se é da União, vê se tem quilombola, as áreas de preservação permanente, agora é recente. Por ser objeto de uso das comunidades tradicionais a SPU fez um instrumento mais forte em 2009⁷⁷.

É interessante notar que os sentidos atribuídos à “regularização fundiária” são também muito distintos entre os por órgãos que a executam, dificultando ainda mais uma possível interlocução entre agentes governamentais quanto destes e as comunidades quilombolas.

A regularização fundiária de TQs não é apenas a garantia do direito de propriedade, embora este seja o direito que provoca as reações mais apaixonadas por parte dos grupos e oligarquias conservadora da sociedade brasileira. Tal reação é suscitada pelo significado simbólico do “ser dono da própria terra” em termos da construção social do prestígio na sociedade brasileira. É errado reproduzir de forma a crítica esta percepção: a regularização fundiária é mais do que a garantia de propriedade, uso e acesso a recursos naturais. (...)

⁷⁷ Portaria Interministerial nº 436, de 02 de dezembro de 2009, que autoriza a Entrega das áreas de domínio da União, ainda que não incorporadas ao seu patrimônio, localizadas em Unidades de Conservação Federais de posse e domínio públicos integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, que fará a gestão da área.

Regularização fundiária, não é apenas entrega da terra, enquanto um bem, mas de fornecer ao grupo as condições necessárias para que permaneça naquele local que entende como seu lugar no mundo. (FERNANDES e MULLER, 2013:03)

Assim como nos processos de regularização fundiária há consulta aos outros órgãos federais, como acima referido, nos de licenciamento ambiental também são verificadas as sobreposições de áreas de interesse. Quando da consulta sobre o empreendimento do Eco Resort na Ilha de Cajaíba feita à FCP, no ano de 2009, houve a produção de parecer técnico⁷⁸ referente ao EIA/RIMA elaborado pela Property Logic. Luciana Valéria Gonçalves (44), advogada, Coordenadora junto ao DPA/FCP, em entrevista concedida no ano de 2014, mencionou que:

Para efeito de acesso das comunidades quilombolas aos seus territórios seria necessário considerar o diálogo com o INCRA, uma vez que licenciamento e regularização fundiária não podem ser vistos como processos separados.

Os EIAs/RIMAs, de modo geral, *chegavam sempre tarde demais* o que gerava um tipo de relação *bastante complicada* junto às comunidades quilombolas por considerar que a FCP *estava se omitindo* perante o processo de licenciamento. Dois documentos foram produzidos pela FCP no sentido de chamar atenção à realidade das comunidades quilombolas a serem afetadas pelo projeto do Eco Resort: Informação Técnica, produzida dias após o recebimento do EIA/RIMA, e Parecer Técnico a ser encaminhado ao órgão de licenciamento ambiental, à época, o Instituto de Meio Ambiente do Estado da Bahia – IMA. A primeira destinava-se a informar a Diretoria do DPA/FCP acerca das irregularidades referentes ao estudo:

Em uma análise preliminar, o EIA **sequer menciona a existência de comunidades quilombolas**, muito embora tenha citado as comunidades quilombolas de Monte Recôncavo, situado no município de São Francisco do Conde-BA e a comunidade quilombola de São Braz, localizada no município de Santo Amaro-BA, **como localidades do entorno**. Desta forma, diante da análise preliminar segue as condicionantes que serão exigidas, **quando da nossa manifestação conclusiva**. (DPA/FCP, 2009)

⁷⁸ Parecer Técnico N°1015/DPA/FCP/MINC/2009 – “Análise do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA – do Empreendimento Turístico Imobiliário Ilha de Cajaíba.”

Isso se verifica no relato da antropóloga Ana Carla Souto Rocha (42), coordenadora de planejamento de unidades de conservação do INEMA, órgão ambiental que trata dos processos de licenciamento no âmbito estadual. Conta que o segundo diagnóstico foi uma exigência da FCP para que se produzisse dados sobre o “componente quilombola”. Ana compôs a equipe contratada pelo grupo Property Logic e juntamente com sua equipe iniciou o trabalho de elaboração do estudo complementar no ano de 2010.

Passamos uns 15 dias fazendo 75 entrevistas semi estruturadas, questionários... Fizemos um primeiro estudo, na verdade um diagnóstico bem simplificado. Começamos, levantamos os dados, transcrevermos as entrevistas, os resumos... Sistematizamos e fizemos essa primeira súmula, caracterização bem inicial pra ele [Gilberto Guerra - GAIA] apresentar ao empreendedor. Nessa época o empreendedor se retirou do processo. A gente tinha conversado com ele sobre a percepção das comunidades ser muito negativa, as expectativas bem ruins mesmo em relação ao empreendimento... Tinha essa política deles, pessoal do movimento negro, da CPP, daquela galera com quem tivemos contato. Era claro que o território [de São Braz] era muito mais amplo do que aquele que se dizia. Não se tinha essa noção, só as comunidades... a ilha fazia parte porque eles pescavam, catavam mangaba, acampavam e ficavam dias na Ilha, tinha as rotas de pesca. As rotas de pesca sendo alteradas por conta de uma quantidade pelas embarcações...inclusive foi um processos difícil dentro no INEMA porque a diretoria era uma diretoria e regulação que o licenciamento é bem diferente, é outro. São vários INEMAS dentro de um só. (...)

Interessante notar que Ana trata de questões muito próximas do que havíamos tratado no item anterior sobre a atuação dos técnicos do INCRA sobre o papel de mediador inserido uma estrutura desarticulada. Algo muito presente em sua fala é o conhecimento e a aproximação para com as comunidades mas que não passam de um certo limite institucional, haja vista sua impossibilidade de *dar um retorno* após a saída da equipe e da retirada da Property Logic. Ana refere também o fato de que *não se entrava na Ilha* com freqüência, mesmo porque seu papel era de pesquisar junto às comunidades. Relatar sobre algo negativo e ter que registrar isto refletiu no afastamento da equipe, algo bem comum nessas situações de manipulação de informações e pessoas.

Podemos observar que o documento acima referido trata da necessidade de detalhamento acerca de informações sobre as comunidades quilombolas para, após, pautar sua análise acerca dos impactos do empreendimento sobre as mesmas. Com

vistas a embasar tal argumento, a Nota Técnica, da qual fui responsável pela elaboração enquanto Chefe de Divisão junto ao DPA/FCP, chamou atenção para a ausência de informações acerca de: a) considerações sobre as comunidades quilombolas São Braz, Acupe, Cambuta e Monte Recôncavo; b) histórico de ocupação negra na região do recôncavo Baiano; c) relações de conflito; d) movimento migratório nos territórios quilombolas; e) relação com a supressão da biodiversidade em relação às áreas de pesca e mariscagem utilizadas pelas comunidades quilombolas, dentre outros aspectos relativos à articulação entre os *meios antrópico, biótico e físico*.

O EIA/RIMA elaborado pela Property Logic em 2009 fez também referência ao *Arquipélago de Cajaíba*, entendido como o conjunto das ilhas descritas nos documentos da SPU (Paioca, Casqueiro, Sergimirim e Cajaíba), lugar da implantação do Resort, conforme ilustra a Figura 9 abaixo.

Bem da verdade, essa é uma estratégia bastante comum nos estudos de impacto onde há incidência de comunidades tradicionais nas áreas de abrangência dos empreendimentos. Uma expressão de racismo institucional e ambiental que gera obstáculos ao direito de manifestação destas comunidades no que diz respeito às suas formas de participação e protagonismo diante dos processos decisórios.

O uso de tecnologias de governo é posto por Carvalho segundo a noção de governabilidade de Foucault segundo “formas de intervenção, técnicas e conhecimentos que se configuram enquanto mecanismos e racionalidades políticas e estatais empregados na administração e regulação de populações” (CARVALHO, 2016b, pág. 131). Vale ressaltar que trata-se também da análise dos conflitos e das estratégias e modos de apropriação das políticas estatais, ou de governamentalidade, pelas comunidades quilombolas.

Cabe pensarmos nas tecnologias participativas a partir da aquisição de conhecimento e domínio de linguagens; da representatividade da mediação, definida a partir dos próprios grupos tradicionais; da localização em termos espaciais nas agências de governo; dos mais variados níveis de acesso aos recursos dentre outros aspectos relativos às tecnologias participativas apresentadas por Antonio Carlos de Souza Lima em suas críticas à tutela do Estado em contraposição à participação dos povos indígenas no Brasil. (LIMA, 2015, pág. 446-448)

Neste contexto, podemos nos valer do conceito de violência fria, proposto por Ordep Serra (2013)⁷⁹ acerca das formas como instâncias formais lidam com o aparato burocrático de modo a excluir o manipular os instrumentos em prol dos direitos coletivos, por exemplo.:

vulnerabilidade política dos coletivos estudados, coisa que se verifica quando sobre a qualidade de vida dos sujeitos pesam ameaças relacionadas com governança e a distribuição do poder na sociedade. (...) Impõe-se levar em conta, entre outras coisas, a perspectiva de permanência do grupo focalizado no espaço que considera seu território, com a preservação de seus interesses e valores. (Esta é uma condição indispensável: como se sabe, uma população pode ser submetida a constrangimentos sérios e injunções muito limitadoras em sua própria terra: pode “perder espaço” no seu próprio espaço). A avaliação da vulnerabilidade política requer que se dimensione também a capacidade da população em estudo de deliberar sobre o próprio destino. (SERRA, 2013).

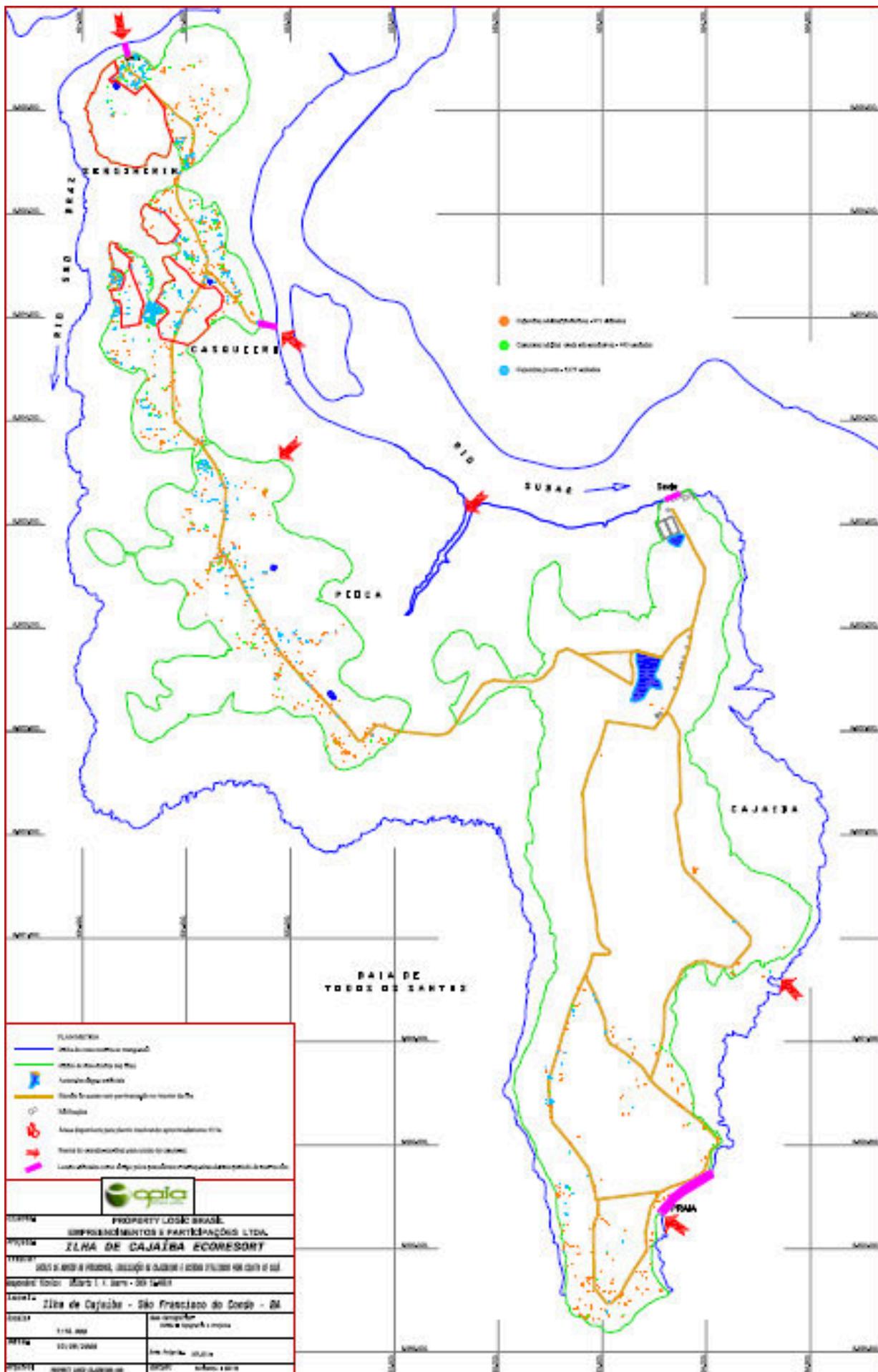
A este estado de vulnerabilidade, o autor relaciona a ação dos grupos que controlam as informações que tem influência direta, e negativa na maior parte das vezes, sobre grupos excluídos socialmente, a exemplo das comunidades tradicionais. Neste sentido, define a violência fria como “aquela cujos agentes conseguem revestir-se de sutil impessoalidade e assim blindar-se eficazmente contra a reação dos atingidos, que não confrontam de forma direta⁸⁰”. (Ibid.)

Acerca deste tipo de violência é interessante refletir sobre outro conceito apontado pelo autor referente à vulnerabilidade política dos povos e comunidades tradicionais, especificamente. Termo que leva em conta a atuação dos próprios grupos que se encontram em condições subalternas quanto ao acesso às informações sobre sua condição e seu destino.

⁷⁹ SERRA, Ordep. **Riscos: vulnerabilidade política e violência fria nas águas de todos os santos**. Texto inédito, a integrar a publicação sobre a Baía de Todos os Santos/UFBA, também apresentado pelo autor junto à disciplina de Antropologia e Ética, 2013.

⁸⁰ Grifo nosso.

Figura 7 – Mapa de localização do Arquipélago de Cajaíba (EIA/RIMA – Property Logic) – FCP/2009.



Nota-se que o uso dos instrumentos jurídicos e administrativos concernentes aos direitos de tais grupos, acabam, por um lado, sendo enfraquecidos a partir desta lógica de manipulação das informações e, conseqüentemente, do modo como as comunidades acessam a legislação pertinente à suas especificidades. Sob outra perspectiva, dá-se o reforço destes mesmos instrumentos por parte das próprias comunidades que criam estratégias em resposta a estas situações da negação de seus direitos, inclusive de acesso à informação.

A isto está relacionado o próprio conceito de quilombo, visto com fruto de processos vivenciados pelos grupos negros no Brasil, principalmente no que tange aos aspectos sobre suas identidades sociais e o poder de se auto-declararem enquanto parte de grupos culturalmente diferenciados, bem como reivindicarem demandas em prol da manutenção de seus modos de vida:

É, portanto, a participação na vida coletiva e o esforço de consolidação do grupo o que o direito constitucional visa contemplar. Este enfoque põe em destaque mais do que a cor da pele: a capacidade de auto-organização e o poder de autogestão dos grupos para identificar e decidir quem é e quem não é um membro de sua comunidade. Por outro lado, tem-se que levar em conta os processos de expulsão que impediram que estes continuassem como grupo, **a violência que os descaracterizou enquanto membros de uma comunidade impelindo-os à desagregação e marginalidade social**⁸¹. Quilombo passa, então, a significar, um tipo particular de experiência cujo alvo é a valorização de inúmeras formas de recuperação da identidade positiva em direção a um desejo de tornar-se cidadão de direitos e deveres (LEITE, 1999:137).

Em suma, falar de violência simbólica é também tratar de situações em que o acesso às informações ocorre de modo controlado e assimétrico entre grupos etnicamente distintos, com no caso das relações de conflito ocorridas entre as comunidades pesquisadas e grupos externos, em disputa territorial e pelo uso dos recursos naturais. O caráter simbólico também opera nestas relações em que o conflito emerge e é justamente neste sentido que a violência fria surge por meio do mau uso do aparato burocrático enquanto modo de distorção do sentido dado pelos grupos no que tange aos instrumentos legais e quanto às categorias êmicas e apropriações sobre os fatos que constituem suas trajetórias e que determinam suas

⁸¹ Idem.

referências e valores culturais. Isto está diretamente ligado ao conceito de território, como visto anteriormente:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder político no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido simbólico, de apropriação. (p.20)

(...)

Portanto, todo território, é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para reproduzir “significados”⁸². O território é funcional, a começar pelo território como recurso, seja proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas”) (HESBAERT, 2008:21)

No que diz respeito à forma de tratamento dado às comunidades, fica evidente a ausência de diálogo quando do início das tratativas sobre a implementação do Eco Resort, uma vez que ocorridas as audiências, não houve o devido entendimento dos membros da Comunidade sobre os fatos, conforme muitas vezes foi apontado pelos membros da Comunidade. Para efeito do cumprimento das etapas do processo de licenciamento ambiental, a empresa acabou por utilizar uma linguagem pouco adequada, uma estratégia bastante utilizada enquanto *pró-forma* no que tange à mera performance burocrática e ausência quanto ao efetivo cumprimento das normas.

Por pressão de agentes externos, a empresa fora obrigada a informar, e o fez após o período devido. Ou seja, os danos já estavam ocorrendo sem o devido conhecimento da comunidade atingida. Um deles foi a proibição imposta aos pescadores quanto ao acesso à Ilha, por parte daqueles que se autodenominam como proprietários, “*donos da ilha*”. Deste modo, as comunidades deixam de fazer uso constante, mas quando o fazem, usam de forma coletiva esse espaço como ponto de apoio para a pesca, extrativismo vegetal, retirada de madeira para fazer remo, mariscagem e para a própria atividade pesqueira. Seu Zeca, pescador de São Braz, reafirma o que foi dito inúmeras vezes por todas as comunidades pesquisadas: “*antes eles deixavam entrar, mas depois da tentativa de construção do Resort, não queriam que pescasse*”.

Como referido, o processo de implementação do Resort foi arquivado junto ao MPF haja vista o processo de regularização fundiária do território da Comunidade

⁸² Grifo nosso.

São Braz aberto junto ao INCRA/BA. A comunidade, a partir desta situação, aos poucos, utiliza a área da ilha como apoio, conforme ocorreu em tempos anteriores à presença da empresa Property. Existem no local os chamados “administradores” que controlam o acesso, mas hoje as comunidades do entorno da Ilha continuam a utilizá-la para as atividades de pesca e extração do cajá, uma vez que entendem que o território é seu por direito.

Ao racismo ambiental, podemos somar a concepção apresentada por Selene Herculano (2006) acerca do tema “Justiça ambiental”, entendida como um o conjunto de princípios utilizados para limitar os reflexos negativos sobre o meio ambiente em função da implantação de políticas econômicas governamentais que geram um tipo de violência cometida contra grupos etnicamente diferenciados, seja intencionalmente ou como resultado de ações de outra natureza mas que causam impactos raciais sobre os grupo étnicos:

O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. – que têm se defrontado com a ‘chegada do estrangeiro’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida. (HERCULANO, 2006)

As formas de combate ao racismo ambiental e à privação quanto ao acesso aos direitos coletivos das comunidades quilombolas podem ser entendidas não somente por sua situação de vulnerabilidade, mas de como tais grupos lidam com as adversidades impostas por meio de suas redes de articulação e representações políticas, como indica o Capítulo 2 acerca das mediações e processo de etnogênese das comunidades quilombolas pesquisadas.

3.3 - Velho Chico X Cajaíba: esta não é uma obra fictícia e qualquer semelhança com nomes, pessoas, fatos ou situações não terá sido mera coincidência.

Um dos elementos que me chamaram atenção no último ano desta pesquisa de doutorado foi a chegada da “nova novela das nove”, Velho Chico, a ser produzida pela emissora Rede Globo de Televisão no decorrer de 2016 na região do Recôncavo Baiano, mais especificamente na Ilha de Cajaíba, conforme referido no Capítulo 3 quando da conversa feita com um dos vigilantes do casarão. Mas antes mesmo da novela “ir para o ar” já eram divulgadas em rede nacional as imagens dos primeiros capítulos referentes à sua “primeira fase”, a fase do algodão. Como vimos, o cenário principal foi o sobrado do Barão de Cajaíba e a escolha não foi por acaso.

Alice Maria Alves Ferreira (55), turismóloga e educadora ambiental, atualmente exerce o cargo de gerente de turismo junto à Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT, de São Francisco do Conde, local onde ocorreu nosso encontro em 20 de janeiro de 2016, na sala do Departamento de Serviços Turísticos, onde vários técnicos ali se encontravam. Numa das mesas de reuniões nosso diálogo iniciou com Alice dizendo que é filha de pescador e que nasceu na *Ilha Pequena* onde há a casa de seus avós.

Nossa conversa segue em direção ao tema indicado no sub-título, a “novela das nove”. Após tratar do episódio do Eco Resort, Alice traz a história do Barão de Cajaíba, se valendo da narrativa “oficial” que não irei reproduzir aqui uma vez que fora contemplada no Capítulo 1. Fato é que a narrativa dá sentido e traduz muito do que são as práticas existentes tanto entre as comunidades quilombolas quanto da sua apropriação por parte dos órgãos de governo e empresas. Voltemos ao *Velho Chico*:

A Globo escolheu para ambientar, essa nova novela. Vai ser uma novela em horário nobre e é o Velho Chico, retratando o Velho Chico. Ela já tá trazendo a parte do algodão. E você vai ter ali com se fosse o Rio São Francisco. Porque o solar está bem perto do mar e rio. Eles já estão aí, já tem saveiros, é uma novela de época. Eles tão filmando com se fosse a fábrica. Em destaque, o solar. Vai ser uma fazenda suntuosa, onde o proprietário fictício tem um grande poder econômico e político. Tá trazendo a estrutura dela...vai fazer a parte de compor o antigo. As épocas... 1960 pra trás e depois a outra parte.pra gente foi um grande benefício. Porque ela é tombada pelo IPHAC, não se pode mexer sem autorização. E ela estava estragada, não tinha quem habitasse para corrigir... estava fechada por correr

risco o tabuado ainda, a divisória de um andar p outro é tabuado... a própria fábrica é ainda aquela feita pelos escravos... Quando a Globo escolheu eles escolheram, tiveram acesso, eu creio, porque foi muito divulgado pra esse empreendimento e a internet... estavam procurando uma casa dessa época com fachada perto do “rio” e um solar perfeito, imponente. A Globo ta tendo um investimento enorme, tudo vem por mar. Como contrapartida a gente tem a parte de empregabilidade. Ali tem uns 150 de pessoas do município é um monte de coisa que faz. Ele e recuperou totalmente a parte do patrimônio, ambientou todo esse espaço. Ai foi feito junto com IPAC fizeram junto com eles. Eles tem a equipe deles, cenógrafo, entraram através do turismo e fui eu que atendi. Teve gente que nem acreditou!

A escolha pelo local se deu em função de inúmeros fatores e interesses, como apontado anteriormente, e houve toda uma movimentação no município quando de seu lançamento, em março de 2016. O relato acima sugere algo bom para os moradores que criaram expectativas acerca da oferta de empregos e geração de renda. A novela iniciou em março e encerrou em setembro desse ano. Sem querer fazer uma análise sobre *Velho Chico*, é interessante notar que sua narrativa sobre a época do algodão, há uma disputa entre personagens que representavam proprietários de terras. Na tentativa de inserir diferentes perfis e buscar dinamicidade à trama, a novela gira em torno da luta entre a elite local de uma pequena cidade nordestina supostamente localizada às margens do Rio São Francisco. Classe esta representada pelo “Coronel Saruê⁸³” ou “Afrânio”, protagonizado pelo ator Rodrigo Santoro, em sua primeira fase, e Antonio Fagundes, na fase posterior, e uma família composta por produtores rurais, a família de “Santo” que busca certa autonomia a partir da formação de cooperativa agrícola, personagem central da novela protagonizado pelo ator Domingos Montagner, que faleceu dias antes de encerrarem as gravações. Com base no discurso sobre ecologia e sustentabilidade, a novela insere um contraponto quando da chagada do neto do “Saruê”, sugerindo uma ruptura com o sistema anterior de dominação da elite local sobre os moradores da cidade fictícia representada pela nova geração do “Coronel Saruê”.

Pouco trata da pesca e da população negra que também compõe as margens baianas do Rio São Francisco. Na verdade o que se espera da novela é algo travestido em realidade, algo que remeta fatos vivenciados concretamente, não

⁸³ Saruê significando um apelido pejorativo associado a um gambá.

necessariamente a realidade tal qual se apresenta (LEAL, 1983) como enfatizaram alguns pescadores e marsiqueiras quando dos percursos feitos até a Ilha. De todo modo, o *Casarão* foi restaurado e adaptado à trama da novela. Isso significou uma contrapartida à Prefeitura de São Francisco do Conde pois, uma vez tombado, não houve avanços significativos, ao contrário fez emergir nova onda de expropriação do território da Ilha em detrimento dos usos e demandas das comunidades de Acupe, São Braz e Porto de Dom João.

Exemplo similar ao caso de *Velho Chico*, onde determinados elementos ligados à memória social foram apropriada e recriados, fora analisado por Salaini e Graeff (2011) no que tange aos processos de patrimonialização, por meio do inventário de referências culturais, em torno do Massacre de Porongos, evento da Revolução Farroupilha (1835-1845) que vem servindo de apoio à configuração de uma identidade negra e gaúcha no Rio Grande do Sul⁸⁴. A apresentação da minissérie *A casa das sete mulheres*, exibida pela Rede Globo de Televisão em 2003, faz alusão à *cavalgada*, um evento que integra as narrativas míticas acerca da Batalha que ocasionou a morte dos lanceiros negros e que relaciona-se com discussões acerca de sua veracidade, “a ‘verdade histórica’ do massacre” (SALAINI; GRAEFF, 2011:182):

Desde então, diversos eventos comemorativos vêm fazendo alusão aos lanceiros negros, como as celebrações que ocorrem sempre em novembro, na cidade de Pinheiro Machado e no próprio Cerro de Porongos. Prevê-se ainda a construção de um memorial (Cerro de Porongos/Pinheiro Machado) e de um monumento (Parque Farroupilha/Porto Alegre) através de uma articulação realizada entre os representantes dos movimentos negros locais, a Secretaria de

⁸⁴ Segundo consta: “No que diz respeito ao Massacre de Porongos, é a participação do negro na construção do gaúcho e do estado que está em questão. Apesar de pouco presentes na historiografia tradicional, os negros tiveram participação fundamental durante a Revolução Farroupilha. Segundo Raul Carrion (2008), negros livres e escravos lutando sob a promessa de libertação teriam somado de um terço à metade do exército rebelde republicano. Distribuídos entre a cavalaria e a infantaria – divisões criadas, respectivamente, em 12 de setembro de 1836 e 31 de agosto de 1838 –, eles passaram a ser denominados “corpos de lanceiros negros” e viriam a participar de momentos fundamentais da disputa entre imperiais e republicanos durante a revolução. O Massacre de Porongos – conhecido também como “Surpresa”, “Batalha”, ou “Traição” de Porongos – ocorreu às vésperas da assinatura do Tratado de Ponche Verde, que selaria a paz entre republicanos e imperiais e encerraria a Revolução Farroupilha após 10 anos de conflito. Mais precisamente, no dia 14 de novembro de 1844, um dos corpos de lanceiros negros liderados pelo general David Canabarro se encontrava próximo ao Cerro de Porongos, então município de Piratini e atualmente pertencente à cidade de Pinheiro Machado. Durante a madrugada, os homens que compunham essa divisão do exército farroupilha foram atacados e mortos por uma tropa imperial liderada pelo coronel Francisco Pedro de Abreu, o Moringue .” (SALAINI; GRAEFF, 2011: 176-177)

Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e Fundação Palmares (ligada ao Ministério da Cultura). (Idem.)

De certo modo, a visibilidade atribuída à Ilha de Cajuíba para além da região do Recôncavo foi impulsionada tanto pela novela e, antes disso, pelo tombamento do *Sobrado* e da *Fábrica do Engenho Cajuíba* por parte do IPAC⁸⁵ trazendo consigo as narrativas que lhe conferem valor histórico. Da patrimonialização decorre a valorização da Ilha de Cajuíba somada aos projetos de um suposto desenvolvimento econômico na região que acaba por aguçar os olhares do setor turístico hoteleiro internacional, há muito tempo sendo estimulado pelas políticas de Estado.

Tive acesso aos documentos que possibilitaram realizar o processo de tombamento do Sobrado e Fábrica do Engenho Cajuíba, em 2004, quando da solicitação dirigida ao do Conselho Estadual de Cultura. Um deles é refere-se ao **“ESTUDO PARA FINS DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO CONSTITUÍDO PELO SOBRADO E PELA FÁBRICA DO ANTIGO ENGENHO CAJAÍBA, LOCALIZADO NA ILHA DE CAJAÍBA, MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE”** (IPAC, 2004)⁸⁶. Inserido no contexto de identificação e preservação dos bens de patrimônio material, o *Engenho Cajuíba* é referido pelo estudo como um *monumento* que engloba duas edificações – o *Sobrado* e a *Fábrica*. Embora tenham se valido esporadicamente dos mesmos termos – *sobrado*, *fábrica* e *engenho* – a percepção das comunidades sobre o lugar do *Casarão* é diversa e não fragmentada. A patrimonialização também acaba por classificar de modo diverso a Ilha criando outras referências no que tange à constituição de uma história oficial e o modo com que é narrada, como vimos no Capítulo 1. Assim com os demais órgãos, o documento também apresenta a relação dos mais antigos aos mais recentes proprietários, fazendo alusão à empresa ADENGE como o último registro verificado, como apontado anteriormente por um dos técnicos do INCRA-SR05.

Considerado um *monumento*, dada sua *importância arquitetônica, cultural e paisagística*, ao *conjunto arquitetônico*, guarda consigo histórias onde cada contexto remete a certos usos em seus espaços: produção de açúcar, desde o século XVII, do tempo do Barão; abrigo para forças militares contra a Sabinada (1837); atividade de pecuária e uso de curral, no local da fábrica, da época de Bernardo Catharino acima mencionado nos documentos da SPU; produção de dendê. Além disto, há

⁸⁵ Vide Capítulo 1.

⁸⁶ Processo nº009/95, 010/95 – IPAC-BA, 2004.

referências acerca de artefatos e objetos de uso cotidiano, com louças ornamentadas com a imagem do *Engenho*, marcando um período de legitimidade dos Barões. É interessante que ao descrever os espaços que compõem o sobrado e seus respectivos usos:

no pavimento térreo ficavam as acomodações dos escravos domésticos, o escritório e os espaços destinados à atividade comercial do “senhor de engenho”, assim como locais de hospedagem de viajantes, prática bastante comum num período e que ainda não se havia estabelecido a instituição de hotéis e similares. (IPAC, 2004:19)

Figura 8 - “Prato do serviço de louça inglesa, com a representação do Engenho Cajaíba. Foto : Lázaro Menezes, 02/09/2003”. (Ibd. P.43)



Coincidência ou não, o *Casarão* estava em vias de se transformar em lugar de visitação. Na memória social das comunidades quilombolas pesquisadas a referência mais presente é a do Barão de Cajaíba, apesar de remeterem a um tempo não datado a presença da mão-de-obra escrava.⁸⁷ O processo de

⁸⁷ Vide Capítulo 1.

tombamento recorreu a alguns dos personagens históricos que cumpriram a função de “proprietários” da Ilha, desde 1559, com Mem de Sá ocupando o primeiro lugar na cadeia dominial... Vejamos:

- 1559 - Mem de Sá e seus descendentes;
- 1818 – 1669 (período de litígio) - Colégio dos Jesuítas do Brasil ;
- 1770- José Pires Carvalho e Albuquerque (sargento-mor) e seus descendentes, como seu filho Cel. José Maria de Argolo Pina e Mello;
- 1836 - Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, o Barão de Cajaíba, e seus descendentes, como seu filho Alexandre Gomes Ferrão Argollo, o Barãozinho da Cajaíba;
- 1908 - Firma Almeida Castro & Cia;
- 1918 - Bernardo Catharino e seus descendentes, como sua filha Almerinda Martins Catharino da Silva;
- 1985 – ADENGE Empreendimento e Participações;
- 1999 – TERRABRÁS – TERRAPLANAGENS DO BRASIL S/A;
- 2008 – Property Logic Brasil Empreendimentos e Participações Ltda.

Ocorre que atualmente a Ilha de Cajaíba ganhou outros rumos não tão promissores. A propriedade antes pertencente ao antigo Barão, hoje está, em parte, sob a posse de um dos sócios da Property Logic e à Prefeitura de São Francisco do Conde, a área que cabe ao *Engenho* e à *Praia do Sodré*, ao lado. Mas a questão é mais complexa e segue o destino de nova fase de privatização sobre seu território.

Nosso diálogo logo se enveredou para a questão do empreendimento do Eco Resort Ilha de Cajaíba e Alice salientou sua participação na equipe que elaborou o EIA/RIMA realizado pela Property Logic repetindo o que muitos já haviam dito sobre a suspensão do empreendimento. Associou esta questão à importante função da Cajaíba para a memória local, além de representar diferentes fases e ciclos na história da Bahia e do país, conforme relato abaixo:

Eles pretendiam fazer muita coisa, circular lanchas o que iria interferir a vida dos pescadores artesanais. Que tiraram aqui sua sobrevivência: redes, catadores de marisco... juntou com a questão do INCRA. é o que se diz, oficialmente eu não sei o que foi que aconteceu. O meio ambiente restringiu e perderam o interesse. Reduziu o empreendimento... E o futuro do projeto que vai sair ali, a nova utilização. A ilha de Cajaíba tem uma questão de tempo e

espaço, uma história de suma importância. Você claramente os ciclos do município...

Já nesta fala há indícios do que virá mais à frente sobre a utilização da Ilha que, uma vez projetada nacionalmente, ganha status de referência inseridos nos circuitos turísticos da Bahia. A presença da Protety Logic significou uma ruptura na trajetória da Ilha tendo em vista as expectativas geradas à população local em função da visibilidade dada à região por meio de discursos voltados à geração de emprego e renda e da divulgação da implantação do hotel de luxo por meio de imagens da Ilha divulgadas por meio eletrônico. Por outro lado, a reação dos pescadores e marisqueiras das comunidades quilombolas acerca da luta pelo reconhecimento do território pesqueiro também evidenciou contradições tanto em relação ao processo de licenciamento ambiental do Eco Resort quanto na postura adotada pela Prefeitura, mesmo após a saída da empresa. Contraditório também na percepção da gerente de turismo:

Participei da produção EIA/RIMA como educadora ambiental da empresa que fez o socioeconômico para um grande empreendimento com capital estrangeiro europeu e que não se configurou. Porque, alguns dizem, houve a crise econômica e outra dizem pela interferência muito forte das populações tradicionais junto com o INCRA que fizeram um movimento, que fez com que as licenças fossem mais restritivas. Eles pretendiam fazer muita coisa, circular lanchas, o que iria interferir a vida dos pescadores artesanais. Que retiram aqui sua sobrevivência: redes, catadores de marisco... juntou com a questão do INCRA. é o que se diz, oficialmente eu não sei o que foi que aconteceu. O meio ambiente restringiu e perderam o interesse. Reduziu o empreendimento...

As interferências negativas que o Eco Resort poderia vir a causar são ressaltadas por Alice como forma de justificar a necessidade de serem pensadas ações de cunho “sustentável”. Assume sua experiência de educadora ambiental ao valorizar o uso dos recursos naturais pelas comunidades quilombolas ao mesmo tempo em que entende ser uma boa estratégia a implantação do projeto de “Parque Natural do Engenho Cajaíba”. Demonstra não necessariamente uma postura pessoal, mas a contradição oriunda, em primeiro lugar, do cargo que exerce pelo fato de ter que atuar em prol de um discurso de “sustentabilidade e ecologia”, enquanto educadora ambiental, e apoiar projetos turísticos de iniciativa pública e

privada nas localidades por aqueles e que, cada vez mais, são alvo de especulação imobiliária.

Os danos ambientais são encobertos por uma “áurea verde” que atribui à natureza a solução de todos os conflitos . Como aponta Zhouri :

Ocorre, porém, que o discurso sobre o desenvolvimento sustentável foi sendo, deste então, deslocado daquele sentido pretendido pela luta dos “povos da floresta” e dos ambientalistas. Para estes, os modos de vida dos grupos locais – incluindo suas respectivas formas de apropriação material e simbólica da natureza - representavam um contraponto ao modo de vida da sociedade urbano-industrial que, nesta concepção, seria insustentável. Mas a visão política que se consolidou, ao contrário, fez emergir um paradigma que pretende “adequar” o pleito socioambiental ao modelo clássico de desenvolvimento. Esta adequação tem sido feita por meio da participação na gestão ambiental e social e por meio das soluções técnicas e de mercado com vistas à conciliação entre os interesses econômicos, ambientais e sociais. (ZHOURI, 2014:01)

A contradição a que me referi acima é quanto à existência de um discurso de utilização da Ilha de forma *ecológica e sustentável* (excluindo os realmente sustentáveis e ecológicos) voltado ao ambiente natural e a associação com o capital estrangeiro ligado ao setor imobiliário público e privado, nacional e internacional. Interesses que desde sempre se coadunam no em prol da privatização da Ilha de Cajaíba excluindo de todas as formas quem de fato se vale do uso sustentável dos recursos naturais, no melhor sentido do termo, enquanto modo de vida e geração de renda, ou seja, o **sustento** propriamente dito.

É o que ilustra a fala de Alice ao complementar sua narrativa acerca das atividades desenvolvidas pelos pescadores e marisqueiras e o fato de ter dialogado com as comunidades quilombolas a serem atingidas pelas obras do Eco Resort quando da elaboração do EIA/RIMA, fato que também se mostra contraditório tendo em vista a ausência destas informações no estudo encaminhado à FCP. Da mesma forma, percebe a Cajaíba como sendo uma seqüência de ilhas:

Você tinha esse projeto que iria interferir demais. Eles tinham aquela bandeira que era a mesma bandeira de hotel em Dubai, que tem aquela forma de um barco. Você tinha empreendimento vendido e mostrado em tudo, era feito com destaque singular. Ia ter esse impacto negativo com relação aos resíduos sólidos, o emissário submarino ia ser jogado na BTS, super saturada. Na época da maré vermelha... Tudo isso contribuiu, junto com a crise européia. Mas

houve muita pressão e eu sei por que fiz exatamente o EIA/RIMA. Conversei com essa população do entorno, Acupe, Saubara, São Francisco do Conde, aqui Monte Recôncavo, Santo Amaro... Onde você tem uma população tradicional que utiliza a Ilha especialmente para retirada da parte de frutos silvestres: cajá, tiram tipo de vegetação como cipó que fazem apetrechos p condicionar esse pescado q adquirem: cestos, rodas p peixe salgado, secar o peixe, o xangó, um peixe endêmico... Quando eles estão no entorno pescando na maré alta... mas ela [Ilha] é muito longa. São quatro ilhas, ela é muito longa e dá impressão de ser uma só, mas são quatro ilhas juntas.

A despeito do conhecimento sobre as práticas utilizadas pelas comunidades quilombolas, como bem demonstra Alice, podemos verificar percepções e sentidos atribuídos à Ilha bastante distintos. Na lógica da privatização é descrita como “quatro ilhas” ao invés de uma, como visto anteriormente, e expõe o que de certa forma caracteriza o processo de fragmentação de seu espaço. Dividir a Ilha significa transformá-la em vários objetos de uso indefinido, ou seja, sem relação com as pessoas que ali possuem vínculo. É reluzi-la em frações de terra que ficarão à mercê dos interesses de quem pagar mais pelo seu valor de troca. Foi o que ocorreu quando da presença da Property Logic, como também em processos anteriores de compra e venda, transferências, aforamentos, etc como aqueles registrados nos documentos pesquisados junto à SPU desde o início do século XX.

Por outro lado, Alice reconhece a importância da ilha para as comunidades quilombolas, uma vez que se apropriam da mesma como apoio à pesca e uma forma a mais de se garantir o sustento das famílias, ou seja, um apoio para além da *sobrevivência*, mas, talvez, ao que dê sentido a esta. Neste momento, rememora o tempo em que conviveu na Ilha Pequena com sua família e da relação que mantinham com os pescadores e marisqueiras ao compartilharem o mesmo espaço. Algo distinto do que hoje é vivenciado por Alice. Interessante notar que a mesma descreve exatamente o que vivenciei com a comunidade de Dom João quando da visita na Ilha das Fontes acerca do uso do espaço e preparo dos alimentos.

marisqueiras e pescadores saem de seus locais e fica ruim e ficam um período na ilha [Cajaíba]. O que eles pescam ali mesmo eles fazem a defumagem. Pescam e já defuma, com a vegetação da aroeira...ela fica quase que no manguezal onde os pássaros deixam as sementes, entre maré e rios. Ostras sururu siri e já vem alguém que vem pegar com gelo a produção daquele dia. (...) todo pescador

você vai ver que é descendente de negro e eles estão na pesca artesanal. A relação deles com a ilha é tudo, não somente ao que se refere à questão são de sobrevivência mas se der um temporal vão para essa ilha pra poder passar o temporal. Eles têm uma relação de identidade de pertencimento que se tirar essa forma deles de se relacionarem com esse espaço, não só com a ilha mas o marítimo, o território, onde ela está... Existe essa questão emocional de pertencimento, como se fosse pra eles uma morte. Iam ficar dentro de um hotel de Dubai? Com ficar sem se relacionar com esse ambiente? É com se fosse retirado deles algo vital.

Muito embora não consiga solucionar suas contradições em relação ao papel que exerce junto à SETUR, em sua fala busca se posicionar diante do contexto vivenciado pelos pescadores e marisqueiras não somente em relação aos empreendimentos mas sobretudo à questão identitária atrelada à atividade de pesca e mariscagem no Recôncavo. Ou seja: ser pescador é ser quilombola em se tratando das comunidades pesquisadas.

Conforme apontado, posteriormente à tentativa de implantação do Cajaíba Beach e Golf Resort, pela Property Logic, o processo de privatização da Ilha acabou nas mãos da Prefeitura de São Francisco do Conde. Hoje, porém, constata-se o possível envolvimento da empresa André Sá e Francisco Motta Arquitetos – AFA e OTF Participações, com sede em Brasília-DF e uma filial em Guanambi-BA. Voltada ao ramo da construção civil, a OTF vem divulgando o projeto urbanístico destinado à Ilha de Cajaíba em parceria com a Prefeitura de São Francisco do Conde. Dos anúncios disponíveis em seu sítio na internet está o “Green Park Ilha de Cajaíba – Praia do Mujipe- Estamos projetando seu sonho” que conta com áreas destinadas ao Museu aberto de São Francisco do Conde; Praia do Mujipe e Parque Ecológico Figuras . Além disto, o mapa do projeto permite identificar as diferentes áreas da Ilha e suas respectivas responsabilidades: Área de urbanização controlada; área de ocupação sustentável; área de preservação silvestre e área institucional de desenvolvimento turístico.

Ressalta-se que toda a área do suposto empreendimento ocupa uma dimensão menos daquela apresentada pela Property Logic. O que não significa dizer que há garantias de uso da Ilha pelas comunidades quilombolas que ainda enfrentam limitações quanto ao acesso tanto ao casarão e entorno. Da mesma forma, a AFA apresenta a imagem de portfólio menos detalhada indicando uma área de 1.052 ha a ser construída, ou seja, quase toda área da Ilha contando com a

implantação de um condomínio constituído para usos específicos de hotéis, residenciais, esportes e lazer, golfe, comércio e serviços em apoio às atividades hoteleiras previstas. Algo muito próximo do que fora apresentado pelo Cajaíba Beach e Golf Resort, incluindo o discurso voltado ao aproveitamento “belíssimas características ambientais locais, além da vista proporcionada pela topografia suave e ascendente, sempre preservando o meio ambiente local, fazendo com que seja parte integrante do projeto.”⁸⁸

Figura 9- Mapa do Projeto Green Park Ilha de Cajaíba.⁸⁹



O projeto *Item 10 of 10*

⁸⁸ Disponível em: < <http://www.afa.arq.br/projeto/ilha-de-cajaiba/> >.

⁸⁹ Informações publicadas no site em 2016. Disponível em: < <http://otfparticipacoes.com.br/2016/06/green-park-ilha-de-cajaiba/> >. Acesso em: 02/11/2016

Figura 10 - Museu aberto de São Francisco do Conde.



Museu Aberto de S.F.C Item 3 of 10

Figura 11 - Portfólio AFA.



Junto à SPU/BA, os processos em andamento dizem respeito às Ilhotas Nordeste, Passarinho e Coroa Branca, demandadas pela Comunidade Quilombola Acupe, mas utilizadas pelas demais comunidades, tal o exemplo da Ilha de Cajaíba. Acerca desta, a SPU busca instrumentos que legitimem o uso coletivo e a necessidade de regularização fundiária⁹⁰ e habilitação de interesse social, enquanto responsabilidades desta autarquia vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Significa identificar e disponibilizar áreas vazias ou subutilizadas da União para o desenvolvimento de projetos de provisão de moradia para a população. Ocorre que parte da área da Ilha é de propriedade particular ficando a parte das margens como espaço destinado à União. São bens da União⁹¹ também as ilhas marítimas, que podem ser classificadas como oceânicas (fora da plataforma continental) ou costeiras (ligadas à plataforma). Há uma exceção prevista na Emenda Constitucional nº 46, de 2005: no caso das ilhas costeiras que contenham sede de Município, somente a faixa correspondente ao Terreno de Marinha e seus acréscidos serão bens da União, além de seus imóveis próprios, como, por exemplo, os prédios públicos federais. O restante da ilha será de propriedade do Município ou de particulares. (SPU, 2016) Por outro lado, a SPU reconhece a importância da Ilha para as comunidades quilombolas pesquisadas, o que justifica as tentativas de inclusão do órgão de governo nas tratativas

⁹⁰A regularização fundiária passa por cinco etapas, que envolvem procedimentos administrativos, regularização cadastral, regularização jurídico-cartoriais, regularização urbanístico-ambientais e a gestão democrática dos imóveis.

⁹¹ Art. 20. São bens da União: I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005) V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; VI - o mar territorial; VII - os terrenos de marinha e seus acréscidos; VIII - os potenciais de energia hidráulica; IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo; X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos; XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. § 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. § 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei. (Artigo 20 da ADCT/CF 88). Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

concernente às áreas do Recôncavo com auxílio de agentes mediadores e de apoio às suas demandas, ainda em andamento com a reapropriação da Ilha por outros atores cujos interesses trazem novamente o risco de perda territorial às comunidades quilombolas, não somente da área da Cajaíba mas de seu entorno.

Só para realizar as restaurações e obras em Cajaíba, a emissora contratou cerca de 100 pessoas da cidade para trabalhar. A expectativa é que a mão de obra local ultrapasse 300 profissionais, entre técnicos e figurantes ao longo das gravações – que serão até o final de 2016. Outras cidades da Bahia também estão entre os cenários da novela, sobretudo, as cidades banhadas pelo Rio São Francisco. E ainda teve o lançamento e apresentação do projeto Turismo. (...) Com o Turismo Mais, a SECULT irá implantar o roteiro Velho Chico e com isso irá impulsionar os segmentos de Turismo Corporativo, Turismo Cultural, Turismo de Aventura e Cadeia Produtiva do Turismo. São Francisco do Conde já oferece roteiros turísticos de passeio náuticos através do Serviço de Atendimento ao Turista (SAT).⁹²

⁹² Fonte: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/lancamento-da-novela-velho-chico-reuniu-um-grande-publico-no-mercado-cultural-de-sao-francisco-do-conde/>

Figura 12 e Figura 13 – Lançamento⁹³ e gravações da novela *Velho Chico*⁹⁴ (acima e centro) e imagens de divulgação do projeto turístico ecológico (abaixo)⁹⁵.



⁹³ Fonte: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/lancamento-da-novela-velho-chico-reuniu-um-grande-publico-no-mercado-cultural-de-sao-francisco-do-conde/>

⁹⁴ Fonte: <http://gshow.globo.com>

⁹⁵ Fonte: <http://otfparticipacoes.com.br/2016/06/green-park-ilha-de-cajaiba/ilha-de-cajaiba-01/>

No que resultou a chegada da Globo? Do ponto de vista da SETUR, tal processo representou um degrau para atingir o capítulo seguinte, o Projeto de Urbanização pensada a Ilha de Cajuíba que, após ser desapropriada pela Prefeitura, abrigará o Projeto Natural do Engenho Cajuíba – Núcleo de Lazer Ecológico. Conforme trecho acima acerca da matéria publicada na internet, significa mais uma ação da Prefeitura em consórcio⁹⁶ com a iniciativa privada que contará com um conjunto de empresas do campo imobiliário e turístico. O projeto prevê 70% de área da Ilha de preservação ambiental utilizada nos caminhos e trilhas e vem divulgando amplamente o *Green Park Ilha de Cajuíba*, cujo slogan é: *Estamos projetando o seu sonho* que agrega uma área de construção controlada referente às instalações do Museu Aberto de São Francisco do Conde, além da possibilidade de construções menores próximas a este.

Voltamos à questão anteriormente apresentada acerca dos possíveis diálogos entre os órgãos de governo e a necessária interação e nos procedimentos e uso de linguagem. O tempo fora mencionado com um gargalo a ser equacionado, assim como as concepções acerca do lugar associada à Ilha. Esta, na visão do IPAC, é entendida como o lugar que agrega o *conjunto arquitetônico* tão dividido quanto o *arquipélago de Cajuíba*, denominação dada pela Property Logic, os três ou quatro *imóveis* referidos pela SPU, um *componente quilombola* no licenciamento ambiental, como refere a FCP, uma *peça do RTID*, conforme identificado pelo INCRA. Disso resulta a situação abaixo descrita pela turismóloga e gerente de prospecção em projetos da SETUR, Renata Araújo (34), acerca da audiência pública realizada para apresentação do Projeto Urbanístico junto aos moradores de São Francisco do Conde que contou com a presença de várias comunidades quilombolas do Recôncavo:

⁹⁶ Tais projetos estão inseridos no contexto de formação de redes institucionais que Gustavo Lins Ribeiro (2008) chama de “consorciação”, ou seja, a formação de redes entre instituições, principalmente empresariais, que se multiplicam e compõem outros complexos de redes, em escala global, que atendem demandas do capital internacional (RIBEIRO, 1992) a partir de intermediadores locais e regionais em prol de projetos desenvolvimentistas: “A consorciação é um processo político comandado por grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração. (...) É uma forma de reforçar relacionamentos capitalistas de modo piramidal, em que níveis mais elevados hegemonomizam níveis mais baixos. O consórcio é a entidade social, econômica, e política concreta que articula diferentes grupos de poder. (...) ela facilita o processo de concentração de capital e poder eliminando competidores mais fracos e cooptando alguns poucos selecionados.” (RIBEIRO, 2008:115-118)

Há um tempo atrás foi vendida uma ideia de Resort na ilha, então algumas pessoas da sociedade civil vieram para essa audiência [do projeto urbanístico] achando que era liberação do Resort. Tem limitação de altura, de pavimentação de casa a serem construídas. Mas eles estavam tão centradas no Resort que não entendem que o que está sendo feito hoje é pra não ter esse tipo de construção! A devastação ia ser bem maior. Agora 90% está com preservação ambiental. O uso dessas áreas vai ser parceria tanto da área que prefeitura comprou quanto a desses proprietários.

A suposta “confusão de entendimentos” acerca do estava sendo tratado de fato por ocasião da na audiência pública, demonstra menos uma incompreensão por parte comunidades acerca do tipo de empreendimento a ser implantado e mais um sentimento de risco de perda simbolizado nos atos de violência sofridos direcionados à Ilha de Cajaíba, (ou à Coroa Branca, ao Ilhote do Passarinho, etc) qualquer que seja o entendimento acerca de sua concepção, quando da privatização e dos processos de expropriação do território pesqueiro com um todo. Toma-se por base a ideia de que um único momento (consultas, audiências) é suficiente para sanar duvidas quando o que ocorre é justamente a produção de mais questionamentos.

Ainda que alguns setores do interior das esferas estatais reconheçam o direito das comunidades quilombolas ao território pesqueiro, lidam de modo distinto por meio de categorias que não dialogam entre si. Quanto às empresas, trata-se de um ambiente em potencial turístico e financeiro que pode ser utilizado de forma integrada ou fragmentada, a depender dos interesses econômicos em jogo. É o não lugar, desprovido de significado.

Por mais surpreendente que seja, Velho Chico e Green Park Ilha de Cajaíba conseguem dialogar ao se apropriarem dos bens simbólicos com vistas a reproduzir a lógica imposta pela indústria cultural totalitária (LEAL, 1983). Esta que padroniza linguagens tornando-as inteligíveis entre si de modo a se complementarem em determinadas situações onde os interesses se coadunam. Fazendo uma analogia entre ambos projetos, a mesma “novela” se repete uma vez que para as comunidades quilombolas *pouco se vê sobre a chegada da Globo e da novela* já que não foram incluídos no roteiro da trama televisiva aspectos representativos de sua historicidade e identidade. Buscam, por outro lado, e a todo tempo, lutar contra a “fixidez” da hegemonia colonial Bhabha, (2010: 105-106); a caricatura e a apropriação de suas trajetórias usurpadas por meio de projetos culturais que

fomentam a “desagregação histórica” e a alegoria da cultura do “outro” (Baudrillard, 1970). Segue a lógica do mercado global exposta por meio da apropriação em demasiada e a fragmentação dos espaços por meio da “globalização hegemônica” que desfaz o vínculo a um lugar. (SANTOS, 2006)

Da mesma forma, ao analisarmos sua conjuntura institucional, a Ilha de Cajaíba, entendida enquanto patrimônio e propriedade, acaba por adquirir duplo sentido: torna-se **bem cultural**, após passar pelo processo de tombamento junto ao IPAC, o que foi determinante para a nova onda de privatização de seu território; compreende o universo dos **imóveis**, propriedades particulares (empresas e Prefeitura) ou públicas (imóvel da União), terras em disputa junto à SPU, INEMA e INCRA quando dos processos de licenciamento ambiental e de regularização fundiária, respectivamente.

Em resposta, adquire também um terceiro sentido, o de **território**, quilombola e pesqueiro, enquanto modo de se contrapor à lógica de privatização que, por um lado, se vale da noção de “patrimônio integral”, uma falsa ideia de totalidade, a exemplo do tombamento do *Casarão*, ignorando “a naturalização da natureza e a despolitização do patrimônio, uma vez que, por seu intermédio, insinua-se uma espécie de dispositivo ilusionista que, sem sucesso, deseja criar uma pseudo-harmonia, apagar tensões e eliminar diferenciações, eleições, conflitos e atribuições de valores aos bens culturais.” (CHAGAS, 2016).

Tal noção se apresenta como um caminho fértil para a superação de sentidos contrários à lógica das comunidades pesquisadas no que tange ao fracionamento de terras; à compra e venda de imóveis por supostos proprietários; à implantação de um turismo igualmente “totalitário” e “natural”, intocável: o ecológico. Vale pensarmos *a Ilha* não como categoria fixa, já que não se trata de *um* só lugar, mas a partir das e diferentes percepções e ontologias e sua relação com as formas de apropriação de seu território. Na busca por legitimar seu território pesqueiro denominado *a Ilha*, as comunidades quilombolas Acupe São Braz e Dom João adotam a lógica da qual jamais abriam mão: *unir para repartir*, como disse Seu Niano, de Acupe.

O arquipélago Cajaíba, denominado pelos pescadores e marisqueiras pesquisados como *a Ilha*, é representado por seus caminhos, lugares, seus conflitos. Não refere-se, repito, a um conjunto de áreas insulares desconectadas, isoladas, independentes e desabitadas e disponíveis para quem “pagar mais”, como

busquei demonstrar ao longo desta Tese. Mas, ao contrário, *a Cajaíba do Barão* hoje encontra sentido no plano da memória coletiva das comunidades quilombolas que buscam contar a sua história. Sendo assim, constitui-se enquanto símbolo de um conjunto de relações entre lugares repletos de significados; territorialidades que indicam diferentes usos e percepções sobre o ambiente social, cultural, político, histórico, religioso e ecológico, dentre tantas outras dimensões que determinam as territorialidades nas comunidades quilombolas Acupe, São Braz e Porto Dom. Um lugar comum compartilhado também em termos de luta e de resistência, ignoradas pela mídia e por muito tempo pelos órgãos de governo, o que fica claro em alguns dos documentos analisados que indicam lacunas, ausências e silêncios no que diz respeito à trajetória e anseios das comunidades .

Excluídas dentro e fora da novela, fictícia e real, os exemplos de *Velho Chico* e o Projeto do Parque Ecológico Engenho Cajaíba significam rupturas e novos conflitos promovidos pela incessante política de privatização da Ilha. Mas essa “novela” tem assumido outros contornos onde novos acordos e pactos podem ser vislumbrados a partir da articulação e inserção das comunidades quilombolas no cenário político por meio de suas coletividades. Quilombolas, pescadores e marisqueiras do Recôncavo, resistências e atores da vida real tão bem representados pelas comunidades de Acupe, São Braz e Dom João.

Dos percursos institucionais, passaremos às rotas do *mar*, da *maré*, da *lama*. Ambientes estes onde todas as comunidades quilombolas pesquisadas recorrem ao vivenciarem situações de violência sobre seus territórios étnicos e pesqueiro. São trajetos percorridos juntamente com as comunidades quilombolas que nos levam à Ilha de Cajaíba guiados pelas narrativas dos pescadores e marisqueiras quilombolas relacionadas a conflitos, às suas cosmovisões e formas de resistência. É o que nos revela o Capítulo 4.

CAPÍTULO 4 – PERCURSOS PELA *ILHA*: “PONTOS”, LUGARES E SINGIFICADOS.

Ponto 241 – Isso, Ilha de Cajaíba: Joaquim, na beira do mangue, e Misiana, na maré. Tudo lugar perto com nome diferente.⁹⁷

Este Capítulo se propõe a analisar as categorias utilizadas pelos pescadores das comunidades pesquisadas a partir do que as mesmas denominam de *Ilha*, cuja noção de territorialidade engloba diferentes concepções de espaços e ambientes, a saber: ilhas ilhotas, coroas, canais, áreas insulares e continentais.

Anteriormente, vimos que a *Ilha*, em outros ambientes, é concebida a partir da lógica estabelecida pelas relações institucionais em torno de disputas territoriais envolvendo a área insular da Ilha de Cajaíba. Tal contexto nos remete às diferentes dimensões e percepções sobre nosso *locus* de pesquisa tornando a *Ilha* um catalisador de significados.

Sob o ponto de vista institucional, a *Ilha* é concebida como uma área insular denominada como: a) **Ilha de Cajaíba** parte integrante do território quilombola de São Braz (INCRA, MPF) ou área insular pertencente ao território marítimo e pesqueiro utilizado pelas comunidades do recôncavo baiano (INEMA); **Imóvel Cajaíba**, associado tanto ao território pesqueiro quanto ao patrimônio da União enquanto parte integrante do território marítimo nacional (SPU); **Ilha de Cajaíba**, propriedade privada apropriada por empresários ligados aos setores imobiliário nacional e internacional; **Engenho Cajaíba**, bem cultural ao patrimônio material (IPAC) inserido no contexto de implantação de Museu e Parque Ecológico (SETUR).

Sob outra ótica, optamos aqui em tratar a *Ilha* enquanto categoria de pertencimento ligada à territorialidade e cosmovisão das comunidades Acupe, São Braz a Dom João. Termo também relacionado ao *território pesqueiro*, lugar de disputas e, por este motivo, espaço de resistência e do encontro entre as comunidades quilombolas e seres de outra ordem que ali co-habitam. Pressupõe uma relação entre “mundos” e experiências vivenciadas que possibilitam

⁹⁷ Seu Niano, comunidade de Acupe.

compreender o sentido de existência dos pescadores e marisqueiras a partir do mundo das águas.

4.1 - Territorialidades e a construção do *lugar*

Meu interesse em percorrer os trajetos até a Ilha de Cajaíba com os membros das comunidades pesquisadas nasceu das conversas e visitas logo de minha chegada em São Braz no início da elaboração do relatório antropológico, no ano de 2012. No primeiro percurso, em 2013, percebi a importância tanto da Ilha de Cajaíba quanto dos locais próximos à mesma e a relação entre ambos que justifica também a ligação destes espaços marítimos e insulares com questões envolvendo o território quilombola. Ao realizar tais percursos, busco analisar o *modus operandi* relativo às atividades de pesca e mariscagem, entendidas enquanto práticas cotidianas ritualizadas, segundo as quais é possível observar e descrever como os pescadores e marisqueiras das comunidades Acupe, São Braz e Dom João percebem e representam suas vivências e dramas sociais. (TURNER, 1974)

Diz respeito ao conjunto das áreas continentais; insulares (ilhas, ilhotes, coroas); de *mangues*, que agregam a áreas de *lama*; de *mar*, que interligam todos estes locais e determinam a dinâmica das atividades de pesca e mariscagem a partir das variações nas *marés*. Este conjunto de relações entre as áreas insulares e demais localidades podemos denominar aqui de “arquipélago da Cajaíba”⁹⁸ que, para além do sentido geográfico, mantém o sentido êmico atribuído ao termo. Na percepção⁹⁹ das comunidades quilombolas pesquisadas a *Ilha de Cajaíba* diz respeito à área onde situa-se o Casarão do Barão de Cajaíba, e, ao mesmo tempo, compreende o conjunto das demais áreas próximas com as quais se relacionam: *Coroa Branca*, *Ilhote do Passarinho*, *Nordeste*, *Duro de Limão*, etc, conforme exposto neste capítulo. Percebi, inicialmente, que no imaginário da comunidade São Braz, este lugar (antropológico) compõe seu território étnico, sua historicidade e

⁹⁸ Difere em sentido do termo apresentado no EIA/RIMA elaborado pela Property Logic, cuja definição fragmenta em três a área que entendem constituir a Ilha de Cajaíba: Pioca, Sergimirim e a “porção maior”, Cajaíba.

⁹⁹ Entendida a partir dos significados, emoções, atitudes (Geertz, 1989).

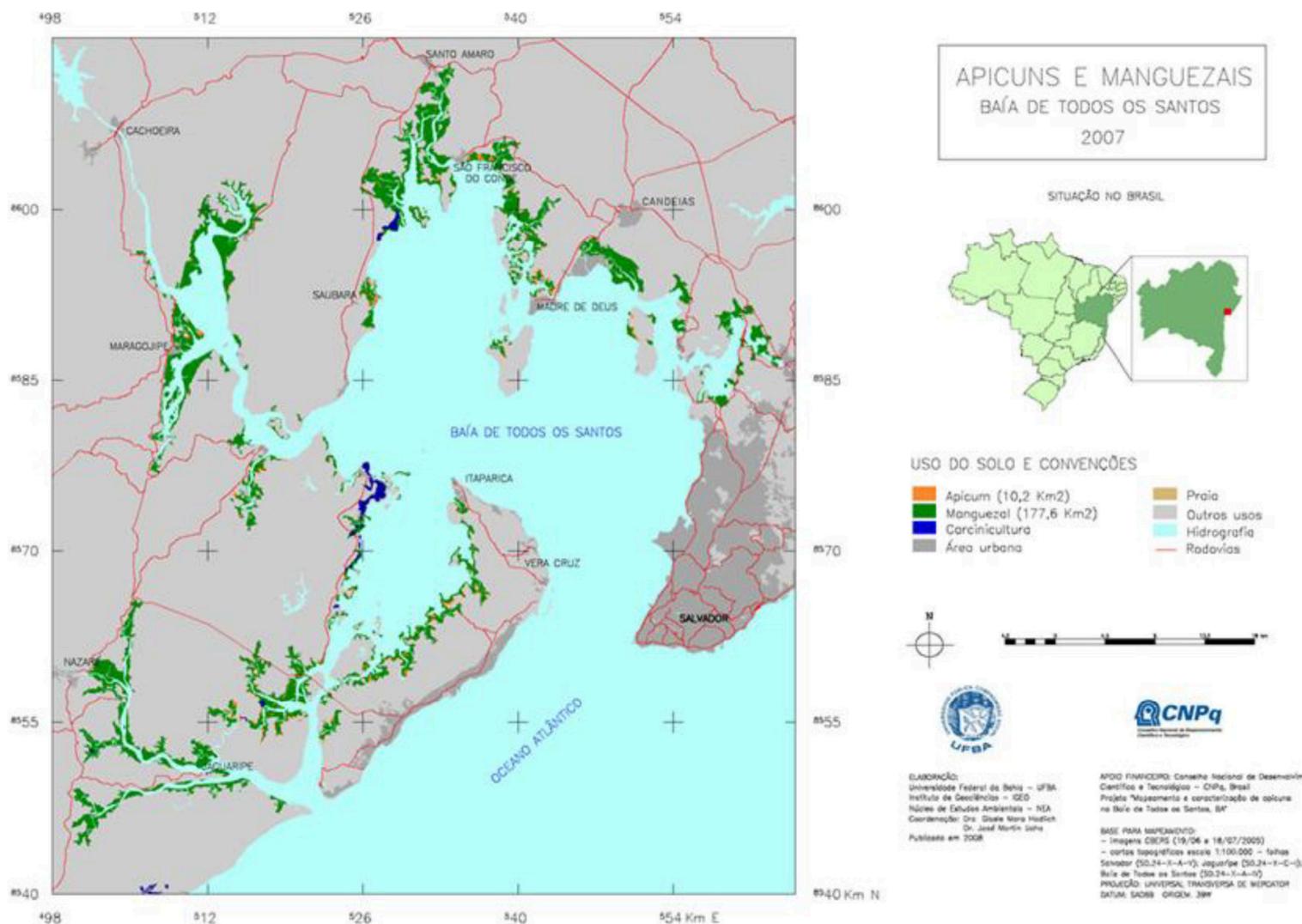
identidade social, além de representar o território pesqueiro comum a todas as demais comunidades quilombolas que dele fazem uso.

Tais concepções se estendem, *a posteriori*, às comunidades quilombolas Acupe e Dom João, onde boa parte da pesquisa de campo contou com visitas nas ilhas e ilhotas, coroas e áreas de mangue que marcam os percursos e as diferentes localidades por onde passam diariamente pescadores e marisqueiras. Como em São Braz, o espaço existente entre os territórios quilombolas de Acupe e Dom João e a Ilha de Cajaíba, independentemente da distância que possa ter em relação a cada uma delas, agrega boa parte dos locais representativos de suas trajetórias e que, em cada percurso feito, foi possível explorar seus usos e significados, bem como a relação de cada lugar com a Ilha.

As definições de *terra*, *mar*, *lama*, *maré* e *mangue* seguem também os sentidos atribuídos pelas comunidades de Acupe, São Braz e Porto de Dom João para diferenciar diferentes lugares no território pesqueiro associado ao arquipélago Cajaíba e permitem compreender suas temporalidades e espacialidades enquanto “existência local” onde as coisas acontecem e onde são atribuídos sentidos ao que é percebido e apreendido (GEERTZ, 1989; SAHLINS: 2003).

Por *terra* podemos entender as áreas continentais dos territórios quilombolas e localidades vizinhas que circundam o arquipélago. À *maré* é atribuído duplo sentido: um, referente às áreas de mar ou aquelas onde ocorre a junção do mar e dos Rios Sergipe e Subaé, como nas proximidades da Ilha de Cajaíba, ou seja, o *lugar das águas* que agrega também as áreas insulares (ilhas, ilhotas e coroas); e outro, que corresponde às variações e movimentos do mar sob influência das fases lunares quando ocorrem as marés *enchentes* (cheias) e *vazantes* (baixas). O *mangue* também possui suas particularidades em termos de definição pois diz respeito, simultaneamente, ao local onde situam-se os pés de mangue branco e vermelho de onde se extraem caranguejos, aratus, ostras, siris, e à parte de *lama* onde habita boa parte dos mariscos. A *lama* se caracteriza por ser *mole/molhada* e/ou *dura/seca* a depender do tipo de *maré*, dos horários e condições climáticas, com maior ou menor intensidade do sol. As áreas de mangue formam o cinturão que abraça as áreas de mar e de terra por toda a Baía de Todos os Santos, como mostra a Figura 3 abaixo. Constituindo também o berçário natural de várias espécies e com grande incidência na região do Recôncavo, é o *locus* das práticas realizadas pelas marisqueiras das comunidades Acupe, São Braz e Dom João.

Figura 14 - Áreas de manguezais e apicuns¹⁰⁰. GEOGRAFAR/ UFRBA (2015)¹⁰¹. Fonte: HADLICH, G. M.; UCHA, J. M, 2008.



Minha intenção ao percorrer os percursos dos pecadores e marisqueiras, foi sistematizar minimamente as informações acerca dos conflitos, trocas simbólicas, redes de reciprocidade, dentre outros elementos que configuram a realidade das

¹⁰⁰ “Particularmente, a zona menos inundada do manguezal, na transição para a terra firme, é normalmente desprovida de vegetação arbórea. A nomenclatura utilizada para essa zona de transição é um típico caso em que um nome popular sobrepõe um nome científico. No Brasil, essa zona é comumente chamada de apicum, termo derivado da palavra apecu, originária da língua indígena Tupi e que significa língua de areia ou coroa de areia.” (SCHMIDT, A. J. et al.,

¹⁰¹ Relatório Preliminar – Comunidade Negra Rural Quilombola Porto de Dom João. Geografia dos Assentamento da Área Rural – GEOGRAFAR/UFRBA, 2015.

comunidades São Braz, Acupe e Dom João a partir de um universo previamente delimitado em termos de espacialidade – o arquipélago da Cajaíba - observado sob diferentes perspectivas para que possamos ter uma visão mais próxima de seus cotidianos. Foram realizadas seis travessias até a Ilha de Cajaíba: três com a comunidade de Acupe; duas com a comunidade São Braz; uma com a comunidade Dom João. O tempo das travessias variou conforme as situações observadas em cada percurso e a necessidade de paradas para se registrar locais e práticas destinadas à pesca e mariscagem e a existência conflitos. Além das incursões até a Ilha, pude acompanhar também o trabalho realizado pelas marisqueiras de São Braz nas áreas de mangue mais utilizadas pela comunidade e a indicação dos locais de extrativismo de guaiamum e mariscagem nas áreas de mangue utilizadas pela Comunidade Dom João. Apresento a seguir: a) o primeiro percurso até a Ilha realizado quando da elaboração do relatório de São Braz; b) a experiência do trabalho de catar mariscos com as marisqueiras de São Braz nas áreas de mangue; c) os trajetos de barco percorridos por mim e as comunidades quilombolas São Braz, Acupe e Dom João .

4.1.1 - Comunidade Quilombola São Braz

4.1.1.1 - Primeira incursão: o início da identificação do território

Já inserida em campo, foi possível marcar e realizar uma visita até à Ilha de Cajaíba que ocorreu na manhã/tarde do dia 05 de abril de 2013. A “tripulação”¹⁰² era formada por Carla, Anísia, Dona Muri, Seu Zeca, Seu Val e colegas de equipe técnica responsável pelo relatório antropológico - o antropólogo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFBA), Breno Trindade, a geógrafa e mestranda junto ao Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA), Poliana Reis, e o arqueólogo convidado ligado ao PPGA/UFBA, Dr. Gustavo Peretti

¹⁰² Carla Bastos (29 anos): técnica em enfermagem e atual coordenadora administrativa da Associação da Associação dos Remanescentes de Quilombos São Braz; Anísia Santana (44 anos): pescadora e marisqueira; Flordenice Souza (Dona Muri, 58 anos): pescadora e marisqueira, irmã de Carla, por parte de mãe, e de Anísia, por parte de pai; Raíssa Santana: estudante, filha de Anísia; José de Jesus (Seu Zeca do Sobrado, 71 anos): antigo pescador aposentado, filho de criação de João Clímaco de Araújo Silva (dono das antigas terras de São Braz); Valdeci dos Santos Oliveira (Seu Val, 43 anos): pescador..

Wagner. O dia estava claro, o sol bastante quente e o mar calmo quando saímos do *Porto de Baixo* em São Braz no barco a motor do Sr. Val. Durante o percurso foi possível identificar os locais utilizados para os vários tipos de “*arte de pesca e mariscagem*”, conforme mencionado por Seu Zeca.

Pode-se dizer que cada local utilizado no mangue e no mar destina-se a uma forma específica de manuseio que determinam os critérios de pertencimento às categorias de pescadores e de marisqueiras. São modos diferenciados de apreensão e transmissão de certos tipos de conhecimento relacionados às formas produtivas destinadas tanto ao sustento desses grupos quanto para às possibilidades de uso e controle sobre os recursos naturais disponíveis e os significados a estes atribuídos. A *arte da pesca* expressa a dimensão simbólica em torno das práticas produtivas, os ofícios e a ligação com a identidade social das comunidades quilombolas a partir de um território comum e compartilhado como é o caso da Ilha de Cajaíba e de muitos dos locais referenciados ao longo dos percursos feitos em campo.

A chegada até a Ilha levou cerca de uma hora, considerando que foi necessário realizar um trajeto maior do que o geralmente utilizado pelos pescadores devido à coleta de dados mais precisos em termos de georeferenciamento e paradas ao longo do caminho, o que demandou mais tempo. No trajeto foram apontados locais como o *Fundo de São Braz*, próximo à comunidade; a *Ilha Grande* e *Ilha Pequena*, mais distantes; o *Ilhote do Passarinho*; além de várias coroas onde se pesca camarão e se *cata* marisco.

Imagem 21– Trajeto à Ilha de Cajaíba - Anísia (esq.) e Dona Muri (dir).



Imagem 22 – Trajeto à Ilha de Cajaíba – Seu Zeca.



Imagem 23– Trajeto Ilha de Cajaíba: vista da Ilha Pequena.



As narrativas acerca da origem de São Braz apontam para a suposta existência de uma imagem de santo, São Brás, encontrada por pescadores em um determinado ponto no mar justamente no canal que dá acesso ao território e à área de mangue. O santo deu origem à construção da antiga igreja com mesma denominação e faz a ligação entre as suas memórias e as da comunidade vizinha, Acupe. Em outros termos, a *maré* relaciona vivências por meio de narrativas sobre origens e práticas que marcam as relações entre comunidades.

A Sra. Valdelice Ribeiro dos Santos, marisqueira desde os 10 anos de idade, aposentada, carinhosamente chamada pela comunidade como “Dona Alice”, é uma das lideranças religiosas ligadas ao candomblé, mas diz que atualmente está “afastada da religião” mesmo que ainda assim tenha que “lidar com ela contra sua vontade”. Fala do santo associado ao Fundo de São Braz a partir das histórias antes narradas que identificavam pescadores de outros tempos que também realizavam o percurso pela *maré* ainda hoje feito pela comunidade:

O santo do Fundo de São Braz, eu vi mas é coisa... eu passei por tudo isso. Eu ouvi dizer, quando eu me entendi já tinha acontecido. Os pescadores que já morreram, viram aquela coroa, três vezes,

quando pegaram foi o santo. Essa imagem diz que tá em Roma, o verdadeiro. Isso foi milagre. Naquele tempo tinha mais respeito, hoje não tem! O santo da procissão... são de Acupe, vem de fora! De Santo Amaro, o santo daqui, é só São Braz.¹⁰³

Sr. Edson Oliveira (Seu Helinho, 70 anos), pescador aposentado, também faz referência ao santo “achado” na rota utilizada para a pesca e que nos leva a entender sua relação com as referências históricas e sociais no que tange à ocupação negra (presença escrava) e aos processos de exclusão social sofridos pela comunidade ao longo das gerações:

O nome é porque acharam o santo no mar, o santo da Igreja... Dos antigos, lá tem a mangueira, é um sobrado. Aqui foi engenho, de engenho passou à fazenda, hoje distrito. Tem outra, engenho, fazenda, arraial de São Braz e, depois, vira distrito. Aqui na maré, que o pescador achou o santo, São Braz. Pescador, dos antepassados. Mais ou menos 400 anos! Lá no Fundo de São Braz, na maré. E do cativoiro, sim, na Penha, na Ilha de Cajaíba, que tem até os troncos, numa árvore.

Apesar de estar tratando aqui especificamente da relação entre o local denominado Fundo de São Braz e sua relação com a origem da comunidade, não posso deixar de associar estes elementos com a natureza dos locais citados: maré e território, sendo ambos complementares ao que proponho pensar sobre o significado dado à Ilha de Cajaíba pela comunidade São Braz. A meu ver, o que permite pensar a Ilha a partir de São Braz é justamente esta relação entre aspectos específicos da própria comunidade. A maré, nesse sentido, faz estas ligações que, nos dizeres de Seu Helinho, dizem respeito aos “antigos” e as referências que os simbolizam: *mangueira, sobrado, engenho, o santo, o cativoiro, a Cajaíba*. Há de considerar que na seleção dos elementos que compõem as narrativas as localidades os conflitos inerentes aos locais citados com bem mostra o trecho do depoimento acima apresentado. Não por acaso, os locais servem de símbolos e desempenham função de dar sentido à trajetória social da comunidade diante das adversidades enfrentadas quando das disputas territoriais.

Entendida como parte do território quilombola, a Ilha de Cajaíba não deixa de estar inserida no contexto de conflitos conforme demonstrado no capítulo anterior. Ocorre que a Ilha, enquanto símbolo da identidade social da comunidade

¹⁰³ Entrevista realizada com a Sra. Valdelice Ribeiro dos Santos (Dona Alice, 90 anos), em 13/04/2012.

quilombola São Braz, indica rupturas e laços temporais e espaciais quando, respectivamente, remete à origem da ocupação negra de modo a agregar fatos e aproximar os espaços entendidos como pertencentes à comunidade por meio das antigas fazendas e engenhos, das roças antes utilizadas, ou seja, a porção continental do território, e a necessidade, após sua fragmentação em função dos processos de expropriação sofridos, de serem integrados a um novo contexto social e histórico de construção de uma identidade coletiva.

Próximos ao nosso destino, avistamos o *Casarão do Barão de Cajaíba* com suas palmeiras imperiais e chaminé que não deixam dúvida quanto à sua origem histórica da época dos antigos engenhos de açúcar. Trata-se de uma edificação do século XVIII, ainda conservada, contendo dois andares, com escadarias e um jardim à frente. Estávamos de fato no Engenho Cajaíba, local que abriga aquilo que a comunidade São Braz designa como símbolos da época da escravidão e da ocupação negra no Recôncavo: o tamarineiro com ganchos, a antiga gamela e, logo na entrada pelo armazém, o *alçapão* ou *cafua* onde crê-se que os escravos eram *castigados* e *afogados*. Adentramos nas dependências do antigo casarão pela parte de trás onde nos deparamos com uma escada que levava à cozinha e, após, no piso superior seguindo pelo corredor, encontramos um dos quartos com armários embutidos. No mesmo andar no deparamos com a sala de jantar, mobiliada com mesa de madeira escura e entalhada, cadeiras, balcões e grandes espelhos retangulares do tempo “dos antigos”. Esta é a peça principal e central pois agrega narrativas acerca do Barão de Cajaíba, como veremos mais adiante. Após, chegamos à sala menor que contém um grande oratório incrustado na parede com a pintura de Nossa Senhora. Ainda no mesmo andar, próximo das janelas voltadas para a lateral do casarão, chega-se ao banheiro e, nesta mesma direção, em um dos acessos para a escada que leva ao andar inferior onde situa-se o porão.

Ainda em seu interior, não pude deixar de notar a vontade das pessoas em sentarem no lugar à cabeceira da mesa onde acreditavam ser destinado ao Barão, a despeito do tratamento dado por este personagem histórico aos grupos negros escravizados e libertos. Seu Val, dono do barco, deu um sorriso e tomou a iniciativa de sentar-se à cabeceira da mesa. Os demais adentraram na casa em busca de registros e materiais deixados pela Property Logic (cartazes, panfletos de divulgação do empreendimento, etc) e de possíveis pistas acerca dos antigos moradores. Carla expressou surpresa ao perceber que a *casa estava igual à última reunião* realizada

em função da implantação do Eco Resort. O fato dos demais não se sentarem à mesa entendi ser uma reação contrária à postura do personagem histórico expressa pelos quilombolas presentes. Por outro lado, o fato de estarem no interior do espaço do casarão indica um caminho reverso ao abandono da prefeitura e aos limites que impediam o acesso da comunidade na Ilha. Algo similar a uma “reconquista” do lugar, digamos assim.

Imagem 24 – Ilha de Cajaíba: vista do casarão do Barão de Cajaíba.



Imagem 25 - Interior do casarão do Barão de Cajaíba: sala central; Carla (centro) e Anísia (dir.).



Após a visita ao casarão, nos deslocamos até os fundos onde estão situados os tanques de criação de camarões e peixes, já desativados. Seguimos em fileira por uma trilha até parte da área de mato e roças onde há uma quantidade bastante considerável de árvores frutíferas, e, especial o cajá, que deu nome à Ilha. Fomos guiados por Seu Zeca que a cada instante nos explicava o tipo de fruta, sua utilidade, além das atividades ali desenvolvidas de apoio à pesca e mariscagem pelas diversas comunidades quilombolas: “... *Catar cajá. O nome do engenho é esse por causa do cajá. É mais um sustento né... Esse pé de cajá é velho. Tem muito cajá aqui na ilha*”, conforme indica Seu Zeca enquanto caminhávamos nos arredores da Ilha.

O cajá ainda é utilizado pela comunidade São Braz com fonte de renda. A coleta ocorre entre os meses de junho a agosto podendo se estender ou adiantar conforme as condições do clima e as possibilidades de acesso. No ano de 2013, por exemplo, não foi possível aos quilombolas ir além das margens da Ilha pois a presença da Rede Globo de Televisão impediu a entrada nas áreas do interior do arquipélago com maior concentração de pés de cajá, principalmente as que se localizam próximas ao casarão.¹⁰⁴

Imagem 26- Seu Zeca entre os pés de cajá.



Imagem 27- Produção de suco de cajá.



¹⁰⁴ Sobre o uso da Ilha pela Rede Globo ver Capítulo 4.

Nossa visita encerrou com um banho em frente ao porto, pois o calor era insuportável mesmo ao final da tarde. Necessário ressaltar que a Ilha marca um dos limites da área do território da comunidade São Braz e, por este motivo, após a visita no interior do casarão, fizemos todo o percurso do perímetro da Ilha. Ao final, um bom banho de mar.

Interessante notar que durante a visita ao casarão não houve empecilhos para nossa entrada por parte dos “administradores” da Ilha que ali se encontravam e que ocupavam uma pequena casa próxima ao porto. O casarão, segundo os membros da comunidade de São Braz, ficou abandonado após a suspensão do processo de licenciamento do Eco Resort envolvendo o grupo PropertyLogic. Acreditam que a Ilha agora *está nas mãos* da prefeitura Municipal de São Francisco do Conde.

4.1.1.2 - Segunda incursão: a mariscagem no manguezal, na lama e nas coroas

Antes de prosseguirmos à próxima travessia em direção à Cajaíba, ainda assim seguindo a ordem cronológica das situações observadas em campo, nos deteremos na atividade desenvolvida pelas marisqueiras de São Braz. Nesta ocasião acompanhei o modo como são selecionados e utilizados os locais para a coleta de mariscos, como o sururu e bebe fumo, e crustáceos, especialmente as ostras, partindo das áreas de mangue que circundam o território quilombola. Saímos do *Porto da Lama* na manhã do dia 12 de novembro de 2015 vestidas de calças e blusas de mangas compridas, chapéu e tênis, conforme recomendação das próprias marisqueiras, pois poderíamos ser “atacadas” pelos mosquitos que infestam as áreas de mangue em determinado horário. Pegamos emprestado um dos barcos feitos de madeira disponíveis, guiado a remo, por Dona Muri e Dona Mundinha¹⁰⁵. Ali me acomodei para proceder “à filmagem”, segundo a expectativa de ambas. Anísia seguiu em outro barco a remo. Ao sairmos do continente, fomos inseridas no cinturão de mangue e *lama*, onde não há uma divisão nítida entre as águas dos canais rasos e do mar, mas, ao contrário, percebe-se uma continuidade da paisagem aquática que unifica *terra, lama e mar*.

¹⁰⁵ Sra. Raimunda Donata de Souza (Dona Mundinha, 60 anos): marisqueira/pescadora aposentada.

Existe uma dinâmica associada à *lama* que é classificada pelas comunidades como *seca/dura* e, ao mesmo tempo, *molhada/mole* a depender do período, do horário e do tipo de maré (*alta/baixa*, *enchente/vazante*). Em certos momentos do dia quando a maré está baixa e o sol mais forte parte das áreas de lama secam e endurecem possibilitando que se caminhe com maior firmeza até as partes mais úmidas onde se cata de caranguejo, aratus, siris e mariscos de várias espécies, como as ostras fixadas nos galhos dos pés de mangue, em pedras e sob a lama ou areia quando localizadas na coroas. Em outro momento, após a maré alta, a lama torna-se mole a ponto de “sugar” os pés até os joelhos. Podemos dizer que a lama encontra-se entre os ambientes secos e molhados ou duros e moles, denominações que acompanham parte dos locais visitados como o *Duro de Limão*.

Seguindo pela *maré* somos circundados pelos infinitos pés de mangue vermelho e branco que em seus troncos e na areia abrigam a mesma infinidade de siris, aratus, guaiamuns e mariscos, além de garças (brancas e azuis) e outros pássaros que ali habitam. A maré alta permite sairmos de barco pelo porto e explorarmos as áreas mais rasas e úmidas do manguezal de modo a nos aproximarmos da diversidade de formas de vida e de “lida” dos recursos naturais existentes como demonstram as marisqueiras de São Braz.

Fomos em direção ao Fundo de São Braz, à esquerda e dentro da maré, local que representa um dos elementos míticos relacionados à origem da comunidade e que examinaremos posteriormente. Após, passamos pela *Saraíba*, uma área de mangue próxima ao Fundo de São Braz, onde descemos do barco para que eu pudesse observar a extração de ostras. Ali permanecemos por cerca de 20 minutos no meio da lama que afundava a cada passo dado. Situação que inicialmente não estranhei a não ser pelo fato de perder parte das solas do par de tênis que usava, motivo de risos por parte das quilombolas que me acompanhavam. Encontramos outros membros da comunidade mariscando ostras desde mais cedo e de pronto iniciaram uma conversa com as recém-chegadas sobre a vida cotidiana, principalmente a questão do pagamento da Petrobrás. Trata-se do vazamento de óleo ocorrido em 2009, na Baía de Todos os Santos, mais especificamente no município de Madre de Deus, durante o carregamento de um dos navios de transporte e os danos causados à maré prejudicando as atividades de sustento dos pescadores e marisqueiras da região. Recentemente houve acordo e o início do pagamento das indenizações aos danos causados pela Petrobrás àqueles que

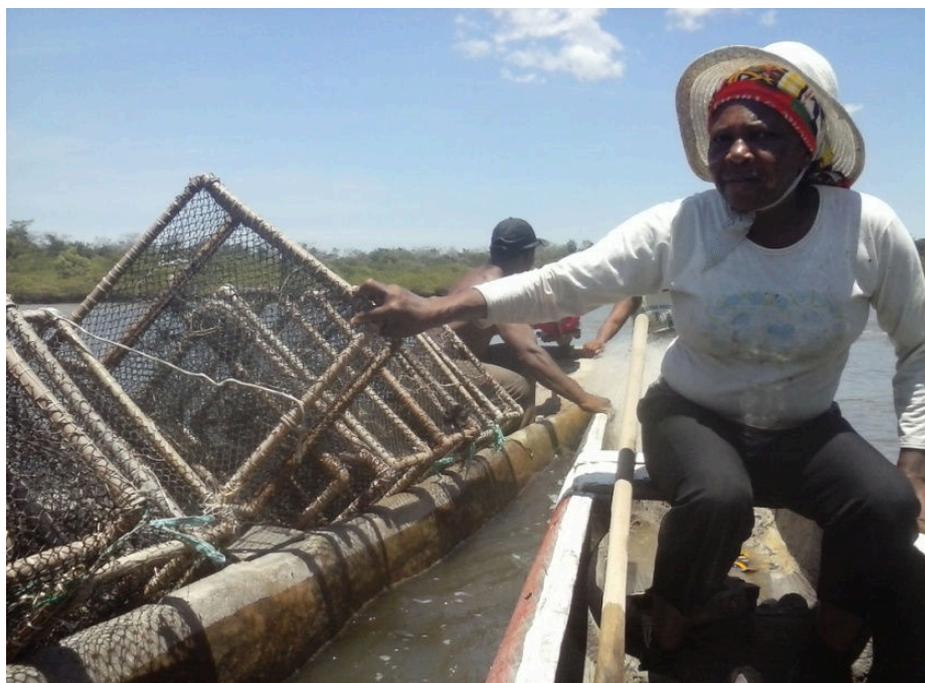
estivessem cadastrados nas respectivas colônias de pesca. Este assunto foi evidenciado tanto em São Braz quanto nas demais comunidades pesquisadas trazendo divergências quanto às interpretações sobre o pagamento de indenizações, conforme veremos mais adiante.

Ainda na *Saraíba*, Dona Mundinha e Dona Muri explicam que enquanto a *maré vaza* permanecem na área da lama na cata de mariscos e quando *enche*, usam o interior do mangue. Para os mais experientes, é fácil reconhecer os mariscos por debaixo da lama ou da areia. Assim com as ostras coladas em pedras e fixas no *pau do mangue*, mesmo cobertas de lama: “*É só ver o olho que aparece na lama. Uma boquinha assim aberta*”, explica Dona Muri apontando para debaixo da água rasa ou para a lama. Em uma das mãos segura o facão utilizado para descolar as ostras das pedras e, na outra, coberta de luva, segura as ostras. E assim seguem abaixadas e com os joelhos flexionados catando ostras debaixo do sol. Ao longo do percurso passamos por vários *muzuás*, gaiolas que ficam sob a água durante um dia, sinalizadas por bóias de isopor ou garrafas plásticas e servem para a pesca do siri.

Imagem 28 - Dona Muri catando ostra no mangue, na localidade Saraíba.



Imagem 29 – Dona Mundinha e a “carona” de barco.



Ao indagar sobre o uso dos barcos, Dona Muri explica: “*O meu barco quem usa é eu a não ser que dê a alguém assim como hoje, dê a Anísia. Esses barcos chegaram pra gente através do governo do Estado. Aí deu o curso pra gente fazer*”. O assunto surgiu no trajeto da *Saraíba* até o *Duro do Limão* ou simplesmente *Limão*, outra área de mangue utilizada pela comunidade quilombola São Braz. Entre um local e outro os assuntos surgiam para além das técnicas e locais de pesca e mariscagem. Os barcos geram conflitos pois sendo algo *dado pelo governo* aparentemente remete à ideia de que são públicos ou *sem dono*, crítica feita por Dona Muri e Anísia quando se *emprestam os barcos e devolvem sem correntes, estragados ou sujos*.

Na seqüência, saímos da *Saraíba* e fomos em direção ao *Duro da Camboa*, *Lavador* e paramos no *Duro de Limão*. Duro justamente por ser um local de mangue cuja consistência da lama é mais firme, como dito acima. No meio do trajeto pela maré encontramos no mesmo barco Sr. Mário Peres, Seu Mário, pescador considerado pela comunidade como um dos mais experientes. Vinha em pé no barco, segurando um dos remos, além de mais quatro pescadores: Isafas, Edvaldo, Emanuel, José Luiz, filho de Dona Mundinha, que retornavam da pesca. Era a própria imagem do capitão e sua tripulação satisfeita, navegando no barco de

pequeno porte movido a motor, bastante carregado, a ponto de mais da metade de seu casco estar submerso na água. Logo acenaram e pararam para uma breve conversa na maré. Haviam saído para a pesca às 07:00 em direção à localidade denominada *Mugunlá*, próxima à Ilha de Cajaíba, de onde obtiveram cerca de 10 baldes de peixes, protegidos ao ataque de insetos pelas folhas das árvores de mangue. Como não poderia ser diferente, dada a importância do fato, Seu Mário também foi provocado pelas marisqueiras sobre a indenização da Petrobrás: “*Olha aí, velho no mar e nunca ganhou nada*”, grita Dona Muri. No que Seu Mário responde: “*Em 43 anos de pesca nunca ganhei nada*”, disse com um sorriso. Preocupados com o calor do sol e os peixes expostos, saíram em direção a São Braz.

A questão da indenização levou ao outro assunto acerca da atualização de cadastro de pescadores e marisqueiras para o pagamento do defeso. Dona Mundinha destaca que é sempre um problema tendo em vista o atraso nos pagamentos, os horários e datas dos cadastros e a relação com a colônia de pesca que pouco dialoga com a comunidade, dificultando a divulgação dos procedimentos. Como disse Dona Mundinha: *Sabe é cobrar!*¹⁰⁶

¹⁰⁶Até então os pagamentos dos defesos ocorreram parcialmente por meio das Colônias de Pesca. O defeso constitui uma espécie de seguro-desemprego e o pagamento temporário para a modalidade de pescador artesanal que tem seu trabalho interrompido quando dos períodos de reprodução de peixes e outras espécies consumidas pelas comunidades de pescadores. A concessão do benefício, instituída inicialmente pela Lei nº 8.278/1991, está amparada pela Lei nº 10.779/2003 e regulamentada pela Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) nº 657/2010.

Imagem 30 – Dona Mundinha (à frente), Dona Muri (à esq.), Anísia e esposo (ao fundo), localidade Duro de Limão.



Imagem 31 – Seu Mário (ao centro, com remo) retornando da pescaria, em frente ao Duro de Limão.



Ganhar, nas falas de Dona Muri e de Seu Mário, não significa algo inesperado, mas a vitória sobre um direito conquistado pela luta e resistência diante dos danos causados à comunidade, à maré e ao mangue. Um fato observado por

Andrea Zhouri e Raquel Oliveira (2010) ao referir a defesa do lugar, os vínculos estabelecidos com a memória social e as transformações do meio ambiente como formas de se vencer a luta contra as posturas dos movimentos hegemônicos. (p.445) Significa destinar às comunidades a possibilidade de escolha e formas de mudanças em que “o lugar significa aqui o resgate da categoria de espaço com “esteio da identidade” [...] sujeitos de seu tempo [...] de seu próprio destino” (idem)

Passamos também por “Dona Tuta”, que mariscava sururu, e pelo barco de “Lucinha”, carregado de muzuás, ambas da comunidade de São Braz. Passamos também pelas *Coroas de Fora e de Dentro*; pelo mangue *Cantinho*, até a parte da Cajaíba, onde avistávamos pés de cajá. Fizemos uma parada na Coroa de Fora, onde foram coletadas ostras. Ali, Anísia adentrou no mangue enquanto Dona Muri e Mundinha permaneceram no trabalho de mariscagem na *lama*. Nesta ocasião, Mundinha canta em homenagem à Mãe Janaína ainda no barco:

Eu não tinha nada em casa, aí ele me botou aqui e disse que a dona da águas dá presente [risos] Eu vou ficar aqui, bem nessa pontinha aqui [aponta para o local]. Aí eu cantei assim, era dois de fevereiro. Eu cantei: “No dia dois de fevereiro, vamos navegar no Mar. Levamos muitas flores para enfeitar. Mãe Janaina, no fundo do mar sarava oxum-maré, venha me salvar! Nas ondas do mar, não sei nadar. Pra não me afogar sarava, oxum-maré venha me salvar!”

(...)

Tava mariscando e deixei minha canoa, aí me distraí e a canoa ia longe. Eu, com não sei nadar... Trabalho no mar mas tenho muito medo. Aí a canoa ia assim devagarzinho, tava tudo raso. Aí Deus botou essa música na minha cabeça: “O vento rolou, rolou no ar. Ah, o vento rolou assoprou meu barco pro mar. Meu deus do céu com é que eu vou navegar? O meu barco famoso. Não tem saveiro, não tem jangada no mar. Meu barco famoso como é que eu vou buscar?”

O fato de Dona Mundinha lembrar das canções que criou na parada junto ao *Duro de Limão* evidencia de certa forma tanto a gratidão que tem por um dos locais de maior utilização para a mariscagem de ostras e pesca de siri e camarão mas também a possível distância do local de residência, ou seja, o afastamento, juntamente com o *medo da maré*, conforme referido. O “medo” entendido e justificado pelo respeito aos movimentos da maré *enchentes* e *vazantes*, e a relação que as marisqueiras de São Braz se relacionam com o recurso natural do mangue também expresso pelo medo da perda e da necessidade de *proteção*. Trata-se também aqui de considerarmos o componente afetivo no que diz respeito aos

vínculos mantidos pelas comunidades quilombolas em relação as seus territórios em diferentes ambientes interligados ora pela água, ora pela lama, ou pela terra.

No *Duro do Limão* ficamos mais tempo, cerca de 40 minutos onde puderam mariscar trazendo, cada uma, um balde de ostras. Retornamos para São Braz pelo mesmo caminho de *maré enchente*, por volta das 13:30. Foi quando “pegamos carona” de um barco a motor que vinha no mesmo sentido e encostou nos guiando até a entrada do Porto da Lama. Na chegada, eu e Dona Muri pegamos os remos enquanto Dona Mundinha limpava a lama do barco a ser devolvido. Anísia chegou a seguir com alguns baldes a mais de ostras. Todas seguiram para suas residências para a *fervura*, técnica que utiliza água fervente para que as conchas se abram e se possa retirar com maior facilidade as ostras de seu interior. Da mesma forma, os siris catados no mangue são cozidos e, após, separa-se a carne para a venda. É comum observarmos marisqueiras catando siri com baldes, bacias e facas de cozinha em frente em frente às suas residências. Por volta das 14:30 encerramos a atividade.

Notável que boa parte, senão todas as marisqueiras com que tive contato, indicaram a idade de 10 anos para o início do trabalho de mariscagem junto com suas familiares e pessoas próximas. Uma atividade doméstica geralmente atribuída às mulheres que dividem suas tarefas entre o ofício praticado na lama e no interior das residências quando da fervura das ostras, cata de siri, e outro preparos para a venda dos mariscos adquiridos no dia. Quero dizer com isto que não há uma divisão nítida entre a prática exercida no mangue e as demais atividades domésticas realizadas pelas marisqueiras no interior de suas residências. O ambiente doméstico está condicionado ao trabalho da pesca e da mariscagem enquanto formas de aprendizado e transmissão de um tipo de conhecimento obtido por meio de experiências vividas o longo das gerações e das relações sociais de troca entre membros da mesma família ou entre famílias que compartilham de um modo de vida específico com base em valores e interesses comuns.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Embora boa parte da atividade de mariscagem seja atribuída às mulheres, os homens também realizam. Da mesma forma a pesca, também realizada por algumas pescadoras. O estudo desenvolvido junto à comunidade quilombola São Braz por Roseni Santana de Jesus (2013) indica a relação de hierarquia entre marisqueira/pescadoras e pescadores/marisqueiros uma vez que a denominação atribuída às mulheres é sempre a de “marisqueiras”, independentemente se as atividades são realizadas na *maré* ou no *mangue*. Complementando tal ideia, penso que a tensão entre as categorias de gênero envolvendo ambas atividades pressupõe também uma hierarquia de ofícios, onde à mariscagem cabe a função de complementar a renda doméstica sob o ponto de vista de muitos dos pescadores.

Das rotas utilizadas, não houve variações, conforme os relatos apresentados durante os percursos com os membros da comunidade São Braz. Ponto obrigatório é o *Fundo de São Braz*, como acesso principal à maré e às áreas de mangue, umas coladas às outras, que levam até à Ilha de Cajaíba, lugar limite das atividades de pesca e mariscagem da comunidade .

4.1.1.3 - Terceira incursão ¹⁰⁸

Na manhã do dia 12 de março de 2016 seguimos¹⁰⁹ em direção ao *Porto da Lama* ou *Porto de Baixo*, em São Braz eu; Seu Mário, de chapéu; Dé e Michael, com quem pude contar para realizar o georreferenciamento dos locais visitados e para a confecção dos mapas apresentados neste capítulo, além de me acompanhar em boa parte dos percursos feitos até a Ilha. O uso do GPS por Michael não causou maior estranhamento aos pescadores, apenas certo receio em manusear um equipamento pouco familiar. Cada tripulante possuía uma tarefa: Dé, por ser mais novo, controlava o motor e a direção do barco; Seu Mário orientava Dé na direção que o barco deveria seguir em relação aos canais de acesso, além de nos informar acerca de locais e práticas desenvolvidas na *maré*, no *mangue*, na *lama* e na área continental do território de São Braz, bem como apontar os conflitos ali existentes; Michael ficou responsável pelo registro dos “pontos do GPS”, ou seja, pelo georreferenciamento; eu, no comando das informações e diálogos com toda a “tripulação”, incluindo as descrições dos pontos de GPS coletados e os registros audiovisuais realizados durante todo o percurso. Vez e outra eu e Michael revezávamos nossas funções.

O itinerário foi previamente definido por Seu Mário e Dé: saindo do *Porto Da Lama* e pegar a rota que de acesso à *Coroa da Tarioba*, à *Coroa Grande*, à antiga *Escola Agropecuária São Bento* até chegar à Ilha de Cajaíba. Antes, porém, passamos por alguns lugares antes apontados por Dona Muri, Anísia e Mundinha, a exemplo do *Fundo de São Braz* e o *Duro de Limão*, passagem obrigatória de pescadores e marisqueiras que saem de São Braz pelo *Porto da Lama*. Este agrega

¹⁰⁸ Como sugestão: Vide Mapa 2 (ao final deste item) - Tabela 1 (Anexo)

¹⁰⁹ Mário Peres (61 anos): pescador e marisqueiro aposentado; Adelmo Souza (Dé, 40 anos): pescador e marisqueiro; Michael Heimer.

a *Pedra da Estrela Dalva*, lugar onde se localiza a imagem de Iemanjá, *orixá das águas salgadas* a quem os pescadores e marisqueiras prestam homenagens de agradecimento e pedidos de proteção antes de adentrar da *maré*. Ali são depositadas as *oferendas* que, segundo Seu Mário, *devem ser feitas no dia dela*, dia 2 de fevereiro¹¹⁰, assim como se *deve pedir proteção* sempre que se entra no mar

Seguindo pelo *Fundo de São Braz*, alcançamos a *Saraíba*, um local na maré onde se pesca com *rede de arrasto*¹¹¹, e a *Camboa de Pau* ou *Duro da Camboa*, local já referido, onde *dá muito peixe*. Como informa Seu Mário, o manejo é realizado por um grupo de pescadores *onde um ou dois ficam dentro do mar ou na praia servindo como guias* e os demais ficam no interior do barco ou da canoa *aguardando o momento de recolher a rede*. Há uma divisão de tarefas para cada membro da tripulação onde o *mestre*, geralmente dono do barco ou canoa, convida os demais para a pesca e exerce a função de orientar e *dividir o barco e a pesca* com os demais, os chamados *moços* que auxiliam de maneiras diversas: controlam as cordas para puxar a redes; verificam se há peixes na rede ainda submersa no mar; equilibram o barco ou a canoa. Sobre as embarcações Seu Mário complementa: *“É tudo motor. Remo pesa 5 kg, 5 kg e meio”*.

Ao passarmos pelo *Duro de Limão* quase não reconheci a área de lama onde dias atrás havia acompanhado o trabalho de mariscagem de Muri, Anísia. Nesse instante Seu Mário nos lembra que *todo lugar tem um nome*, mesmo no mar onde *tudo parece igual dentro da água*. Assim como Dé, lembra também do aprendizado que teve quando pequeno e do fato de que não há livros que ensinem os caminhos que devem ser seguidos no mar nem os peixes e mariscos que ali existem:

- Seu Mário: *Tenho 61 anos de idade a minha vida toda é de pescar.*
- Dé: *nove anos comecei.*
- Seu Mário: *Tudo pequeno. Vou aprendendo as coisas. Tava comentando com ele, quem botou nome dos peixes? Eu não sei não. Cada lance tem um nome: o nome é onde tem os furos, as pedras. Buraco da Veia, Sobradinho. De acordo com a pesca e pra não lascas a rede. Jogar onde tá limpo, pula, tem pedra, pula... Cada lance é identificado.*
- (...)

¹¹⁰ Data destinada à tradição da devoção à orixá do mar, Iemanjá, na lógica das religiões afro-brasileiras.

¹¹¹ Rede atualmente confeccionada com fio de nylon- antes com cordas de algodão - para a captura de peixes e camarão. O manejo é realizado por um grupo de pescadores onde um ou dois ficam posicionados no mar ou na praia servindo como guias e os demais ficam no interior do barco ou da canoa aguardando o momento de recolher a rede.

*O caranguejo mesmo, pra respirar ele sobre e aí você pega (...)
Daqui até a Ilha Pequena eu conheço de um lado e do outro, tudo.
Eu descrevo tudo, todos por nome: Coroa, Pedra de Cima, Pedra de Baixo, Guarapaípe, Ilha do Capim, Furo da Cruz, Restinga, [???] ,
Caderim, Mujipe, Capuaçaba, Pau Ferro, Siribeira, ... Tanto faz de dia e pela noite é a mesma coisa. De lua, no escuro, aprendemos né.
No escuro é fácil, fácil. Nós sabemos onde é. Sobradinho, chega lá e fica. Acende candeeiro e bota outro lance. Quando acaba tem que escolher um por um. Separar siri, camarão.*

Seu Mário expressa conhecimento tanto acerca dos locais mais utilizados por São Braz como por aqueles onde demais comunidades quilombolas circulam, como no relato acima descrito, para além dos trajetos até a Ilha de Cajaíba aqui apresentados. Soma-se a isto, o domínio que tem sobre os diferentes ambientes a que estão expostos pescadores e marisqueiras e o controle que possuem sobre os recursos naturais.

Outro local apontado como referência para a mariscagem é o *Lavador*, identificado por Seu Mário como a *primeira travessa ou virada*, que dá acesso a Santo Amaro pelo mar. As travessas e canais são similares às curvas nas estradas que, no mar, significam uma variedade de caminhos que dão acesso a várias localidades. Como a *Camboa*, uma área em formato de ilha destinada à pesca e à mariscagem e ao extrativismo de siri. É onde está localizado um dos acampamentos dos *Sem Terra*¹¹² *que não exploram o peixe, como faz o pescador*, diz Seu Mário com certa admiração. A surpresa contida em sua fala não se dá ao acaso já que a vida da comunidade volta-se às atividades desenvolvidas no território pesqueiro. Mas ao referir os *Sem Terra*, Seu Mário evidencia um dos conflitos envolvendo formas distintas de se pensar o território continental, ou seja, a *terra*, o *mangue* e a *maré*. Ou seja, entendido como um movimento social legítimo pelas comunidades

¹¹²Movimento pelo direito de acesso à terra que se legitima no final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado e ressurgem as ocupações de terra. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. Segundo a comunidade, existem três Projetos de Assentamento Rural - PAs no território de São Braz: Eldorado de Pitinga, Bela Vista e Santa Catarina. O local apontado por Seu Mário diz respeito ao Assentamento Santa Catarina, mais próximo ao Casqueiro e ao Fundo de São Braz. Ao que parece há discussões acerca da regularização fundiária do território de São Braz e a permanência dos PAs, muito embora algumas famílias, por intermédio do Conselho Pastoral da Terra - CPT, tenham optado por ligar-se ao MST à época de sua implantação, anterior à emergência da identidade quilombola, e ali permanecer. Até onde foi possível acompanhar o processo de regularização fundiária, alguns locais utilizados pelos quilombolas com áreas de rio e roças ainda podem ser acessados, mesmo com a presença de assentados, como no caso do PA Eldorado de Pitinga. Mas não é possível neste momento afirmar acerca da atual situação dos PAs em São Braz.

quilombolas mas que se diferencia em termos de vínculo com o território pesqueiro pertencente a todas as comunidades que compartilham da lógica de utilização dos recursos naturais oriundos da pesca e da mariscagem.

Imagem 32- Lavador: Famílias de pescadores e marisqueiras, próximo à Camboa.



O ponto seguinte de nossa incursão é o *Casqueiro* que diz respeito a uma área de continental no interior da *Camboa* que dá acesso à Ilha de Cajaiba e onde se *pesca e pega de tudo*. Como na *Coroa do Piqui*, com mesma denominação do peixe ali encontrado. Ainda pela *Camboa* se chega à *segunda travessa* (curva) denominada de *Cana Brava*. Dali se contorna pelo *Estrado* ou *laço* (espécie de retorno) e se chega a uma região com grande variedade de peixes, camarões e mariscos mas que atualmente enfrenta a poluição em função dos resíduos excretar pela Fábrica Penha Papeis, como apontado:

- Seu Mário: *Siri, aratu, sururu, ostra... A poluição bate aí e mata a metade. Todo aí é ostra.*
- Dé: *Mais pra cima é mais poluído, mais perto da fábrica, na terceira travessa.*
- Seu Mário: *Na Patiba tem camarão e na época boa de pescaria tira 40 ou 50 kg, ou mais. Mas é perto da fábrica de papel.*

A região poluída engloba áreas mangue e mar e inicia do *Estrado*, segue pelo *Mapu, Patiba, Pá de Gominho e Rio Camamu* até chegar no *Quebra Machado* uma outra volta, a *terceira travessa, que inclui a Coroa Pau do Guará e Ilha Reversa*, que pode levar a Santo Amaro ou, seguindo em frente, à Ilha de Cajaíba para onde nos direcionamos. O entroncamento envolve ainda. Ainda em áreas atingidas pelos danos da fábrica de papel estão a *Coroa do França, Buraco do Veio e Buraco da Veia*, pequenas ilhas de mangue que permitem o deslocamento entre os canais e caminhos feitos pelo mar. Locais próximos à área continental do Conde, cuja chaminé da igreja ainda pode ser vista, e onde havia somente *arraiais*, casas próximas umas das outras formando um pequeno povoado. Tal região, segundo Dé, representa o conflito maior enfrentado pela comunidade nos últimos tempos: “*A fábrica é a nossa derrota! É a nossa vilã já de muitos anos. Chegou do nada, abriu e acabou com a pescaria.*”

Passando pela região mais atingida pela Penha Papeis, chegamos à *Boca do Mungulá*, uma ilha de onde se avista a *tapera* da antiga Igreja de São Lourenço, local de onde Seu Mário retornava quando do encontro com Dona Mundinha, Anísia e Dona Muri. anteriormente citado. O lugar forma um entroncamento Boca do Mungulá, que segue em direção à escola Agrícola São Bento, passando pela *Coroa da Tarioba*, uma das localidades mais utilizadas pelos pescadores e marisqueiras. Neste dia, avistamos cerca de doze embarcações e várias pessoas mariscando sururu. Tempos atrás, a Tarioba presenciou situações de conflito envolvendo projeto imobiliário que procedeu à retirada de areia da coroa a para construção de um resort, como referido no Capítulo 1. Próximo está o *Cascalho*, local de pesca do robalo e da carapeba rajada, *peixe caro que custa em média de R\$12,00 a R\$ 15,00 por quilo*. Tanto a *Coroa da Tarioba* quanto o *Cascalho* são significativos no que tange à representatividade de pescadores e marisqueiras de Acupe e São Braz que fazem uso destes locais, em comparação aos pescadores de Santo Amaro. Seu Mário inclusive designa o conhecimento mais apurado sobre a pesca por parte daqueles que utilizam de forma mais intensa esses lugares identificados como pontos de encontro das comunidades de São Braz e Acupe:

- Dé: *Tem gente de Santo Amaro que vem mariscar. Tem também rede de arrasto, mas aqui é mais mariscagem.*

– Seu Mário: *O pessoal de São Braz e Acupe que vem aqui tem mais tradição de pescar, é mais forte... Pra pescar são cinco homens num barco, pra puxar rede.*

Da *Tarioba* e do *Cascalho* partimos para a *Coroa Grande*, já nos aproximando das ruínas da Escola Agrícola São Bento onde *estudavam os antepassados, os filhos de barão*. Já em frente da fachada do prédio, seu Mário novamente faz referência ao *Porto de São Bento* e às imagens de *lemanjá* e do *Marujo* como que ligando a trajetória atual da comunidade a uma tradição anterior deixada pelos antepassados negros.

Abençoados por *lemanjá*, de *Sucupira*, região de São Bento, avistamos os *Ilhotes (Passarinho, Nordeste)* e a *Ilha de Cajaíba* identificada pela grande quantidade de área de mata e de palmeiras. Não por acaso, Seu Mário, após as narrativas sobre *lemanjá*, agrega elementos acerca da presença negra e a trajetória de luta e sofrimento deixados de herança pelos antepassados: *“Olha aí... quem plantou tanta palmeira aí? Mataram muito negro aí nessa ilha. Eram chicoteados... O melhor sangue é o sangue baiano. É da Ilha. Você vê que era tudo na base do escravo.”*

Passamos por localidades que compõem a área da Ilha de onde é possível extrair frutas, folhas, mariscos, peixes: *“Se faz tudo. Pega jenipapo, cajá, em junho. Tudo: camarão, sururu, ostra, peixe. Aqui tá menos poluído. Ali tá pescando camarão”*, indica Seu Mário ao descermos do barco em frente ao Casarão do Barão. Também nos conta sobre como é conduzida a pesca na Ilha, um lugar entendido como referência para várias atividades e possibilidades, ou seja, onde é permitido pescar em *mais de uma maré* e por um tempo mais prolongado:

Na Ilha da Cajaíba gosto de pescar. Vou na ilha por maré, duas três vezes. Por maré é de lançamento[de rede]: por volta de 12 horas, uma hora pesca camarão. Lá tem mais que aqui. Lançamento: agora vai dar vira quebra, conta cinco, seis, sete, oito, lançamentos e quebra de novo.

Imagem 33 - Casarão do Barão de Cajaíba: Seu Mário (à dir.) e Dé (à esq.).



No Casarão encontramos alguns visitantes que equipados com Jet Sky realizavam “turismo ecológico” no entorno da Ilha. Além destes, havia vigilantes no controle do acesso de pessoas ao casarão e entorno tendo em vista que, na época, estes locais estavam servindo de cenário para a realização da novela *Velho Chico*, produzida pela Rede Globo de Televisão, tema que detalharemos mais adiante. No que descemos do barco, conversamos com os visitantes que reproduziram as suas versões sobre o do Barão de Cajaíba. Acerca da origem do Casarão muitos são os elementos compartilhados tanto pelos visitantes, vigilantes e comunidades quilombolas. Porém, as aproximações se limitam apenas no âmbito simbólico das narrativas de origem apropriadas por vários atores sociais, reflexo do processo de patrimonialização da Ilha, mais especificamente do tombamento do Engenho Cajaíba, denominação dada pelo IPAC. Por outro lado, o entendimento quanto aos usos e à importância da Ilha os diferenciam significativamente. Basta observarmos parte do diálogo dos visitantes, cujas visões se opõem à percepção da Ilha pelas comunidades quilombolas:

- Visitante 1 – *A maré quando enchia não suspendia eles. Tinha um projeto grande para explorar essa ilha de forma turística mesmo mas acabou que não fez. Do lado de lá, porque hoje essa parte aqui acho que ta com a prefeitura, né? Mas do lado de lá acho que é particular também. Agora essa parte turística acho que a Ilha dos Frades é melhor porque aqui não é muito propício pro banho. Aqui tem mangue e junto do rio. A coisa ecológica é aqui mesmo, de explorar a área. Tem a coisa do impacto ambiental... Realmente eu acho que tinha que investir, depois que a Globo sair. Tinha até que cobrar pra visita até pra manutenção do lugar. E começar a divulgar isso. É pena que não pode entrar.*

- Visitante 2 - *Sou curioso, conheço tudo aqui. Como não é pra tomar banho o pessoal não quer vir. Mas tem a parte cultural do nosso passeio que é legal. Diz que o Barão esperava alguém para jantar e tem uma mesa que tem um monte de espelhos e via tudo o que chegava aqui. Uma vez o cara não veio, o imperador e não passou. Jogou todas as louças fora ...*

- Seu Mário: *Já ouviu falar dessa história também...*

De fato, não havia o que argumentar em relação à privatização da Ilha entendida pelos visitantes como uma “boa alternativa” à sua manutenção e valorização da cultura regional. O silêncio de Seu Mário exprime certo cuidado em relação a atores externos que valem da Ilha em benefício próprio. Mesmo o sentido “ecológico” atribuído à Ilha pelos visitantes, que poderia sugerir certo senso de coletividade, somado à concepção de acesso via pagamento por visita se opõe à lógica ecológica de manutenção por meio do uso tradicional e coletivo dos recursos naturais das comunidades quilombolas.

As interpretações das comunidades pesquisadas acerca da presença da Rede Globo e do conteúdo narrado pela novela “Velho Chico” serão melhor analisadas no Capítulo 4 mas creio ser útil mencionar de modo breve os relatos obtidos após o diálogo com os visitantes que se retiraram tão logo perceberam que não poderiam adentrar no casarão. Ficamos do lado de fora do portão que dá acesso ao casarão e um dos vigilantes nos recebeu e nos orientou sobre a impossibilidade de visitas *até que a Globo terminar a novela*. Mesmo num *dia calmo e sem gravações* como aquele sábado. Indagamos sobre as visitas e sobre a história do Casarão, no que associaram à trama da *novela das nove* informando que a escolha do lugar se deu *por causa do Casarão* que está próximo das águas do rio e do mar que se encontram cumprindo assim o papel de representar o Rio São Francisco, tema da próxima novela de horário nobre, em águas *calmas e sem ondas*. Além disso, o cenário se complementa pelo *espelho d'água* formado pelas mesmas águas que refletem a fachada do Casarão.

Isso vai de encontro a uma situação que vivenciei no período que antecedeu as gravações da novela. Ao realizar pesquisa junto à Secretaria Municipal de Turismo de São Francisco do Conde, fui apresentada a uma das coordenadoras responsável por projetos culturais que se encontrava reunida com representantes de várias instituições. Não participei da reunião, mas ao saberem da pesquisa sobre a Ilha de Cajaíba que estava realizando, uma das senhoras presentes solicitou de forma veemente que, se possível, e sem dizer por que, lhe enviasse uma fotografia do Casarão refletido nas águas pois há muito buscava esta imagem. Por ironia do destino, meses depois, ao analisar os documentos obtidos junto ao IPAC, me deparei com a referida imagem...

Figura 15 - Fotografia do Sobrado e da Fábrica do Engenho Cajaíba. Fonte: IPAC, 2004.¹¹³



Permanecemos na Ilha cerca de uma hora, quando retornamos à comunidade São Braz seguindo o sentido inverso do mesmo trajeto. Durante a volta, Seu Mário

¹¹³“Foto cedida pelo proprietário” - ESTUDO PARA FINS DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO CONSTITUÍDO PELO SOBRADO E PELA FÁBRICA DO ANTIGO ENGENHO CAJAÍBA , LOCALIZADO NA ILHA DE CAJAÍBA, MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE Processo de Tombamento N°009/95 e 010/95. IPAC, 2004. (p.2)

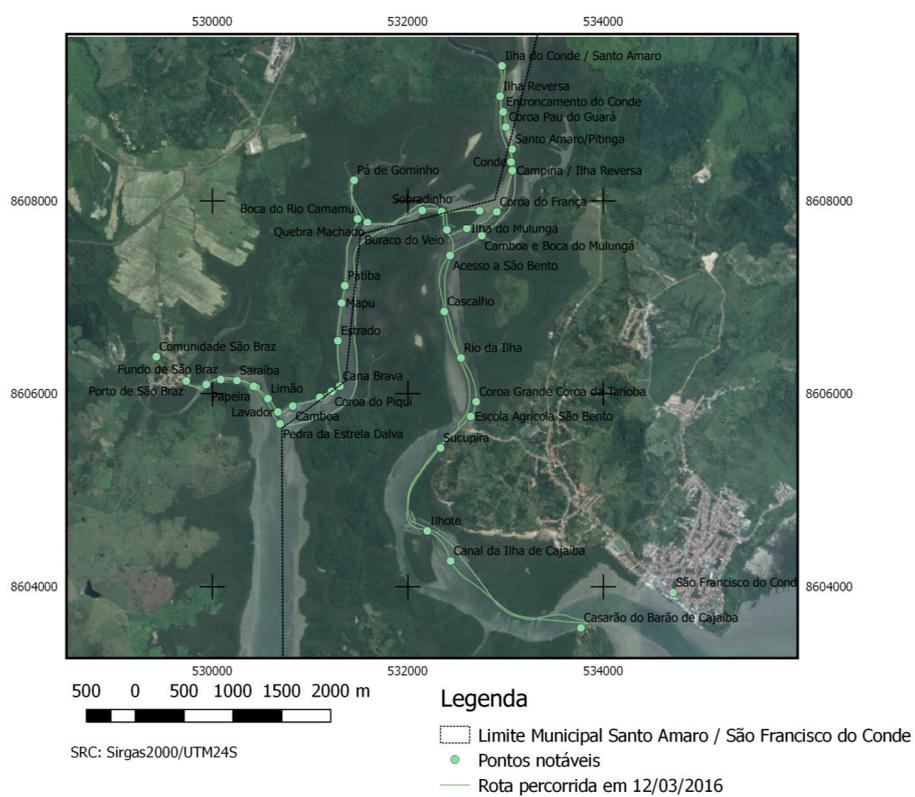
ênfatizou a necessidade de se preservar a união dos pescadores em prol do território marítimo por meio de suas redes de solidariedade. Por outro lado, as representações formais de classe nem sempre os favorece a situação dos pescadores em relação ao sustento que, embora gerem renda por meio da pesca e da mariscagem, ficam limitados às demandas dos “atravessadores” que ora suprem suas necessidades, ora os obrigam a buscar outras formas de escoamento da produção. As representações legais – Colônias, Sindicatos, Federações de Pesca – nem sempre agem de acordo com a visão dos mestres e pescadores mais experientes, já aposentados. A burocracia teoricamente tende a favorecer os ainda “ativos” quanto ao exercício da profissão, ou seja, supõe-se que há maior possibilidade de benefícios e incentivos aos indivíduos “produtivamente ativos”, os mais jovens. Os registros profissionais, os *documentos*, destinam-se aos mais jovens, como afirma Seu Mário:

a gente faz tudo e não utiliza quase nada. A Federação fica com os documentos que beneficia os novos e eu não sou novo. Tenho 61 anos documento tudo novo, e eu não sou novo. É sofrida porque enfrenta mutuca, mosquito. A vida cansada... Já pensou pegar 10 kg de ostra pra catar ela toda? Tem catar, levar pra pessoa comprar, levar pra outro, e por aí vai. É vida sofrida. Boa e sofrida. Boa porque a gente sai, dá risada e parece. Sofrida porque você põe marisco aqui e não tem quem compre ali. Com vai comprar café, farinha e açúcar? Eu criei minha família na pesca, me criei na pesca e não to triste por isso não.

Ao chegarmos em São Braz, descemos no *Porto da Lama* e seguimos Seu Mário e Dé até a *casa das redes*, onde estão armazenados os “apetrechos de pesca”: redes, linhas, ganchos, ao passo que os remos e os motores dos barcos são levados por seus donos. Eu e Michael nos despedimos de ambos que demonstraram satisfação em nos acompanhar no passeio. Sugeriram realizar outros caminhos e percursos para contar mais sobre a pesca em outras ilhas...

Mapa 2 - Roteiro e pontos: Terceira Incursão - São Braz - Ilha de Cajaíba .

Fonte: FERNANDES, M.; HEIMER, M., 2016.



4.1. 2 – Comunidade Quilombola Acupe ¹¹⁴

4.1.2.1 - “Ô Niano, tem que dizer pra marcar o ponto!”: o percurso com a Comunidade Quilombola Acupe

No dia 12 de dezembro de 2015 formamos um pequeno grupo¹¹⁵ para realizar o trajeto da comunidade quilombola Acupe até a Ilha de Cajaíba: Seu Carlos, Conceição, Seu Niano, Leo e Michael. Os locais visitados foram georeferenciados pelo Michael por meio de uso de GPS, o que facilitou não somente a localização dos pontos mais importantes a serem registrados mas o próprio entendimento dos quilombolas acerca do objetivo proposto quando das incursões à Ilha. Chegamos todos às 07:40 na residência de Seu Niano, conforme previamente combinado, que nos aguardava com os remos e peças do motor de seu barco. Nos dirigimos ao *Porto de Acupe* ou *Porto de Baixo*, cuja saída segue pelo canal denominado *Boca do Rio*, principal acesso à maré. O trajeto que seguimos até a Ilha de Cajaíba engloba locais apontados pela comunidade como importantes para o seu território: a *Coroa Branca*, *Ilhote do Passarinho* e *Nordeste*. Áreas que hoje apresentam dificuldades de acesso aos pescadores e marisqueiras dada a construção de muros de pedra ao redor das áreas de mangue, já degradadas, como no caso da *Coroa Branca*. Trata-se dos projetos turísticos de implantação de eco resorts em toda a região do Recôncavo Baiano. Além destas localidades, passamos por várias outras coroas e ilhotas que desde muito servem de apoio à comunidade mas dada a situação de disputa territorial pela qual passa a comunidade de Acupe acabaram por substituir de modo o uso antes destinado à *Coroa Branca* e o *Ilhote do Passarinho*.

¹¹⁴ Como sugestão: Vide Mapa 3 (ao final deste item) - Tabela 2 (Anexo).

¹¹⁵ Carlos de Assis (50 anos): presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Acupe; Maria da Conceição Oliveira Chagas de Alcântara (Conceição, 47 anos): pedagoga e uma das líderes da Associação Quilombola; Crispiniano Barreto da Silva (Seu Niano, 48 anos): pescador e marisqueiro; Leandro Souza da Silva (Leo, 22 anos): pescador e marisqueiro, filho de Niano; Michael Heimer, professor junto ao Depto. de Engenharia de Transportes e Geodésia/ UFBA.

Imagem 34 – Seu Niano (à dir.) saindo do Porto de Acupe.



Percorremos a seguinte rota: *Porto de Acupe; Acupe Velho*, antigo local do plantio da cana de açúcar; *Porto da Praia; Boca do Rio* (canal); *Coroa da Tarioba*, onde se concentra a maior quantidade de mariscos; *Ilha Grande; Coroa do Agulhão*, de onde se extrai camarão e mariscos (*bebe-fumo*); *Ilha do Cabeça; Ilha Pequena*, local onde muita famílias residiram; *Entre Ilhas*, canal que une as ilhas e de onde se extrai o marisco denominado *miroró* e camarão à noite; *Mupira*, onde se marisca na maré baixa; *Ilhote do Passarinho; Canal do Bananal*, próximo à Ilha de Cajaíba; *Ilha de Cajaíba*, lado oposto ao casarão do Barão de Cajaíba e que engloba a localidade denominada *Bananal*, local de pesca. No retorno: *Enseadinha; Enseada Grande; Coroa Branca; Guarapirá* ou *Nordeste; Salina; Maracanã; Coroa de Bernardino; Taná; Camaceira; Boca do Rio*.

Durante a ida fizemos paradas na *Ilha Pequena, Coroa Branca* e, em alguns momentos, nos rendemos ao banho de maré. Das 08:00 às 14:30 percorremos os locais de maior relevância para Acupe no que diz respeito às atividades no *mangue* e na *maré*. Estas categorias carregam sentidos distintos quando comparadas a

outras formas de extrativismo marítimo. Em conversa realizada com o Sr. Jonaldo Alves da Conceição (44 anos), pescador de Acupe, o mesmo faz referência à diferença entre a *pesca industrial* e a *arte da pesca* à relação que ambas possuem com os modos de controle sobre os recursos naturais: “... *pela imposição, quantidade, padronagem e a relação com criação em cativeiro*. Já a *pesca artesanal, pela tradição e experiência, qualidade e conhecimento dos tipos de variedade, do uso pro sustento*.” Complementa dizendo que *ainda hoje tem mais arte, a arte do tempo*. Associa a aquisição deste conhecimento por meio do *controle sobre os instrumentos* e a experiência adquirida em função do *respeito pela maré*.

Interessante notar que antes de chegarmos ao *Porto de Acupe*, há um local onde os pescadores costumam e armazenam suas redes. É comum vê-los cuidar dos instrumentos de trabalho tanto nesse lugar específico quanto em frente às suas residências. O mesmo estende-se às marisqueiras que, como descrito anteriormente, realizam a tarefa de catar siri ou tratar dos mariscos em frente das casas.

Inicialmente não houve a intenção de registrar a atividade de pesca ou de mariscagem, apenas observar o percurso utilizado até a Ilha de Cajaíba e registrar as narrativas sobre os lugares de maior conflito. Mas não havia como falar de conflito sem referir aspectos sobre as atividades exercidas pelos membros da comunidade de Acupe.

A primeira referência foi o *Acupe Velho*, caracterizado por Conceição e Seu Niano como o antigo local do cultivo de cana-de-açúcar. A presença escrava também foi referida no lugar que hoje também integra três viveiros de camarão. Seu Niano nos guiou apontando cada área relevante para a história da comunidade. Conceição também cumpriu seu papel de auxiliar na marcação e registro dos pontos com o GPS, inclusive lembrava Seu Niano: “*Ô Niano, tem que dizer pra marcar o ponto!*” Vez e outra também alertava Seu Carlos: “*Tem que falar o lugar mas não esquece de avisar o ponto! Tem que parar pra mostrar e anotar, Carlos*”. O uso do equipamento de certa forma aproximou diferentes técnicas e linguagens utilizadas tanto pelos pesquisadores quanto pelas comunidades que se valem de outras referências para a localização de cada espaço no mar. Houve revezamento quanto ao manuseio do GPS e Conceição ficou atenta aos registros, inclusive das descrições a serem anotadas. A categoria “ponto” foi o que nos permitiu dialogar com os lugares significativos da trajetória da comunidade e as interpretações dadas

por seus membros acerca da importância dos mesmos na elaboração de um mapa dos fluxos.

A Ilha de Cajaíba foi referida como sendo próxima a Acupe e de onde muitas famílias se originaram, como a família da esposa de Seu Niano, Sra. Nadja Sales Souza. Hoje não mais residem na Ilha pelas dificuldades de acesso ao trabalho formal e, principalmente, pelos processos de expropriação de terra sofridos. Mesmo assim, entendem a Ilha como um dos limites onde a pesca *vai mais longe*.

Imagem 35 – *Coroa Branca*.



Imagem 36– Conceição (à esq.), Seu Niano (centro) e Leandro (à dir.) na Ilha Pequena.



Dos locais com maior risco de perda, a *Coroa Branca* atualmente representa o “tendão de Aquiles” da comunidade haja vista a implantação de um resort em toda a sua extensão que encontra-se cercada por um muro de pedras, construído pela segunda vez, após sua derrubada pela comunidade de Acupe. Trata-se de uma área onde boa parte dos acessos à maré são possíveis de ser vistas a 360°. Ou seja, uma área privilegiada e que aguçou empresas interessadas em implantar projetos urbanísticos com vistas ao turismo náutico por meio da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde. Para tanto, não são medidos esforços para deter a ação das comunidades quilombolas tampouco limitar as atividades de pesca e mariscagem. Tanto a *Coroa Branca* quanto o *Ilhote do Passarinho* e *Nordeste* encontram-se na mesma situação de risco. A *Coroa Branca*, além de destinar-se às atividades de pesca e mariscagem, serve como área de lazer para muitas famílias de Acupe que, mesmo diante de todas estas adversidades, ainda acessam certos locais. Conceição e Seu Niano atentam para o fato de que o processo de licenciamento ambiental e de regularização da *Coroa* junto à SPU encontra-se ainda sem solução, o que dá

margem para novas invasões em função da presença constante de funcionários do suposto proprietário que controlam o acesso ao local:

- Conceição: Aqui armam a barraca, pegam a lancha e ainda continuam armados, olham e saem. E aí faz com que os moradores não frequentem o espaço com medo de represália, com medo que eles vêm com lancha, armados... Os pescadores tão evitando frequentar o espaço que sempre foi deles.

- Niano: eles alegam que foi a prefeita que tava no cargo e que morreu que deu a autorização.

- Conceição: Mas o juiz que concedeu essa autorização ele foi punido pela justiça de São Francisco do Conde.

Em um dos momentos de banho de mar durante o percurso de volta, Niano e Conceição avistaram duas embarcações de longe e concluíram erroneamente que poderia ser “o pessoal que fiscaliza a coroa”. Mas logo deram-se conta que eram apenas barcos a remo de pessoas oriundas de municípios vizinhos que retornavam da pesca. Foram poucos os encontros na maré, talvez pelo sábado ensolarado quando muito deveriam estar em suas residências.

Imagem 37 - Coroa Branca (muro construído ao redor). Fonte: HEIMER, M., 2016.



Imagem 38 - Ilhote Nordeste ou Guarapirá : desmatamento do manguezal (trajeto percorrido na áreas danificadas) . Fonte: HEIMER, M., 2016.



Durante todo o trajeto a preocupação de Seu Niano e de Conceição era de apontar locais e as respectivas atividades a que se destinam. Houve um esforço em identificar as mudanças quanto ao uso dos locais e as ressignificações dos mesmos a partir das transformações ocorridas por meio dos possíveis nomes dados a esses locais. De modo geral, os topônimos não variam em relação aos nomes utilizados para identificar cada localidade.

Na *Ilha Pequena*, por exemplo, há uma incidência maior de pescadores vindos de várias regiões pois o lugar, por possuir área de mato em abundância,

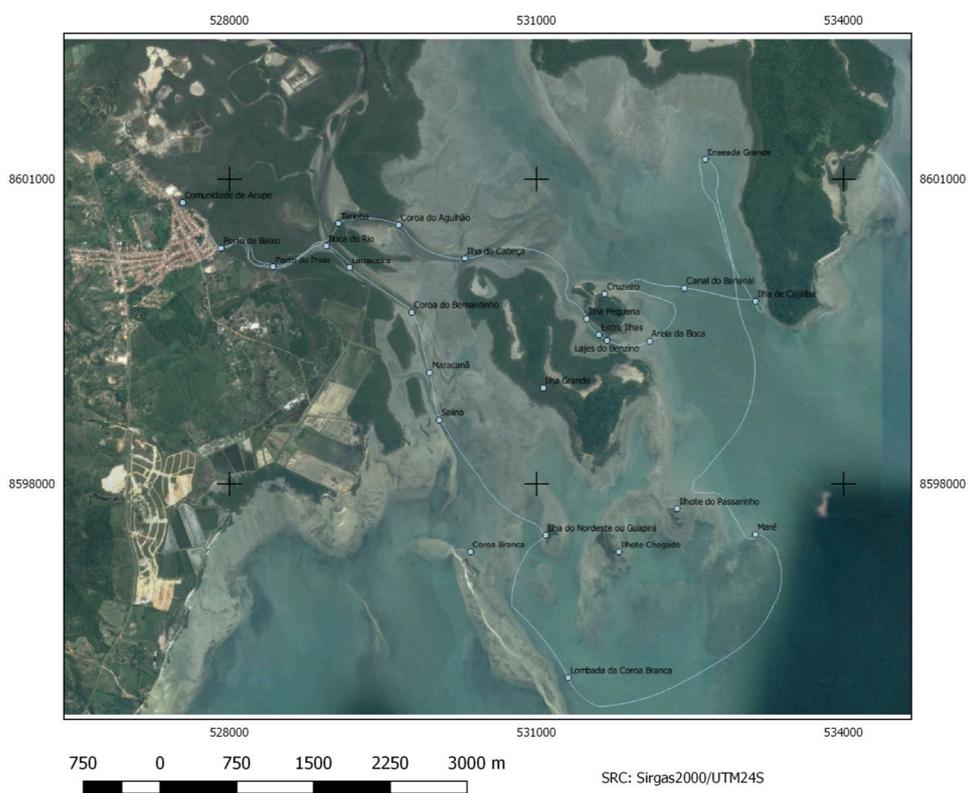
oferece uma variedade de frutas e frutos do mar e possibilita acesso às demais localidades onde se pode acampar por dias. Da mesma forma, permite compreender elementos da trajetória econômica do Recôncavo e o modo com que os pescadores de Acupe as interpretam por meio do conhecimento obtido no manejo dos recursos naturais. Como a chegada do *siri sem terra*, assim denominado pela comunidade por não ser originário do Brasil, segundo afirma Seu Niano, tampouco do *mar da gente*, uma referência ao território pesqueiros das comunidades pesquisadas. Representa por outro lado as transformações ocorridas pela presença do *estrangeiro*, do elemento “estranho” à primeira vista mas que acaba sendo incorporado à dinâmica da *maré* no arquipélago da Cajaíba:

- Seu Niano: *Aí é a Ilha pequena um lugar tem muita gente de Saubara, Bom Jesus, junta tudo aí. Acupe nem se fala.*
 - Conceição: *Aqui tem bastante frutas, aonde o pessoal vem pegar manga, cajá banana.* - Seu Niano: *Que mais meu Deus...? Tem tanta fruta que a gente perde até a noção. A gente pega carangandan [um marisco]. O pessoal gosta de tomar caldo com ele. E esse siri aqui [pega o siri e demonstra]apareceu nessas águas através dos navios que carregavam de Petróleo aqui, da refinaria. Esse siri ele tá na faixa de sete a oito anos que apareceu aqui no mar da gente. E ele tem o nome de siri sem terra, é um siri holandês e um siri malvado! A tendência desse siri é morder e só morde a cabeça do dedo de qualquer um cidadão. Esse siri não é brasileiro não, é um siri estrangeiro, chama sem terra.*

Falar da Cajaíba é falar do uso de localidades próximas à Ilha por outras comunidades quilombolas, como Dom João, a Ilha de Maré, e de pescadores dos municípios vizinhos, como Saubara e Madre de Deus, como destaca Conceição: *O pessoal fica dias aí pescando acampado aí na Ilha de Cajaíba. Tanto o pessoal de Santo Amaro, que é Acupe e São Braz, quanto Saubara, Madre de Deus, ilha de maré o pessoal vem tudo aí pescar. Todo mundo utiliza as ilhas.*

Mapa 3 - Roteiro e pontos: Comunidade Acupe - Ilha de Cajaíba.

Fonte: FERNANDES, M.; HEIMER, M., 2016.



4.1.2.2 – Contornos da Ilha: lugar de acampar ¹¹⁶

A Ilha apresenta um repertório de nomes para as várias localidades que a compõem, como apontado no percurso realizado com Seu Niano e Leo, no dia 20 de maio de 2016, saindo de Acupe em direção à Ilha de Cajaíba composta pelas localidades denominadas: *Bananal*, *Rato*, *Sodré*, *Araçá*, *Doutor Joaquim* e *Palmeiras*. São alguns dos lugares onde se acampa, se extrai frutas, se marisca, se abriga. A ideia nesta ocasião foi percorrer de maneira mais breve o entorno da Ilha de Cajaíba para registrar alguns dos nomes de locais por onde passamos anteriormente afim de georreferenciá-los. Este foi o último percurso realizado, mas por uma questão metodológica, considere mais interessante apresentá-lo para que o leitor acompanhe melhor o próximo percurso.

No dia 12 de fevereiro de 2016 eu; Seu Carlos, que cumpriu a função de “mestre de navegação”; Conceição, que durante o percurso também nos orientava acerca das localidades; Jonaldo, jovem pescador que guiou o barco a motor, nos deslocamos até a Ilha de Cajaíba partindo do *Porto da Prainha*, em Acupe. O trajeto não fugiu ao último roteiro realizado com a comunidade: **Ida:** *Porto da Praia - Coroa do Agulhão – Ilha do Cabeça – Ilha Pequena - Entre Ilhas – Ilha de Cajaíba – Coroa Taitó – Enseada Catada – Ilha de Cajaíba / Volta:* *Porto São Bento – Coroa de São Bento – Cana- Travessia para Santo Amaro e São Braz – Duro da Carapeba – Enseada Restinga – Coroa do Mupira - Acupe.*

Nesta ocasião, porém, nossa intenção era chegarmos à Ilha para visitar o acampamento dos pescadores que nas outras incursões não se encontravam no local. O lugar é na região da Cajaíba denominada *Doutor Joaquim*, nome dado a um suposto dono daquela parte da Ilha localizada *no outro lado da área do Casarão do Barão*. Antes destes, passamos por outras áreas pertencentes à Cajaíba: *Rato*, *Enseada Balaio* e *Araçá*. Com a maior parte das localidades que compõem a Ilha, estas destinam-se à pesca de camarão, peixes e mariscagem, em maior abundância, além de englobarem áreas de mata utilizada para o extrativismo do cajá e jenipapo, como já referido. Este é um dos propósitos do acampamento, possibilitar um período maior de permanência dos pescadores na *maré* de modo a não gerar mais custos com o combustível utilizado nos barcos a motor, além do fato

¹¹⁶ Como sugestão: Vide Mapa 3 (ao final deste item) - Tabelas 3 e 4 (Anexo 2).

de ser um momento em que podem contar uns com os outros quando das pescarias com rede que exige mais esforço e cuidado.

Avistamos cerca de sete pescadores, com idades que variam entre vinte e trinta e dois anos, oriundos de São Francisco do Conde e Saubara. Estavam todos reunidos ao redor de uma fogueira em frente a uma das *barracas* que servem de dormitório e de alojamento para os instrumentos de pesca. Eram duas barracas feitas de madeira retirada da mata cobertas por lonas, próximas às árvores, manguê e trilhas no mato que dão acesso ao interior da Ilha. No interior de uma das barracas havia três camas improvisadas: uma suspensa em uma espécie de beliche e outros dois colchões no chão cobertos por lençóis no chão. A iluminação ocorre por meio de lanternas, candeeiros e lampiões que ficam acesos apenas um pouco antes de se recolherem para dormir. Do lado externo há uma estrutura menor feita de madeira e coberta por pedaços de telha que funciona como cozinha, contendo uma grelha, panela e talheres utilizados no preparo das refeições. Os pescadores oriundos de várias comunidades e municípios próximos carregam consigo alimentos que possam ser conservados sem refrigeração (pães, bolachas, farinha, bebidas) ou mesmo os peixes, mariscos, frutas obtidos nestas ocasiões. São períodos que duram de três a dez dias na Ilha, sem um número limitado de vezes por ano para se deslocarem ao acampamento. Nessas situações é importante poder contar com os companheiros sejam eles da mesma comunidade, grupo ou município. Em geral os grupos de pescadores são formados por parentes, amigos e pessoas próximas que se reúnem com outros grupos de “afins”, formando um coletivo quando do encontro no acampamento.

Aparentemente não há disputa pelo espaço do acampamento haja vista que existem outras áreas da Ilha destinada a este fim, como por exemplo *Araçá* onde encontramos objetos de cozinha e a *tapera* de uma barraca mais antiga, mas ainda utilizada. Podemos perceber que há um fluxo intenso no acampamento no que diz respeito à liberdade que os pescadores têm de *chegar quando precisam*. A forma de controle da circulação de grupos de pescadores e de sua permanência no local ocorre de modo informal, ou seja, pelo fato de transitarem quase que diariamente entre as ilhotas e ilhas do arquipélago da Cajaíba não é de se espantar que saibam exatamente quem e quantos estão acampados na Ilha. Mesmo formando grupos oriundos de comunidades distintas, algumas das atividades são compartilhadas no acampamento, como manutenção e construção das barracas, extrativismo de frutas,

refeições e serestas. Sim, um violão, pandeiro ou outros instrumentos musicais são sempre bem vindos! As atividades realizadas na maré são melhor definidas em termos de atribuição de funções, com a pesca de rede, já mencionada neste capítulo. Mas nem tudo são flores: *o pior são os mosquitos e o calor!*, como disse Seu Jorge Luis (30 anos), pescador de Saubara, principalmente quando se dorme fora das barracas. A solução é ficar próximo das fogueiras e utilizar repelentes naturais, como queimar certos tipos de folhas de árvores ou produtos industrializados, o que é raro.

Imagem 39 – Ilha de Cajaíba: acampamento em Araçá.



Imagem 40 - Ilha de Cajaíba: acampamento em Doutor Joaquim.



Imagem 41– Ilha de Cajaíba: acomodações no interior dos alojamentos em Doutor Joaquim.



Imagem 42 – Ilha de Cajaíba: pescadores de São Braz, Saubara – localidade de Doutor Joaquim.



Um dos motivos do uso mais intenso do acampamento é a impossibilidade de acesso ao Casarão do Barão *desde a época do Resort*, sempre lembrados pelas comunidades quilombolas, um sentimento também compartilhado por outros grupos de pescadores e marisqueiras da região do Recôncavo. Isso nos remete a outra questão: os pescadores que encontramos no acampamento demonstraram não estarem a par do processo de licenciamento ambiental envolvendo a Ilha de Cajaíba, os ilhotes do Passarinho, Nordeste e Coroa Branca. Conceição indagou sobre a *importância do acampamento para todos os pescadores*, e de que é necessário *titular a Ilha para garantir o acesso de todos*. Lembraram da *história do Resort e depois que o processo parou* não deram mais importância. Seu Carlos busca então sensibilizar os pescadores sobre a situação do território pesqueiro:

Não sei se vocês já ouviram falar da associação quilombola, aqui. Passamos três dias aqui pra que o empreendimento não viesse pra Ilha. Naquela época era a PropertyLogic. Aí a Associação de Acupe, São Braz, lá de Santo Amaro, dá um andamento pra que não fosse destruído isso aqui. A gente tá nessa luta, a gente não desiste pra não destruir uma coisa que é nossa. Fizeram audiência escondido pra que a gente não soubesse. Começamos a debater. Ali é uma

coisa de todas as comunidades que usam. Queriam coloca três piers: na Cajaíba, na Enseada Grande, Duro da Pedra. Ia ser tudo destruído.

Mesmo sem participar ativamente das discussões, os pescadores identificam as localidades citadas por Seu Carlos como importantes espaços que dão o sustento das famílias. Iniciam um diálogo sobre a importância da Ilha e da necessidade de se divulgar na imprensa os riscos da perda das áreas que utilizam. As limitações de acesso à Ilha de Cajaíba na época da Resort são relacionadas à presença da rede Globo e do controle que exerce sobre a parte interna da Ilha e a área marítima. Situações estas que reproduzem o processo de privatização da Ilha por diferentes agentes externos.

A gente pesca aqui, é tudo área de pesca. Já aconteceu de eu dormir aqui porque o cara [da Property Logic] tem segurança aí direto. Teve vez que foi lá e não pode voltar pra ficar mais acomodado [no Casarão]. O veleiro da gravação[da Rede Globo] aí... Ali até polícia dá toque que nem no Rio de Janeiro!

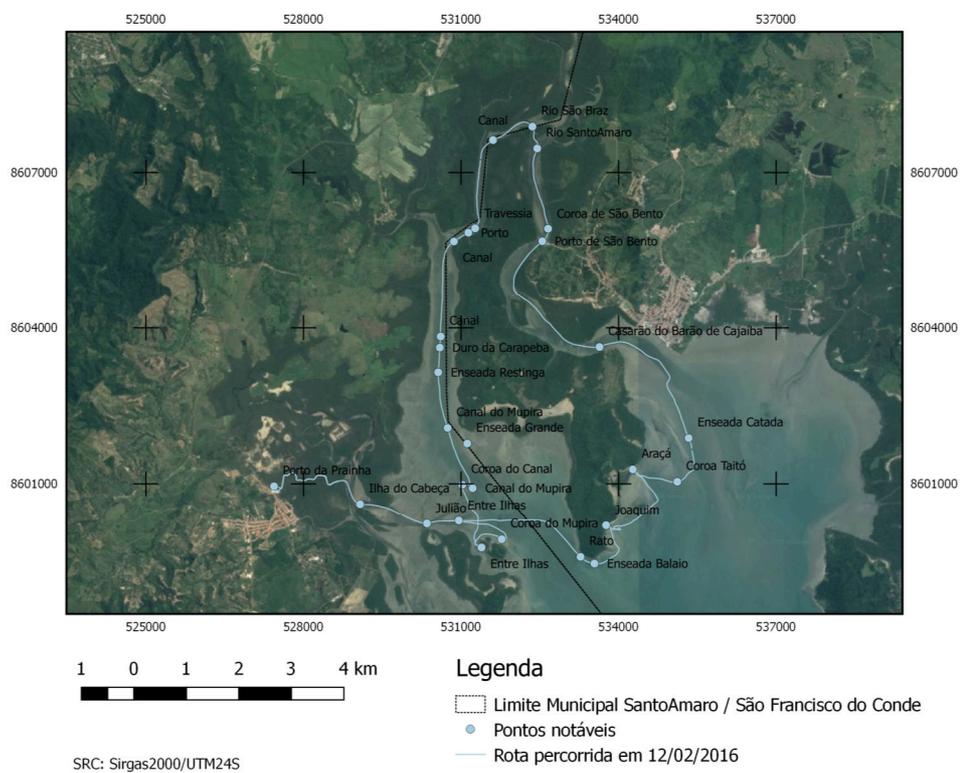
Interessante notar que dois dos pescadores presentes foram contratados pela Rede Globo para realizarem serviços gerais: “*Trabalho na gravação e faço tudo, quebro galho. A gente vê a gravação, vê tudo. Não pode tirar foto.*” Tal afirmação nos leva a pensar na contradição acima exposta entre a relativa autonomia que os pescadores e marisqueiras possuem quanto ao manejo de recursos naturais e uso da Ilha, e o tipo de trabalho ofertado pela Rede Globo que limita e impõe uma lógica de qualificação que reduzida em face à baixa oferta de empregos na região. Isto pode ser simbolizado por meio dos acampamentos, espaços de livre trânsito que garante a liberdade e controle de uso pelas comunidades quilombolas e pescadores e marisqueiras de regiões próximas que compartilham experiências no território pesqueiro. O Casarão, por sua vez, representa o espaço “roubado” pelas empresas e pela Prefeitura de São Francisco do Conde; a perda de controle sobre um lugar que carrega elementos que dão sentido à trajetória histórica e social das comunidades quilombolas por meio da tentativa incessante de apropriação e manipulação de elementos subjetivos pertencentes à sua memória coletiva.

O encontro no acampamento, em sua essência, diz muito sobre a noção de pertencimento, acolhimento e vínculo a um lugar comum compartilhado. Acampar significa pertencer. Simboliza a luta das comunidades pela continuidade dos seus

modos de vida e das relações que mantém com outros grupos com os quais dividem o território pesqueiro. Neste sentido, inúmeras são as situações onde ocorre discordância acerca do que se deve ou não fazer nas situações envolvendo conflitos com outros atores sociais diante da disputa territorial pelo arquipélago da Cajaíba, ponto que veremos no capítulo seguinte.

Mapa 4 - Roteiro e pontos: Contornos da Ilha de Cajaíba - - Ilha de Cajaíba .

Fonte: FERNANDES, M.; HEIMER, M., 2016.



4.1.3 - Dom João, a Cajaíba e a Ilha das Fontes ¹¹⁷

O trajeto até a Ilha de Cajaíba realizado com membros da Comunidade Dom João foi bastante peculiar haja vista os encontros entre diferentes personagens desta história ¹¹⁸. Foi no dia 30 de março de 2016 que me desloquei até a Comunidade Dom João para encontrar Seu Sabino, responsável pelo único barco da Associação Quilombola, que já me aguardava desde cedo. Qual foi minha surpresa quando me deparei com um colega de profissão, também doutorando, o pesquisador italiano Manfredo Pavoni (CEAO/UFBA) e seus familiares: Angélica Salabery, sua esposa, e Vitor, seu filho. Além, destes me aguardavam Seu Zé do Guaiamum e Florisvaldo. Estavam todos já próximos à saída do porto. Bem da verdade, não havia sido informada obre a presença do colega pesquisador nesta ocasião, mas foi um feliz encontro promovido pelo Sr. Sabino que já conhecia Manfredo há mais tempo.

Feitas as devidas apresentações, percebi certo incômodo por parte do Sr. Sabino em função da espera de todos até minha chegada. Tal impressão se desfez antes de chegarmos ao nosso destino. Ou quase, já que a parada maior ocorreu na *Ilha das Fontes...* O trajeto levou cerca de 40 minutos de barco a motor. Saímos rumo à Ilha de Cajaíba passando pelo *Rio do Cação* (à direita), *Rio da Ilhota* (à esquerda). Outros Rios também foram referidos na seqüência: *Marapé*; *Duas Bocas*, de onde se avista o *Engenho D'Água*. A *Estação 31*, identificada por um poço abandonado no meio da maré, demarca um a região onde havia um dos poços da Petrobrás, empresa bastante referida pela comunidade Dom João, uma evidência das transformações e rupturas ocorridas no modo de vida dos pescadores e marisqueira do Recôncavo: *A história de Dom João, antes era usina que moía a cana, depois fechou. Foi quando a Petrobras se lançou. Dom João era bem movimentada pela Petrobrás, mas depois e fechou os poços*, comenta Se Zé do Guaiamum.

¹¹⁷ Como sugestão: Vide Mapa 5 (ao final deste item) - Tabela 4 (Anexo 2).

¹¹⁸ O percurso foi realizado em conjunto com o Sr. Sabino dos Santos (Seu Sabino): pescador, comerciante e responsável pelo barco da Associação Quilombola; Florisvaldo da Cruz (Nezinho, 25 anos): pescador e marisqueiro; José Américo Borges (Seu Zé do Guaiamum, 49 anos): pescador e marisqueiro; Manfredo Pavoni – pesquisador ligado ao Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA), Vito Pavoni e Angélica Salabery, filho e esposa de Manfredo.

A *Coroa da Baixa Fria*, tendo o município de São Francisco do Conde ao fundo, indica um local destinado à extração de ostras, em uma localidade denominada *Canto do Muro*, conforme relatou Seu Sabino. Próximo a São Francisco do Conde, avistamos uma festividade às margens do município. Era o aniversário da cidade: 79 anos. Seguimos de barco e, à frente, um pouco mais adiante, avistamos a Ilha de Cajaíba.

Fizemos uma breve parada em frente ao *Casarão do Barão de Cajaíba* onde ocorria a preparação das cenas da novela “Velho Chico”. Alguns barcos e lanchas se aproximavam do trapiche que dá acesso ao galpão ao lado do casarão. Foi então que decidi verificar com um dos seguranças do local a possibilidade de solicitar junto à responsável de produção da empresa Rede Globo autorização para adentrar na área do casarão. Foi quando a produtora Mariana Panza surgiu e comunicou que *a Ilha toda havia sido locada pela empresa e que não era permitido visitas de natureza alguma enquanto a novela estivesse no ar*. Expliquei o porquê de meu interesse e, após um curto diálogo, me comprometi a encaminhar solicitação formal, indicando data e horário para a visita. A esta altura, Manfredo já estava impaciente com a *petulância da Globo em impedir o acesso de todos à Ilha*, mas não chegou a expor sua indignação diante da produtora. Ainda assim, pudemos registrar, do lado de fora do portão de entrada da área do casarão, algumas imagens da parte externa com algumas transformações.

Seu Zé do Guaiamum relata que antes utilizava a Ilha de Cajaíba com mais frequência mas depois, antes da novela, *os fazendeiros proibiram a entrada*. Nota-se o uso da Ilha para além de suas margens onde se marisca nos manguezais que a circundam. O mato também era utilizado como sustento e apoio aos que acampam tanto na Cajaíba como na *Ilha das Fontes*, próxima parada de nosso percurso.

Retornamos de barco ao Largo de São Francisco do Conde de onde seguimos para a ilha vizinha à Cajaíba de onde se pode avistar a Comunidade Quilombola Monte Recôncavo (à esquerda). Ao desembarcarmos na *Ilha das Fontes*, Sr. Sabino de chegada, organizou uma pesca com rede para que Manfredo pudesse também pesquisar algo que, segundo ele, *fazia dois anos que tentava registrar!* Fiquei em solo com os demais “tripulantes” e qual não foi minha surpresa (mais uma!) quando nos deparamos com cerca de 10 pescadores de Madre de Deus e Saubara acampados em uma construção abandonada, possivelmente uma casa de fazenda, que vinha acompanhada de placa indicando: “Vende-se”. A Ilha das

Fontes, assim com a Cajaíba, ilhotes e coroas serve de apoio à pesca, assim como local de extração de frutas. E assim foi feita nossa refeição: camarão oriundo da pesca de Seu Sabino, água e a polpa do coco que Florisvaldo retirou do pé e algumas bolachas que Angélica nos ofereceu. O camarão defumado assado na brasa foi consumido na hora, o que acrescentou um sabor indescritível. Alguns pescadores se reuniram conosco mas não se alimentaram já que estavam preparados para acampar por alguns dias. De fato, já estavam se acomodando na casa antes vazia. Havia solidariedade tanto da parte dos pescadores para com a nossa “equipe de pesquisa” quanto da parte de Seu Sabino, Seu Zé e Florisvaldo que explicavam o quanto a Ilha era importante: “*Nós viemos muito aqui, nessa ilha. Aqui tem tudo pra gente: fruta, peixe, marisco*”, conforme Sr. Sabino. Por volta das 16:00, com a maré mais alta, retornamos pelo mesmo caminho, até Dom João.

Durante a visita até a Ilha das Fontes, Seu Zé do Guaimum relata a forma com que produz crustáceos por meio da ratoeira, uma técnica artesanal criada por ele para garantir maior quantidade de guaiamum. Ao descrever a atividade procura defini-la como algo que *faz porque gosta* e porque *sabe* manejar:

A minha pesca é de ratoeira, uma armadilha que faço com tubo de PVC. Costuro o fundo com arame, na frente eu boto uma tampa de plástico, amarro, coloco uma borracha e vou pro mato, coloco a ratoeira. Eu gosto muito do meu trabalho, é com esse trabalho que eu tenho tudo. Agora mesmo construí uma casa, preciso trabalhar cada dia mais.

Também associa sua condição de *pescador profissional e artesanal* à habilidade no manejo da mariscagem e da pesca com rede de espera. Mais que um registro formal, a fala de Seu Zé exprime um conhecimento, uma habilidade, um dom que lhe confere legitimidade perante os pescadores e marisqueiras para fazer uso do território pesqueiro do arquipélago Cajaíba: *Sou marisqueiro e pescador artesanal. Gosto de catar guaiamum. Tem 39 anos que pesco, sou pescador profissional. Aqui nos estamos com rede no mar, pegamos camarão graúdo e peixes, na rede de espera.*

Na definição maussiana, podemos considerar como uma qualidade humana para além das necessidades básicas de sobrevivência e desprovida de “segunda intenções”. Mas ao contrário, alguém que sabe agir e respeitar garantindo assim seu lugar no interior do grupo mantido por meio de práticas compartilhadas. Como

explica Mauss: “Recusar doar, deixar de convidar, como recusar aceitar, equivalem a declarar uma guerra; é recusar a aliança e a comunhão” (MAUSS, 2003).

A Ilha das Fontes pode ser considerada uma alternativa aos empecilhos de acesso e usos da Ilha de Cajaíba, como apontou Seu Zé anteriormente. Da mesma forma, segue a lógica de pertencimento e apropriação de espaços com os quais as comunidades pesquisadas possuem vínculo. Ou seja, a Ilha das Fontes não está dentre as localidades que compreendem o arquipélago da Cajaíba, porém, seu uso pela comunidade de Dom João aponta para a relação que este possui com outras áreas insulares do Recôncavo.

Imagem 43 – Ilha de Cajaíba: embarcação da equipe da Rede Globo.



Imagem 44 - Ilha das Fontes: acampamento de pescadores.



Imagem 45- Ilha das Fontes: a pesca de Seu Sabino.



O acampamento da Ilha das Fontes é muito similar ao dos pescadores da Ilha de Cajaíba em termos de organização. Os pescadores constituem um grupo entre 7 e 10 pessoas, todos homens que levavam consigo mantimentos, utensílios para o preparo das refeições e equipamentos para a estadia. O alojamento na Ilha das Fontes é menos precário pois os pescadores fazem uso de uma antiga casa de alvenaria abandonada mas com cobertura e paredes preservadas. Na Ilha de Cajaíba os pescadores contam com uma cada improvisada feita de material reciclado (madeira, telhas, plástico e papeis), contrastando com o antigo casarão do Barão de Cajaíba, local onde antes utilizados para o mesmo fim. Em ambos os casos, independentemente da origem, todos se reconhecem como pescadores das regiões próximas pois as relações de troca envolvendo as atividades de pesca e de mariscagem ocorrem não somente nos encontros dos acampamento mas na própria *maré*.

Pude perceber inúmeras vezes que as comunidades quilombolas com quem realizei os percursos até a Cajaíba buscavam identificar uns aos outros e, de longe, avistavam suas embarcações em sua maioria identificadas por nomes de famílias ou frases de cunho religioso ou poesias. O mesmo se deu ao passarmos pelas áreas de manguezal: através da vestimenta, do horário ou mesmo da localização as mais antigas marisqueiras sabiam reconhecer quem estava *lá*. Eram pontos de encontro e de controle sobre o território. Reconhecer ou não uma pessoa no mangue e na maré significa aceitar ou não compartilhar o mesmo espaço.

Não por acaso, as marisqueiras e os pescadores se reconhecem no ambiente marítimo e no manguezal, lugares que, como vimos, não apresentam homogeneidade. Para Diegues (1999) é interessante pensarmos o “território marítimo” a partir de sistemas de percepção e de apropriação dos recursos naturais constituídos por meio de práticas sociais. Para tanto, apoia-se em Geistdoerfer para destacar a dimensão antropológica destes processos de socialização:

As práticas sócio-culturais da gente do mar, o conjunto de comportamentos, reúnem aquilo que denominamos por “técnico”, “simbólico”, “social”, “econômico”, “ritual”. Essas práticas são marcadas, de maneira original, por essas “propriedades naturais” do mar, socializadas pela aplicação dos diferentes sistemas. Mas segundo o valor social, econômico ou simbólico que as comunidades dão ao mar e aos seus recursos, o conjunto de práticas sócio-culturais dessas comunidades pode ser marcado de forma diferenciada (GEISTDOERFER 1989: *7apud* DIEGUES, 1999:371).

Entendo que esta diferenciação relativa ao conjunto de práticas sócio-culturais da “gente do mar” diz respeito às noções de territorialidade presentes em determinados grupos sociais. Para as comunidades de Acupe, São Braz e Dom João, as lógicas de pertencimento estão diretamente relacionadas à manutenção e acesso aos recursos naturais em contextos de disputas por seus territórios, considerando suas variadas dimensões e usos: pesqueiro e continental. Lembrando que tais categorias (mar, maré, mangue) compõem uma mesma paisagem e não denotam rupturas mas indicam formas diferenciadas de se atribuir significado a um território reivindicado. A Ilha de Cajaíba, também é entendida enquanto lugar que agrega uma multiplicidade de paisagens e, principalmente, de práticas sociais que dialogam com a percepção que as comunidades tem de seus territórios quilombolas o que nos remete à ideia de um território contínuo.

Uma continuidade relativa considerando os inúmeros conflitos vivenciados pelas comunidades quilombolas pesquisadas. A Comunidade de Dom João segue um trajeto distinto até a Ilha de Cajaíba e faz uso de locais diferenciados por estar localizada no lado oposto da mesma em relação às comunidades São Braz e Acupe, como no caso da Ilha das Fontes. Dos locais apontados como espaços sagrados, podemos apontar os portos de onde saem cada comunidade; o porto de São Bento, que constitui uma “passagem obrigatória” quase que dá acesso à Ilha de Cajaíba, Há locais com maior incidência de conflitos, uso mais intenso e pontos de encontro de maior circulação das três comunidades que podemos identificar na tabela a seguir e no Mapa 5 apresentado ao final deste capítulo.

Tabela 1- Locais de conflito e de uso mais intenso.

Conflitos	Locais de encontros (mangue, maré, frutas)
Ilha de Cajaíba	Ilha Pequena
Coroa Branca	Ilha de Cajaíba
Ilhote do Passarinho	Coroa de São Bento
Nordeste	Coroa da Tarioba
	Ilha Grande
	Camboa

Imagem 46- Ilha de Cajaíba: Seu Niano catando cajá.



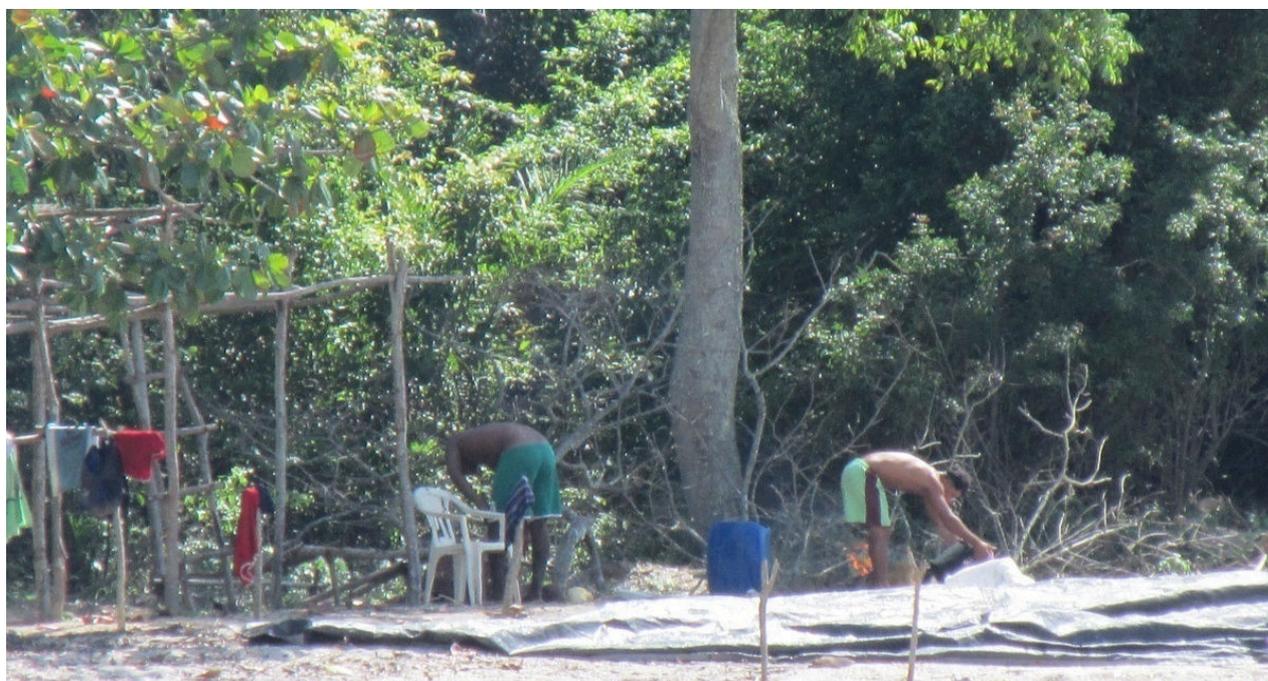
Imagem 47 – Ilha de Cajaíba: Carangadan (marisco).



Imagem 48 – Coroa do Agulhão: Pesca de camarão com muzuzá (gaiola).



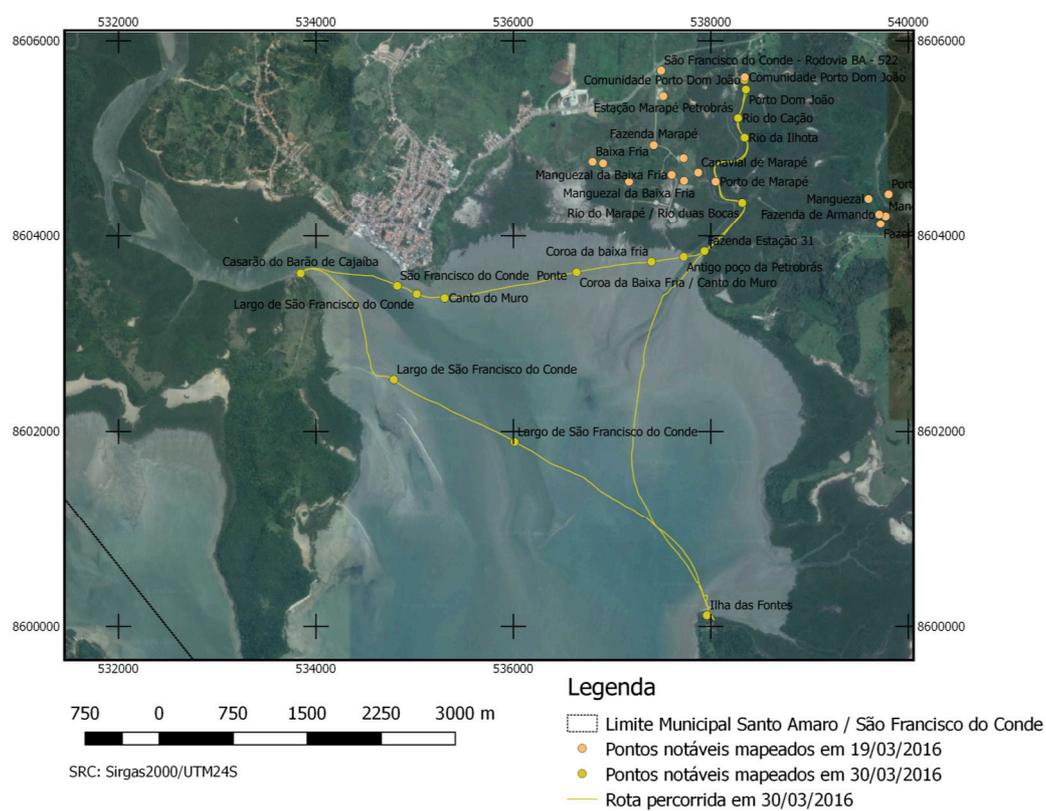
Imagem 49 - Ilha de Cajaíba: acampamento no Araçá.



A relação entre a comunidade Dom João e a Ilha das Fontes exemplifica de certa forma a articulação entre as áreas insulares unidas pelo mar uma vez que esta ilha faz parte do circuito utilizado pelos pescadores no interior do território pesqueiro analisado – o Arquipélago Cajaíba – a *Ilha*, no sentido mais amplo, o mesmo utilizado pelas comunidades quilombolas. Um lugar onde co-habitam pescadores e marisqueiras quilombolas, seres não humanos e seres da natureza: água, áreas insulares e continentais; elementos que constituem o *corpus* do ambiente marítimo analisado. Algo a se pensar no capítulo a seguir...

Mapa 5 - Roteiro e pontos: Contornos da Ilha de Cajaíba e Ilha da Fontes – Comunidade Dom João.

Fonte: FERNANDES, M.;HEIMER, M., 2016.



CAPÍTULO 5 - SERES DA ILHA, COSMOVISÕES E PERTENCIMENTO.

*Ali onde tem a imagem tem o conto da sereia.
Era muito fundo ali, então a gente faz a
oferendas¹¹⁹*

Este capítulo versa sobre a relação entre as comunidades quilombolas pesquisadas e os seres de natureza diversa (humanos e não humanos) com os quais mantém vínculos e compartilham lugares e tempos.

Um breve retorno às narrativas de origem da Ilha de Cajaíba se faz necessário para compreendermos as representações que as comunidades quilombolas pesquisadas fazem de si, de sua identidade e de seu território pesqueiro. Do mesmo modo, tratar do sentido atribuído aos mundos natural e sobrenatural; entre humanos e não humanos nos auxiliam a compreender situações presentes no cotidiano das práticas de pesca e da mariscagem, assim como as formas possíveis de existe no interior da *Ilha*.

5.1- Narrativas sobre o Barão de Cajaíba: memórias e “assombrações”

De outros tempos, ouvimos muito sobre o Barão de Cajaíba, muito embora já tenhamos tratado de aspectos envolvendo a trajetória histórica da Ilha de Cajaíba, no Capítulo 1, ainda assim vale tecer uma breve análise acerca da relação entre sua presença no passado e no presente.

Após percorremos os vários trajetos e navegarmos sobre o território pesqueiro ou a *Ilha*, no sentido êmico, chegamos ao ponto inicial de nosso estudo, a “Ilha de Cajaíba”, mais especificamente a área onde se localiza o *Casarão do Barão de Cajaíba*, ou seja, o lugar antropológico propriamente dito. Propositamente, busquei o caminho inverso de apresentação dos dados sobre a origem da *Ilha*, uma vez que a maior parte dos diálogos travados durante a pesquisa iniciaram-se com a

¹¹⁹ Seu Mario, Comunidade São Braz.

“história do Barão de Cajaíba” cujo conteúdo retrata a origem das famílias escravas e dos episódios de resistência negra na região.

Assim como a *Ilha* se configura enquanto lugar comum compartilhado, as narrativas acerca do Barão de Cajaíba e dos escravos que lhe pertenciam também operam nessa mesma lógica, ou seja, de algo que dá sentido às relações de reciprocidade entre as comunidades quando dos modos de utilização dos recursos naturais e da dimensão simbólica atribuída à Ilha em um contexto de disputas com outros grupos. A representação deste personagem histórico permitem compreender também aspectos anteriormente enfatizados sobre a relação dos pescadores/pescadoras; marisqueiras / marisqueiros quilombolas acerca de sua existência, ou seja, sua cosmovisão compartilhada a partir de um território específico: marítimo/pesqueiro.

À origem da Ilha está associada a trajetória do Barão de Cajaíba, cujas narrativas agregam um repertório de eventos e acontecimentos considerados relevantes pelo grupo que acrescentam ou subtraem certos elementos simbólicos contidos nas narrativas justificando assim uma “situação nova” (Lévi-Strauss). A depender de quem os narra, variam quanto aos seus significados sendo, portanto, “bons para revelar processos também existentes no dia-a-dia e, até mesmo, para se examinar, detectar e confrontar as estruturas elementares da vida social.” (PEIRANO, 2002).

As comunidades Acupe, São Braz e Dom João narram sobre os “maus tratos” causados aos escravos pelo Barão de Cajaíba, personagem histórico, anteriormente citado, que viveu na Ilha no decorrer do séc. XIX. Das narrativas sobre um passado escravo, alguns elementos são apontados como símbolos que legitimam a presença negra na Ilha: o alçapão, onde os escravos *eram jogados quando não obedeciam o Barão*; os ganchos incrustados na *tamarineira*, que representam maus tratos, o castigo por meio do *chicote* e do *tronco*; o Casarão, local de residência do Barão de Cajaíba, símbolo do período açucareiro e da presença maior de negros escravizados. Fase esta representada também pela resistência dos grupos negros que ali existiam em diferentes períodos, antes e depois da abolição quando a mão-de-obra escrava persistiu na região, como dito anteriormente; pelo cajá, fruto que dá nome à Ilha, no passado e principalmente nos dias de hoje é produto de sustento e alternativa de geração de renda para as comunidades pesquisadas.

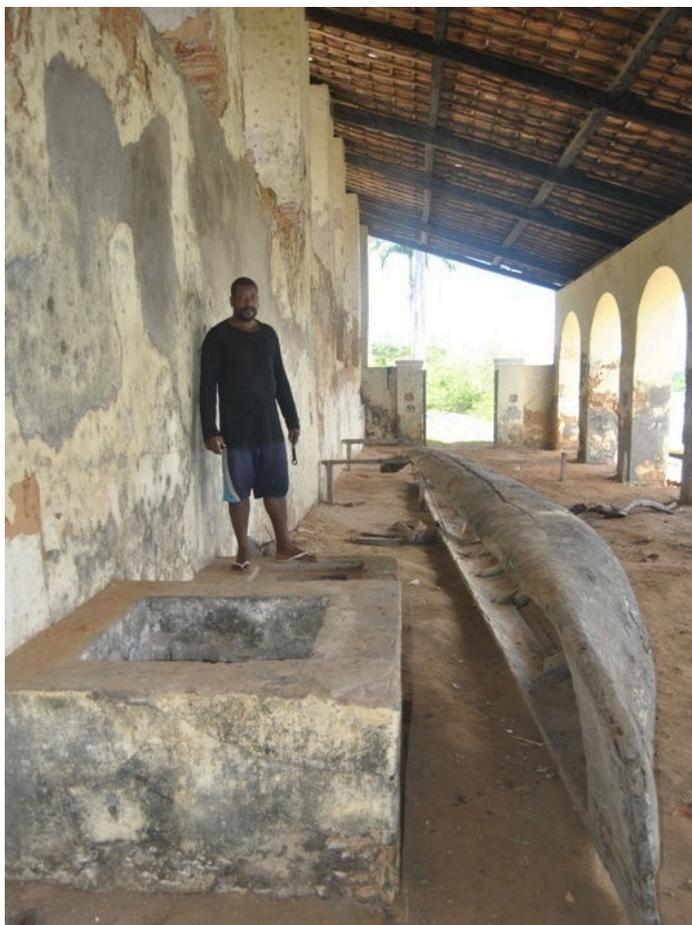
O uso da Ilha para a pesca ou para a extração do cajá permite chegar-se às razões pelas quais ocorreram os processos de expropriação sobre os territórios quilombolas uma vez que a área total da Ilha, não somente a área edificada, é entendida como local de apoio aos pescadores quando da atividade na *maré* que podem durar até cinco dias.

O trecho da entrevista realizada com Sr. Manoel Messias Pereira (Seu Messias), antigo morador, mestre de capoeira e conhecedor da história de São Braz, ilustra o significado e a importância da Ilha, bem como o processo de reterritorialização por meio do uso do espaço, ainda que em disputa, por parte da comunidade. Destaca também elementos relativos à origem do território quilombola de São Braz não somente em relação à área hoje ocupada, mas aos demais espaços entendidos como partes do território como um todo:

Pescava camarão graudão. A gente ficava na Ilha de Cajaíba. Já cansei de pegar camarão lá. Ali tinha alçapão e tudo ali, pra matar o povo. O mais velho me contava assim ... que o pessoal ia trabalhar quando era a hora do pagamento o Barão chamava: “Vem cá, vem receber seu dinheiro”. Aí o cara ia procurar...quando chegava lá...” não é por aí. Você tem que vir por aqui”. Aí sumia. Pagava o dinheiro do povo, chegava lá e caía no alçapão. E a maré bate no alçapão. Caía na água e sumia. Aí veio um pedreiro e trouxe o filho. E o Barão ficava na janela espiando. Aí ele ficava trabalhando, aí a maré vazando e o menino botava a canoa pra fora. Quando era baixa o menino ficava na canoa. Quando a maré alteava o menino vinha e vinha pra terra. E ele lá apreciando... quando chegou no sábado, ele chamou o cara: “Venha cá, porque você traz esse menino? Esse menino bota essas canos lá pra fora e bota cá pra terra?” Ele disse assim: “Porque na hora do pagamento o meu dinheiro eu quero aqui fora. Não vou lá pra dentro receber meu dinheiro não.” Aí ele disse assim: “Porque que você quer pegar seu pagamento aqui fora?” “Porque eu quero meu pagamento aqui fora. O senhor é de lua e eu sou de maré.” Ele ficou quieto quando foi na hora do pagamento ele chegou cá no porto e pagou a ele. Ele entrou na canoa e ele disse: “Não venha mais trabalhar aqui não” Ele falou ao povo. O povo aglomerado foi lá e chegou lá, foi no alçapão e tinha um bocado Ali de gente. Tá lá o alçapão, na entrada ali. Eu fui lá pra mostrar ao gringo e aí “cheguei e perguntei ao administrador: “venha cá, você deixa eu tirar o tampão pra mostrar ao rapaz aqui?” Aí ele disse “Ué, quanto homens pra tirar isso aí daí?”... Puxei, quando puxei abriu... osso como o diacho lá! Pode voltar Seu Messias. É ... me contaram e eu não acreditava. Mas é isso mesmo. [o Barão] Conhecia. Eu não conheci ele. Conheci ele pelos mais velhos. Meu avô também não alcançou. Todo mundo contava esses casos pra gente.

A Ilha de Cajaíba agrega aspectos do modo de vida das comunidades quilombolas relativos às atividades de pesca e mariscagem, principais fontes de renda das famílias quilombolas. No depoimento acima o pagamento marca a fase pós-abolição mas que não encerrou com certas práticas relativas aos grupos negros por parte dos ex-senhores de engenho. *Pagava o dinheiro do povo, chegava lá e caía no alçapão*, ou seja, o pagamento denuncia o período de liberdade, que na prática representava o uso da força e estratégias de manutenção da relação de servidão das famílias negras pelos barões, seguidas por episódios de morte quando das reivindicações em benefício de seus direitos sobre o trabalho empregado por homens e mulheres negras. Seu Messias expressa a forma como entende estas diferentes fases de ocupação, dos limites impostos aos negros e de trânsito entre o sistema de escravidão e pós-abolição, entendido como uma fase intermediária para o período seguinte onde as famílias negras puderam exercer, em parte, sua relativa autonomia a partir do manejo dos recursos naturais (*maré – pesca, mariscagem - e roças*) e uso de espaços para moradia e manutenção de suas práticas culturais de modo geral: *“Porque eu quero meu pagamento aqui fora. O senhor é de lua e eu sou de maré”*. Houve uma ruptura com o sistema, ou mesmo tentativa, de designar a fuga sobre aos maus tratos e expropriação do trabalho forçado realizado pelos negros sob o poder do Barão. Por outro lado, Seu Messias chama atenção para as formas de dominação e processos de submissão pelos quais a comunidade quilombola São Braz passou e ainda encontra-se exposta e que recaem sobre as limitações quanto ao uso dos espaços que compõem seu território.

Imagem 50- Ilha de Cajaíba: Sr. Valdeci dos Santos Oliveira (Seu Val).



Proponho pensarmos aqui, no Barão, enquanto um personagem que justifica, aos olhos das comunidades quilombolas, a sombra de um passado originário de suas lutas e um símbolo daquilo que entendem não ter mais sentido, ou seja, a negação de uma dependência imposta. O Barão passa a ser citado na narrativa de origem como um contraponto à presença dos negros que não se submetiam ao sistema patriarcal, ainda enraizado em nossa sociedade. Os principais personagens, os negros libertos, agora ganham novo status juntamente com os “castigos” que lhes impunha sua condição social somada ao receio do “patrão” em perder legitimidade diante das transformações sociais e econômicas que marcam o final do século XIX. Um poder que aos poucos vai se deslegitimando, ainda que a elite oriunda dos engenhos e usinas açucareiras no Brasil pós-colonial buscasse de todas as formas

mantê-lo. E a Ilha ganha outra dimensão e significado dado pelas comunidades que dela fazem uso e que se vêem como suas “verdadeiras donas”.

Podemos incluir nesta análise o pertencimento étnico e o uso de categorias sociais que identificam e traduzem as relações estabelecidas entre os membros das comunidades quilombolas pesquisadas. E a pesca, tanto quanto a mariscagem, configura uma forma de autonomia dos grupos negros no Brasil, retornando ao que acima estávamos a discorrer sobre a identidade social dos pescadores/pescadoras e marisqueiros/marisqueiras.

Referências históricas acerca destas atividades como forma de situar tais grupos no contexto de suas reivindicações atuais apontam para a presença de práticas associadas ao trabalho marítimo realizado por grupos negros da região do Nordeste desde o período colonial. Acupe, São Braz e Dom João estão dentre as localidades onde ocorria o comércio de produtos da pesca da baleia no início do séc. XIX. Os episódios sobre a pesca da baleia estão contidos nas narrativas dos quilombolas acerca da construção das igrejas centenárias da região do Recôncavo feitas com *óleo de baleia*. Uma alusão às atividades pesqueiras que definem as diferentes fases dos ciclos econômicos e das relações sociais com base no trabalho da maré entre grupos negros da região do Recôncavo. Soma-se a isto o valor simbólico atribuído pelas comunidades pesquisadas a locais considerados relevantes por possuírem relação com suas trajetórias e identidades sociais, como rememora Seu Zeca:

*A Igreja de São Braz é a mais antiga... Essa igreja fizeram e ficaram de fazer a restauração da igreja. Até hoje não saiu. É antigo, isso foi feito de pedra. Naquela época não tinha argamassa, nada. Fizeram com óleo de baleia porque era toda de pedra. Eles usavam esse óleo pra fazer amassa pra construir essas obras. Naquele tempo usava esse tipo de material. Comprava fora, por isso que até hoje não caiu. Aqui na maré, que o pescador achou o santo, São Braz. Pescador, dos antepassados. Mais ou menos 400 anos! Lá no Fundo de São Braz, na maré. E do cativeiro, sim, na Penha, na Ilha de Cajaíba, que tem até os troncos, numa árvore. A Igreja antiga, de óleo de baleia... é desses tempos.*¹²⁰

Wellington Castellucci Junior (2008) comenta que essa atividade vinha acompanhada do cultivo de roças realizados por escravos na Ilha de Itaparica na

¹²⁰José de Jesus (Seu Zeca do Sobrado). Entrevista realizada na Comunidade Quilombola São Braz, em 12/05/2012.

segunda metade do século XIX. Tais atividades se estendem também à região do Recôncavo, historicamente reconhecida pela presença de inúmeros engenhos de açúcar durante todo período colonial, mas que não exclui outras formas de economia possíveis entre os grupos negros: “[...] assim como Saubara, local próximo à vila de Santo Amaro e Cachoeira – onde homens e mulheres viviam do corte da lenha, da pesca, da criação de gado e do fabrico de cal [...]” (p.40). O autor demonstra as profissões de maior incidência entre os escravos e forros, segundo registros sobre a Itaparica de 1875: em primeiro lugar, as lavouras; em segundo, os mestres de lancha ou *embarcações* que transportavam gênero alimentício a Salvador e Recôncavo Baiano; e, terceiro, os pescadores. (p.65). A pesca da baleia se configurou como uma das principais atividades por mais de três séculos – até início do século XX - nas regiões insulares da Baía de Todos os Santos, principalmente no Recôncavo e Ilha de Itaparica, onde ocorria a produção e a venda do óleo de baleia, utilizado também na argamassa para construção de prédio, igrejas, fortalezas e casas. (p.184). Além da pesca da baleia, Castellucci Junior aponta para outros tipos de atividades marítimas, como a pesca e o comércio de pescado miúdo que fez surgir uma ampla rede de negócios envolvendo diferentes grupos negros da Baía de Todos os Santos que *mercadejavam* entre si:

Pescadores, embarcados em canoas, saveiros, batelões, lanchas bieiras e outros tipos de barcos, moradores da vila ou procedentes de outros pontos da Ilha, como Matarandiba, Santo Amaro do Catu, Caixa-prego, Barra do Gil e outros povoados, articulavam redes de comercialização com atravessadores e ganhadeiras que os interceptavam, ainda no mar, para adquirirem os pescados. (CASTELLUCCI JUNIOR, 2008: 209)

As atividades acima descritas indicam modos de produção existentes em determinados períodos do passado das Comunidades Quilombolas da região do Recôncavo baiano. Dos tempos mais longínquos onde a memória das comunidades pesquisadas nos permite chegar e compreender, em parte, suas percepções sobre o território da Ilha de Cajaíba a partir do trabalho na maré, no mangue e na e na roça. Ou seja, um passado que dialoga com questões relacionadas às suas reivindicações no presente. Do tempo dos escravos que *morriam na cafua* e o tempo de hoje, dos quilombolas que pescam e mariscam, a despeito de pouca ou nenhuma *liberdade*.

*Em São Braz tinha muitos escravos, mas não é do meu alcance. Já ouvi falar... O pessoal sempre falava que os escravos das pessoas que gostavam trabalhar e quem não gostava trabalhar eles castigavam. [...] escravos assim as pessoas não podem falar assim. Escravo a pessoas tinha que trabalhar a pulso, obrigava a trabalhar...Lá na Cajaíba tem a **cafua**¹²¹ onde eles jogavam os escravos, prendia eles.*

(...)

Hoje os empresários querem acabar com a plantação de cajá, com a natureza. Ficava lá, esperava a maré. Não tem mais liberdade, dormia lá, fazia sua comida e hoje não tem mais.¹²²

*Acho até que a gente até hoje não tem a liberdade. É uma lei que não foi cumprida. Só não tem o tronco, só falta ao tronco. Não tem tronco agora virou bala. Antes eles apanhavam de chicote e hoje eles decidem na bala, mandam matar e pronto. E trabalhava pra apanhar... E não tinha nem comida, o que eles davam era angu! Tinha o **rancho** dos barão, aquele angu a gente faz um mingauzinho...¹²³*

A *cafua* ou *alçapão* situa-se na ordem das dificuldades encontradas quando do período pós-abolição e a necessidade de ser ter mão-de-obra suficiente para o trabalho das usinas, em decadência. É neste período que o uso da maré e da Ilha tornaram-se mais intensos, apesar de antes disto já haver atividades ligadas ao extrativismo na maré, no mangue e nas roças ou plantações de cajá. O *rancho*, conforme acima destacado, também servia de sustento e, com o passar do tempo, esse mesmo rancho passa a se configurar como um direito de liberdade sobre determinado território possível de se plantar. Uma *liberdade* idealizada mas também limitada por cada processo de expropriação sofrido pelas comunidades que, uma vez lembrados, definem a dimensão e o significado de um território mais amplo percebido pelos pescadores e marisqueiras, como vimos, como aquele que envolve a *maré*, as áreas de *lama*, as áreas de *terra* que interligam os territórios quilombolas reivindicados e as áreas insulares compartilhadas.

¹²¹Alçapão ou poço onde acredita-se que nas marés altas eram presos os escravos. Lugar localizado no lado externo do Casarão do Barão de Cajaíba.

¹²² Idem.

¹²³ Carla Bastos. Entrevista realizada na Comunidade São Braz, em 12/05/2012.

Imagem 51 – Ilha de Cajaíba: cafua.



O *Casarão do Barão de Cajaíba* é o lugar por excelência onde as comunidades buscam identificar suas trajetórias a partir de um ponto de encontro, algo que simboliza suas trajetórias. É ali que está situado o relato do negro escravizado devolvido às águas do mar com a mesma revolta de quando viera no navio negreiro, segundo relatos de campo. O *alçapão* simboliza tal ideia pois é o lugar onde negros mais rebeldes morriam afogados. O tamarineiro, do lado de fora do casarão, também deixa as marcas do que as comunidades entendem como sendo a resistência negra desde sua origem: os ganchos onde supostamente eram presos os seus ancestrais quando recebiam castigos. Por essas e outras narrativas míticas é que a Ilha se torna símbolo da identidade social das comunidades quilombolas. Permite compreender o modo com que foram vivenciados os conflitos envolvendo as perdas de seus territórios e as formas com que lidam com as adversidades tanto por parte daqueles com os quais se relacionam – fazendeiros, empresas – quanto com os próprios parentes quando das imposições e dificuldades de alternativas para a manutenção de suas práticas e modos de vida.

Compor a imagem da Ilha é desvendar aspectos intrínsecos às trajetórias de cada comunidade. Mesmo utilizando locais comuns, a cada instante o cenário é modificado, não somente pela ação da natureza. Os conflitos que definem as trajetórias de cada comunidade intensificam as transformações no modo com que estas olham para seus territórios e, conseqüentemente, para a Ilha. Aliás, a Ilha só é Ilha porque está inserida em contextos distintos de resistência e da luta pela autoafirmação das identidades sociais das comunidades quilombolas. Falar da Ilha é falar da história do negro na região do Recôncavo. O Barão, neste caso, se torna um mero elemento de conexão com o que de fato importa às comunidades: o reconhecimento e as estratégias de luta ao longo das gerações.

Como apontado anteriormente, as crueldades do Barão são também narradas por outras pessoas da região e muitos destes discursos também foram sendo utilizados para atrair turistas quando da privatização da Ilha pela Prefeitura de São Francisco do Conde e veículos de comunicação (sites e programas televisivos).

Narrativas sobre assombrações e a presença do “espírito do Barão” que “ronda” a casa foram referidas por um dos vigilantes da Ilha, Bruno Alves, 30, um dos vigilantes do casarão, construído em meados de 1815, jurou ter visto fantasmas. Numa noite de lua cheia, avistou um homem se balançando em uma cadeira por detrás da janela.¹²⁴

Um discurso distinto daquele apresentado pelas comunidades quilombolas onde a presença dos escravos é referida como algo constante no ambiente da Ilha por episódios do passado que marcam o sofrimento e a luta pela liberdade. Apesar de compartilhar das histórias narradas pelos pescadores, o vigilante expressa a representação daquele que é entendido como o “dono” em contraposição aos que são considerados pelas comunidades quilombolas como donos “por direito”. Seu Crispiniano Barreto da Silva também sugere aparições quando da pesca noturna: *“Passa lá e você vê luzes de todas as cores. Tem gente que vê coisas assim o tempo todo...”* Interessante pensarmos nas narrativas sobre fantasmas ou “espíritos” associadas ao contexto social do qual emergem. Falar em assombrações é também falar dos conflitos da Ilha e do território pesqueiro, muitos deles associados a lugares considerados importantes e onde houve muito sofrimento no passado, eventos este que ganham e dão sentido ao presente. (MELLO, 2014)

¹²⁴ Disponível em: <<http://www.ritosocultos.com.br/destinos/2015/ba-ilha-casarao-muitos-fantasmas/>>. Acesso em 15/10/2016.

Em outras narrativas encontramos ambos discursos distintos sobre o lugar, como a vez em que teria entregue numa bandeja os seios de uma escrava elogiados algumas horas antes por um visitante. O historiador Rodrigo Lopes acredita que uma parte disso é falação, a outra, não: “Há um documento, uma carta da Condessa de Barral, grande senhora da elite baiana, à Dom Pedro II, na qual ela diz que o Barão de Cajaíba era um homem de fino trato, mas conhecido também pela truculência com que tratava os escravos”. Ele duvida, porém, que o Barão tivesse o costume de matá-los afogados, como também se diz, já que eram bens caros.¹²⁵ Não nos cabe aqui comprovar a presença ou não de espíritos, mas compreender de que modo personagens significativos às trajetórias das comunidades quilombolas dialogam com suas realidades no que concerne os sentidos atribuídos pelas mesmas à Ilha e até que ponto as percepções de outros atores se opõem (ou não) às suas. O episódio da baronesa comentado por Lopes, indica perspectivas distintas sobre os diferentes processos de apropriação da Ilha de Cajaíba a partir de uma linguagem metafórica que de certa forma se adapta à realidade de quem as conta.¹²⁶

Outro fato que complementa esta interpretação, é a presença da Rede Globo e as gravações da novela *Velho Chico*, em março de 2016, cujo cenário principal foi a Ilha de Cajaíba.¹²⁷ Interessante notar o modo com que as informações foram sendo apropriadas pelos moradores de São Francisco do Conde. A trama diz respeito a um dos “barões do algodão”, supostamente residente às margens do Rio São Francisco. Numa das visitas à Ilha, conversei com um dos vigilantes que controlava o acesso de pessoas ao Casarão e me chamou atenção o fato de associar ao Engenho do Barão de Cajaíba outro tipo de cultivo: “*Era tudo algodão ali*”. Bem, as supostas “fazendas de algodão” citadas pelo vigilante indicam uma das formas de reapropriação da narrativa de origem da Ilha de Cajaíba pelos moradores locais diante da uma nova situação imposta que sobrepõe à história do Barão a história “do algodão”, enquanto um modo de apropriação de eventos históricos em constante processo de resignificação quando diante de algo novo ou na ausência de referências. (SAHLINS, 2003).

¹²⁵ Informações retiradas do Programa Mosaico Baiano, Rede Bahia, apresentado em 2015.

¹²⁶ “Transformam a tradição em mito na medida em que os elementos culturais que se tornaram “outros” pelo arranjo e simplificação a que forma submetidos, precisamente para se tornarem diacríticos., se encontram por isso mesmo sobrecarregados de sentido. Extraídos de seu contexto original, eles adquirem significações que transbordam das primitivas. (CARNEIRO DA CUNHA, 1987).

¹²⁷ Para mais detalhes, vide Capítulo 4.

Os exemplos acima apresentados acerca das interpretações dadas à existência do Barão nos remete ao tempo descrito por Gilberto Freyre (2005) em *Casa Grande e Senzala* onde a natureza das relações sociais no Brasil colonial encontra sua base na diferença racial refletida na divisão sócio-espacial, interdependência e interpessoalidade da sociedade patriarcal enquanto formas de submissão de um grupo sobre outro a partir do sistema escravista. Intencionalmente ou não, sua obra sugere uma reflexão mais crítica não apenas das relações sociais entre brancos e negros no âmbito privado mas também da heterogeneidade dos grupos negros no Brasil colonial ao retratar suas características, ainda que limitadas pela percepção do autor sobre a condição única de escravos(as) e pela ausência de referências aos conflitos e dramas vividos pelos mesmos, associadas às condições de classe: escravos de confiança, os da Casa Grande, os da Senzala, os mestiços, as mucamas, os moleques, etc. Certamente que a questão das relações raciais no Brasil está para além da escravidão e também reflete o lugar dado a cada um pela sociedade e o modo como reagimos a isto. Basta compreendermos que as narrativas sobre o Barão expressas pelas comunidades são percebidas de percebido modos específicos a partir de onde entendem que o mesmo faça sentido em suas trajetórias; o um lugar específico de onde falam e porque falam. Ao passo que para outros atores sociais (imprensa, visitantes, empresas, governo) a história do Barão será reapropriado de modo diverso sem conexão com os propósitos das comunidades quilombolas que ao narrarem tais episódios remetem à memória coletiva elementos de suas trajetórias sociais. (HALBWACHS, 2006).

5.2 – As relações de reciprocidade entre *lugares e seres*

A *maré* é o principal acesso das comunidades quilombolas até a Ilha de Cajaíba. Desde a saída pelos portos até a chegada é possível observar as dinâmicas que ocorrem sobre o território pesqueiro. As ondulações da água, a posição do vento, a fase da lua, o tipo de maré - vazante ou cheia – possibilitam poder navegar entre caminhos não diferenciados pelo olhar leigo, mas completamente distintos aos olhos de quem flutua sobre o mar e domina cada espaço das águas. Um processo em que, aos menos experientes “a imensidão do mar, e a sua aparente infinitude são minimizadas pela divisão do meio em ‘mares’”.

(MALDONADO: 1983: 34). As *marés*, por sua vez, indicam referências de movimentos e temporalidades do mar, aliadas a outros elementos do meio natural, como a lua que controla seus ciclos (*altos* e *baixos*) interferindo também na paisagem da *lama*.

É possível identificar os locais onde estão as coroas, durante as marés baixas; as ilhas, ilhotes, terras e portos, locais fixos mas que num piscar de olhos se perdem na imensidão das águas em função da troca de maré. Até mesmo a terra se rende ao mar que predomina em certos horários do dia. Por outro lado, é o mar que abraça a terra, com diria Dona Joselita, líder da comunidade de Dom João: “*Tudo aqui é água. Nós moramos dentro da água porque o mar abraça tudo. Está aqui embaixo*”. Além disso, os vôos e os pousos das garças brancas a azuis também permitem que sejam identificados os limites dos manguezais, locais que apresentam variações bastante intensas no decorrer de um dia. A *lama* é móvel e por este motivo há uma dualidade de vida marítima que se permite estar ao mesmo tempo no mar e na terra, tal o caso dos guaiamuns, siris, mariscos. Estar na *lama* significa estar em um lugar de transitoriedade uma vez que possui a propriedade de intermediar.

No decorrer do trajeto com os pescadores de São Braz, foram identificadas diferentes denominações de locais que servem à pesca. Muitos destes possuem características próprias que permitem situar cada pescador para onde *podem* ou não passar com o barco; pescar mais próximo; entrar no mar. Podemos pensar as pedras como entes vivos dada a relação direta que possuem não somente na identificação geográfica de certos caminhos feitos no mar aberto ou na *maré* mas enquanto representações de fatos contidos na memória de cada uma das comunidades.

Um exemplo foi a passagem feita pelo *Buraco do Véio*, quando transitamos pelo canal ainda cheio, na localidade denominada *Campina*. Ali existem muitas pedras. Mais adiante, no intervalo entre o local das pedras e o de pesca, situa-se o local onde há um vazio mais fundo, com outra denominação, o *Buraco da Veia*. Ou seja, cada espaço tem sua delimitação identificada por diferentes nomes em função de suas características. Os diferentes nomes das localidades do mar apontados durante o trajeto podem ser encontrados na mesma região marítima, como o *Canal* ou a *Boca do Rio* que abrange os locais de saída dos portos de São Braz e Acupe. Saber cada localidade significa dominar os caminhos do mar, para onde se pode ou

não se deslocar. O domínio deste tipo de conhecimento se dá tanto por parte dos mais experientes pescadores/ pescadoras e marisqueiros/marisqueiras. Da mesma forma, os nomes evidenciam códigos compartilhados entre as comunidades quilombolas. Todas utilizam as mesmas denominações aos locais apontados em todos os trajetos.

A temporalidade é também um elemento essencial para o aprendizado da pesca uma vez que o tempo do mar difere do da terra e do mangue, mesmo que de certo modo os pescadores utilizem referências de sua origem, a terra, acabam por adequá-la no ambiente marítimo. Tal qual ocorre com as pedras localizadas em regiões mais profundas da maré muitas vezes mencionadas nos trajetos de barco realizados, mas que não passaram despercebidas pelos pescadores mais experientes que conhecem cada pedra e cada banco de areia.

Ao tratar da pesca no município de Galinhos, Rio Grande do Norte, Antônio Carlos Diegues (2001) apresenta referências acerca de *mestrança* e *marcações* entendidas como referências para se pensar os ritmos e as orientações que guiam os pescadores no mar.

Rochas e pedras são identificadas no fundo do mar pelos mais experientes, os *mestres*, como Seu Mario, (São Braz), Seu Niano (Acupe), Seu Sabino (Dom João) gerando um tipo de conhecimento não divulgado, *secreto*, transmitido por quem o descobriu e apenas quando necessário aos mais próximos; parentes ou amigos. É uma forma de controle sobre os demais, conforme aponta o autor: “É esse conhecimento e controle dos cabeços que garantem, em parte, ao mestre suas qualidades principais: competência, a liderança, a capacidade de manter a solidariedade da tripulação e de matar peixe e garantir a sobrevivência do bote como unidade social de produção e reprodução social” (DIEGUES, 2001:391)

A perda ou a rocha é também o lugar de Janaína, conforme veremos mais adiante, uma relação entre narrativas marcadas por ritos e práticas de devoção e crenças cuja importância revela parte dos espaços destinados ao âmbito sagrado. “Sagrado” não somente por pertencer ao mundo espiritual mas também ao por sua relação com a trajetória social marcada por conflitos territoriais, algo muito caro aos pescadores e marisqueiras das de Acupe, São Braz e Dom João. Os “protetores” das águas são os mesmos que no mar e indicam os caminhos por meio das pedras. São também os guardiões da memória, ou seja, por meio deles testemunha-se

aquilo que se vivenciou e aquilo que não se viu mas se conhece por meio das mensagens e manifestações de entidades, orixás, caboclos.

Maldonado (1994) considera que a cultura marítima é determinada pelos ciclos ecológicos das espécies onde o tempo de trabalho em alto mar traz riscos mas também um senso de coletividade aos modos de produção envolvendo a pesca. A “mestrança” é indicador de tempo – de ensinar e aprender, ouvir e escutar – por parte dos que são conhecedores do ambiente marítimo e que, segundo a autora, determinam as relações com base no senso de coletividade, próprio dos grupos tradicionais.

À lógica de pertencimento perpassa também a de controle territorial uma vez que conhecer um lugar ou um ambiente específico, como é o caso das comunidades quilombolas e o território envolvendo a Ilha de Cajaíba e arredores, significa dividir experiências e compartilhar regras quanto ao uso dos recursos naturais e a transmissão de uma saber específico. Um breve retorno ao clássico estudo feito nas ilhas da região da Nova Guiné, Melanésia (sul do Pacífico), e sua análise do ponto de vista das interações sociais, que vale retomarmos aqui a partir de Mauss (2003) onde as relações de roca entre os membros do grupo são estabelecidas não com vistas à materialidade dos bens a consumir. Os “objetos”, não são somente objetos, mas simbolizam vínculos, pertencimentos, valores, ou seja, fazem a intermediação entre sujeitos coletivos e o conjunto de elementos a estes associados em determinados contextos. Comunicam algo que é entendido de modo recíproco a quem lhes “oferta, recebe e retribui”. Isto pode ser percebido nas relações de trocas estabelecidas entre as comunidades Acupe, São Braz e Dom João e os sentidos atribuídos ao mar, à maré, à lama e ao território que os representam.

Os acampamentos dos pescadores na Ilha de Cajaíba ou na Ilha das Fontes exprimem justamente esta dimensão coletiva contida na “dádiva” em que se atribui-se ao lugar comum o sentido de pertencimento e legitimidade, por meio da ajuda mútua, perante os demais, não quilombolas, não pescadores e marisqueiras. Mas é algo a se pensar em termos de enfrentamento e em contextos de rivalidade, em que as relações de troca tendem a operar em prol de suas coletividades: “Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato de troca.” (MAUSS, 2003: 212)

Os “apetrechos” representam dons e compõem as relações entre as comunidades e a Ilha. São também “seres” vivos uma vez que inserem-se em um sistema de reciprocidade entre seres que compõem um ou mais ambientes da Ilha. É comum encontrarmos a *casa da rede*, nos portos e próxima à entrada da maré em cada uma das comunidades. Ali, os pescadores armazenam e fazem a manutenção dos apetrechos de pesca (redes, linhas de nylon, bóias, remos, etc). O motor do barco em geral é guardado nas residências dos seus donos assim como o combustível. Muitos destes instrumentos são compartilhados, mesmo havendo um proprietário ou dono, incluindo barco, motor e combustível.

Imagem 52 – Pescadores casa de rede – Comunidade Acupe.



Imagem 53 – Seu Niano na casa de rede – Comunidade Acupe.



Os encontros no mar durante o deslocamento para as atividades de pesca e mariscagem também são ocasiões onde se revisita o amigo, o parente. Encontros também com sagrado já que *maré* e *lama* estão intrinsecamente ligadas antes do mundo sagrado. As redes de solidariedade e reciprocidade podem ser vistas quando da “carona” dada aos pescadores que utilizam canoas a remo durante o trajeto feito contra a maré. A qualquer momento um barco a motor pode passar e oferecer um auxílio encostando um barco no outro até as mediações onde se queira ficar. De longe os pescadores conseguem identificar quem está precisando de ajuda para empurrar o barco ou mesmo aqueles em que por um motivo ou outro, o motor deixa de funcionar.

O *mar*, neste sentido, é território comum, inclusive, e principalmente, diante de situações onde se dependa do outro. A solidariedade é imprescindível para a vida no mar dadas as adversidades com que se deparam os quilombolas, muito embora as formas de controle, o manejo dos instrumentos utilizados para a pesca e as técnicas de navegação sejam de fato bastante conhecidas pelos pescadores desde de tenra idade.

Um trabalho em conjunto que configura o modo de vida tradicional, dada a relação das comunidades quilombolas com o território pesqueiro da Ilha, associado aos vínculos com a *maré*, *mangue*, terra e *lama*, espaços estes compartilhados com as divindades, *entidades*, seres e *donos* da natureza. “Ajudar” significa proteger a si e a outrem; a mesma regra estabelecida para com os seres ancestrais como lemanjá, adentrando pela *maré*, ao pedir sua proteção para seguir ao mar. Ou aos espíritos dos antepassados negros e dos antigos “donos do engenho” no Casarão do Barão de Cajaíba, cujas presenças representam experiências de conflito vivenciadas pelos quilombolas tanto no passado quanto no presente, que dão significado e, ao mesmo tempo, protegem o lugar.

Imagem 54 – Poema no muro – Porto de Acupe.



Além de cada localidade que demarca os caminhos feitos pelo mar, cada uma delas oferece um repertório de narrativas tanto sobre a origem de cada comunidade quanto das situações vivenciadas no cotidiano pelos pescadores e marisqueiras. Aspectos sagrados também estão incluídos neste arcabouço mítico contido no

imaginário das comunidades quilombolas pesquisadas. São relatos sobre “visões” e situações de risco que representam a própria noção de “respeito” diante de algo tão grandioso como mar.

É preciso entender o mar, seu ritmo e suas dinâmicas. Observar suas transformações por meio dos sinais que a própria natureza evoca. Pedir ajuda não somente aos companheiros de pesca, mas à “dona do mar” é imprescindível às atividades nas águas. Agradecer e oferecer presentes fazem parte da mesma lógica de como lidar com o desconhecido, ou melhor, com o conhecido; não dominado, mas respeitado. Ao respeito associa-se o cuidado, dos pescadores para com a natureza e a *mãe das águas* para com os pescadores.

O lugar de lemanjá é a entrada para o mundo das águas: o *mar*, via *maré*, próxima à *lama*. Locais protegidos também pelo cinturão de *mangue*. É o portal – os portos - para de onde saem e chegam os pescadores e marisqueiras, lugar de transitoriedade em amplo sentido. Destinam-se aos espaços onde guardam-se os barcos e muitos dos “apetrechos” de pesca; há circulação dos que saem e voltam do mar e do mangue, com a garantia que terão o que comer e o que vender quando dos compradores que já os guardam no porto. Indicam também a condição liminar (VAN GENNEP, 2011) do trânsito entre o mar e terra continente, o lugar da *lama*, também sagrado¹²⁸. Ou seja, água e terra em um mesmo ambiente representando os ciclos da vida que marcam o início e o fim de uma jornada diária pronta para ser revivida. Turner chamaria Os portos são “paradas” e passagens obrigatórias: “Quando entram no mar, os pescadores, por exemplo, devem abandonar o que vem da terra para se proteger; quando chegam do mar devem abandonar o que receberam do mar, para se reintegrar na sociedade dos continentais, sem os contaminar.” (DIEGUES, 1999).

Nesse sistema de trocas, as imagens não são apenas representações, mas interação de forma prática pois evocam ações (APPADURAI, 2009): marcam as passagens entre os diferentes ambientes; preparam e protegem pescadores e marisqueiras antes e após suas atividades rotineiras; os acolhem e autorizam a passagem, entrada e a saída, pela a maré e para o mangue, lugares de acesso ao

¹²⁸ Nas religiões de matriz africana como o candomblé, a lama é representada pela orixá Nanã a qual atribui-se uma saber ancestral que guarda na Terra suas qualidades, lugar de onde todos viemos e para onde vamos após a morte: “Naná é a dona da lama que existe no fundo dos lagos e com a qual foi modelado o ser humano. É considerada o orixá mais velho do panteão na América” (PRANDI, 2001:21)

mar aberto; o mundo das águas. O “mundo espiritual” se torna então mais evidente quando pensado a partir da cosmovisão das comunidades que não o dissociam de seu cotidiano. Trata-se de “definir e traçar as entidades espirituais e seus efeitos na vida das pessoas; analisar a maneira pela qual esses efeitos se interceptam com o mundo social” (MELLO, 216:217)

Ademais, saber “enxergar” e “escutar” avisos é o que Dona Alice nos informa: vê e escuta esse *povo todo*: caboclos, espíritos do Casarão que *vivem assombrando* mas também avisando a quem pertence a *Ilha*. Percepções essas reservadas aos que dominam e detém o conhecimento e controle sobre os recursos naturais e seres sobrenaturais. Uma relação não hierárquica mas de reciprocidade fruto, em se tratando de pesca e mariscagem, da presença de quem conviveu no mar, na maré e no mangue e na lama tempo suficiente para percebê-lo, saber dialogar e compreender os avisos.

Disposta em cada porto, lemanjá também é representada por uma sereia, também chamada de Janaína¹²⁹, em alguns casos acompanhada pelo Marujo, se comunica via som do vento, vozes das marés, fases da lua, o que denota certas habilidades e experiências sensoriais àqueles que lhe compreendem e lhe escutam. Pois a “sereia do mar”, da mesma forma que está associada à imagem da “mãe lemanjá”, também representa a “amante”, os desejos, desafios e ambigüidades do mar e de quem nele vive. Ora calmo, ora traiçoeiro...

Ligado à religião do candomblé, Seu Mario (Comunidade São Braz) julga ser importante indicar tais referências e busca travar comigo um diálogo em tom jocoso sem saber ao certo a qual religião pertença e arrisca um “palpite”:

Ali é lemanjá e o Marujo, os orixás. Falaram que você é de lemanjá. [risos] É das águas. Tem presente: dou pente, espelho, caranguejos, no dia especial. Agradeço agradecendo. [Risos] Rsrrsrs”. Ali onde tem a imagem tem o conto da sereia. Era muito fundo ali, então a gente faz a oferendas.

É interessante notarmos que muitos daqueles que *oferecem presente* à lemanjá buscam os locais mais distantes da costa, onde a *energia do orixá* é mais intensa. Ou seja, crê-se que quanto mais fundo for o lugar escolhido no mar para as oferendas mais forte será a relação entre o religioso e a *orixá das águas salgadas*.

Como vimos, o *respeito* pelo mar e por quem dele “cuida” torna possível tal relação uma vez que representa o elemento central da ligação entre pescadores e território pesqueiro.

A presença do *marujo* marca a relação de alteridade entre os pescadores e o entes que vivem no/do mar. O caboclo *marinheiro* ou o *pescador* é percebido como algo que transcende o mundo dos mortos e dos vivos, acompanha os orixás, já que pertencem a outra ordem de seres, ainda que compartilhando do mesmo espaço. Algo próximo dos encantados que compõem o panteão das religiões afro-brasileiras:

um conjunto de seres espirituais que assumem características semelhantes e diferentes nas diversas práticas religiosas em que aparecem. Denominados em muitas partes “caboclos”, esses encantados se caracterizam, em geral, por não se confundirem com as divindades propriamente ditas e, ao mesmo tempo, por apresentarem algum tipo de afastamento significativo em relação aos antepassados e aos espíritos de mortos em geral. Ainda que isso não ocorra em todas as partes, os encantados costumam ser pensados como “vivos”, seja no sentido de que são seres que passaram deste plano da existência para outro sem conhecer a experiência da morte, seja no sentido de que sempre existiram, habitaram e protegeram determinado território. (GOLDMAN, 2015:656).

Tanto as pedras, quanto o local onde situam-se as representações de Iemanjá, Janaína e Marujo indicam locais de uso coletivo e de grande importância para as comunidades pesquisadas haja vista não somente a existência de água mas a relação que mantém com o território pesqueiro composto e protegido pelas coroas, ilhas e ilhotas por meio de entes espirituais.

Imagem 55 – Porto de Acupe.



Imagem 56 - Porto de São Bento (Porto de São Bento): imagem de Janaína e do Marujo.



No que tange à presença de seres intangíveis e o modo com que pescadores e marisqueiras lidam com tais seres pode ser representada pela noção de *respeito* compartilhada pela maioria das pessoas da comunidade quando a assunto é “entrar no mar”. Conforme acima apontado, não se adentra ao mar sem as

devidas precauções e proteções. . É o *respeito* que garante a boa pesca e a saúde dos pescadores e marisqueiras, pois *lama, ilhas, ilhotas e coroas* (áreas insulares) e *maré* são entendidos como espaços das águas que interligados compõem o território pesqueiro.

*Respeito é você respeitar a natureza. Respeitar o relâmpago, respeitar a trovoadas, a chuva o temporal. O temporal quando se revolta ninguém segura não. Não tem como segurar.*¹³⁰

Para Seu Mário transmite em sua fala o conhecimento necessário para seguir os caminhos do *mar* e, ao mesmo tempo expressa um “quê” de quem sabe se fazer respeitar e sabe quando esse conhecimento pode vira à tona. O *segredo* ou o “desconhecimento” também fazem parte do imaginário de quem convive nas águas. Para Diegues (2001), “o segredo parece estar ligado, de um lado, à mestrança, às habilidades do mestre que lhe permite levar, com segurança de sucesso, o bote pesqueiro”. Da mesma forma, o segredo não se reduz a “não falar”, mas “guardar para ser dito na hora certa”, como ocorre na lógica de aprendizado dos pescadores e marisqueiras que vivenciam desde cedo tais práticas.

Os trajetos mudam de acordo com a *maré* do dia, assim como os horários de saída para as atividades da pesca e da mariscagem. Não foi tão simples definir a ida até cada comunidade pois dependeu muito da *maré no dia*. Neste caso, foi importante estar mais próxima para aproveitar aquilo que o clima pode oferecer em termos de apoio: *maré a favor*, por exemplo. O sol quente também não é lá coisa fácil de enfrentar, porém é mais aceitável que um dia de chuva ou tempestade no mar quando o barco pode virar...

A *maré*, um dos elementos desse organismo vivo – a *Ilha* - ora se mistura com o rio, como no caso da região próxima ao *Casarão de Cajaíba*, ora se modifica em correspondência às fases da lua: “é quando a *maré* muda”. A relação dos pescadores e das marisqueiras quilombolas pesquisadas com o ambiente marítimo ocorre por meio de experiências sensoriais e o modo com que são vivenciadas cotidianamente.

A noção de lugar se faz representar como estratégia de apreensão de fatos vivenciados pelos pescadores e marisqueiras pesquisados. Cada topônimo, apesar

¹³⁰ Seu Mário, da comunidade quilombola São Braz.

de identificar um mesmo espaço, carrega consigo uma história específica; é justamente aí que encontra-se a variedade de sentidos dados aos locais de referência situados no território pesqueiro. Cada vez que se navega, se revive e se reinventa o passado, com novos significados. Do mesmo modo, os laços com os entes ou seres ancestrais são atualizados cotidianamente possibilitando, a cada contexto, criar novas estratégias de acessos e de manutenção dos lugares que compõem o território pesqueiro – a Ilha. Sentir o vento, observar as pedras, respeitar o movimento das *marés*, saber adentrar ao mangue, *pedir licença* indica modos de existir, de se perceber e de pertencer.

5.3 – Breve ensaio fotográfico: homenagem às marisqueiras e pescadores da Ilha.

Dos muitos atores envolvidos, faço aqui minha breve homenagem a alguns representantes quilombolas que também contribuíram para a realização desta Tese e que representam boa parte dos elementos aqui: pertencimento, resistência, coletividade, vínculo com o território pesqueiro. Simbolizam e são parte do que denominamos de *Ilha*, em forma e substância - as águas, a fluidez, a espiritualidade, a territorialidade, a resistência - a partir dos *lugares* que ocupam no seio de suas comunidades, assim como no modo com que percebem e transmitem sua sabedoria.

Imagem 57 - **Dona Alice** – Marisqueira e liderança religiosa – Comunidade Quilombola São Braz.



Imagem 58 - **Dona Aidé** – Antiga marisqueira e pescadora (em memória) – Comunidade Quilombola São Braz.



Imagem 59 – **Dona Conceição** – Líder - Comunidade Quilombola Acupe.



Imagem 60 – **Dona Joca** – Marisqueira e líder - Comunidade Quilombola Dom João



Imagem 61 – **Seu Messias** – Pescador - Comunidade Quilombola Dom João.



Imagem 62 – **Seu Messias**, pescador e mestre de capoeira - Comunidade Quilombola São Braz.



Imagem 63 – **Seu Niano** (à frente) e **Leandro**. Pescadores – Comunidade Quilombola Acupe.



Imagem 64 – **Seu Paixão**, pescador – Comunidade Quilombola São Braz.



Imagem 65 – **Seu Zé do Guaiamum** – Comunidade Quilombola Dom João.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta Tese procurei demonstrar os diferentes usos e significados atribuídos à Ilha de Cajaíba a partir das concepções apresentadas pelos pescadores e marisqueiras das comunidades quilombolas Acupe, São Braz e Dom João acerca deste “lugar antropológico” que integra seu território pesqueiro. Foram também consideradas noções e modos de apropriação evidenciados por diversos atores sociais e agentes institucionais em diferentes contextos de sua trajetória histórica e social enquanto objeto de interesses antagônicos.

Diferentemente das demais lógicas de apropriação quanto ao uso do espaço marítimo e insular da região do Recôncavo Baiano, o território da Ilha é concebido pelas comunidades quilombolas como um conjunto de relações entre espaços que dialogam entre si por meio da pesca, da mariscagem, das disputas e mobilizações políticas. Locais estes denominados: Ilha de Cajaíba, Coroa Branca, Ilhote do Passarinho, Nordeste, Chegado, Ilha Grande, Ilha Pequena, dentre outras localidades que integram o “arquipélago da Cajaíba”, *locus* desta pesquisa, e o lugar que as comunidades entendem pertencer ao território da “Ilha” como um todo.

A Cajaíba passou por vários processos de fragmentação desde o período colonial com a vinda dos engenhos de açúcar para a Bahia, passando pelo Barão de Cajaíba, até sua mais recente intervenção por parte de empresas multinacionais ligadas ao capital estrangeiro e nacional que visam obter lucro. Por meio da implantação de projetos voltados ao turismo imobiliário que se valem de um discurso “ecologicamente correto”, tais atores acabam por limitar o acesso dos pescadores e marisqueiras à Ilha de Cajaíba, bem como às demais localidades utilizadas para pesca e mariscagem.

Por outro lado, a despeito dos processos de privatização ocorridos sobre a Ilha de Cajaíba, sempre houve uma reação por parte dos grupos negros, principalmente no que tange às suas formas de ocupação e de resistência a tais sistemas econômicos que os exclui socialmente. Neste sentido, as comunidades quilombolas emergem juntamente com outras categorias políticas associadas aos seus modos de vida destinados à pesca e à mariscagem. Para tanto, a presença de agentes de mediação foi fundamental para a formação de suas identidades políticas para o reconhecimento de seus direitos sobre o território pesqueiro. A CPP, o MPP e

AATR que, em conjunto com outras instâncias sociais e governamentais auxiliaram na abertura dos processos de regularização fundiária de seus territórios étnicos.

Sobre suas concepções acerca da Ilha, as três comunidades quilombolas apontadas possuem elementos comuns que não se esgotam nos itens abaixo:

- relação com a Ilha de Cajaíba enquanto lugar compartilhado em termos de usos e significado atribuído sobretudo em relação à identidade social e a ancestralidade ligada à ocupação negra compartilhada pelas comunidades;
- percepção de que a Ilha engloba mais de uma fração de terra, ou seja, envolve um conjunto de ilhas, ilhotas, ilhotes e coroas interligadas por práticas específicas relativas ao manejo dos recursos naturais;
- inúmeros conflitos vivenciados pelas comunidades que envolvem mais que a área em questão, seja a *Ilha de Cajaíba*, seja a *Coroa Branca*, mas tudo que dali deriva como obstáculos à manutenção da vida na *maré*, na *lama*;
- interesse comum pela Ilha de Cajaíba, sob o olhar de cada uma das comunidades considerando as distintas fases do processo de regularização fundiária em que se encontram: São Braz: fase de delimitação e publicação do relatório antropológico; Dom João: fase de elaboração do relatório antropológico; Acupe: início da abertura do processo junto ao INCRA.

A pesquisa realizada junto às instâncias governamentais – MPF, FCP, SPU, INCRA, Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, INEMA / Property Logic - demonstrou contradições e divergência internas em cada um destes órgãos o que gerou críticas por parte dos agentes estatais que as relacionaram como um dos principais gargalos a serem considerados quando das demandas oriundas das comunidades quilombolas. Por outro lado, são evidentes as tentativas por parte dos técnicos consultados (INCRA, SPU, INEMA, MPF) de buscar formas de maior aproximação acerca do sentido atribuído pelas comunidades quilombolas à Ilha, assim como do diálogo com as instâncias não governamentais de apoio (CPP, AATR).

No sentido formal, boa parte dos setores internos a estes órgãos se valem de uma visão fragmentada sobre a *Ilha* com base na divisão de terras, de áreas, de terrenos ou de propriedades distinta daquela apresentada pelas comunidades quilombolas que a vêem como o todo não homogêneo, mas diverso. Um ambiente amplo composto pelo conjunto de espaços utilizados pelas mesmas (coroas, ilhas,

ilhotas, manguezal, mar) e que dão forma ao arquipélago da Cajaíba entendido enquanto parte de seu território pesqueiro e de suas trajetórias sociais.

O que acaba por favorecer, por exemplo, um tipo de lógica fragmentada como a do setor turístico imobiliário que entende o conjunto das localidades que compõem o arquipélago da Cajaíba e todo seu processo histórico e social igualmente dividido. Seus projetos criam assim a imagem de vários ambientes em potencial turístico e financeiro que podem ser utilizados de forma integrada ou fragmentada, a depender dos interesses comerciais.

Durante os trajetos foi possível compreender a relação entre as comunidades quilombolas e os espaços que conformam as áreas da *maré*, *lama* e *terra* utilizadas conforme o contexto a que estão expostas, mas que possuem diferentes significados. Em forma de narrativa mítica sobre o passado escravo do antigo Engenho ou na mais recente construção (o muro), as histórias se entrelaçam e acabam por dar sentido ao lugar que agrega todas estas dimensões de conflito e resistência vivenciadas pelos pecadores e marisqueiras do Recôncavo.

A interlocução entre os territórios quilombolas pode ser entendida por meio das categorias que identificam a *Ilha*. Não posso afirmar que esta simbolize toda a diversidade de formas e de significados atribuídos aos elementos que configuram este cenário de disputas e estratégias de articulação entre as comunidades, mas pressupõe uma espécie de elo de ligação entre os diversos aspectos ligados à realidade vivenciada pelas comunidades quilombolas.

É interessante analisar o uso de categorias êmicas quando da atribuição de valores aos locais de referência ao longo dos trajetos feitos por cada comunidade pesquisada até a Ilha de Cajaíba. Cada percurso carrega consigo narrativas sobre a origem de cada território quilombola e da Ilha de Cajaíba; os pontos de conflito e de aproximações envolvendo locais do entorno da Ilha, também considerado *da* e *na* Ilha; as variações, em termos ambientais, que definem cada uso da ilha e o modo com que as comunidades executam práticas de pesca e mariscagem que atribuem significado e identidade aos grupos e seus territórios.

As narrativas e a presença dos seres espirituais evocam não somente aspectos ligados à ancestralidade mas situações de conflito em torno dos processos de expropriação e perda do espaço. *Assombrações* e seres não humanos são percebidos pelos pescadores e marisqueiras como fonte que alimenta a memória social e indicam locais onde se reforçam os vínculos com território

pesqueiro. Lógica que concede certa autonomia e continuidade às suas práticas cotidianas e redes de sociabilidade; seres que indica um caminho para a compreensão quanto ao uso e atribuição de sentido a lugares ainda sob proteção ambiental por parte das próprias comunidades que prezam pelo *respeito* ao mundo das águas.

O contexto de reivindicação do espaço da *Ilha* permite perceber o que é entendido pelas comunidades como algo a ser mantido e evocado. Ao analisar as dinâmicas sociais estabelecidas entre as comunidades quilombolas a partir da Ilha de Cajaíba busco evidenciar os processos de territorialização segundo os quais ocorrem as trocas simbólicas e o diálogo que se vale dos elementos identitários apresentados por cada comunidade quilombola como representativos de sua etnicidade perante outros grupos com os quais mantém relações de conflito ou de reciprocidade. O que de fato nos interessa é o movimento de conexão entre as comunidades em função de um lugar específico que dialoga com suas noções de territorialidade e etnicidade. As especificidades de cada comunidade - seus olhares sobre como usar, acessar, falar sobre a *maré*, *mangue* e sobre seus *territórios*, ou de como lutar contra aqueles que querem tomar-lhes o direito de acesso a estes recursos naturais - farão sentido aqui quando ligadas a um eixo comum, neste caso, a *Ilha de Cajaíba*, que sob o ponto de vista das comunidades diz respeito ao arquipélago. Este é o elemento comum que vem sendo acionado pelos quilombolas de modos distintos.

Ao mesmo tempo em que é compartilhada enquanto local de apoio à pesca, de uso de roças, de extração do cajá, é também vivenciada e apropriada de maneira diversa por cada comunidade. Os pontos de conexão entre elas são centrais para esta pesquisa que visa estabelecer uma relação entre a diferença e a semelhança, a proximidade e a distância no jogo social. Ao falar de lugar, falo também de locais específicos que agregam elementos da historicidade e da etnicidade dos grupos: as histórias relativas ao passado escravo, estórias sobre o Barão de Cajaíba, conflitos recentes, atividades econômicas, ritos e práticas tradicionais que se entrecruzam compondo o cenário em cada um dos territórios quilombolas.

O quadro abaixo resume boa parte dos eventos que significaram rupturas ao longo da trajetória das comunidades Acupe, São Braz e Dom João e a relação que mantém com a Ilha de Caraíba como um todo. Busca ilustrar também boa parte do percurso percorrido ao longo deste Tese, cuja intenção é compartilhar estas

experiências e dar visibilidade ao que as comunidades entendem ser fundamental na compreensão de seus modos de vida. Muitas das evidências obtidas em campo a respeito da interlocução entre as comunidades quilombolas pesquisadas indicam um contexto mais amplo de relações entre estas e outras tantas comunidades que também atribuem sentido à *Ilha* e a outros locais da região do Recôncavo entendidos como áreas que integram o território pesqueiro. Algo a se pensar, percorrer e compartilhar ...

Quadro 3 – Síntese dos conflitos envolvendo a Ilha de Cajaíba.

- 2004: Registro no Livro do Tombamento dos Bens Imóveis do Sobrado e Fábrica do Engenho Cajaíba – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Tombamento Estadual - Decreto 9.214 de 2004).
- 2006: Aquisição da Ilha de Cajaíba pelo grupo empresarial PropertyLogic – empreendimento Eco Resort Ilha de Cajaíba, localizado entre os municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde.
- 2007: Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) começou a atuar em 2007 em defesa das condições de trabalho para os pescadores na comunidade de São Braz; limitações quanto ao acesso das comunidades quilombola à Ilha de Cajaíba.
- 2008: Início do processo de licenciamento ambiental junto ao extinto Instituto do Meio Ambiente – IMA/Secretaria de Meio Ambiente/BA. Articulação entre as comunidades quilombolas que fazem uso da Ilha e o envolvimento do MPF, MPE, SPU, FCP, INCRA, DPU, CPP.
2008 - Articulação entre as comunidades quilombolas da região do Recôncavo Baiano que fazem uso da Ilha: consenso para o início do processo de regularização fundiária da Ilha de Cajaíba – território de São Braz (organização política).
- 2009: Emissão de Certidão de Auto-definição - FCP/MinC; abertura do processo de regularização fundiária do território da Comunidade Quilombola São Braz junto ao INCRA/BA.
- 2009: Parecer emitido pela Fundação Cultural Palmares acerca do EIA/RIMA – Eco Resort Ilha de Cajaíba – ausência de informações sobre ocupação negra na região e existência de comunidades quilombolas (não referidas).
- 2010: Complementação do EIA/RIMA – Eco Resort Ilha de Cajaíba (PropertyLogic). Cancelamento do processo de licenciamento ambiental envolvendo a PropertyLogic em função do processo de regularização fundiária em curso.
- 2012: Elaboração do relatório antropológico do território: da Comunidade Quilombola São Braz: inclusão da área da Ilha de Cajaíba (fração maior de terras do arquipélago); da Comunidade Caonge: ação judicial (novo procedimento IN 57/INCRA); Comunidade Acupe: conflitos envolvendo a Ilha da Coroa Branca e empreendimento imobiliário.
- 2014: Entrega do relatório antropológico com a inclusão da área total da Ilha de Cajaíba.
- 2015 - Projetos de urbanização e turismo náutico pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde/BA – controle sobre a área da Ilha.
2015 - Processo de privatização da Ilha parte da rede Globo de Televisão em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo para as gravações da novela “Velho Chico”.
- 2016: Processo de regularização fundiária em andamento (notificações e cadeia dominial);
2016- Evidências de contratação de novas empresas para implantação de Projeto Urbanístico na área do Casarão e entorno por parte da Municipal de São Francisco do Conde/BA – controle sobre a área da Ilha.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In.: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM. 2006.

APPADURAI, Arjun. **A Vida Social das Coisas: As Mercadorias sob uma Perspectiva Cultural**. Niterói: Eduff, 2009.

ARANTES, Rogério Bastos. **Ministério Público e Política no Brasil**. Série Justiça. São Paulo: Educ; Ed. Sumaré; Fapesp, 2000.

ARRUTI, José Maurício. **A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. In: Mana - Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

_____. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru/São Paulo: Edusc. 2006.

_____. **Quilombos**. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008. Disponível em : <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/quilombos-2013-jose-mauricio-arruti>. Acesso em: 15/02/2014.

ATKINSON, Paul. **Ethnography and the representation of reality**. In.: The Ethnographic Imagination: Textual construction of reality. London & New York: Routledge. 1990.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Tradução: Maria Lúcia Pereira. 9 ed. Campinas: Papius, 2012)

BAHIA. **Estratégia Turística da Bahia – O terceiro salto**. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia – SETUR, Salvador, 2011. Disponível em: www.setur.ba.gov.br. Acesso em: 12/06/2016.

BAHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BARICKMAN, B.J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARTH, Fredrick. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2000.

_____. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: Teorias da etnicidade. POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. Tradução: Elcio Fernandes. 2 ed , São Paulo: UNESP, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Portugal: Edições 70, 2008.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Mário Guerreiro (tradução). Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. In: ORTIZ, Renato (org) Pierre Bourdieu. Sociologia. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Espíritos do Estado: gênese e estrutura do campo burocrático**. In: Razões práticas. Campinas: Papirus, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. ; HEIMER, Michael. **Análise antropológica do processo de implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu e seus reflexos sobre a Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape e as comunidades remanescentes de quilombos do Recôncavo/Bahia/Brasil com auxílio de ferramentas da Geotecnologias**. Artigo apresentado na IV Congresso Latinoamericano da Antropologia (ALA) – Las antropologías latinoamericanas frente a um mundo em transición. Ciudad de México, 7 a 10 de outubro de 2015.

_____. **Comunidades remanescentes de quilombos do Recôncavo da Bahia: conflitos territoriais e articulações identitárias**. In.: Territorialidades negras em questão: conflitos, lutas por direitos e reconhecimento. OLIVEIRA, R.; CARVALHO, A.P.C.; MÜLLER, C.B. (orgs.) v.9, Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, p. 13-28, 2016a,.

_____. **Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais**. In.: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 131-157, jul./dez. 2016b.

CARRARA, Sergio. **Crime e Loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, ;Sõa Paulo: EDUSP, 1998.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.vol. 1: A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. **Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA (1960-1990)**. São Paulo:Annablume; Salvador: FAPESB, 2007.

_____. **Pescadores e Roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888)**. São Paulo: Annablume: FAPESP; Salvador: FAPESB, 2008.

CAVALLI, Ronaldo Oliveira; FERREIRA, Jaime Fernando. **O futuro da pesca e da aquicultura marinha no Brasil: a maricultura**. Ciência e Cultura. v.3, São Paulo, 2010. Disponível em:< http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 28/09/2016.

CHAGAS, Mario. **Casas e portas da memória e do patrimônio**. In. Revista Em questão, UFRGS, v.22, n.3, set/dez. 2016. Disponível em:< <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2033>> Acesso em 15/10/2016.

DAMATTA, Roberto; SOÁREZ, Elena. **Águias, Burros e Borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1997.

DIAS NETO, José; DIAS, Jacinta de Fátima Oliveira. **O uso da biodiversidade aquática no Brasil: uma avaliação com foco na pesca**. Brasília: IBAMA – Ministério do Meio Ambiente/MMA, 2012. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/index.html>. Acesso em: 13/09/2016.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ilhas e sociedade insulares**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1997. Disponível em:< <http://nupaub.fflch.usp.br/biblioteca>>. Acesso em: 30/10/2016.

_____. **Ilha e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1998. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/biblioteca>. Acesso em: 30/10/2016.

_____. **A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. In.: Etnográfica, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375. Disponível em: < <http://nupaub.fflch.usp.br/biblioteca>>. Acesso em : 12/07/2016.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Tradição marítima e oralidade: pesca de marcação e mestrança em Galinhos, Rio Grande do Norte – Brasil**. Projeto História, Revista do Programa de Pós-Graduandos de História, PUC – SP. V.22. São Paulo, (junho) 2001. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10749>. Acesso em: 16/04/2016.

FERNANDES, Mariana Balen; MULLER, Cintia Beatriz. **Laudos Antropológicos em Territórios Quilombolas: questões metodológicas e éticas na produção etnográfica**. Grupo de Trabalho 19: Laudos Antropológicos: novos desafios e

enfoques. IV Reunião Equatorial de Antropologia XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste 04 a 07 de agosto Fortaleza-CE, 2013.

FERREIRA, M. L. M. **Batalhas no campo da memória e dos museus**: disputas sobre o sentido do passado, lutas pelo reconhecimento. In: CHAGAS, M. de S.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. A democratização da memória: a função social dos museus Ibero-Americanos. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 53-70.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. (Org.). **Brasil Afro-Brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50ª Ed. São Paulo: Global, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERMANI, Guiomar Inez; OLIVEIRA, Gilca G. **Relatório Preliminar** – Comunidade Negra Rural Quilombola Porto de Dom João. Geografia dos Assentamentos da Área Rural – GEOGRAFAR/UFRBA, 2015.

GIUMBELLI, Emerson. **Para além do “trabalho de campo”**: reflexões supostamente malinowsianas. In.: Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 17 n. 48, fevereiro/2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n48/13951.pdf>>. Acesso em: 15/11/2016.

GOLDMAN, Márcio. **“Quinhentos anos de contato”**: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. MANA. 21(3): 641-659, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002 .

_____. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond; MinC/IPHAN/Demu, 2007.

GUATTARI, E. e ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996

GLUCKMAN, M. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 2010. p. 237-364.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. In.: A emergência da multiterritorialidade – ressignificação da relação do humano com o espaço. HEIDRICH, Álvaro Luiz (org., et al) Canoas/RS: ULBRA; Porto Alegre:Ed.UFRGS, 2008.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. INERFACEHS, Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, SP: SENAC, 2006. Disponível em: < <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/89/114>>.

HERZFELD, Michael. **Intimidade cultural poética social no Estado-Nação**. Lisboa: Edições 70, 2005.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed.34, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos**: cidadania ou folclorização? In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, nº13, 1999.

_____. **O Legado do testamento** – A Comunidade de Casca em Perícia. Florianópolis: NUER/UFSC: 2002.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 2000.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Sobre tutela e participação**: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos xx/xxi. Documenta, Mana 21(2): 425-457, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v21n2/0104-9313-mana-21-02-00425.pdf>>. Acesso em 10/12/2014.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322, UnB: Departamento de Antropologia. Brasília, 2002. Disponível em: < <http://www.dan.unb.br/dan-producaocientifica/serieantropologia/26-producao-cientifica/serie-antropologia?layout=blog>>. Acesso em: 28/09/2016.

LUCCHESI, Celso Fernando. Petróleo. In.: Estudos Avançados, Dossiê Recursos Naturais, v.2 n.33, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200003> . Acesso em: 23/05/2016.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares**: espaço e a indivisão na pesca marítima. São Paulo: ANNABLUME, 1993. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=tIEKpkFmImMC&pg=PA35&lpg=PA35&dq=simone+maldonado+mestres+e+mares+artigo+cient%C3%ADfico&source=bl&ots=kbApZ9FCrH&sig=934DhMj4ajdJeFYWnzxgX2E6aiQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj9y82jiK7PAhVDjpAKHax6AXcQ6AEIWzAN#v=onepage&>>

[q=simone%20maldonado%20mestres%20e%20mares%20artigo%20cient%C3%ADfico&f=false](#)>. Acesso em: 30/11/2015.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Traduções: Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. Revisão: Eunice Duran. Coleção Os Pensadores, 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCUS, George E. **Ethnography in/of the world system**: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of anthropology*, Vo. 24 (1995).

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELLO, Marcelo Moura. **Devoções manifestas**: religião, pureza e cura em um templo hindu da deusa Kali (Berbice/Guiana). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Entidades espirituais**: materializações, histórias e os índices de suas presenças. *Etnográfica*. vol. 20 (1), 2016.

MINTZ, Sidney. **COMIDA E ANTROPOLOGIA**: Uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - v. 16 n.. 47, 2001.

MULLER, Cintia Beatriz *et al.* **Comunidade Remanescentes de Quilombos**: limites legais ao interculturalismo. In.: *Territorialidades negras em questão: conflitos, lutas por direitos e reconhecimento*. OLIVEIRA, R.; CARVALHO, A.P.C.; MÜLLER, C.B. (orgs.) Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, pp.163-172.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, Niteroi: EdUFF, 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%205%20-%20Texto%20Kabenguele%20Munanga.pdf>>. Acesso em: 06/15/2011.

NETTO, Sandro Luiz; MATEUS, Lúcia Aparecida de Fátima. **Comparação entre a pesca profissional – artesanal e pesca amadora no pantanal de Cárceres, Mato Grosso, Brasil**. In.: *Revista Científica de Pesca, Aqüicultura e Limnologia* 35(3), Boletim do Instituto de Pesca (online), Instituto de Pesca de São Paulo, 2009. Disponível em:< http://www.pesca.sp.gov.br/sumario35_3.php>. Acesso em: 10/09/2016.

NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1994.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos**. In. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1998.a

_____. **Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. In.: Mana, v. 4(1), 1998.b

ORO, Ari Pedro. **As religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul**. In.: Debates do NER, Porto Alegre, ano 9, n. 13 p. 9-23, Jan./Jun. 2008.

ORTNER, Sherry. **Teoria na antropologia desde os anos 60**. Mana vol.17, nº02, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132011000200007&script=sci_arttext>. Acesso: 10/09/2013.

OSLENDER, Ulrich. **Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una "espacialidad de resistência"**. Scripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VI, núm. 115, 1 de junio de 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-115.htm>>. Acesso em 15/09/2015.

PÁDUA, José Augusto. **O amargo avanço da doçura**. In.: Dossiê Civilização do açúcar. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 8, Nº 94. Rio de Janeiro: SABIN, jun., 2013 (p. 18-21).

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito. Ensaio de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PETROBRÁS. **Pré-Sal**. Disponível em:< <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>> Acesso em: 01/10/2016.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso**. In.: Estudos Avançados, Revistas USP, v.18, n. 52, 2004. Disponível em : <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10033>.

_____. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Prefácios dos professores E. E. Evans Pritchard e Fred Eggan; tradução Nathanael C. Caixeiro. 2ª edição, Petrópolis, Vozes (Coleção Antropologia) , 2013

REGO, André Gondim do. **O Trabalho do Antropólogo no Ministério Público Federal e outras considerações sobre a articulação entre o Direito e a**

Antropologia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Dissertacao_216.pdf>. Acesso em 01/08/2016.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito** – resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

_____. **Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos.** In.: Revista Afro-Asia/UFBA, Nº 15, Salvador, 1992. Disponível em: <<http://www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=68>>. Acesso: 25/08/13.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado:** nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Revista de Antropologia 34: 59-101, 1992.

_____. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.** Novos Estudos – CEBRAP, n.80, São Paulo, mar. 2008.

ROCHA, Ana Luísa; ECKERT, Cornélia. IMAGEM RECOLOCADA: PENSAR A IMAGEM COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA E ANÁLISE DO PENSAMENTO COLETIVO. **Revista Iluminuras.** v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9119/5232>>. Acesso em: 20/02/2017.

SAHLINS, Marshall. **Cosmologias do capitalismo:** o setor transpacífico do “sistema mundial” (1988). In.: Cultura na Prática. 2.ed. Rio de Janeiro:Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia)

_____. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003a.

SALAINI, Cristian Jobi; GRAEFF, Lucas. **A respeito da materialidade do patrimônio imaterial:** o caso do INRC Porongos. In.: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 171-195, jul./dez. 2011.

SANTOS, Boaventura Souza. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura do tempo. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHMIDT, Anders Jensen *et al.* **Sobre a definição da zona de apicum e sua importância ecológica para populações de caranguejo** – uçá *Ucides cordatus* (LINNAEUS, 1763). In.: Bol. Técnico e Científico CEPENE, Tamandaré - PE - v. 19, n. 1, p. 9-25, 2013. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cepene/images/stories/publicacoes/btc/vol19/art01-v19.pdf>>.

_____. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003b.

SEPÚLVEDA, Myrian. **A construção social da memória.** In: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva e teoria social. São Paulo: Annablume, 2 ed. , 2012, pp. 39 a 99.

SERRA, Ordep Trindade. **O simbolismo da cultura**. Salvador: Centro Editorial e Didático/UFBA, 1991.

_____. **Riscos**: vulnerabilidade política e violência fria nas águas de todos os santos. Texto inédito, a integrar a publicação sobre a Baía de Todos os Santos/UFBA, também apresentado pelo autor junto à disciplina de Antropologia e Ética, 2013.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Políticas Públicas e Mediação na comunidade remanescente de quilombos de Casca – Mostardas/RS**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, PPGDR/UFRGS. Porto Alegre, 2007.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. **A guerra do peixe**: Jacauacá, conflitos e territorialidades nas águas. In.: Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento. Elenise Scherer (Org.). 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

STRATERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 8ª ed. Salvador: Ática, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP. **Ritos de passagem**. Coleção Antropologia. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VASCONCELLOS, Lívia Gomes de. **Pesca artesanal e petróleo do Recôncavo Baiano**: gestão ambiental federal com mediadora de conflitos. In.: Revista Nordeste de Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.1, Anais do 1º Seminário de Geoecologia e Planejamento Territorial e do 4º Seminário do GEOPLAN, Escola Superior de Sustentabilidade, Sergipe, 2012. Disponível em:<
<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=revista%20nordestina%20de%20ecoturismo%20%C3%ADvia%20vasconcellos%202012> > . Acesso em: 29/05/2015.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço**: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In.: Desenvolvimento e conflitos ambientais. ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

_____; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. Disponível em:<
http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf>,
 Acesso em: 12/09/2016.

ANEXOS

ANEXO 1

CARTA ABERTA EM DEFESA DA ILHA DE CAJAÍBA

BA – CARTA ABERTA EM DEFESA DA ILHA DE CAJAÍBA

🕒 14 de abril de 2011 (<http://racismoambiental.net.br/2011/04/14/ba-carta-aberta-em-defesa-da-ilha-de-cajaiba/>) * 📌 Racismo Ambiental (<http://racismoambiental.net.br/category/racismo-ambiental/>) * 📍 CombateRacismoAmbiental ()

0

Nós, movimentos e entidades presentes no Ato em Defesa da Ilha de Cajaiba, realizado nos dias 12 e 13 de Abril de 2011, na Senzala do Casarão histórico da referida ilha, situada no município de São Francisco do Conde, BA, manifestamos nosso REPÚDIO à empresa italiana MISSONI, que pretende construir, em 2012, um mega empreendimento turístico denominado de *HOTEL MISSONI ILHA DE CAJAIBA*. Destacamos que a referida empresa recentemente adquiriu do grupo PROPERT LOGIC a concessão para construir o já citado empreendimento, sem considerar que a ilha pertence ao território das comunidades remanescentes de quilombos de São Braz, Acupe, Cambuta e Monte Recôncavo, bem como de outras comunidades pesqueiras tradicionais da região.

A Ilha de Cajaiba garante a segurança alimentar de mais de 10 mil pessoas através do extrativismo de frutas tropicais como cajá, jenipapo, tamarindo, manga, dendê, banana, araçá, sapoti, caqui, etc, e da pesca artesanal, já que cerca de 60% da sua vegetação é composta por manguezal.

Com a possibilidade de implantação do empreendimento turístico na ilha, observa-se o aumento da especulação imobiliária na região, com a privatização e invasão criminosa das ilhotas situadas no entorno de Cajaiba, por grupos empresariais estrangeiros. Estes, vem detonando os bancos de corais para utilizar as pedras na construção de muralhas ao redor das ilhotas, impedindo o acesso dos pescadores e quilombolas aos seus espaços tradicionais de uso.

Cabe ressaltar que já tramitam no INCRA-BA três processos administrativos de demarcação e titulação do território quilombola das comunidades já referidas, e que a partir das inúmeras representações apresentadas pelas mesmas junto ao Ministério Público Federal e Estadual, foram abertos procedimentos para investigar a violação dos direitos coletivos das comunidades tradicionais quilombolas envolvidas, bem como as violações aos direitos difusos ao meio ambiente e à preservação do patrimônio histórico e cultural que vem sendo ameaçados. Como decorrência das investigações, o Ministério Público Estadual recomendou, em 2008, que fosse paralisado o processo de licenciamento do empreendimento até que o plano de manejo da APA – BTS fosse regulamentado e efetivado, o que foi descumprido pelo Instituto do Meio Ambiente – IMA, que aprovou a licença de localização para as obras em 2010.

Nunca é demais lembrar que a privatização da Ilha de Cajaiba se insere num contexto de implantação de grandes empreendimentos industriais e turísticos na Baía de Todos os Santos, desde a década de 1970, e intensificados nos últimos anos pelo Governo Wagner. A região, ocupada secularmente por comunidades negras pesqueiras e quilombolas, tem sido historicamente vítima do racismo ambiental e institucional, e afetadas diretamente por desastres ambientais provocados por grandes empresas, tal como a contaminação por metais pesados (chumbo e cádmio) provocada pela COBRAC, derramamento de óleo pela Petrobrás, e recentemente por produtos químicos liberados pela Fábrica estrangeira PENHA PAPEL (de capital Japonês) situada em Santo Amaro, que tem levado a degradação do Rio Pitinga e uma contínua mortandade de peixes e mariscos. Tais crimes ambientais já foram exaustivamente denunciados aos órgãos ambientais e ao Ministério Público, mas as ameaças persistem e as empresas ainda não foram responsabilizadas.

Diante do exposto, solicitamos que o Ministério Público agilize os processos já em tramitação, a fim de: assegurar os direitos das comunidades tradicionais já referidas, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural ameaçado pelos empreendimentos; acelerar o processo de demarcação e titulação do território quilombola das mesmas comunidades; suspender o processo de licenciamento ambiental do empreendimento turístico na Ilha de Cajaiba; e embargar o processo de destruição dos bancos de corais e construção de muros nas ilhotas localizadas no entorno da ilha.

São Francisco do Conde, 13 de abril de 2011

Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Braz

Associação dos Remanescentes de Quilombo de Acupe

Associação de Pescadores e Marisqueiras Frutos do Mar – Santo Amaro

Comunidade Remanescente de Quilombo da Cambuta

Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha de Maré

MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

Associação Quilombo do Orobu

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

AATR – Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia

NENN – Núcleo de Estudantes Negros e Negras da UFRB

Enviada por Mirna Oliveira (AATR).

ANEXO 2

TABELAS DE PERCURSOS

- Tabela 1 – Terceira incursão – São Braz
- Tabela 2 - O percurso com a Comunidade Quilombola Acupe
- Tabela 3 - Lugar de acampar na Ilha - Acupe
- Tabela 4 - Contornos da Ilha de Cajaíba – Acupe

TABELA 1				
COMUNIDADE SÃO BRAZ				
Município: Santo Amaro/BA				
Data: 12/03/2016				
Interlocutores: Seu Mário, Dé.				
PONTO (GPS)	LOCAL/NOME	CATEGORIA ÊMICA	DESCRIÇÃO / UTILIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
53 - 55	Porto de São Braz	Porto Debaixo	Compra e venda de mariscos e peixes	
56	Boca do Porto	Boca do Porto		
57	Fundo de São Braz	Fundo de São Braz	Acesso à maré	Memória: origem da comunidade: Santo achado no mar.
58 / 59	Saraíba		Maré: peixe e camarão.	Pesca com rede de arrasto.
60	Camboa	Camboa	Maré: peixe.	À direita.
61	Limão	Limão	Coroa: marisco : sururu, ostra, bebe fumo.	À esquerda.
62	Lavador	Lavador	Extração de mariscos.	Primeira travessa: curva. Acesso a Santo Amaro via maré .
63	Camboa	Camboa	Maré: peixes	Continente: Movimento dos Sem Terra (não pescam).
64/65	Casqueiro	Casqueiro		Dá acesso até a Ilha de Cajaíba.
66	Coroa do Piqui	Coroa do Piqui	Mariscos e peixes.	Nome da localidade é nome de peixe.
67	Cana Brava	Cana Brava		Segunda travessa: curva.
68/69		Estrado	Maré: camarão.	"Laço": local de retorno.
70	Mapu	Mapu	Mangue: mariscos, siri, aratu, caranguejos.	Terceira travessa: curva . Conflito: poluição - proximidades da Fábrica de papel.
71	Patiba	Patiba	Maré: camarão.	Grande quantidade de camarão. Conflito: poluição - proximidades da Fábrica Penha

				Papeis.
72-76	Rio Camamu	Rio Camamu		Conflito: poluição - proximidades da Fábrica Penha Papeis.
77-82		Pá de Gominho		
83		Quebra Machado		Próxima volta para acesso a Santo Amaro.
84			Ilha de acesso a Santo Amaro.	À direita.
85			Mangue: mariscos.	
86	Sobradinho	Sobradinho		À direita.
87/89		Buraco do Veio	Maré: peixes e camarão.	Pescadores submersos.
90	Coroa do França	Coroa do França	Maré: camarão / Mariscos: mapé, sururu, etc.	Conflitos: poluição - proximidades da Fábrica Penha Papeis.
91	Coroa do França	Coroa do França	Maré: camarão / Mariscos: mapé, sururu, etc.	Conflitos: poluição - proximidades da Fábrica Penha Papeis.
92	Coroa do França	Coroa do França	Maré: camarão / Mariscos: mapé, sururu, etc.	Conflitos: poluição - proximidades da Fábrica Penha Papeis.
94		Buraco do Veio	Maré: peixes e camarão.	
95/96		Buraco da Veia	Maré: camarão.	Local fundo.
97-99	Ilha do Mulungá	Ilha do Mulungá	Maré: camarão/ mangue e lama: mariscos.	Local onde está a tapera (ruínas) da Igreja de São Lourenço.
100	Coroa do França	Coroa do França	Maré: camarão / Mariscos: mapé, sururu,	Conflitos: poluição - proximidades da Fábrica Penha Papeis.

			etc.	
101	Campina / Ilha Reversa	Campina / Ilha Reversa		Acesso a Santo Amaro: retorno.
102	Conde	Conde		Chaminé da Igreja do Conde.
103	Coroa Quarenta	Coroa Quarenta	Pesca e mariscagem (mangue e lama)	Conflitos: poluição - proximidades da Fábrica Penha Papeis.
104	Santo Amaro/ Pitinga	Santo Amaro/Pitinga		Local da Fábrica Penha Papeis.
105	Coroa Quarenta	Coroa Quarenta		
106	Coroa Pau do Guará	Coroa Pau do Guará	Mariscos, siri, aratu, carangueijos.	Entre Santo Amaro e Pitinga.
107	Ilha Reversa	Ilha Reversa		
108/109		Entroncamento do Conde	Maré.	Entroncamento em forma de triângulo.
110/111	Ilha do Conde	Ilha do Conde		Arraiais, casas antigas; Igreja do Conde.
112	Ilha do Conde	Ilha do Conde	Maré.	Retorno para Fábrica Penha Papeis (sentido oposto via maré).
113	Ilha do Conde/ Santo Amaro	Ilha do Conde/ Santo Amaro		Rampa para escoamento da produção (pesca).
114				
115	Camboa e Boca do Mungulá	Camboa e Boca do Mungulá	Pesca de linha e camarão	Pescadores de Sto Amaro também usam.
117 / 118	Acesso a São Bento	Acesso a São Bento		Próximo a São Francisco do Conde.
119	Cascalho	Cascalho	Pesca de peixes: carapeba rajada e robalo	Sentido em direção à antiga Escola Agrícola São Bento.

120	Rio da Ilha	Rio da Ilha	Mariscagem (mangue)	Sentido em direção à antiga Escola Agrícola São Bento.
121	Coroa Grande / Coroa da Tarioba	Coroa Grande / Coroa da Tarioba		Sentido em direção à antiga Escola Agrícola São Bento.
122	Escola Agrícola São Bento	Escola Agrícola São Bento		Porto.
123	Sucupira	Sucupira	Maré	Acesso à Ilha de Cajaíba.
124	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba	Maré	Conflito: especulação imobiliária.
125	Ilhote	Ilhote	Maré e manguezal.	Lado oposto à Ilha de Cajaíba.
126 / 127	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba	Pesca: peixes, camarão / Manguezal e lama: mariscos. Mato: extrativismo cajá, jenipapo.	Localidade da Ilha de Cajaíba com grande quantidade de palmeiras.
128	Ilha de Cajaíba / Canal	Ilha de Cajaíba/ Canal	Maré.	Ilha de Cajaíba: canal com pedras.
129	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba	Pesca: camarão.	
130	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba	Pesca: camarão.	
131	São Francisco do Conde	São Francisco do Conde		Lado oposto da Ilha de Cajaíba.
132 / 133-136	Sobrado do Barão de Cajaíba	Sobrado do Barão de Cajaíba	Pesca: peixes, camarão / Manguezal e lama: mariscos,	Local de apoio e descanso dos pescadores./ Memória: origem da ocupação negra /Conflito: Privatização pela Rede Globo; empreendimentos imobiliário (Prefeitura da SFC e Governo Estadual).
137	Pedra da Estrela Dalva	Pedra da Estrela Dalva - Localização da	Local sagrado: oferendas para iemanjá e Oxum	Próximo à entrada de São Braz e Limão, local de mariscagem.

		lemanjá		
138	Papeira	Papeira	Extrativismo de camarão	Lugar de lama (não mangue), à direita do porto de São Braz. (chegada)

TABELA 2				
COMUNIDADE QUILOMBOLA ACUPE				
Data: 12/12/2015				
Interlocutores: Maria da Conceição Oliveira Chagas de Alcântara, Crispiniano Barreto da Silva, Leandro Barreto da Silva.				
PONTO (GPS)	LOCAL/NOME	CATEGORIA ÊMICA	DESCRIÇÃO / UTILIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
85/86	Entrada para São Braz (entroncamento)	Rodagem	Rodovia estadual que leva ao município de Saubara e Cachoeira.	Placas com indicação de Eco Resorts.
88/89	Porto de baixo	Porto de baixo ("maré")	Porto que dá acesso à Boca do Rio .	Principal porto da comunidade.
90	Entrada de Acupe Velho	Acupe Velho	Atual localização dos 3 viveiros de camarão.	História da escravidão e do tempo da cana-de-açúcar.
91	Porto da Praia	Porto da Praia		História da escravidão e do tempo da cana-de-açúcar.
92	Boca do Rio	Boca do Rio	Encontro das "pernas" do rio (entroncamento ou encruzilhada na maré).	Principal acesso à pesca e mariscagem (ilhas, coroas).
94	Tarioba	Tarioba	Coroa / mariscagem.	Um dos locais com maior quantidade de mariscos.
98 (?)	Ilha Grande	Ilha Grande	Mariscagem / pesca.	À direita da Tarioba. Atividades de pesca e mariscagem intensificadas em função das limitações de acesso às coroas e ilhotas.
105	Coroa do Agulhão	Agulhão	Coroa/ mariscagem.	Camarão e grande quantidade de "bebe-fumo" (marisco).
124 -128	Ilha do Cabeça	Ilha do Cabeça	À direita, próx. à ponta da Ilha Grande.	"Aqui o mangue não morre".

169	Ilha Pequena	Ilha Pequena	Mariscagem, pesca e moradias.	Onde havia "muita gente do passado e, local de moradia da família Alves Ribeiro. Seu Pedro é da Ilha Pequena. Lugar onde a "baleia encalhou" - à direita, da Boca do Rio.
172	Entre Ilhas	Entre Ilhas	Mariscagem/ pesca.	Marisco: miroró / pesca: camarão, à noite.
173	Lajes do Benzinho/ Entre Ilhas	Lajes do Benzinho	Coroa. Mariscagem/pesca.	Ponto de referência: pedras.
178	Areia da Boca/Entre Ilhas	Areia da Boca de Entre Ilhas	Pesca noturna. Entre Ilhas.	
?	Lombo da Mupira/Entre Ilhas	Lombo da Mupira	Mariscagem.	Elevação que surge com a maré baixa.
?	Canal da Ilha / Entre Ilhas (?)	Canal da Ilha		Localidade com mais profundidade ("10 a 12 braças c/ 4 de ponta"). Canal que dá acesso a Santo Amaro.
194	Ilhote do Passarinho			CONFLITO: risco de perda - projeto Turístico de Resort. Construção de muro. Acesso limitado à comunidade.
205	Ilha Pequena	Ilha Pequena.	Mariscagem/pesca/ residência de verão.	À esquerda. Casa de verão do " falecido Dr. Francisco" (médico). Usada como "cabana" de apoio ao pescadores.
206	Cruzeiro (Ilha Pequena)	Cruzeiro	Cemitério.	Parada para fotos e marcação de pontos.
211	Ilha Pequena	Ilha Pequena	Saída da Ilha Pequena.	
220	Ilha de Cajaíba/Canal do Bananal	Bananal	Mariscagem/pesca.	Lado oposto ao casarão de Cajaíba.
275	Canal do Bananal.	Canal do Bananal	Mariscagem/pesca. Petrobrás.	Vista da Ilha do Medo (à direita).
234	Ilha de Cajaíba.	Cajaíba.	Mariscagem/pesca.	Início do Bananal.

?		Boca da Enseada Grande	Mariscagem/pesca.	Fim do Bananal.
?		Enseadinha	Mariscagem/pesca.	À esquerda.
266		Pedra da Cagada	Mariscagem/pesca.	
270	Enseada Grande	Enseada Grande	Mariscagem/pesca. Torre de perfuração da Petrobrás.	
290	Entre Ilhas/Ilhote do Passarinho/Nordeste		Mariscagem/pesca.	Registro de imagens distante das três localidades à distância.
301	Ilhote do Passarinho	Ilhote do Passarinho		
315-316-317	Maré	Maré	1º BANHO!!!	Maré: acesso ao Ilhote do Passarinho e Coroa Branca.
344	Lombada da Coroa Branca	Lombada da Coroa Branca	Mariscagem/pesca.	À esquerda.
350	Coroa Branca	Coroa Branca	Coroa. Mariscagem/pesca.	CONFLITO: risco de perda - projeto turístico de Resort. Construção de muro. Acesso limitado à comunidade. Perda do manguezal. Visão 306°maré, ilhas e coroas.
353 - 416	Coroa Branca - extensão do muro de pedra.	Coroa branca: muro		Medição: intervalos 10 - 10 m/ último 3 m.
423	Ilha do Nordeste	Ilha do Nordeste ou Guarapirá	Mariscagem/pesca.	Atrás da localidade chamada Costa.
520	Salina, Costa	Salina, Costa.	Duas localidades próximas. Mariscagem	
532	Maracanã	Maracanã	Mariscagem/pesca.	À esquerda (ver seqüência de fotos).
537	Coroa de Bernardinho	Coroa de Bernardinho	Mariscagem/pesca.	Marisco: bebe-fumo. Pesca do camarão.

541		Taná	Mariscagem/pesca.	Ostra e pesca com "redinha".
555	Lamaceira	Lamaceira		À esquerda.
556-562	Boca do Rio	Boca do Rio		À direita (retorno ao Porto de Acupe).

TABELA 3				
COMUNIDADE ACUPE				
Município: Santo Amaro / BA				
Data: 12/02/2016				
Interlocutores: Maria da Conceição Oliveira Chagas de Alcântara, Carlos de Assis e Jonaldo.				
PO NT O (GP S)	LOCAL/NO ME	CATEGORIA ÊMICA	DESCRIÇÃO / UTILIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
5 a 8	Porto da Prainha (saída)			
9	Coroa do Agulhão	Agulhão	Pesca do redinha.	
10	Ilha do Cabeça	Cabeça	Manguezal	
11	Julião - Ilha Pequena	Julião	Maré / ostra e sururu	Localização: à direita.
12	Entre Ilhas	Entre Ilhas (entre as Ilhas Pequena e Ilha Grande)	Maré / pesca e mariscagem	Localização: à direita. À frente, a Ilha de Cajaíba, no Bananal - piroré e camarão; à direita, A Ilha Pequena - pescadores com redinha (no canal).
13	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Rato	Maré/ pesca e mariscagem	Localização: em frente
14	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Enseada Balaio	Maré / pesca e mariscagem - camarão	Localização: à direita
15	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Dr.		Localização: à direita

		Joaquim		
16	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Dr. Joaquim - ACAMPAMENTO DE PESCA	Maré / pesca e mariscagem / acampamento	Local de descansa e de apoio à pesca. Encontro com pescadores de outras comunidades e municípios próximos.
17	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Dr. Joaquim - ACAMPAMENTO DE PESCA	Maré / pesca e mariscagem/ acampamento	Estrada construída na mata utilizada para gravações da novela Velho Chico.
18	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Araçá - ACAMPAMENTO DE PESCA	Maré / pesca e mariscagem - miroró/ acampamento	Presença de pescadores de Saubara.
19 e 20	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Araçá - ACAMPAMENTO DE PESCA	Maré / pesca e mariscagem - miroró/ acampamento	Presença de pescadores de Saubara.
20 a 22	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Araçá - ACAMPAMENTO DE PESCA	Maré / pesca e mariscagem / acampamento	Presença de pescadores de Saubara.
23	Coroa Taitó	Coroa Taitó	Pesca - camarão	
24	Enseada Catada	Catada	Maré/ pesca e mariscagem	Existência de casas da antiga fazenda. Casas abandonadas e hoje reformadas. Antes, passamos pela localidade Bangá.

25	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: casarão do Barão de Cajaíba.	Apoio à pesca.	Cenário da novela Velho Chico. Hoje, pescadores são impossibilitados de trafegar nesta parte da Ilha.
26	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba	Manguezal	À esquerda.
27	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba	Pesca de caranguejo, na maré.	res pescam com o corpo submerso na água. pesca de "machadinha".
28	Porto de São Bento	Porto de São Bento	Maré	lado esquerdo da Ilha de Cajaíba
29	Coroa de São Bento	Coroa de São Bento	Maré / pesca e mariscagem - sururu	Em frente à Ilha de Cajaíba, junto ao Rio de São Bento. A Cajaíba segue à esquerda. Pesca de sururu na água - "andam" dentro da caixa. FOTO: barco amarelo, no Rio de São Bento - à esquerda: Ilha de Cajaíba; à direita: divisa São Bento e Santo Amaro (acesso) - bifurcação.
30	Rio Santo Amaro	Rio Santo Amaro	Maré	Acesso fluvial ao município de Santo Amaro.
31	Ilha de Cajaíba / Rio São Braz	Ilha de Cajaíba / Rio São Braz	Maré	à esquerda, Cajaíba / à direita, Rio São Braz.
32	Canal	Canal	Maré	Canal de acesso à Pitinga, local da fábrica de papel Penha (à direita), via fluvial.
33 a 35	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba	Maré	À esquerda.
36	Travessia	Travessia	Maré	Travessia para Porto de São Bento. Cajaíba, à esquerda.
37	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Porto	Maré	Antigo porto de Cajaíba.
38	Canal	Canal	Maré	Acesso à Comunidade Quilombola São Braz.

39	Canal	Canal	Maré	Ilha de Cajaíba, à esquerda.
40	Duro da Carapeba	Duro da Carapeba	Maré	À direita.
41	Enseada Restinga	Enseada Restinga	Maré - Pesca de camarão/ Lama - mariscagem de miroró	
42	Canal do Mupira	Canal do Mupira - Localidade: Enseadinha / Canto da Cana / Moacho Grande / Moachinho.	Maré	Canal do Cupira - Localidade: Enseadinha (à esq.) / Canto da Cana / Moacho Grande / Moachinho (à dir.).
43	Enseada Grande	Enseada Grande	Maré	À esquerda da Cajaíba.
44	Canal da Mupira	Canal da Mupira	Maré	
45	Coroa do Canal	Coroa do Canal	Maré	Banho na maré.
46	Entre Ilhas	Entre Ilhas (Canal)	Maré	Ilha Pequena, Coroa Mupira (à dir.) / Cajaíba (à esq.)
47	Coroa do Mupira	Coroa do Mupira	Maré	
48 e 49	Acupe	Acupe - Localidade: Prainha.	Maré e manguezal	Entrada fluvial para Acupe.
50	Porto de Acupe	Porto de Acupe	Maré e manguezal	

TABELA 4				
COMUNIDADE ACUPE - PERCURSO INTERIOR E CONTORNO DA ILHA DE CAJAÍBA				
Localidades: Da esq. p/ dir.: Bananal - Rato - Sodré - Ara� - Dr. Joaquim - Palmeira (Casar�)				
Município: Santo Amaro/BA - São Francisco do Conde / BA				
Data: 20/05/2016				
Interlocutores: Crispiniano Barreto da Silva e Leandro Souza Silva (barco a motor).				
PONTO (GPS)	LOCAL/NOME	CATEGORIA �MICA	DESCRI�O / UTILIZA�O	OBSERVA�OES
230	Acupe	Comunidade Quilombola Acupe	Entrada do quilombo	Saıda preferencialmente às 07:00, maré alta. Após, maré vazante próxima das 08:00. Barcos compartilhados (4 ou 5 pescadores): pesca de rede ("ressa") ou de redinha (peixes). Pesca de muzu�/gaiolas (camar�): em duplas ou individualmente.
231 e 232	Porto de Acupe	Porto de Acupe (porto de cima)	Canal que leva � Boca do Rio	Saıda pelo canal
233 e 234	Porto de Acupe	Porto de Acupe (porto de cima)	Maré e manguezal	Canal Boca do Rio
235	Coroa do Agulhão	Coroa do Agulhão	Maré e manguezal - marisco: bebe-fumo	área mais aberta do Canal
237	Coroa do Agulhão	Coroa do Agulhão	Maré e manguezal - pesca de camarão com muzu� (gaiolas)	�rea mais aberta do Canal
238	Ilha de Cajaiba	Ilha de Cajaiba	Maré e manguezal	Seq�ncia no trajeto : saıda (� esq.) - Acupe/ Ilha Pequena/Ilha Grande/Ilhote do Passarinho/Guarair�/Coroa Branca. Coroa do Agulhão/ Ilha de Cajaiba (� dir.)

239	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Sodré	Maré - apoio � pesca - acampamentos / P�s de cajá - catar a fruta.	�poca do cajá: cata-se no chão a fruta madura. Limites para entrada no interior da Ilha. Utiliza�o das áreas mais às margens da maré. Permitido somente catar cajá. Acampamentos somente às margens.
240	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Sodré	Maré - apoio � pesca: peixes, siri - acampamentos / P�s de cajá - catar a fruta .	Utilizada principalmente pelas comunidade Acupe e São Braz.
241	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Joaquim	Apoio � pesca: peixes e camarão / esta�o de frutas - cajá / Local de acampamento de pescadores e marisqueiras.	Acampamentos de apoio � pesca e extra�o de frutas mais �s margens da Ilha. Limites de acesso pelos "administradores" e presença da Rede Globo. Utiliza�o por pescadores de Saubara, São Francisco do Conde, São Braz, Dom João e Acupe.
242	Canal - Ilha da Issoca: Localidade: Mata Negro	Canal - Ilha da Issoca: Localidade: Mata Negro	Maré - pesca de peixes, siri e camarão.	Retornando da Ilha de Cajaíba, � esq., avista-se a Ilha da Issoca que integra área de areia chamada Mata Negro (narrativa de origem sobre escravos).
243 e 244	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Rato	Maré - apoio � pesca / P�s de cajá - catar a fruta / Lazer - acampamentos.	Acesso das máquinas quando da utiliza�o por antigos proprietários e empreendimentos imobiliários. Caminho não mais utilizado pelas comunidades; antes era limpo. Planta�o de cacau - Antigamente (anos 80): p�s de cacau e roças - fazendeiros. Hoje as comunidades são podem catar cajá. Os acampamentos anteriores eram "mais pra dentro da Ilha". Mato: terra de massap�. Máquinas retiraram as casas de farinha.

245	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Rato	Maré - apoio à pesca / Pés de cajá - catar a fruta / Lazer - acampamentos.	Retornando da Ilha de Cajaíba, à esq., avista-se a Ilha da Issoca que integra área de areia chamada Mata Negro (narrativa mítica sobre escravos). Utilizada por pescadores de SFC, Acupe e Santo Amaro. Após a Ilha da Issoca, segue-se até a Ilha das Fontes, ao fundo, utilizada pela comunidade de Dom João, pescadores de Saubara, Madre de Deus e SFC.
246	Boca do Rio	Boca do Rio - Localidade: Quebra Vidro	Entroncamento na Boca do Rio. Caminhos que levam ao mar aberto	Local tem outras denominações. Esta (quebra-vidro, em função de ser um entroncamento com várias ilhotas que marcam diferentes caminhos.
247	Ilha de Cajaíba	São Gonçalo	São Gonçalo - Boca do Rio (maré)/ manguezal: aratu, guaiamum.	Extração de frutas: jenipapo, araçá etc. - próximo à Boca do Rio - maré. Mais pro meio do mato, restos do local onde "matava-se o escravos" (não visitado nesta ocasião devido o excesso de lama.
248	Ilha de Cajaíba	São Gonçalo	São Gonçalo - Boca do Rio (maré)	Extração de frutas: jenipapo, araçá etc. - próximo à Boca do Rio. Área utilizada por pescadores de Acupe, São Braz e Santo Amaro.
249	Porto de Acupe	Porto de Acupe (porto de cima)		Chegada. Compra e venda dos produtos da pesca e mariscagem. Os moradores de Acupe já aguardam a chegada dos pescadores: "comprar na mão do pescador".
250	Acupe	Acupe - Localidade: residência do Sr. Crispiniano		

TABELA 5				
COMUNIDADE DOM JOÃO				
Município: São Francisco do Conde/ BA				
Data: 30/03/2016				
Interlocutores: Pescadores: Sabino, José Américo Borges (Zé do Guaiamum), Florivaldo de Jesus da Cruz / Pesquisador: Manfredo Pavoni.				
PONTO (GPS)	LOCAL/NOME	CATEGORIA ÊMICA	DESCRIÇÃO / UTILIZAÇÃO	OBSERVAÇÕES
189	Candeias			
190	Paramirim	Paramirim	Rodovia	Ponto de ônibus junto à rodovia BA 522
191	Comunidade Quilombola Monte Recôncavo	Comunidade Quilombola Monte Recôncavo	Rodovia	Acesso à Comunidade Quilombola Monte Recôncavo, rodovia BA 522
192 e 193	Engenho D'Água	Engenho D'Água	Rodovia	Local de referência da trajetória da Comunidade Dom João.
194	Comunidade Quilombola Dom João	Comunidade Quilombola Dom João	Rodovia	Primeira parada de ônibus - Petrobrás.
195	Comunidade Quilombola Dom João	Comunidade Quilombola Dom João	Rodovia	Acesso principal pela rodovia BA 522 - Segunda parada de ônibus
196	Comunidade Quilombola Dom João	Comunidade Quilombola Dom João - Localidade: residência de Dona Joca e Seu Zé do Guaiamun	Interior da Comunidade	Dona Joca - liderança da Comunidade Quilombola Dom João.
197	Dom João	Porto - saída para a maré	Maré - pesca / manguezal - aratu e caranguejo	Saída para recurso até a Ilha de Cajaíba.

198 e 199	Rio do Cação / Rio da Ilhota	Rio do Cação / Rio da Ilhota	Maré - pesca / manguezal - aratu e caranguejo	Rio do Cação - à dir./ Rio da Ilhota - à esq.
200	Rio do Marapé / Rio Duas Bocas	Rio do Marapé / Rio Duas Bocas	Maré - pesca - camarão e peixes / manguezal - aratu e caranguejo	Rio Duas Bocas - à dir. Engº D'Água / à dir: maré
201	Fazenda Estação 31	Fazenda Estação 31	Maré - pesca camarão e peixes/ manguezal	Ao fundo da Fazenda Estão 31 situa-se a Ilha das Fontes (esq.)
202			Antigo poço da Petrobrás na maré.	
203	Coroa da Baixa Fria	Coroa da Baixa Fria	Maré - pesca e mariscagem	Ao fundo avista-se o município de São Francisco do Conde.
204	Coroa da Baixa Fria / Canto do Muro	Coroa da Baixa Fria / Canto do Muro	Maré - pesca e mariscagem -ostra	Fim da Baixa fria e início do Cato do Muro.
205 e 206	Canto do Muro	Canto do Muro	Maré - pesca e mariscagem -ostra	
207	São Francisco do Conde	São Francisco do Conde - Ponte	Maré	
208	Largo de São Francisco do Conde	Largo de São Francisco do Conde	Maré - pesca	Pescadores è esquerda do Largo de SFC.
209	São Francisco do Conde	São Francisco do Conde - Ponte	Maré	Festa nas margens do município de SFC - Comemorações ao aniversário da cidade (79 anos).
210	Ilha de Cajaíba	Ilha de Cajaíba - Localidade: Casarão do Barão de Cajaíba.	Maré - apoio à pesca e mariscagem.	Cenário da novela velho Chico. Limites de acesso às comunidades de pescadores e marisqueiros (as)
211	Largo de São Francisco do Conde	Largo de São Francisco do Conde	Pesca de redinha	Percurso de retorno à Comunidade Dom João, saindo da Ilha de Cajaíba.

212 - 214	Largo de São Francisco do Conde	Largo de São Francisco do Conde	Pesca	
215 e 216	Ilha das Fontes	Ilha das Fontes - ACAMPAMENTO DE PESCA	Apoio à pesca e mariscagem.	Presença de pescadores de SFC e Madre de Deus.
217 a 221	Ilha das Fontes	Ilha das Fontes - ACAMPAMENTO DE PESCA		Da maré: Ilha das Fontes (esq); Comunidade Quilombola Monte Recôncavo (dir)
222	Porto do Farol	Porto do Farol	Maré	Retorno. Chegada à Comunidade Dom João.
223	Comunidade Quilombola Dom João	Comunidade Quilombola Dom João - Localidade: residência de Dona Joca e Seu Zé do Guaiamun		

